



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 5

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE MAIO DE 2021, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Luiz do Carmo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezessete horas e doze minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte de maio de dois mil e vinte e um. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2021** que: "Convida Natalia Pasternak Taschner, microbiologista, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2021** que: "Requerimento de convite ao Gerente da White Martins, Sr. Christiano Cruz." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 553 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 560 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac pelo Ministério da Saúde e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 561 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 562 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021, a fim de subsidiar os trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI-Pandemia)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento da estratégia adotada para a contenção da disseminação da variante P1, surgida em Manaus e confirmada pela Fiocruz em 12 de janeiro de 2021 e da equipe do Ministério da Saúde encaminhada para gerir a crise em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 564 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos de tomada de decisão acerca de testagem, vacinação, distribuição de insumos, protocolos de tratamento, treinamento da linha de frente e comunicação e da linha decisória do Ministério da Saúde."

Autoria: Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 565 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo a composição da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis e a ata de todas as reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 566 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministério da Relações Exteriores, todas as informações, correspondências e documentos encaminhados por aquela Pasta para outros ministérios, presidência da República, órgãos públicos, embaixadas ou representações de outros países, bem como os por ela recebidos, sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados ao combate da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 567 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas cópias da íntegra dos registros audiovisuais de reunião." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 569 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora NATHÁLIA PASTERNAK, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 571 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 572 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Sr. Átila Iamarino." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 573 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLÁUDIO MAIEROVITCH, médico sanitário e ex-presidente Anvisa e da Fiocruz" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 574 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 575 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 576 de 2021** que: "Convite Cláudio Maierovitch" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 577 de 2021** que: "Convite Nathália Pasternak" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 578 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos von Doellinger, informações a respeito de estudo publicado pelo IPEA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 580 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 582 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 583 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 584 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que levaram a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e a alta mortalidade de trabalhadores de saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 585 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que contribuíram para o colapso da saúde pública em Manaus no enfrentamento à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 616 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Paulo Barauna, Executive Business Director da White Martins." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Continuação do depoimento. Oitiva do Gen. Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 117/2021, 132/2021, 196/2021 e 273/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/20>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Declaro reaberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para as pessoas que estão aí atrás para que façam um pouquinho de silêncio, porque eu não estou nem me ouvindo aqui, imaginem vocês.

... Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Bem, nós iríamos votar requerimentos hoje e a proposta que a Mesa faz – eu já conversei com alguns Senadores – é que hoje nós já, a partir de 10h, comecemos a ouvir o ex-Ministro Pazuello; na terça-feira, está aqui marcado para a Dra. Mayra; na quarta-feira, nós tiraríamos o dia para votar requerimentos e convocações, porque tem muitos requerimentos que vai ter discussão, então não ouviríamos ninguém, só votaríamos, na quarta-feira; e, na quinta, nós prosseguiríamos ouvindo. Eu conversei com alguns Senadores. Acharam que a proposta é boa, porque nós vamos perder muito tempo discutindo. Tem nomes que são consenso, tem outros que não são, então acho melhor nós fazermos isso numa sessão inteira.

E eu quero colocar aqui à aprovação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras esta questão: que na quarta-feira que vem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em vez de a gente discutir isso hoje, quarta-feira a gente tiraria a sessão para a gente discutir essas questões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só reafirmando, não sou membro da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. pode falar a hora que quiser.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eu quero apenas fazer um pedido aqui a V. Exa. – a gente está vindo inclusive presencialmente: que, de repente, esse dia especificamente de aprovação de requerimentos pudesse ficar para quinta-feira. Ficaria, terça e quarta, oitiva; e, na quinta-feira, que é o último dia da semana, ficaria a concentração de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates e aprovação de requerimentos, porque aí daria também a opção aos Parlamentares que queiram retornar aos seus Estados com antecedência, se for o caso, e participar de remota aí pela votação dos requerimentos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu aceitaria com o maior prazer, Senadora; o problema é o prazo para a gente chamar algum convidado. Nós temos que ter um prazo para chamá-los e, na quinta-feira, já ficaria muito apertado. Então, é essa a questão.

O pedido de informações nem tanto, mas os convites e convocados, sim, nós temos um tempo para avisá-los, porque, muitas vezes, a pessoa... A gente avisa com uma rapidez e ele pode justificar dizendo: "Olha, eu não posso ir porque aconteceu isso". Então, é essa a questão, Senadora.

Infelizmente, nós temos esse tipo de problema aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não tem jeito. *(Risos.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu só queria ouvir... Eu, infelizmente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, eu estou calma. Eu sempre sou calma, Senador Eduardo Braga. Eu não sei de onde saiu essa ideia de que eu não sou calma, gente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, Deus o livre.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso é uma calúnia contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Calúnia... Você é uma aguerrida!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você é uma aguerrida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu aceitaria sua sugestão com o maior prazer, mas eu tenho... Eu vim aqui perguntar para a Comissão que nos ajuda, e eles me alertaram sobre essa questão de prazos para convidar. Os requerimentos não teriam problema, mas os convites, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu coloco em apreciação deste Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Por gentileza, eu queria só fazer um pedido ao senhor, tendo em vista a necessidade de a gente resguardar, não apenas os trabalhos desta CPI, o sigilo dessa CPI, principalmente com relação a documentos, mas também a saúde nossa aqui - não é?

Desde o dia 18 de maio, foram registrados alguns documentos dessa CPI, saindo já, sendo vazados na imprensa. Inclusive nós já identificamos, eu peço reservas com relação ao nome para não expor a pessoa, mas foi uma assessora parlamentar que estava aqui. E eu queria fazer o pedido ao senhor, já que vídeos também... E ninguém tem nada a esconder aqui, eu acho que somos pessoas públicas e... Mas ficou combinado que seria um assessor por partido - não é? E tinha uma outra assessora aqui que estava registrando tudo em intervalo, e o pior, documentos - tá? - que estão vazados, e eu vou encaminhar para o senhor, queria pedir a apuração da Polícia Federal com relação a isso, porque documentos é algo muito sério - não é? Então, quero fazer essa solicitação para o senhor, e eu passo daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

Eu vou aguardar as 10h. São que horas agora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Nove e cinquenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, estou aguardando aí só...

O ex-Ministro Pazuello já se encontra? Já? Então, eu vou pedir para chamar o ex-Ministro Pazuello para entrar aqui. Ele já fez o juramento ontem. Nós estávamos ontem com o Senador Eduardo Braga na hora que nós interrompemos a nossa sessão.

Depois do Senador Eduardo Braga, Senador Marco Rogério, Senador Otto Alencar...

Bom dia, bom dia. *(Pausa.)*

Pelos titulares, Senador Eduardo Braga, Senador Marco Rogério, Senador Otto Alencar, Senador Ciro Nogueira, Senador Randolfe, Senador Eduardo Girão, Senador Jorginho Mello.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente, eu queria só pedir a V. Exa. que eu pudesse aqui falar a respeito do que aconteceu ontem.

Eu estava aqui no Plenário, aí disseram que o Ministro Pazuello teve uma tontura.

Eu fui lá no local em que ele estava, ele estava sentado na posição errada, com as pernas para baixo. Eu disse: "Ministro, mude de posição, deite e eleve as pernas para corrigir quase uma síncope que o senhor teve". Pode ter sido uma síndrome vasovagal, mas a minha preocupação foi de recuperá-lo. Quando eu saí, e o senhor já estava bem vermelhinho, corado, aí eu estava aqui fora, e disseram que o senhor passou mal. O termo "passou mal" não deve ser usado pelo médico, porque "passou mal" pode ser um infarto, um AVC... Estavam pensando isso. E não, "ele já está bem, está recuperado, pode, inclusive, voltar a fazer o depoimento", que não o foi, porque o senhor não podia fazer; foi o Presidente, que tomou a decisão de suspender.

Não foi isso, Ministro, que aconteceu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Para esclarecer, porque às vezes as pessoas ficam falando uma coisa ou outra, e eu só tive a intenção, como médico que sou, de socorrer. É um instinto nosso, de quem está no local. Qualquer um pode ter.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu já tive desmaio, já tive síncope. Qualquer um pode ter.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, muito obrigado. Eu lhe agradeço a sua atenção. Eu falei isso abertamente, mas as coisas vão se transformando, como se eu tivesse... Foi porque eu explicando que a sessão foi suspensa porque eu passei mal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei, mas isso foi a mídia que colocou. Eu falei: "Não, não tem nada a ver uma coisa com a outra, eu não passei mal nesse nível". E, na verdade, foi só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando eu botei o senhor na posição horizontal e elevou, o senhor melhorou logo – não foi?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor foi muito atencioso. Eu quero lhe agradecer aqui pessoalmente, e isso aí foi só como as coisas vão sendo aumentadas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E outra coisa, eu fiz a consulta pelo SUS; não precisa me pagar nada. *(Risos.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez reais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado doutor, muito obrigado! O senhor foi muito atencioso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero dizer, antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Braga...

Como é que aumenta isto aqui? Como é que aumenta isto? O operador tem que aumentar isto aqui, aumentar meu som.

A reunião não foi suspensa por causa do ex-Ministro Pazuello; a reunião foi suspensa porque começou a Ordem do Dia no Senado Federal. E a gente esperou um tempo. Se encerrasse a Ordem do Dia, nós voltaríamos para os trabalhos. Isso aí que aconteceu, mais nada do que isso.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu acho que essa questão está esclarecida.

Eu vou passar a palavra por 15 minutos ao Senador Eduardo Braga, porque, como ele foi interrompido ontem, aí você perde o raciocínio lógico das suas perguntas.

Então, Senador Eduardo Braga, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa., cumprimentando o Senador Renan, nosso Relator, cumprimentando o Ministro Pazuello e cumprimentando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras e o povo brasileiro que nos acompanha pela TV Senado e pelas demais emissoras que estão cobrindo esta CPI da Covid-19.

Eu dizia ontem, Ministro Pazuello, que V. Exa. assumiu o ministério num momento em que 15.633 brasileiros haviam morrido. E, dez meses depois, nós já tínhamos 298.843 mortos.

Obviamente que eu falo isso com muita tristeza, e mais triste ainda fico porque, até o dia de ontem, aproximadamente 440 mil brasileiros haviam falecido. E esses brasileiros, no meu modo de ver, muitos deles, poderiam ter sido salvos, primeiro, se o Brasil tivesse adotado uma postura mais firme e afirmativa com relação ao uso de máscara, com relação ao distanciamento e com relação ao uso do álcool em gel e se nós não ficassemos numa disputa de narrativa política do enfrentamento da pandemia.

V. Exa. era o Ministro. Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. é a favor ou contra o uso de máscara, o uso de álcool em gel, o distanciamento? *(Falha no áudio.)*

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ...assim que o senhor fizer as perguntas todas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, é melhor eu lhe perguntar e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Sim, senhor. Não, perfeito, perfeito.

Então, eu queria dar um bom-dia a todos os senhores e senhoras Senadores e ao pessoal da imprensa que está conosco no segundo dia aqui de oportunidade de nós continuarmos aprofundando todas as respostas.

Eu reitero aqui a minha posição de responder a todas as perguntas que os senhores fizerem da forma mais clara, da forma mais direta e procurando passar toda a verdade aos senhores.

Eu gostaria de fazer uma observação sobre esse assunto, sobre verdade, e solicito que... As versões, as versões das pessoas que estão nos perguntando podem não concordar com aquela versão que eu estou apresentando, e isso pode ser colocado de várias formas. Pode-se dizer: "Olha, isso não, não, não está de acordo com a documentação que eu tenho aqui, o senhor está falando uma coisa que não está dentro do que o senhor falou antes." Então, eu solicitaria, de forma muito, muito, muito humilde aos senhores, que a gente lembrasse que os compromissos de dizer a verdade e o respeito que eu tenho por esse compromisso... Ele está muito além da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu sou um oficial General e não, não... É o Anexo 1, nº 1, do RDE: não faltar à verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) –

Ministro, eu preciso da sua resposta, porque...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. está usando o meu tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu peço desculpas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de perguntar e obter respostas para fazer um discurso e uma introdução.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu peço desculpas. Eu peço desculpas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu fiquei olhando o relógio ali...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, eu vou cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Senador tinha 15 minutos. Ele só tem 11 agora. O senhor passou dois minutos e não disse nada!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou dizer agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí não dá! E aí eu peço...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a única interrupção que eu fiz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o senhor fala que o senhor vem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Falar a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... falar a verdade... Uma coisa que não tem dentro do Exército é enrolação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ou o cara é ou não é. Lá não tem meio-termo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por favor, Ministro, a pergunta foi tão simples...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem o senhor disse... Perguntas simples...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe! Eu precisava... É a primeira vez que eu estou me pronunciando sobre ontem e eu precisava falar isso. Me desculpe, Senador! Eu vou responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O tempo do Senador Eduardo Braga: que volte para 14 minutos, porque... Eu irei fazer isso, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... porque, se V. Exa. acha que nós vamos pegar 15 minutos aqui e jogar fora... Não vai acontecer isso hoje, não irá acontecer!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Bem, então, respondendo: sim, eu concordo plenamente, e fui divulgador pessoal sobre as medidas preventivas quanto ao uso de máscaras, quanto aos cuidados pessoais e ao distanciamento social seguro em ocasiões específicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Bem, Ministro, então, a sua resposta é "sim". Acho que aqui é o momento de o senhor, portanto, se desculpar dos brasileiros e dos manauaras pelo que aconteceu num domingo, no Shopping Manauara, em que V. Exa., desrespeitando o que o senhor diz agora acreditar e o que todos os brasileiros deveriam fazer para salvar vidas, V. Exa. foi ao *shopping* e, mesmo abordado pela autoridade local, V. Exa. estava sem máscara e transitando no *shopping*.

Portanto, esta é uma oportunidade para que V. Exa. possa pedir desculpas e reafirmar o seu compromisso com o uso de máscara, de álcool em gel e de distanciamento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade também de esclarecer isso. Eu acredito que o próprio *shopping center* já se pronunciou oficialmente, tem filmagens da minha chegada. Para as pessoas que não conhecem o *shopping center* de Manaus, essa entrada é uma entrada lateral do estacionamento. Fui levar a minha filha ao *shopping*. É claro que fui com máscara para o *shopping*. Quando desci do carro, a máscara essa ficou dentro do carro, pisada, ela ficou inutilizada. Minha filha já entrou no *shopping*, e eu parei na porta do *shopping* e conversei com a moça que tira a temperatura. Falei: "Estou sem máscara. Existe como comprar aqui, na entrada?". Ela falou: "Nesse quiosque, em frente, o senhor pode comprar".

Então, eu fui, do momento onde estava, a temperatura, a 8m em seguida, ao quiosque. Nesse circuito, eu fui fotografado, até pegar a máscara em frente. O *shopping* já respondeu sobre isso, e, naquele momento, dali, eu coloquei a máscara, e, só então, eu entrei na área comum do *shopping*. Isso foi o que aconteceu; aconteceu na entrada do *shopping*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Ou seja, esclarecido, V. Exa. está pedindo desculpa e assumindo claramente que acredita no uso da máscara, no distanciamento e do álcool em gel.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, claro. Eu acredito. Perfeitamente, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acredito que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Segunda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O que eu acredito que causou isso tudo é a compreensão de que hoje eu sou uma pessoa conhecida, virei um homem público e, mesmo naqueles 8m de entrada, foi o suficiente para ser muito mal interpretado. Peço desculpas por isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Erro é humano, mas é preciso reconhecer o erro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está reconhecido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque não deveria ter entrado no *shopping* sem máscara.

Agora, minha segunda pergunta: o senhor concorda que, se não faltasse oxigênio, vidas seriam salvas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Concordo em gênero, número e grau.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois bem, V. Exa. disse ontem que desconhecia a falta de oxigênio.

Sr. Presidente, eu tenho aqui uma matéria publicada num jornal tradicional da nossa cidade, o jornal *A Crítica*, no dia 06/01 – de janeiro. Nessa matéria do jornal *A Crítica*, no dia 06/01, "empresas adotam medidas emergenciais para não deixar faltar oxigênio em Manaus". Ou seja, no dia 6, as empresas e, supostamente, todos os envolvidos com a saúde pública já deveriam saber que iria faltar oxigênio em Manaus; no entanto, faltou oxigênio.

E o que é mais grave. Ontem... E, veja, Senador Omar, como há contradições, tanto por parte da declaração de V. Exa. quanto por parte do Governo do Estado. Nesta mesma matéria, diz que o houve um acréscimo de internações em UTI e em leitos clínicos de Covid-19, de 340% do mês de dezembro para o mês de janeiro, mas, pasmem, nesta mesma matéria, está dito: "Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado da Saúde [Pública do Amazonas] informou, em nota, [no dia 6 de janeiro] que as unidades do Estado estão abastecidas e que não há falta de oxigênio. Acrescentou, também, que a empresa não sinalizou qualquer dificuldade no abastecimento".

Sr. Presidente, é óbvio que aqui nós estamos revelando uma mentira. E a mentira é mais grave porque vidas foram perdidas.

Relator Renan Calheiros, na realidade, este é um documento público.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pergunto: a quem o senhor então, diante de todas essas colocações, atribui a responsabilidade pela falta de oxigênio em Manaus? À empresa? À secretaria estadual? À sua equipe, já que ontem V. Exa. se eximiu completamente de qualquer responsabilidade com relação à falta de oxigênio em Manaus, dizendo, inclusive, que agiu rápido? Quem V. Exa. acha que é responsável? Porque alguém tem que ser responsabilizado pela morte de brasileiros, e não apenas no Amazonas; porque o filme que nós vimos no Amazonas, triste – e nós não falamos com nenhum orgulho do que tem acontecido no Amazonas –, lamentavelmente se repete.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós estamos vendo várias cidades brasileiras com falta de oxigênio. Nós estamos vendo várias cidades brasileiras sofrendo com falta de *kit* de intubação. A primeira vez que nós vimos falta de *kit* de intubação, lamentavelmente, também foi no Estado do Amazonas. A quem o senhor atribui a responsabilidade, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, o senhor colocou aqui as observações de uma forma muito clara sobre a posição da secretaria de saúde no dia 6, que era exatamente o que traziam para nós em Brasília. Nós somos abastecidos pelas informações das secretarias de saúde do Estado e dos Municípios.

Eu peço ao senhor que eu possa fazer um pequeno voo de volta, aí, até o mês de dezembro, se o senhor permitir, só para poder contextualizar uma resposta tão importante quanto essa.

Fica claro para mim que a preocupação com o acompanhamento do oxigênio, ele não era um foco da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, porque não faltou oxigênio e ficou focado em outras coisas. Então, o foco de observação... Isso lá em dezembro ainda. Então, no próprio plano de contingência apresentado pela secretaria de saúde para nós, não apresentava nenhuma medida sobre oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou responder de uma forma clara para o senhor. Só peço que o senhor tenha um minutinho de paciência. Serei claro e direto, conforme já informei ao senhor sobre esse assunto. Serei claro e direto.

Então, a empresa White Martins – a empresa White Martins – que é a grande fornecedora, associada também, somada à produção da Carbox, que é uma empresa menor, ela já vinha consumindo a sua reserva estratégica e não fez essa posição de uma forma clara desde o início. Começa aí a primeira posição de responsabilidade. Não tem como nós isentarmos essa primeira posição. Cabe...

O contraponto disso é o acompanhamento da secretaria de saúde, que não o fez. Se a secretaria de saúde tivesse acompanhado, de fato e de perto, a situação da produção e consumo do oxigênio,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumida uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente. Então, eu estou lhe dando a resposta de uma forma clara. Vejo aí duas responsabilidades muito claras: uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara, e a outra, da secretaria de saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, me perdoe, me perdoe. Eu preciso apartear-lo.

Veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A empresa tem um contrato para atender a um certo volume. Se esse volume é quadruplicado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É melhor para ela.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é o Poder Público que tem que tomar responsabilidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida. É o que eu estou colocando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o Governo do Estado, é o Ministério da Saúde, é a Prefeitura de Manaus, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pelo amor de Deus!

Não pode... A empresa vai ser convocada para vir aqui esclarecer fatos contratuais, mas a responsabilidade pública não é dela.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é dela!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi o que eu falei para o senhor.

No momento que a secretaria deixa de acompanhar o processo e se antecipar ao processo, a responsabilidade quanto a isso é clara no sistema: é da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, ponto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou colocando para o senhor a resposta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Até... No momento que o Ministério da Saúde, o gabinete do Ministro, os seus secretários chegaram a Manaus e nós passamos a dividir ali, naquele momento, a compreensão do problema – no dia dez, à noite –, e no dia onze começamos a agir, acionando tudo que tinha que acionar, eu volto a dizer para o senhor: da nossa parte, nós fomos muito proativos – da nossa parte.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No momento em que tomamos conhecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Lamento discordar. V. Exa. chegou com a sua equipe a Manaus...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 10.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mas não providenciou o avião para ir buscar o oxigênio na Venezuela, não providenciou para buscar oxigênio líquido em volume e em quantidade necessária. Nem o senhor, nem a Secretaria do Governo do Estado, nem a Prefeitura, nem ninguém. E o que que aconteceu? Vidas se foram. E a razão desta CPI é porque vidas importam.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, fique claro que se sabia, sim, que ia faltar oxigênio, e que faltou participação, planejamento, responsabilidade por parte da Secretaria do Estado, mas V. Exa. precisa ser afirmativo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou sendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque V. Exa. foi com todo o Ministério da Saúde para o Estado do Amazonas, e não tomaram providências para resolver o problema de oxigênio – de oxigênio!

Agora, isso já está claro. O Relator, tenho para mim que já tem convicção.

Vamos à próxima pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem autorizou fechar o Hospital de Campanha Nilton Lins, na cidade de Manaus, que foi aberto em abril e foi fechado em julho de 2020?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tanto a abertura quanto o fechamento foram decisão do Governador do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, meu Presidente, é importante dizer que, no caso do Amazonas, cometeram um crime de responsabilidade para com o povo. Nós sabíamos que iríamos precisar deste hospital de campanha no Amazonas para salvar vidas.

Agora, da mesma forma que a participação e a responsabilidade agora ficaram claras, quando V. Exa., de forma clara, responde, por outro lado, eu pergunto: por que não foi decretada a intervenção na saúde pública do Estado do Amazonas? Eu, como Senador da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor pediu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...fiz carta ao Presidente da República pedindo a intervenção para salvar vidas, Senador Omar, diante do que nós estamos ouvindo aqui por parte do Ministro da Saúde, da falta de compromisso, da falta de competência, da falta de responsabilidade. Deixou faltar oxigênio. Fecharam o hospital de campanha! E, lamentavelmente, não fui atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é ao ex-Ministro que está fazendo a pergunta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está fazendo a pergunta ao ex-Ministro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, ao ex-Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele está conversando ali...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele está ali, talvez, tentando com os assessores ter a informação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa! Não, era só sobre o PGR.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, eu quero saber por que não foi feita a intervenção na Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas diante dos fatos que estão expostos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa decisão não era minha. Ela foi levada ao conselho de ministros. O Governador se apresentou ao conselho de ministros e se justificou. E foi decidido, nesse conselho, que não haveria... Desculpa, o termo que eu falei eu quero retirar. O termo não é "conselho de ministros", na reunião de ministros. Me desculpem! Foi levado à reunião de ministros com o Presidente. E o Governador, presente, se explicou, apresentou suas observações. E foi decidido pela não intervenção. Foi dessa forma que aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, brasileiros que nos acompanham, está claro que nós identificamos essa fragilidade à época, fizemos o que deveríamos fazer como representantes do povo do Amazonas. Pedimos e assumimos perante a opinião pública e perante a Nação a responsabilidade do pedido. Nós pedimos intervenção na saúde pública do Amazonas para salvar vidas. O Governo não quis fazê-lo.

Faço a última pergunta, Sr. Presidente.

O senhor tem conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, tinha dois hospitais de campanha no Amazonas, em Manaus, principalmente, tinha o Nilton Lins e tinha... O senhor só perguntou sobre o Nilton Lins. E o hospital de campanha da prefeitura municipal? Por que foi fechado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para a gente deixar claro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para a gente só não achar de um lado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vamos aqui... Não vamos proteger ninguém!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O hospital de campanha da prefeitura tinha uma... Na verdade, ele era mais privado do que público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Tem recurso da prefeitura lá. Não é privado, não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu quis dizer: era mais privado, tinha muitos recursos privados e alguns recursos públicos da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não era só privado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha recurso público lá!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu disse que ele tinha mais recursos privados do que recursos públicos pelo tamanho que eu imaginava.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, na realidade – desculpe! –, recurso de P&D também é recurso público. Portanto, por mais que tenha vindo através de um instituto da iniciativa privada, o que aconteceu ali foi a aplicação de recursos de pesquisa e desenvolvimento oriundos da iniciativa privada, mas aplicados já como recurso público.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito, perfeito!

Então, o hospital da prefeitura teve a mesma decisão de ser aberto e de ser fechado pelo Governo da prefeitura, pelo Governo municipal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É mais uma razão para ter havido a decretação de intervenção na saúde pública no caso do Amazonas, mais uma razão!

Agora, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – TrateCov... TrateCov... TrateCov é um programa que V. Exa. lançou na cidade de Manaus. Ontem, V. Exa. disse que isso não houve.

A TV Brasil, que é uma TV oficial, Senador Renan, apresentou não só a matéria jornalística sobre o lançamento desse programa TrateCov, com a participação de V. Exa., como fez campanha publicitária. É preciso que V. Exa. explique para esta CPI e para os brasileiros do que se trata esse TrateCov.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Não omitta, não omitta!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Sr. Senador.

Eu vou colocar aqui de maneira bem clara.

No dia 6 de janeiro, a Secretária Mayra, quando voltou de Manaus, trouxe a sugestão de nós fazermos uma plataforma, uma calculadora que facilitasse o diagnóstico. É bom colocar aos senhores que o diagnóstico clínico, naquele caso, em Manaus, era muito necessário, pela velocidade com que as coisas estavam acontecendo, pela contaminação excessiva e pelo risco de nós termos diagnósticos diferentes de doenças que estavam acontecendo em paralelo. Então, o diagnóstico era muito importante. Tem que se compreender que nós temos que separar o que foi feito, o resultado final do projeto com ideia do projeto. A ideia do projeto é uma calculadora que facilite o diagnóstico. Eu acho que ninguém é contra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Uma calculadora que facilite o diagnóstico? Me perdoe, eu sou engenheiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar para o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não entendo. Como calculadora facilita diagnóstico?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou explicar para o senhor. Em cima...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Calculadora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, eu vou explicar.

Na verdade, o aplicativo ou a calculadora... O médico coloca os sintomas observados, ele vai colocar em fatores, em números, em pesos, e ele vai sugerir o diagnóstico ali – diagnóstico.

Então, nós temos uma pandemia, nós temos o que está acontecendo em Manaus e nós temos pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não teria.... Sinceramente, eu não sou médico também e longe de mim querer... Eu acho que um suposto diagnóstico é melhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito, um suposto diagnóstico. Mas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um suposto diagnóstico. O cara está com febre, mas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas vamos colocar... É o auxílio do médico para ter o diagnóstico mais rápido, considerando a quantidade de pessoas que não tinham o atendimento. Então, eu acho que isso é a ideia. A ideia é essa.

Vamos ao que aconteceu, porque isso me foi apresentado dessa forma. Falei: "Vamos fazer". Isso foi no dia 6. Entre o dia 6 e o dia 11, nesses quatro, cinco dias, inclusive aí o final de semana, a equipe do ministério pegou uma base que já é comum da internet e jogou os parâmetros, os parâmetros desses sintomas da Covid dentro dessa calculadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tudo aquilo...

O senhor me permita, Ministro.

Tudo aquilo que poderiam ter feito com o povo do Amazonas e de Manaus para testar, para usar de cobaia, para ter experiência foi feito lá, Senador Eduardo, inclusive um suposto programa para supostamente identificar se você estava com Covid ou não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) - Presidente, o senhor me desculpe, mas não é cobaia. É uma tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como não? Como não? Onde foi feito em outro lugar, Senador Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - É uma tentativa de melhorar o atendimento ao público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Onde foi feito, Senador Flávio? Por que em Manaus?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Porque Manaus foi a primeira que sofreu por isso, pela dificuldade de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, ela sofreu por isso, por...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É onde estava mais complicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Como disse, omissão, incompetência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não, não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... do Governo, da Prefeitura em relação ao que aconteceu. Agora, o Estado do Amazonas foi utilizado para muita coisa. Por que primeiro em Manaus se utilizar um sistema que absolutamente não pode... Supostamente, tu estás com Covid. Como pode ser, Senador?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não é cobaia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que é cobaia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Bem, voltando, continuando aqui, Senador. Senador, continuando...

Então, era muito interessante que tivéssemos um diagnóstico mais rápido. Não havia essa ferramenta disponível. Foi feita pela necessidade de ter porque se queria atender Manaus. Foi ao contrário: a gente queria levar alguma coisa mais rápida para lá.

A construção disso foi feita de 6 a 11, de 6 a 10. No dia 10, embarcamos para Manaus. Apresentou-se o momento em que estava o desenvolvimento dele. Não estava completo, porque precisaria colocar todos os CRMs lá dentro, precisaria puxar para dentro dele todo o bojo de pessoas que poderiam contactar. Naquele dia em que foi apresentado... E foi feito o roubo dessa plataforma, e foi feito um B.O.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Foi feito o quê? O roubo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O roubo. Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Foi roubado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi. E foi... Ele foi hackeado, puxado por um cidadão. Existe um boletim de ocorrência, uma investigação que chega nessa pessoa. Ele foi descoberto. Ele pegou esse diagnóstico, botou, alterou, com dados lá dentro, e colocou na rede pública. Quem colocou foi ele; tem todo o boletim de ocorrência. Eu vou disponibilizar para os senhores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Bem, essa é mais uma revelação da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Isso aí é para esconder a publicidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Porque até hoje, Senador Omar, nem o povo amazonense nem o povo brasileiro sabia que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Esconder a publicidade que se fez da plataforma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... uma plataforma, um programa, um *software*, que deveria ser para tratamento...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ele foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... foi roubado, hackeado, manipulado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi, senhor...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... no Estado do Amazonas!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Quando nós descobrimos que ele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mais uma razão para que nós possamos explicar o que aconteceu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - No dia em que nós descobrimos que ele foi hackeado, eu mandei tirar do ar imediatamente - imediatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa... Através desse sistema, o Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Mas não exime! (*Fora do microfone.*) Se retirar não exime...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- ... o fato de ter sido feito e propagandeado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foi recomendado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- ... publicizado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ministro Pazuello...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa foi a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Através desse programa, se recomenda... O Ministério da Saúde recomendava cloroquina para gestantes e crianças. O senhor confirma isso? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor concluiu, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É que o senhor fez uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não. Nós estamos... Eu fiquei surpreso foi com o fato de que esse TrateCov...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... foi roubado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi hackeado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E claramente, Ministro, me parece...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado lá em Manaus, naquela apresentação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mais um erro, mais um equívoco, mais uma falha. Agora, ficou muito claro na resposta de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não teve só a apresentação do Ministro lá; teve também da Dra. Mayra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Que virá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E que recomenda... O Ministério da Saúde recomendou o uso de cloroquina para crianças e gestantes.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há, sim, uma recomendação do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou lhe afirmando porque, como Manaus foi onde que aconteceu, o único local que teve esse aplicativo e essas recomendações... Por isso que eu estou tentando aqui com o Senador Eduardo, porque é nossa obrigação em relação ao Estado do Amazonas tratar dessa questão. Eu estou lhe fazendo essa pergunta porque o senhor foi para lá, o senhor deu entrevista nesse sentido; a Dra. Mayra fez essa entrevista, chamou os médicos, recomendou o TrateCov...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Fizeram publicidade de médicos, inclusive de um ginecologista, sobre o TrateCov.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O TrateCov, no final das contas, Senador, ele não foi utilizado, ele nunca foi utilizado por médico algum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ele não teve resultado objetivo algum, afinal ele foi retirado, ele foi descontinuado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas o que está claro é que houve a operação. Isso já está dito, que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Teve. Teve a operação, sim.

O senhor está negando que teve a operação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Que operação? Não entendi. O senhor pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Implantação do sistema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A suposta implantação do aplicativo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, ele foi iniciado e foi apresentado ainda não concluso, porque precisava ser todo ele carregado ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi iniciado? É sempre...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, é mais uma revelação que a CPI traz para o País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Eu vou passar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero encerrar, porque já extrapolei o tempo, Sr. Presidente, concluindo e dizendo o seguinte...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas, se o depoente não consegue falar também, é difícil, não é Presidente?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Oi?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O depoente não consegue falar. É interrompido a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O depoente vai ter horas aqui, até para voltar a qualquer pergunta e responder, se V. Exa. assim desejar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas quero concluir dizendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem. O depoente responde perguntas. Ele não veio aqui para falar livremente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Alessandro, V. Exa. pediu uma questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É só um pequeno esclarecimento, e se não está juntado à CPI, quero pedir a juntada. Tenho aqui um depoimento, datado de 6 de janeiro de 2021, assinado por V.Exa., ex-Ministro General Eduardo Pazuello, que estabelece, entre as ações a serem desencadeadas no Estado do Amazonas, no item "e", a disponibilização do aplicativo desenvolvido para diagnóstico, e consequente receitamento, de Covid.

No dia 6 de janeiro, a determinação de V. Exa., formalizada em documento, era que o aplicativo fosse desenvolvido – não em desenvolvimento – e fosse disponibilizado. Isso são fatos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É para responder?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, só para concluir, acho que a resposta do Ministro já está dada, e mais uma revelação foi trazida a este Plenário: a de que havia conhecimento da questão do oxigênio, inclusive matérias publicadas. A própria Secretaria de Estado, no dia 6, dizia que não faltaria oxigênio. Sua equipe esteve presente. Faltou planejamento, faltou ação e faltou responsabilizar aqueles que tinham que tomar providências, porque dinheiro tinha, Ministro. O que não houve foi planejamento e ação para salvar vidas, porque vidas importam, e vidas brasileiras e amazonenses importam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Eduardo, só para completar: e nessa oportunidade, em que houve uma omissão com relação à assistência do povo do Amazonas, o Ministro já havia mudado a lei do SUS para o ministério deixar de garantir e apenas apoiar, para driblar – eu vou só repetir o que foi dito ontem aqui –, para driblar uma decisão do Tribunal de Contas da União. Isso é um agravante, Sr. Presidente! Isso é um agravante.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já foi esclarecido que não foi isso, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agravante!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já foi esclarecido que não foi isso. É a narrativa mais uma vez. Está bem clara a responsabilidade do Estado, da Prefeitura. Mesmo se a competência do Governo Federal, que foi lá e tentou ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senado Flávio, olha só, esse programa que o Ministro Pazuello fala que foi hackeado, ele foi hackeado e colocado na TV Brasil, para vocês terem uma ideia. Na TV Brasil! O *hacker* é tão bom que ele conseguiu colocar o programa, uma matéria extensa na TV Brasil.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para eu entender, Presidente. Pelo que eu entendi aqui do depoente, era um programa para tentar salvar vidas, agilizar o suposto diagnóstico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se precisar de intérprete para a testemunha, peço que sente ao lado da testemunha.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É surreal isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Testemunha responde às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro General Eduardo Pazuello, cumprimento V. Exa.

Sr. Presidente, caro Ministro, que está aqui desde ontem prestando depoimento, o Relator e os membros da oposição já têm, como V. Exa. percebe, uma sentença debaixo do braço e tentam pregar uma narrativa para confundir a cabeça da população: a de que a cloroquina é que é perigosa e mata - até esqueceram o vírus - e que, se não foi o Bolsonaro que inventou o coronavírus, teria inventado a hidroxicloroquina... Ah, e também espalhou para o mundo, porque muitos países usaram e ainda usam esse medicamento, inclusive a China, segundo matéria da *Folha* e UOL, de 21 de agosto de 2020.

O Relator disse ontem: "Essa CPI não está investigando quem usou, quem receitou, quem distribuiu...". Vocês percebem a intenção? Enquadrar o Presidente Bolsonaro e proteger os Governadores. Por quê? Porque foram quem distribuiu. E não estou dizendo que eles cometeram crimes, não senhor; estavam tentando salvar vidas com os meios disponíveis. Aliás, quanto a isso, Senador Girão, não faltam provas.

Vejam quem indicou ao Ministro da Saúde que adotasse o protocolo hidroxicloroquina e vejam quem distribuiu.

Eu vou mostrar aos senhores, vou passar um videozinho rápido aqui para que todos possam assistir.

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agora, observem.

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Conhece esse daqui, Presidente?

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está mostrando para mim só?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, estou mostrando para a Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas, sim. Se o senhor fala Presidente, é para mim.

Eu posso responder por ele já, já, se V. Exa. quiser.

Já que o senhor perguntou para mim, eu vou responder.

O senhor não vai responder, Ministro Pazuello, eu que vou responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não ouvi, mas é o Governador de onde que está falando em cloroquina?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse daqui alguém conhece também?

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Flávio Dino, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Presidente estava estimulando a automedicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governador do Maranhão orientava a não medicação.

A não medicação, Senador.

A não automedicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espera, espera que eu quero ver isso aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governador do Maranhão orientava a não automedicação.

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que V. Exa. reponha o meu tempo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, V. Exa. que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, eu vou pedir. Eu vou pedir, porque está cheio de defensores, advogados de Governadores aqui dentro. Então, eu queria pedir, porque eu vou voltar. O pessoal que está em casa precisa ver e ouvir o que eu estou mostrando. E eu não quero ser interrompido e não quero que os advogados de Governadores se manifestem, porque, até hoje, só acusaram o Presidente Bolsonaro, e ele não está aqui para se defender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é verdade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, eu vou voltar aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, só um minutinho. Eu vou repor o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ninguém acusou o Presidente Bolsonaro. Pelo contrário!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O tempo todo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pelo contrário! Ontem, o Ministro Pazuello... Tudo que ele falou aqui... Ficou claro que não se comprou a vacina no Brasil, porque ele - o Ministro Pazuello - não quis!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, é, sim!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele não disse isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele não disse isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Disse, sim!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Presidente... Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Disse, sim! Só um minutinho. Querem ver como disse? O Presidente... Ele dizia bem assim: "Olhe, o que o Presidente falava lá, mas ele não me dizia nada aqui. O Presidente dizia 'não compre, eu não vou comprar a CoronaChina', mas isso que ele falava era só para as pessoas... Por trás: 'não, vai lá, Pazuello, e compra'". Ele disse isso ontem!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Governo comprou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - O Governo comprou vacina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele não comprou vacina... O Ministro Pazuello não comprou vacina, porque não quis!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele comprou vacina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque não quis!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Comprou AstraZeneca...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - As vacinas foram compradas, Sr. Presidente! Não queira...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... transferência de tecnologia da AstraZeneca...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Tem 660 milhões de doses compradas!

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu vou pedir a V. Exa. só que reponha...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Vamos ouvir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Garanta o tempo ao Senador Marcos Rogério, Presidente, para que ele faça a apresentação dele! Eu peço apenas a ressalva de que ele informe a data por honestidade!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode fazer a apresentação, que não interromperei V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, agradeço a V. Exa.

E advirto aos colegas Senadores que não estou fazendo uma apresentação, estou trazendo fatos, documentos à CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que bom!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não sou nada contra quem faz teatro, mas estou apresentando fatos, provas.

E a data, caro Senador, está nos vídeos. Eu vou publicar nas minhas redes depois. V. Exa. pode copiar. E vou juntar... Vou pedir ao Presidente que seja juntado também aos autos da CPI, como manda o devido processo.

Vou voltar aqui um pouquinho, Presidente, porque alguém perdeu um pedaço. Vamos lá. Vou começar aqui com...

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Flávio Dino!

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito, perfeito! Sempre...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, Renan Filho.

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ó o advogado...

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bahia! Puxa vida!

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Igualzinho o Bolsonaro!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Governador do Pará!

(Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho a V. Exa. Agora, como V. Exa. pediu para eu prestar atenção, uma coisa que evolui com uma rapidez muito grande é a ciência. A ciência é uma coisa que evolui e protocolos são assinados em grandes revistas de especialistas mensalmente, anualmente... Isso aí foi em março de 2020. Em março de 2020, se eu tivesse contraído Covid, eu tomaria também cloroquina, porque era o que estava sendo prescrito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Na mesma época, Presidente, o Governo negociava com a Índia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, amigo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Negociava para comprar, o laboratório do Exército...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Flávio, só um minutinho...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... mandou produzir mais cloroquina. Mesma época.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, a ciência evolui. Aqueles que acreditam na ciência sabem que ela evolui. O que ela evoluiu nos últimos anos foi fantástico. Há pouco tempo, você não tinha exames em que é possível detectar qualquer tipo de doença. Mas daí, esses mesmos Governadores... Eu não estou aqui para defender Governador, não, eles não são nem do meu Estado. Mas não foram só os Governadores. Um especialista e infectologista, como David Uip, também ele, em março, em fevereiro de 2020... Agora, pergunte a ele hoje, que ele vai dizer que não é. Essa coisa é uma questão dinâmica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para responder ao Senador Marcos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, o Senador citou meu nome, me chamando de advogada da Governador do Maranhão. O Governador não está aqui para se defender. Ele falou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não citou seu nome, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só dizer e reafirmar o que V. Exa. colocou e lembrar que o Maranhão – é bom que o Senador saiba disso – é o Estado que tem a menor quantidade de mortes por habitante, comparativamente com os demais Estados brasileiros.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por causa da cloroquina, não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o que o Governador do Maranhão fez no Estado, aliás, deveria ser repetido pelo Presidente da República, Senador Marcos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas foi por causa da cloroquina ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço que V. Exa. reponha meu tempo, Sr. Presidente. Agora eu vou fazer minha fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De fato, o vídeo é de março de 2020. V. Exa. colocou muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. terá o tempo repostado, Senador. Mais três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, não fiz referência ao nome de V. Exa. para lhe fazer qualquer censura, apenas chamando a atenção para quem estava falando: o Governador do Maranhão, o Governador do Pará, Piauí, Bahia, o Secretário de Saúde, Ceará, Alagoas, tantos outros e o de São Paulo. Porque, Sr. Presidente, quem está acompanhando esta CPI não tem memória curta e sabe que a narrativa aqui não está em torno do que está acontecendo neste momento, está, inclusive, apontando para o momento em que um documento foi produzido no ministério, em que momento foi solicitado o medicamento, inclusive fora do País. Então, convenhamos... E olha que o que estou falando é tão sério que quem está acompanhando observou a reação na CPI, dos membros da CPI. Com todo respeito, Sr. Presidente, é preciso atentar para os fatos, para o que está acontecendo. Isso aqui é sério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao teor do depoimento do ex-Ministro, da sua exposição inicial ontem, as respostas até aqui dadas foram absolutamente esclarecedoras. Gostaria de apresentar algumas considerações, Sr. Presidente, primeiro fazendo aqui o registro de que não estou expondo aqui os Governadores para os condenar, porque acho que agiram com acerto e ainda agem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso foi em março.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Porque, ainda hoje, Sr. Presidente, nesses mesmos Estados, há protocolos com esse medicamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, não, não, não. Não, não, não, Senador Marcos. Em relação ao Maranhão, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O Senador está mentindo, Presidente. Pelo amor de Deus! Não é verdade, não é verdade, Senador. Não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Marcos Rogério, o grave seria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não vou admitir mentiras em relação ao meu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O grave seria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu não vou admitir mentiras em relação ao meu Estado. Não é verdade. Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu vou solicitar...

Olha a sanha vingadora se apresentando na CPI. O foco é o Presidente. Quando fala dos Estados, a reação é absurda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Será que algum Governador quis mudar a bula da cloroquina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Nem o Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa., se fosse minimamente capaz de compreender como funciona a composição de uma bula, não falaria uma besteira desse tamanho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não fui eu que falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Muda a bula por decreto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Governo que V. Exa. representa aqui quis mudar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Renan, muda a bula por decreto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por decreto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É como tentar matar alguém com arma de brinquedo e bala de algodão. V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, não. É diferente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. foi Ministro de Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pelo amor de Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É diferente para um Governo que governa por decreto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É diferente para um Governo que governa por decreto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deveria se sentir constrangido em fazer uma afirmação dessa, com todo respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E é o Relator, viu? É o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o Relator e tem problema pessoal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Seja razoável.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está muito claro, Senador, seu problema pessoal com o Presidente da República.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que o senhor me assegure a palavra, porque...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou no meio da minha fala.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Por obséquio – o senhor está no meio da sua fala –, eu estou fazendo uma questão de ordem.

Nós temos 23 Senadores inscritos e eu queria que V. Exa. garantisse a todos que cumprissem o seu tempo sem interferências, porque, ao longo do tempo, a gente pode...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, que fossem 15 minutos, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E que assegurasse a nossa fala em caso de citação do nosso nome, só isso, Sr. Presidente.

Não dá para se colocarem mentiras e achar que a gente vai ficar calado aqui, só ouvindo mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

Eu vou dar a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o apelo do Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu vou repetir: nesses mesmos Estados, esse protocolo ainda acontece. Não estou dizendo que há distribuição pelos Governadores. Acontece que o médico tem liberdade para prescrever, sem a imputação de crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não mostrei isso aqui para condenar Governador; mostrei isso aqui para escancarar a falta de bom senso e até de vergonha daqueles que tentam criminalizar o Presidente a esse mesmo tempo, quando seus próprios Governadores fizeram a mesma coisa. E fizeram de forma acertada. Defendo, mesmo hoje. Eu nunca defendi aqui – eu nunca defendi aqui – a distribuição de qualquer medicamento sem prescrição médica. Sempre digo: autonomia do médico para prescrever; quem receita, quem administra o medicamento ao paciente é o médico. Agora, brasileiros e brasileiras, tem opinião sobre tudo, inclusive sobre tratamento. Significa que as pessoas vão seguir a opinião, a ideia ou a sugestão de alguém? Convenhamos.

Eu começo aqui citando o art. 196 da Constituição Federal, que diz: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Sr. Presidente, destaco esse artigo justamente porque tem sido uma insistência nesta CPI trabalhar por uma investigação ampla, que considere todos os fatores relativos ao enfrentamento da pandemia, e não apenas reduzir o foco exclusivamente para ações federais e, ainda assim, de forma parcial, como se saúde fosse apenas medicamento e hospital. É absolutamente simplório, se não irresponsável, cogitar que as mortes ocorridas na pandemia sejam decorrentes de ação ou omissão de agentes do Governo Federal, desconsiderando, primeiro, a questão da imprevisibilidade biológica, que pegou o mundo inteiro de surpresa. A própria China demorou alguns meses para reconhecer a gravidade do vírus. Só em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde reconheceu se tratar de uma pandemia, quando o vírus já estava em mais de 110 países, já eram mais de 118 mil casos voando pelo mundo todo.

Considerando que os primeiros casos foram registrados em novembro de 2019, até que ocorresse o reconhecimento da pandemia, houve uma plena circulação do vírus por todos os continentes, inclusive a realização de festas, como o Carnaval, no Brasil, no final de fevereiro de 2020, exatamente a quinzena anterior à primeira explosão de casos em nosso País. Esses dois fatores não têm sido considerados, e é preciso que não se percam em nossa memória.

Mas fiz a leitura do art. 196 da Constituição Federal para destacar outro fator, que foi a visão holística que o Governo Federal tem – teve e tem – da pandemia, diferentemente de visões reducionistas acerca do que representa direito à saúde. A visão holística, aliás, que não pôde ser implementada porque a decisão do Supremo Tribunal Federal colocou Estados, Distrito Federal e Municípios na vanguarda de decisões fundamentais para um tratamento equilibrado da pandemia, especialmente voltado para aspectos sociais e econômicos. Tivemos atitudes diametralmente opostas, radicais e absurdas pelo País afora.

Voltando ao conceito de saúde, à luz da Constituição Federal, diz o art. 3º da lei do Sistema Único de Saúde do Brasil:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Destaco: "bem-estar físico, mental e social".

Observe, Senador Girão, que a Constituição Federal e a lei do SUS dizem que não há saúde sem considerar políticas sociais e econômicas, que passam necessariamente por garantias como alimentação, moradia, trabalho, renda, atividade física, dentre outros aspectos determinantes e condicionantes, considerando o bem-estar físico, mental e social. Isso é fruto de muitas discussões ocorridas durante os trabalhos dos Constituintes de 88, o que evitou que o Brasil tratasse saúde, como muitos querem fazer agora, olhando somente para hospitais e remédios.

O que o Governo Federal tem procurado fazer desde o início do enfrentamento à pandemia é justamente não trabalhar com uma visão reducionista e negacionista quanto aos demais fatores previstos na própria Carta de 1988. Daí o Presidente insistir na busca de um equilíbrio com a economia e na garantia de direitos fundamentais inalienáveis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, peço para V. Exa. concluir. Eu já dei um tempo bastante suficiente, além dos 15 minutos, porque foi interrompido V. Exa. várias vezes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, depois, se nós emendarmos tudo lá, eu acho que não dão os 15 minutos, porque eu fiz antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa. pode verificar com a sua assessoria que o senhor já está falando há mais de 15 minutos, com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Considerando as interrupções, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Nesse ponto, deve ser considerado, portanto, como efetivamente importante, além do auxílio emergencial, o aporte dos bilhões de recursos federais destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não somente para combate específico da pandemia, mas também para assegurar o funcionamento da máquina administrativa, inclusive o pagamento de salário dos mais de 11 milhões de servidores públicos do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já com a política do "fecha tudo", o que mais se viu foi o negacionismo quanto ao direito ao trabalho, à renda, a qualquer atividade física, com medidas excessivas e arbitrárias espalhadas por todo o País. O absurdo levou, Sr. Presidente, à interrupção de transmissão de celebrações de cultos, com 3 ou 4 pessoas dentro de templos com capacidade para mais de 500. Tivemos até ação policial para a interrupção de oração no estrito ambiente familiar. O radicalismo visto no Brasil pela sistemática polarização ocorrida levou à negação dos mais basilares direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não se pode saber o quanto esse tipo de comportamento pode ter impacto no número de mortos. Cito apenas um exemplo: só nos três primeiros meses da pandemia, com a política de terror vista em grande parte do País, o número de mortos em casa aumentou cerca de 53%, segundo dados oficiais. O maior número de casos ocorreu no Estado de? São Paulo. Não se sabe que patamar isso já alcançou, mas são dados que precisam ser investigados. Não se pode desconsiderar a inexistência de correlação com a política de "fique em casa e não procure médico até que sinta falta de ar". Ontem eu ouvi aqui Senadores criticando o protocolo do tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a política do "fica em casa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, para V. Exa. concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

É a política do "fica em casa". É a política do "só procure um médico se faltar ar". Aí, chega ao hospital, se não tem estrutura de respiradores, vai morrer; se não tem UTI, vai morrer, mas não querem saber do procedimento do tratamento precoce, o tratamento na hora certa.

Sr. Presidente, eu tinha aqui outras considerações a fazer nessa mesma direção, mas nós vamos ter outras sessões de debates e eu vou complementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quero apenas deixar aqui para o depoente, para o nosso General um questionamento, um questionamento. Deixo apenas um questionamento.

O senhor é um general, um quatro estrelas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Três, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Três?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Três.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Três estrelas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai chegar!

V. Exa. foi preparado ao longo da vida, é um conhecedor do que realmente foi feito e como foi feito. Pergunto-lhe: o senhor tem documento que prova o que mandou de dinheiro aos Estados e Municípios? O senhor tem os valores? Pode nos apresentar?

São apenas esses questionamentos que faço, Sr. Presidente, porque aqui a gente viu a CPI perder o foco diversas vezes: CPI da cloroquina, CPI da carta, CPI do gabinete paralelo – quiseram colocar o Carlos Bolsonaro como chefe do ministério, do gabinete paralelo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, uma questão de ordem aqui, já que está falando da família...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... e eu acho que é importante aqui o que ele colocou, porque essa percepção... Parece que é o maior absurdo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... um filho conversar com o pai. E aí, Senador Renan, sem nenhuma provocação. É completamente normal o senhor conversar com seu filho, que é Governador, o seu filho se aconselhar com o senhor. E, agora, Carlos Bolsonaro... A todo momento se tenta trazer... O nome dele é trazido a esta CPI como se houvesse um conjunto de pessoas num aconselhamento paralelo, algo obscuro ou criminoso.

Então, Senador Marcos Rogério, eu quero dar um nome para o senhor aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu quero dar um nome aqui e já vou concluir, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É para deixar rolar solto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Se querem saber quem dá conselho a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele pode falar, como a gente pode falar. Fala, Senador!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Falou do nome da minha família. Posso falar do meu irmão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, deixa ele falar, Senador Omar. Fala, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Obrigado, Eliziane, obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Vou concluir, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Eu quero sugerir aqui ao Senador Marcos Rogério...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Deixa o Senador falar, Senador Omar.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A gente vai falar do jeito que o Senador Flávio está falando, só isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Eu estou me dirigindo ao Senador Marcos Rogério.

Senador Marcos Rogério...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Foi ele que citou o nome do irmão de V. Exa., nenhum de nós citou aqui não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Toda hora fala aqui de família, que não pode... Já vi até ministro sendo acusado de dar aconselhamento paralelo ao Presidente da República, por incrível que pareça!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se querem ouvir alguém aqui dar conselho para o Presidente da República, eu vou dar o nome: chama o Pastor Silas Malafaia aqui! Esse fala quase diariamente com o Presidente e influencia o Presidente. Chama ele aqui e vê se ele influenciou alguma coisa nas políticas públicas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como membro da CPI, Sr. Presidente, vou apresentar um requerimento convocando o Pastor Silas Malafaia à Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou apresentar a V. Exa., porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se fala tanto de gabinete paralelo... E, declinado o nome aqui, vou apresentar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Silas Malafaia tratava de cloroquina também?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para convocação aquele que, segundo o próprio Flávio disse...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Quero ver se vai ter coragem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é um dos que compõem esse time que aconselha o Presidente. Então, apresento a V. Exa.

Mas a pergunta que fiz ao Ministro, agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrado o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Sr. Presidente! Não, Sr. Presidente, eu quero a fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar com a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto Alencar com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto Alencar por 15 minutos com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente, eu quero...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro falou, Presidente, aqui por alguns minutos. O Senador Marcos citou o meu nome e citou o Estado do Maranhão, dizendo que o Estado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Ninguém citou seu nome aqui! Ninguém citou seu nome!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... do Maranhão estava agindo de forma incorreta. Não é, Presidente. O vídeo que o Senador Marcos Rogério apresentou data de abril de 2020...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, não cabe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... quando, naquele tempo, o mundo inteiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... não cabe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... estava, inclusive, com o olhar voltado para a cloroquina. Só que a ciência evoluiu...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha isso, Presidente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Relator, preste atenção!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só que depois a ciência evoluiu e todas as demais pessoas viram...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que não tinham eficiência, que não tinha eficiência a cloroquina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil. Esta é a CPI!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o que nós temos hoje?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Ela está inscrita para falar, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta é a CPI!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A ciência evolui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu pedi autorização aqui ao colega Otto Alencar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Lá atrás a gente dizia que a terra era plana...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje só os incautos dizem que a terra é plana...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque a Terra é redonda!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso está claro, Presidente, desde o começo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Infelizmente, é o que está acontecendo aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião por 10 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Presidente, eu quero ler...

(Intervenções fora do microfone.)

(Suspensa às 10 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, você me desculpe, Senadora, mas V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só para uma orientação, Presidente. Não vou falar de nada, não, Presidente. É só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa... Deixa eu só dizer... Não, só um minutinho, Senadora.

Eu tenho muito carinho e respeito pela senhora; agora, o Flávio Dino, o Renan Filho, o Governador do Amazonas, o Governador do Pará têm boca para se defender, não precisam da gente aqui para defendê-los.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente. Deixa eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles é que se defendam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é V. Exa. que vai aqui defender o Governador Flávio Dino.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu não estou falando do Governador Flávio Dino, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem espaço. Não, V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero fazer apenas um entendimento com V. Exa. aqui.

Eu acho que, ou V. Exa. abre o microfone para quem foi citado, e V. Exa. o fez em relação ao Flávio e tem o mesmo comportamento em relação aos demais, ou V. Exa. não abre. Aí, na sua mesa, V. Exa. tem um mecanismo de cortar o microfone daqui, de baixo. Então, que V. Exa. corte e não abra para ninguém.

Agora, não dá para abrir para um e fechar para outros, Presidente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não foi citada; quem foi citado foi o Governador Flávio Dino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu fui citada. Ele citou o meu nome, Presidente. Pegue a taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Eu não ouvi, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois ele citou, me chamando pejorativamente de advogada do Flávio. "A Senadora Eliziane Gama", citou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, só para contribuir com V. Exa., eu não citei nome de ninguém; apenas fiz menção a advogados de defesa, sem nominar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar com a palavra por 15 minutos, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, começo agradecendo a V. Exa. por ter retomado a Presidência da Comissão – V. Exa. deixou rapidamente.

Também peço que dê a palavra às pessoas certas, sem interrupção de quem está falando, sobretudo quando se referiu, aí, o Senador Marcos Rogério ao filho do Presidente. Foi ele que falou o nome. Ninguém falou o nome dele aqui hoje. Ninguém falou, porque ele é uma figura até que não deve estar por aqui, porque é Vereador do Estado do Rio de Janeiro, figura menor dentro do Senado Federal.

Mas eu queria, antes de tudo, já que, na minha opinião, cloroquina, hidroxicloroquina é uma coisa que já está definida no mundo, ninguém mais está... Eu tenho aqui uma lista de associações mundiais e do Brasil não recomendando. Naquele momento, realmente, na tentativa de se encontrar uma solução, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usou hidroxicloroquina. Inclusive, quando feita por médico, Senador Marcos Rogério, tudo bem! Mas o maior problema é que quem receitou hidroxicloroquina foi o Presidente da República, com uma caixa na mão, e dizendo: "Toma aqui". E, pelo que conheço, ele não é médico, não é sanitarista, não é epidemiologista.

O problema maior é ter colocado no *site* do Ministério da Saúde a recomendação de hidroxicloroquina. Pessoa jurídica dando receita? O senhor acha que é correto isso?

Nós estamos criticando é esta situação que aconteceu no Brasil: o Presidente da República, Capitão reformado, Presidente, pega uma caixa de hidroxicloroquina e dá... Até a ele não quis tomar, correu, não ficou lá no Palácio do Planalto, correu para não tomar a hidroxicloroquina. E todas as associações dizem isso.

Mas eu queria, Sr. Presidente, primeiro, começar as minhas perguntas ao Ministro Eduardo Pazuello.

Queria que V. Exa. encaminhasse, por favor, a esta CPI os 29 países a que V. Exa. se referiu que estão usando hidroxicloroquina, os 29 países em que está no *site* dos seus ministérios da saúde essa recomendação. O senhor pode pegar isso. Eu quero, inclusive, todo o descritivo que está contido nesses países, porque ontem eu procurei vasculhar e não encontrei 29 países, Sr. Ministro. Então, depois o senhor encaminhe aqui para o Presidente Omar Aziz.

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar a V. Sa., que ontem deu uma declaração que me animou muito: o senhor disse que era preciso fazer perguntas mais profundas, mais completas sobre o Covid-19, ou seja, V. Exa. está dominando a matéria... Eu, por exemplo, sou médico de formação, mas já fui Secretário de Indústria e Comércio no meu Estado. Tomei 60 dias de curso para entender de subsídios, de implantação de indústrias, e isso me valeu muito. Eu fui fazer o meu trabalho, e não tive problema.

O senhor tomou curso de doenças infectocontagiosas com quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Não fiz curso algum específico sobre doença infectocontagiosa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Também não fiz curso algum, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe quando aconteceu a primeira manifestação de coronavírus no mundo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei que faz alguns anos, não foi esse ano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, a data. A Data.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Data eu não tenho. Sei que não foi esse ano ou o ano passado. Já tem muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o senhor... Eu vou começar a explicar ao senhor para o senhor ficar mais preparado para esse tema. A primeira manifestação de Covid no mundo foi em 1964, coronavírus comum, que dá uma manifestação leve, quase assintomática, em crianças e outras pessoas, o primeiro caso.

Segundo, eu queria perguntar ao senhor: quantas formas de coronavírus têm que causam doença infectocontagiosa? O senhor sabe quantos têm?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, eu não sou especialista em... Eu não sou médico. Eu, quando coloquei as perguntas ontem... São perguntas sobre a gestão, sobre a pandemia. Falamos sobre... São tantas coisas que vão além...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Além do conhecimento médico, desculpe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não conhece, não sabe nem o que é a doença. Então, não sabe nada da doença. Não podia ser Ministro da Saúde, pode ter certeza absoluta. Eu, por exemplo, no seu lugar, não aceitaria, porque a responsabilidade com a vida é para quem conhece a doença. Então, o senhor não sabe nem que... O senhor sabe qual é o grupo a que pertence o Covid-19, o novo coronavírus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, vou repetir. Eu não vou nem colocar a resposta assim, dessa forma, só para não agredir a área médica. Eu não sei mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o senhor tinha que saber – tinha que saber!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, o novo coronavírus é do grupo beta dos coronavírus todos que se manifestam. Tem sete tipos coronavírus, seis tipos de coronavírus que causam doença infectocontagiosa: a pneumonia virótica. Tem o HCoV-229E, que foi de 1964, de que eu falei com o senhor; tem o SARS-CoV de 2002; tem o HCoV-OC43, de 2004; tem o HCoV-HK, de 2005; tem o Mers; tem o Sars 1 e 2 – Sars 1 e 2 são o Covid-19.

Então, para conhecer e tratar uma doença, antes de tudo o senhor tinha que estar com a sua consciência certa de que tinha o domínio do que era a doença, e o senhor confessa que não sabia absolutamente nada. Então, isto é uma coisa muito grave: aceitar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou do José Serra. O José Serra, quando foi ministro, tenho certeza absoluta de que ele estudou tudo, conheceu tudo. Eu já conversei com o Senador José Serra, Ministro, sobre saúde e ele sabe tudo, ele conversa sobre tudo. Não pode alguém tomar conta de um ministério sem conhecer o ministério na sua estrutura organizacional, na doença grave que acomete o Brasil hoje.

No começo agora do ano, em janeiro, o senhor deu uma declaração de que a máscara não tinha importância nenhuma, está nos jornais isso. O senhor deu essa declaração. Pois eu vou instruir o senhor sobre respeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da máscara, eu desconheço essa declaração.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe, Ministro, que em 2012 teve uma manifestação do coronavírus. O Mers – "m", "e", "r", "s" –, causado pelo coronavírus. Isso foi na Ásia Menor, Arábia Saudita e outros países. O senhor sabe por que as mulheres se contaminaram menos do que os homens na Arábia Saudita? Porque as mulheres, nas suas vestimentas, usam a máscara. Então, para cada dez contaminados, oito eram homens; dois eram mulheres. Então, o senhor deu uma declaração irresponsável no começo do ano de que não precisava usar máscara. Ela é importante para quem está com a doença – a máscara – porque ele não contamina e quem não tem doença também, com a máscara, não vai se contaminar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito nisso que o senhor está falando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou falando cientificamente. Eu vou repetir: não haveria força ou qualquer bem material que me desse a condição de eu assumir o Ministério da Saúde não tendo conhecimento da doença, das doenças infectocontagiosas.

O senhor podia pegar, por exemplo, um livrinho de Veronesi e dar uma lida – é rápido, dá para ler em oito dias –, para tomar conhecimento, saber do que o senhor estava tratando. E não fez isso, Ministro. É um absurdo!

A máscara salvou muitas vidas na Ásia Menor porque as mulheres as usam na sua vestimenta. Mas o senhor disse que não.

O Presidente da República não usa máscara! Certo? Nunca! Em todo ambiente a que ele vai, com aglomeração, ele não usa máscara.

Então, eu acho que a situação do Ministério da Saúde no seu período deixou completamente a desejar em todos os pontos. Não vou nem falar da falta de oxigênio que aconteceu em Manaus. E, nesse ponto, nesse ponto do Amazonas, eu tenho que ser honesto do ponto de vista médico. Se havia um Governador sentado na cadeira do Governo do Estado do Amazonas, com o dinheiro que tinha no Fundo Estadual de Saúde, ele não podia deixar faltar oxigênio. Mas sabe o que é isso? É quem está sentado na cadeira que tem que ter consciência do que está acontecendo. É responsabilidade do Governo Federal? É.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é mais ainda do Governador. Com dinheiro no caixa dele, ele podia dar provimento ao oxigênio necessário para salvar o povo do Estado do Amazonas e de Manaus. Não tenho a menor dúvida disso.

Mas, por exemplo, essa questão do *kit* intubação... Faltou *kit* intubação, Ministro! Era para comprar para o suprimento do Brasil inteiro. O senhor comprou, se não me engano, 5,7%, segundo foi publicado. Faltou *kit* intubação! É doloroso estar em um hospital, Ministro, e ver as pessoas amarradas recebendo tubo na traqueia. Isso é muito desconfortável.

Todos esses atos aconteceram por falta de conhecimento médico, científico, que o senhor não tem. E não conhecia essas manifestações da doença.

Por exemplo, vou perguntar - é fácil isto: o senhor sabe as fases da doença, quais são as fases da doença?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Da fase inicial até a fase inflamatória? A fase viral e a inflamatória?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu quero que o senhor defina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A fase viral e a inflamatória? É isso?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não. Quais são as fases da doença? Onde ela começa? Até onde ela vai?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, desde a contaminação, o contágio, a fase viral...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sim, a contaminação... O vírus fica onde, no início?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só... Deixa eu dizer para o senhor: eu compreendo... Sobre...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, eu quero apenas dizer...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou lhe responder: existe a fase de contaminação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O vírus...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... a viral, a fase inflamatória. São as três fases.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O vírus chega ao homem pela mucosa da boca e pela nasal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E ele passa um período na cavidade bucal para se reproduzir e dar a forma grave, que é a forma da pneumonia virótica.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O vírus desce numa carga viral muito forte. Ele chega lá, dá um processo inflamatório, causa microtromboembolia, obstrui o pulmão, e o paciente fica com insuficiência respiratória, não pode respirar.

Então, essas coisas todas teriam que ser do domínio do senhor. Dava para ser general e tomar um cursinho rápido ou até longo sobre doenças infectocontagiosas e sanitárias, sobre como proceder, como trabalhar. Mas não podia ficar sem ter o mínimo conhecimento.

Isso só acontece no Brasil e nesse Governo, que é um Governo que não tem compromisso com absolutamente nada na saúde, um Governo cujo Presidente nunca visitou um hospital de campanha, nunca teve a humanidade, a solidariedade, a caridade humana de entrar em um hospital, de pegar na mão de um doente e dizer "eu vou trabalhar para lhe salvar". Não! Foi lancha, foi passeio em praia, foi montar a cavalo! E as pessoas morrendo à míngua, General! Isso é um absurdo! Isso é crime, pode ter certeza de que é crime!

Se eu, por acaso, na minha vida, eu tivesse feito um ato dessa... Não, porque, primeiro, eu não me sentaria nesse lugar aí. Eu ia confessar logo o meu crime porque não atendeu as pessoas. Sinceramente, isso é um absurdo! Eu falo com essa indignação porque é diferente quem trabalha com a vida das pessoas de quem trabalha com armas, quem quer armar o Brasil, e esse não é o momento.

Por exemplo, ontem mesmo, o senhor falou que não vale, que não valia o que o Presidente dizia nas suas entrevistas pelo Brasil afora. O Presidente Bolsonaro é claramente contra a vacina. O senhor vai só ouvir o que eu vou ler aqui para o senhor, Ministro Pazuello. Declarações do Presidente da República. Eu vou ler para não botar o vídeo, para não constranger demais.

Primeira: "Procura outro comprar a tua vacina", se dirigindo ao Doria, que, finalmente, com o Butantan, conseguiu as vacinas. Hoje, a cada dez pessoas vacinadas, oito são CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Todas compradas pelo Ministério da Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente, mas, para comprar, no dia 22 de outubro, o Presidente fez um discurso contra, mas, quando ele viu que ele estava acuado, porque é difícil de ele reconhecer o erro – os homens erram, os grandes homens assumem os seus erros –, e nem nisso o Presidente tem coragem de assumir que errou. Ele acha que está certo até agora, prescreve a hidroxicloroquina até agora, recomenda até agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só ler aqui as mensagens.

"A pressa da vacina não se justifica". Toda e qualquer vacina está descartada". O Presidente. "Toda e qualquer" – ele dizendo.

"Eu [...] sou o Governo [...]. Não vai comprar [...] vacina também não, o.k.?"

"Já mandei cancelar [a compra da vacina ao ministro, porque]... O Presidente sou eu. [Sou eu o Presidente]".

"Se você virar um jacaré, é problema seu".

"[...] idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa, 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe!" O Presidente da República, General! Para o senhor, que é general, cabe uma situação dessa? Não cabe! É um absurdo, é uma afronta a quem está morrendo sem oxigênio, sem hospital!

"Eu não vou tomar [vacina]. [...] falam que eu estou dando péssimo exemplo". Claro! Péssimo exemplo. Os grandes líderes estadistas do mundo tomaram – todos eles tomaram. Só não tomou o Presidente.

"[...] o cara fala 'quero vacina, cadê a vacina?' Ou o cara é [muito] mal-intencionado, mau-caráter ou imbecil". Alguém que quer dar o braço para tomar a vacina é mau-caráter, mal-intencionado ou imbecil.

E o senhor me disse ontem aí que isso não tem nada a ver com o que o senhor estava fazendo no ministério, ou seja, o que o Presidente diz de público não vale para o senhor, porque ele certamente chega lá – naquele momento em que o senhor disse aquela frase ou palpite infeliz "um manda e o outro obedece" –, e não vale nada disso. Ou seja, o senhor disse ontem que o Presidente orientou o senhor a comprar a vacina. Ele não orientou, ele foi contra a compra de vacina. Eu acho até que, quando o senhor disse essa frase, certamente o senhor estava se protegendo, porque o Presidente é Comandante-chefe das Forças Armadas, e, naquele momento, o senhor era subordinado a ele. Talvez tenha sido a proteção, porque não pode ficar assim, não pode ficar assim, as pessoas morrendo.

O País, o Brasil tem 2,7% da população mundial e já é responsável por 13% de todas as mortes no País, Ministro. O senhor passou lá 11 meses – 11 meses! Dava para ter consciência disso. Dava para comprar *kit* intubação, equipamentos de proteção individual, suprimentos dos hospitais. Desativar hospitais? Às vezes ficam falando aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato. Às vezes ficam falando aqui em desativar hospital. No meu Estado, nem o Prefeito, o ex-Prefeito, desativou nem o atual Prefeito desativou, nem o Governador desativou. O Governador do meu Estado, que é um Governador respeitado e trabalhador e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um compromisso com a saúde, não desativou nenhum hospital quando teve a queda da doença. Deixou o hospital montado, com a sua capacidade instalada, porque sabia que vinha a segunda onda. E a negligência – negligência desses 11 meses – pode nos levar a uma terceira onda. Deus queira que não! Deus queira! Eu olho para o céu para dizer: Jesus, entra na causa! Porque, pelo Ministério da Saúde, não vai fazer... Até porque o novo Ministro dá uma recomendação e o Presidente faz outra. O Ministro veio aí e disse que hidroxicloroquina dá arritmia, dá parada cardíaca – o Ministro Queiroga –, mas o Presidente continua receitando sem ser médico. Ninguém tome a receita do Presidente da República, porque vai se dar muito mal.

Então, essa situação chegou a um ponto de tanto desencontro de informações, de tantos erros, que eu não tenho a menor dúvida de que o seu período foi um período negativo, que não cumpriu as determinações médicas, científicas. V. Exa. seguiu o que nós chamamos em Medicina "o cara que é audiovisual": ele ouve, ele vê e vai tratar do doente. Medicina tem que ter profundidade, Ministro; integralidade, compromisso, verdade, honestidade! Tem que ter honestidade. Não pode dizer uma coisa e fazer outra, camuflar o que aconteceu. Portanto, eu lamento muito o senhor ontem ter dado declarações que não eram condizentes com o que é a realidade – foi comprovado aqui –, inclusive no Estado do Amazonas, na questão do oxigênio.

Agora, não lhe recomendo mais tomar um curso, porque o senhor já saiu do Ministério da Saúde, mas pelo menos reveja, com a sua consciência, os malefícios da falta de protocolos organizados para tratamento da Covid, que já matou 439 vítimas, pessoas morreram. Ministro, sabe o que é o pior? Dos 441, tem 302 mil que eram aposentados, com mais de 60 anos, que morreram. Era o provedor do filho, do neto; a mulher viúva, que chora nas praças, nas ruas do Brasil; os órfãos, que não vão ter mais o provedor para levar o alimento. Isso não sensibilizou o senhor nunca? O Presidente da República nunca se sensibilizou com isso. Eu estou, inclusive, fazendo um projeto agora, apresentei aqui no Senado, para que, quando aquele que morreu por Covid-19, que era aposentado e era o único provedor da família, que essa pensão, essa sua aposentadoria seja transferida, por ordem judicial, para um parente, para alguém que possa criar as crianças que são órfãs no Brasil hoje. O Presidente vetou aquele projeto que eu relatei aqui para indenizar os profissionais da área de saúde. Ele vetou! Ele vetou, mas não vetou o de compra de armas. Nós derrubamos o veto para indenizar os profissionais de saúde.

Então, são essas coisas que não cabem mais. Não há como negar o erro absurdo que aconteceu na gestão do senhor à frente do Ministério da Saúde.

E mais, Ministro: a cepa indiana chegou ao Brasil hoje. Já tenho aqui que a cepa indiana chegou por um navio – Shandong, uma coisa assim. Já foi identificada. E essa cepa, se chegar aqui e não tiver o controle, se o Ministro Marcelo Queiroga não fizer o que é fundamental para o controle de viroses, que são as barreiras sanitárias, identificar onde chegou, isolar completamente, como foi feito na China, em Wuhan, isolar completamente... Barreira sanitária é fundamental. O Governo não fez barreira sanitária! O meu Governador, da Bahia, pediu autorização à Anvisa para fiscalizar o aeroporto de Salvador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cancelaram! Uma ação política! Política! O Governo, o nosso departamento de vigilância sanitária, queria fazer isso. Não deixaram fazer. Irresponsabilidade, crime contra a vida do povo brasileiro.

Eu lamento me dirigir a V. Exa. assim, porque eu respeito muito o Exército Brasileiro, todas as Forças, a Marinha, a Aeronáutica. Mas tenho convicção, por alguns generais que eu conheço, Ministro, que eles não fariam o papel de V. Exa. O General Pujol não faria isso, o General Santos Cruz não faria isso que o senhor está fazendo. E pode ser que essa lamentável participação que o senhor está tendo aqui, agora, com certeza não vai macular a imagem das Forças Armadas, mas deixa a situação do senhor muito frágil, como alguém que não teve responsabilidade para agir de acordo com a ciência e com a medicina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Eduardo, vamos procurar ser bem diretos e objetivos. Eu gostaria de fazer perguntas diretas, sem visão holística nas respostas, preferencialmente.

Então, Sr. Eduardo, veja: eu vou retomar alguns pontos que o Relator, Senador Renan Calheiros, parou ontem. Voltando àquela pergunta da Pfizer, eu reitero, com permissão do Relator, aquela pergunta que ele fez: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo de sete meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senador, muito obrigado por voltar ao assunto da Pfizer. De uma forma clara, eu vou, sem visão holística, bater de ponto a ponto. A primeira compreensão que Pfizer... A prospecção da vacina é de abril e maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Vamos pular essa parte? Vamos logo para... O senhor falou ontem da controvérsia jurídica que existia, um desentendimento jurídico no Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem. Então, a primeira proposta oficial da Pfizer foi no dia 26 de agosto – oficial, foi o MOU –, onde ela apresenta um cronograma. As discussões anteriores eram discussões de possibilidades. Quando ela assinou o MOU e mandou para nós, o memorando de entendimento, que foi no dia 26 de agosto, nesse momento ela apresenta também as cinco cláusulas que colocam ativos no exterior, fundo garantidor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, essa parte, Sr. Eduardo, a gente já compreendeu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor dizia que tinha uma divergência jurídica.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou chegar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, pode ir direto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A divergência jurídica é essa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Essa primeira parte a gente já entendeu.

Pode ir direto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Estou sendo...

É essa a divergência jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, perfeito...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A divergência jurídica são as cinco cláusulas impeditivas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, sendo mais objetivo, o Governo apontou alguma alternativa para resolver a divergência jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foram...

A Pfizer não fazia nenhuma vírgula de flexibilidade. Não tivemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Governo tomou alguma iniciativa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - As iniciativas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... junto ao Parlamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - As iniciativas...

A assinatura do MOU entre o Ministério e a Pfizer teve a assessoria jurídica da AGU e da CGU - eu errei ontem, falei TCU, é CGU - de forma negativa, mas a Pfizer colocou que só pediria o uso emergencial se nós assinássemos o MOU.

E nós assinamos o MOU, mesmo sem as assessorias jurídicas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor confirma que chegou a ser editada uma medida provisória com um dispositivo para resolver as controvérsias jurídicas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Confirmando que foi proposta uma medida provisória em dezembro pelo Ministério da Saúde, colocando exatamente essas posições jurídicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Essa aqui que inclusive inclui o art. 5º, que é a cláusula da responsabilidade civil, que resolveria todos os problemas de segurança jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Concordo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Só que a medida provisória que foi editada, a 1.026, já em janeiro, é essa, sem o dispositivo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Concordo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Qual foi o problema? Onde foi a divergência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A divergência foi o consenso...

Não havia consenso entre os ministérios, pelas suas assessorias jurídicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, então, não havia consenso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Aqui está a exposição de motivos da medida provisória.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - De qual? Da primeira ou da segunda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Dessa, da minuta, a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ela vai subscrita pelo Ministro da Justiça, André Luiz Mendonça, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga Netto, pelo senhor, Eduardo Pazuello, pelo Chefe da AGU, José Levi, pelo Chefe da CGU, Wagner de Campos Rosário.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - V. Exa. poderia dizer onde é que está a divergência jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Essa é a proposta de dezembro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, essa é a minuta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas de qual delas, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Da única medida provisória que tratou disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Da primeira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Na minuta constava...

A única.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Na primeira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A única.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A 1.026.

Aqui está a minuta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixa eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Deixa eu ser mais claro para o senhor, talvez eu esteja sendo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senador, por favor, é isso que eu ia dizer, não entendi qual é a minuta. Foi a proposta ou a executada?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Aqui está a minuta.

Aqui está a exposição de motivos da minuta, assinada por V. Exa. e por todas as autoridades do Governo, menos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ainda com o art. 5º?

Ainda com o art. 5º?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu vou ler para o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Faço questão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, então, pronto, se o senhor diz que está correto, eu nem vou ler.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não precisa, está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, veja só.

Ótimo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não há divergência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Aqui está a medida provisória sem o dispositivo.

A diferença daqui para cá é que não tem assinatura...

Aqui não tem assinatura do Presidente da República, aqui tem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou colocar para o senhor.

Nós fizemos a proposta com a minuta e estavam os Ministros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando isso foi discutido, quando foi discutido pelas assessorias jurídicas para a assinatura, não houve consenso e houve a alteração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas a AGU não está assinando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Na exposição de motivos, os chefes de toda a equipe jurídica do Governo assinam a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Os Chefe da CGU...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso foi depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, isso é antes; é a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, isso foi uma minuta; depois houve a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Certo.

Qual é a diferença da minuta para a medida provisória editada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A diferença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É que a minuta não tem a assinatura do Presidente da República. A medida provisória editada tem.

E a medida provisória editada não tem o dispositivo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A minuta pode ser alterada. Isso foi uma minuta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Claro, e foi alterada pelo Presidente da República.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ela foi alterada na... No Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pelo Presidente da República.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não pelo Presidente, mas pelo Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ah, ótimo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelos Ministros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor já esclareceu.

Relator, pronto!

Já está esclarecido.

Foi alterado pelo Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi, claro que sim.

Não poderia ser alterado em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi o Governo.

O Governo... Os Ministros queriam. Foi alterado por uma única pessoa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Eduardo, está resolvido.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está perfeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está esclarecido. Está esclarecido...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas é exatamente assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos avançar para a próxima. Está esclarecido...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Minuta foi discutida e não foi aprovada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente, isso atrasou três meses, três meses sem a vacina da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a Pfizer só foi aprovada no dia 23 de fevereiro. A Pfizer só foi registrada no dia 23 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, para o registro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que ele está perguntando, não!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas é isso que eu estou falando!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sigamos, sigamos, então.

Bom, mas, depois da medida provisória editada, este membro do Congresso Nacional, este Senador fez uma emenda à medida provisória – exatamente aquele trecho que foi retirado pela AGU. O Relator da medida provisória era o Deputado Pedro Westphalen. Segundo informações, o Governo deu parecer contrário a essa emenda que reeditava o texto retirado pela AGU...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu desconheço essa negociação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Podemos, então, checar a informação, sem oitiva, com o Deputado Pedro Westphalen, porque ele disse que a responsabilidade não foi dele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Volto a dizer para o senhor que esse assunto não foi tratado por mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas aqui está a emenda, e a emenda foi rejeitada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso demorou mais... Isso foi um mês depois, demorou mais dois meses sem aquisição de vacinas da Pfizer.

Sigamos, então.

Ainda sobre vacina, CoronaVac, voltando ao questionamento do Senador Renan Calheiros.

O Senador Renan perguntou aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Butantan.
(Pausa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De que forma, pergunta o Senador Renan, o Presidente o comunicou dessa decisão, ou seja, da decisão de não comprar a vacina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele nunca falou comigo pessoalmente para não comprar a vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor nunca recebeu nenhum documento do Instituto Butantan sobre isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Oferta de vacina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só... Nós já tínhamos feito o acordo de compra com o Butantan, e foi mantido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, por que demorou dois meses para ser comprado, depois da sua declaração "um manda, outro obedece"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque não havia medida provisória que permitisse comprar a vacina do Butantan. Ela foi editada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem três cartas aqui do Butantan: uma carta de 30 de julho...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou aguardar para responder ao senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... outra carta de 18 de agosto, e uma outra de 7 de outubro. O senhor respondeu a alguma dessas cartas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso responder agora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, muito bem, nós fizemos a carta de intenção para o Butantan no dia 17 de outubro, se não me engano, que é a carta que vale. A próxima medida depois da carta é o contrato. E o contrato só foi possível com a medida provisória que foi sancionada e foi publicada ou foi mandada para o Congresso no dia 6 de janeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me só o atualizar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou concluindo a resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é só o atualizar!

O contrato foi assinado dia 7 de janeiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... depois de anunciado pelo Governador Doria, três meses depois disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E a intenção de compra... Aqui, onde o senhor está, esteve na semana passada o Diretor-Presidente da Anvisa. Ele falou claramente aqui que compra não é a mesma coisa que autorização de uso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Presidente da Anvisa está mentindo, está errado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou repetir para o senhor: a lei brasileira não permitia, a lei brasileira que inclui a lei do SUS não permitia a contratação sem que houvesse a vacina em Território nacional e registrada e colocada, incluída no SUS...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Estou falando da CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Estou falando de CoronaVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A CoronaVac está sendo fabricada no Brasil...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A CoronaVac, mesmo a fabricada no Brasil, precisaria estar com autorização de registro ou registro para ser incluída no SUS, para poder ser comprada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por que foi feito diferente com a AstraZeneca?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A outra foi uma encomenda tecnológica. É diferente. É diferente a encomenda tecnológica e só vai ser concluída e distribuída com registro. Nós não fizemos encomenda tecnológica com o Butantan pela

Nós não fizemos encomenda tecnológica com o Butantan pela simples razão de que o Butantan já dominava a tecnologia. Não podia ser o instrumento de encomenda tecnológica, tinha que ser compra. Para compra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas qual a dificuldade de fazer encomenda tecnológica com o maior instituto de produção farmacêutica do País?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que o maior instituto já dominava a tecnologia, não podia encomendar a mesma tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que o senhor demorou três meses para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para comprar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque só podia comprar com a medida provisória, que foi editada no dia 4 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O famoso "um manda, outro obedece"...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou repetir para o senhor. Eu só poderia comprar a vacina, efetivar a compra do contrato com as autorizações legais da medida provisória do dia 4 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só que em outubro teve o famoso: "um manda, outro obedece", não teve nenhuma relação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso não interfere em nada com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o que foi o "um manda, outro obedece"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso aí é uma posição de internet, não tem nada com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor está trazendo aqui para a CPI um fato novo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Qual?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou seja, a palavra de um Presidente da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e de um ministro... Deixe-me lhe falar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não. Claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A palavra de um Presidente da República e de um ministro de Estado da Saúde, em meio a uma pandemia, quando, naquela altura, nós tínhamos mais de 150 mil mortos, em rede de televisão, de rádio, internet, em todos os meios de comunicação, não vale nada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O que não houve é a interferência no processo. O processo... Não podia, não havia compra, não havia contrato. A intenção de compra foi mantida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não teve nenhum...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não atrasou nada isso aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nada? Nada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não houve atraso. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, deixe-me fazer a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... a autorização... Eu posso concluir, se o senhor permitir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, o senhor está me dizendo que não atrasou nada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu posso concluir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Deixe-me confrontar com mais informação para o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu posso concluir essa resposta, se o senhor me permitir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - No mesmo dia em que a autorização da Anvisa foi dada, no dia 17, o próprio Governador começou a vacinar. E, no dia 18, nós começamos a vacinar em todo País. Qual foi o atraso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não é a isso que eu me refiro. Voltemos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, qual foi o atraso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Na declaração...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Qual é o atraso se você, no mesmo dia em que tem autorização da Anvisa, já está contratado e, no dia seguinte, está distribuído para todo o Brasil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Eduardo, quem está perguntando sou eu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Tudo bem. Eu estou colocando qual seria o atraso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ainda sobre a pergunta, no mesmo dia em que o Presidente da República falou isso...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia anterior, o Twitter do Ministério da Saúde dizia o seguinte: "Reforço contra a Covid-19. O Ministro da Saúde Eduardo Pazuello anunciou hoje a assinatura do protocolo de intenções para adquirir 45 milhões de doses da vacina do Butantan...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Quarenta e seis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... 46 milhões de doses da vacina do Butantan, Sinovac/Covid".

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito. Isso não é um contrato. Isso aí é um memorando de entendimento, é uma carta de intenções, como o senhor leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Como o senhor leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por que, logo depois da declaração do Presidente da República, isso aqui foi retirado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Retirado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Retirado, deletado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso é atualizado todos os dias, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, isso foi retirado. Esse tuíte foi deletado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senador, olha só, eu não faço uso de Twitter.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, isso aqui foi deletado, logo depois da declaração "um manda, outro obedece".

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só, eu não sei dizer para o senhor o que quer dizer isso em relação à compra que foi feita no dia 3 de janeiro. O que mudou a autorização de compra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Isso quer dizer... O senhor está dizendo o seguinte: que a sua declaração com o Presidente da República "um manda, outro obedece" não tem relação nenhuma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Um dia depois da declaração e da desautorização da compra feita pelo Presidente da República, esta postagem foi retirada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A administração do Twitter é feita pela minha comunicação, do segundo nível de comunicação. Eu nunca mexi em Twitter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não o chamou a atenção isso ter sido deletado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha, eu vou dizer para o senhor uma coisa: eu nem tenho Twitter, eu não olho Twitter, não uso nada disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas, não é o senhor que tem; é o Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É isso que eu estou falando. Eu não... Desculpe, eu não acompanhei o Twitter disso só, não fui eu que dei ordem para tirar. Se isso foi retirado, foi pela própria atualização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Foi uma mera coincidência, então, ser retirado logo depois que o Presidente desautorizou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou dizer para o senhor: algum servidor pode ter tirado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Desavisadamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não é desavisadamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Ministro comunicou...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não mandei tirar nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Ministro comunicou na sequência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não mandei...

A resposta é: eu não mandei tirar nada de Twitter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não me parece que foi o senhor; foi o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministro comunicou na sequência que não havia simplesmente previsão de compra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, inclusive, o Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo amor de Deus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Sr. Eduardo está certo em relação a isso. Não foi ele que mandou tirar, não. Foi o Presidente que mandou tirar. Foi o Presidente.

Mas sigamos aqui. Sigamos.

O senhor disse... Em relação a não receber o CEO da Pfizer, o que eu acho um absurdo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu recebi o CEO da Pfizer, não para tratar de compras diretas de vacina; recebi como deve ser recebido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu recebi quando, como e deve ser recebido qualquer CEO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas a sua declaração ontem, respondendo ao Relator...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não faço nenhuma, nenhuma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não reúne com empresários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... para um ou para outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não reúne com empresários?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não reuni com empresários para tratar nenhuma compra e negociação alguma. Eu não reuni com nenhum empresário para discutir compra de nada. Posso ter recebido um CEO, posso ter recebido alguém que também é empresário pela cortesia de tomar um café, muito obrigado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... na administração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 3 de março de 2021, o senhor reuniu com a Pfizer para quê? Está na sua agenda.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa? Três de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Março de 2021.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós... Para apresentar a Pfizer... Nós fizemos a videoconferência com a Pfizer para informá-la – todo o ministério sentado –, para informá-la, em videoconferência com todos os... A Pfizer dos Estados Unidos, do Brasil, com todo mundo, com 14 pessoas, para informar que, com o PL, a partir do PL que V. Exa. e o Senador... É, é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rodrigo Pacheco.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... Rodrigo Pacheco fizeram, nós poderíamos, a partir dali, prosseguir no processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a sua afirmação é o seguinte: que o senhor não reúne com empresários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para tratar de qualquer discussão de compra de vacina não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 28 de maio de 2020, segundo a CNN, o senhor encontrou com o empresário na sede da Fiesp para pedir ajuda na compra de insumos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpa, eu não estava comprando nada deles. Eu não estava... Ali...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas a CNN está mentindo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, o senhor não entendeu. Uma coisa é você estar numa reunião da Fiesp e dizer para os empresários, numa reunião aberta, que nós precisamos deles para trabalhar. A outra coisa é receber a diretoria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor está pedindo ajuda na compra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpe, o senhor está fazendo uma comparação que não é condizente, na minha visão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sobre a crise...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O que eu estou respondendo... Vou voltar a esse ponto, porque isso aí tem a ver com a parte da honestidade. Eu não reuni com diretorias e diretores de empresas para tratar de negócios, para tratar da compra ou venda e dizer: "Vai comprar essa bolsa laranja que está aqui pelo preço que eu combinei". Isso nunca foi feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Voltando à questão da crise do Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Há a impessoalidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Voltando à questão da crise do Amazonas, o senhor informa que teve o conhecimento do agravamento da crise no dia 10.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, senhor. Eu tive conhecimento no dia 10 à noite de que o risco logístico poderia trazer problemas graves de oxigênio. Risco logístico. Foi apresentado para mim de uma forma clara na reunião do dia 10 à noite.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse daqui é um documento da White Martins recebido pelo Ministério da Saúde, inclusive comunicado oficialmente pelo Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que documento, por favor? O senhor pode apresentar o documento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já lhe farei... Já lhe falarei.

O próprio Ministério da Saúde entrega esse documento em um pedido de resposta a informações judiciais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi um erro de um servidor. E confundiu a Secretaria de Saúde do Amazonas, que está escrito aí... O senhor está vendo aí o destinatário do *e-mail*? O servidor, quando pegou esse documento, ele anexou, dizendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Neste processo do Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O servidor já... O servidor já foi... Assumiu o erro, disse que ele errou na análise do protocolo. E isso foi informado ao STF.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesse documento aqui, no Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento está...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... está sendo dito que essa comunicação oficial da White Martins...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento já foi corrigido, há um erro do servidor aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... foi recebida pelo Ministério da Saúde no dia 8. Mas, mais ainda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi um erro do servidor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o Ministério da Saúde insistiu no erro, porque veja: no dia 7... Aqui está uma comunicação oficial à Câmara dos Deputados. Nessa comunicação oficial à Câmara dos Deputados, encaminhada pelo senhor e encaminhada pelo seu Secretário-Executivo Elcio Franco...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que dia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... que estará nesta CPI, diz aqui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Que dia, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... que, quanto ao quesito quatro, esse ministério soube que faltaria oxigênio na sede de saúde do Estado do Amazonas. "Esclareço que, na noite de 7 de janeiro, este ministério tomou ciência de problemas relacionados ao abastecimento de oxigênio na rede de saúde do Amazonas". "Tratou-se de uma conversa informal entre o Secretário de Saúde do Amazonas e o Ministro da Saúde".

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu já falei aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Isso é resposta oficial.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só, isso é o papel, escrevendo, agora eu estou falando pessoalmente aqui sobre esse assunto. O telefonema do Secretário de Saúde para mim, no dia 7, à noite, foi exclusivamente para apoio logístico de transporte de tubos de oxigênio que iam para o interior do Amazonas, saindo de Belém para Manaus. E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas aqui é um documento oficial de resposta à Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, eu estou... Foi a primeira vez que nós tratamos de oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sete de janeiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não quer dizer aí que se havia... Não quer dizer aí que havia a compreensão do colapso de oxigênio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois é, mas ontem, aqui respondendo ao Senador Renan, o senhor disse que não tinha tratado de oxigênio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, o tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Aqui está dizendo o contrário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, como não, se eu chamei dois transportes de oxigênio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, concluindo, Presidente. Teve tolerância para todo mundo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... transportados no dia 8 e no dia 10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O tempo! Tem 20 inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, calma! A gente está tentando esclarecer as omissões do vosso Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, para não haver dúvida, para não haver dúvida...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só estou dizendo que o tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... no dia 7, à noite, eu imediatamente liguei para o MD para fazer o transporte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, só para lhe dizer que o senhor está contradizendo o que respondeu ontem ao Senador Renan. Está aqui um documento oficial à Câmara.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu volto a dizer para o senhor: isso é uma ação, não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para retomar a pergunta aqui feita pelo Senador Eduardo Braga, ainda sobre isso. O Senador Eduardo protocolou para o senhor um pedido de intervenção federal na saúde do Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor falou aqui que ela não foi acatada por decisão da reunião...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da reunião interministerial, onde o Governador foi chamado, apresentou a sua posição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... e houve uma decisão, nessa reunião, de que não seria feita a intervenção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me diga uma coisa: à luz da Constituição, quem é que decide intervenção? São os Ministros ou o Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o Presidente da República estava presente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, ele estava presente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estava, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ele decidiu? Senador Eduardo... Então, ele decidiu que não tinha que intervir na saúde do Amazonas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa decisão foi feita nessa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, obrigado.

Que conste, Sr. Relator, essa informação aí.

Ainda concluindo, Sr. Presidente, por que o Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde, coloca as letras de recuperados com tamanho maior do que os casos confirmados e os óbitos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque nós temos que apoiar aí, de uma forma clara, o grande esforço para salvar vidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor está escondendo o número de óbitos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Escondendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim. Veja o tamanho do número de óbitos que está no painel.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Me desculpe, não está escondendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não acha que falta transparência? Talvez isso explique...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que isso aí é a forma que nós temos de dar clareza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Talvez isso explique, Sr. Eduardo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... de que 97%...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, vamos concluir.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... de pessoas salvas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Talvez isso explique... Sr. Eduardo, veja: esse daqui é o portal oficial da Johns Hopkins University. O Brasil é apontado aqui como, proporcionalmente, o país com maior número de casos e maior número de mortes por Covid no planeta. São, em números de hoje, 441.864 famílias. Tem algum parâmetro no planeta que esconde o número de óbitos, que esconde o tamanho do drama que nós estamos vivendo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não está escondido. Nunca foi escondido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Eduardo, meu tempo já acabou. Eu queria só lhe dizer o seguinte... Aliás, eu gostaria que o número de recuperados que está aqui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Fossem 200 milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu gostaria que o número de recuperados que está aqui... Austrália, Nova Zelândia, Vietnã, Suíça nunca terão o número de recuperados que nós temos, mas eles já estão voltando... Os avós estão voltando a abraçar os filhos e os netos, as pessoas estão voltando a se abraçar e não estão mais usando máscaras. Essa é a diferença nossa em relação a esses.

Sr. Eduardo, para concluir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Foi dito aqui que o Relator já tem uma sentença, que esta CPI já tem uma sentença. Deixe-me lhe dizer, Sr. Eduardo: nessas informações aqui em relação à Pfizer, em relação a todas essas informações, veja, a sentença sobre algum processo em relação ao senhor não será nem do Presidente da CPI nem do Relator nem de nenhum dos membros desta CPI. A sentença será, ao final, de um juiz. O senhor está aqui claramente protegendo uma pessoa por essas informações: o Presidente da República. Tem alguns que estão aqui lhe aconselhando, mas me permita eu aconselhar: estão lhe aconselhando mal, porque esses, na hora de responder ao inquérito, não estarão ao seu lado. Seria melhor o senhor colaborar mais diretamente com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ficou claro aqui de quem foi a responsabilidade sobre toda essa tragédia que estamos vivendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Muito bem. Muito bom dia a todos os Senadores, a todas as Senadoras.

Eu tenho acompanhado, Sr. Presidente, desde ontem, o depoimento do General Pazuello com muita atenção. Nós precisamos, esta CPI precisa de todas as formas não ficar batendo só num sentido. A gente... Até agora, faz três semanas que nós estamos trabalhando, se fala muito em condenar o Presidente da República, e isso diariamente, em todas as indagações e as afirmações.

Por exemplo: o Estadão publicou, no dia 18/04/2021, o parecer do Conselho Federal de Medicina, que está em vigor até a data de hoje, não foi reformado, sobre o uso da cloroquina. Vamos deixar, então, para os médicos. Ele afirma aqui que os médicos é que têm que decidir. A apresentação do Senador Marcos Rogério disse que muitos Governadores recomendaram por quê? Com a preocupação de, já que não tem remédio, ajudar os seus concidadãos. Então, vamos parar um pouco com a cloroquina, senão vai virar música esse negócio da cloroquina.

Eu quero dizer ao Senador Pazuello, ao ex-Ministro Pazuello: a minha grande preocupação - e que a população brasileira gostaria de saber também - é o que foi feito com o dinheiro do Governo Federal. A responsabilidade sempre foi tripartite: Município, Estado e Governo Federal. Eu não tenho conseguido saber de forma clara e definitiva quanto de recursos o Governo Federal repassou fundo a fundo em 2020 e 2021. Eu queria saber se V. Sa. tem esses dados aí para me fornecer agora e fornecer para a Comissão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) - Tenho sim, senhor. Muito obrigado pela sua pergunta.

E eu começo colocando o seguinte. A LOA de 2020, para o meu ministério, foi de R\$133,9 bilhões, e as MPs para o orçamento de guerra nos trouxeram mais R\$64,2 bilhões. Isso nos dá uma noção do tamanho, da quantidade de recursos. Então, tem duas maneiras muito claras que nós transferimos recursos para os Estados e Municípios: o fundo a fundo e a entrega de bens. *(Pausa.)*

Então, a transferência fundo a fundo e a transferência por bens, que são adquiridos do ministério e entregues para os Estados e Municípios. Então, tem duas formas: a primeira forma, que é a forma fundo a fundo... Tem duas linhas aí: o fundo a fundo de rotinas do SUS, que são os recursos previstos em lei, na LOA, e que são transferidos para Estados e Municípios - no ano passado, foram R\$79 bilhões -; e a transferência fundo a fundo do orçamento de guerra, que foi de R\$33 bilhões - transferidos fundo a fundo, direto para a conta -, o que totaliza R\$112 bilhões colocados no fundo para Estados e Municípios no ano de 2020.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, do orçamento fundo a fundo já foram R\$18 bilhões e, do orçamento de guerra deste ano já, MPs, 22 bilhões, totalizando 40 bilhões em 2021.

Para que os senhores compreendam o impacto disso na... Para que os senhores entendam o impacto disso no caixa dos Estados e Municípios... Isso representa o seguinte: no primeiro dia do ano de 2020, existiam recursos no fundo de todos os Estados e Municípios, recursos ainda não aplicados, de R\$15,6 bilhões; em agosto, R\$31 bilhões de saldo no primeiro dia, para iniciar o mês; em dezembro, R\$23,5 bilhões na virada do ano – isso é saldo não aplicado –; e, no dia 31 de março, 24,4 bilhões.

Isso demonstra que os caixas estavam abastecidos, como foi colocado aqui, o tempo todo. Não estamos discutindo aqui o emprego dos recursos, estamos discutindo que a missão de prover recursos para Estados e Municípios de forma tempestiva e na quantidade suficiente para o emprego foi cumprida. Isso eu não vi ninguém discutir aqui em nenhum momento, o Governo cumpriu essa missão de colocar os recursos tempestivamente para Estados e Municípios.

Quanto ao emprego...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E deixa claro, Ministro Pazuello, Senador Jorginho... Com as informações que estão chegando via requerimento do Senador Ciro Nogueira, nós vamos poder aqui, através das assessorias, saber se esses recursos foram aplicados no Covid ou se teve desvio de funções em relação a cada Estado. Então, nós vamos ter isso aqui bastante transparente. Os valores, realmente, são muito significativos, não dá para negar isso, e nós vamos saber... Todos os pedidos foram feitos, estão chegando essas informações, e todos nós Senadores teremos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – General Pazuello, eu só queria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – General Pazuello, eu só queria, para satisfazer a minha curiosidade... Quando, nessa reunião... O senhor lembra alguma coisa do que o Governador do Amazonas argumentou sobre o porquê ele não queria que fosse feita a intervenção no Estado? Teve argumentos fortes? O senhor entendeu que ele estava cumprindo com a sua missão de proteger a população lá? Que tipo de argumentos? O senhor lembra de algum argumento dele para que este colegiado não tomasse a decisão de fazer a intervenção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, isso... Olha só, eu tenho lembrança, mas eu não tenho dado real, e isso é uma coisa muito séria, uma argumentação, mas a argumentação, em tese, é de que o Estado tinha condição de continuar fazendo a resposta dele. Essa, em tese... Agora, os detalhes da argumentação daquela época eu não tenho exatamente aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas, em tese, o resumo da argumentação é de que ele teria condições de continuar fazendo frente à missão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

Está encerrando a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, Senador Omar Aziz. Seja extremamente bem-vindo a esta Casa novamente, ex-Ministro Eduardo Pazuello. O senhor esteve aqui algumas vezes, no Senado Federal; não é a primeira vez que o senhor vem. Eu tive a oportunidade de lhe fazer perguntas lá, no Plenário do Senado, no começo deste ano. Queria, em primeiro lugar, dizer que eu acho que o sentimento mais nobre do ser humano, de todos os sentimentos, é a gratidão. A gratidão move, liberta; o ódio aprisiona.

Eu queria dizer que eu o conheci no Ministério da Saúde, no dia 1º de maio. O senhor não tinha ainda assumido, mas foi durante um momento muito difícil para o povo da minha terra, o povo cearense, onde o Consórcio Nordeste, o tão falado Consórcio Nordeste recebeu um calote de 750 respiradores, porque foram duas compras: uma de 400 respiradores da empresa Pulsar, por R\$204 mil cada respirador, Senador Marcos do Val; a segunda compra, da empresa Hempcare... E não me pergunte o que tem a ver maconha com Covid-19 e com respirador, porque eu não sei responder. Isso eu vou perguntar, quando a gente estiver aqui, se os colegas permitirem que a gente busque a verdade... O Presidente desse Consórcio Nordeste, o coordenador-geral, que é o Dr. Gabas, que foi Ministro da Dilma e que coordena esse Consórcio Nordeste, que recebe dinheiro de todos os Estados do Nordeste. Nessa segunda compra, a um preço de R\$150 mil cada respirador, foram 300 respiradores, Senador Alessandro Vieira; até hoje não chegaram – até hoje não chegaram! Foram compradas de uma empresa com sede em Miami. Já teve operação policial na Bahia em relação a isso, subiu para o STJ, e a gente espera buscar aqui a verdade.

Eu lhe faço uma pergunta, Gen. Eduardo Pazuello: quando o senhor, naquele momento em que estava ali coordenando a logística, de alguma forma, com o Ministro Teich... E eu tive oportunidade de agradecer, porque o Ministério da Saúde, imediatamente após esse calote dos Governadores do Nordeste, que os Governadores do Nordeste receberam, o Ministério da Saúde teve a sensibilidade – e a gente não pode esquecer isso – de cobrir esses respiradores imediatamente para os Estados. Eu, eu, eu só vou recordar três Estados aqui, porque Senadores vão me confirmar, os que estiveram lá, que foram comigo: o Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, que foi defender os respiradores que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram e foi pedir lá para o Ministério da Saúde, e o Senador Rodrigo Cunha, de Alagoas, também foi comigo lá para pedir esses respiradores. O Ministério da Saúde prontamente fez o repasse dos respiradores.

O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: o Ministro Mandetta – e o senhor, depois do Teich, foi Ministro –, o Ministro Mandetta esteve aqui e falou uma coisa de que depois eu fui buscar os números e não batem, não batem de maneira nenhuma. Ele disse que comprou 15 mil respiradores – 15 mil respiradores o Governo Federal comprou – a um preço, que ele falou aqui, de R\$13 mil. Eu até me surpreendi, porque achei barato o preço: R\$13 mil. Se você comparar com esses do Consórcio do Nordeste, R\$150 mil e R\$204 mil nas compras... Depois eu fui buscar, fui pesquisar e, na verdade, foram 17 mil respiradores comprados a um preço de entre R\$20 mil e R\$60 mil. Eu queria lhe perguntar, General: o senhor participou dessa compra do Ministério da Saúde? O senhor participou, de alguma forma, da elaboração dessa compra aí de 17 mil respiradores para o Brasil? Isso era suficiente para atender a demanda dos Estados? Por que o Consórcio do Nordeste fez essa compra, tendo já uma cobertura do Governo Federal, comprando milhares de respiradores?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu coloco da seguinte forma: a primeira, o primeiro grande desafio quando nós chegamos ao ministério foram os respiradores, porque era óbvio que era um artigo muito importante para atender as pessoas ali que estavam com dificuldade de respirar, e tinha que ter os equipamentos, e havia contrato, e esse contrato não estava sendo cumprido. Havia o contrato e as empresas não conseguiam cumprir. Eram – eu não tenho certeza, se não me engano agora –, são três empresas, e elas não conseguiam cumprir porque não tinham matéria-prima, não tinham... Os produtos da China estavam completamente bloqueados também, foram se bloqueando, e ela não cumpria. Então, nós passamos a fazer a prospecção de outras empresas nacionais. Claro que a gente avaliou a importação de todos os países do mundo, mas, graças a um trabalho conjunto do ministério com o Ministério da Defesa, que me emprestou ali a equipe de prospecção da indústria nacional deles, nós fomos trabalhando com as indústrias nacionais que poderiam vir a fabricar rapidamente. E começamos a ter, então, as requisições dessas empresas nacionais. E a gente foi conseguindo compor um estoque e esse estoque era entregue de forma imediata. Nós chegamos a apanhar os respiradores na linha de produção. Era produzido, pegava-se e já entrava o avião encostado para levar. Eu coloco a Operação Distribuição de Respiradores como um dos momentos mais exitosos da nossa administração.

E eu coloco aqui que... Queria colocar de uma forma muito clara: eu tratei pessoalmente com os Governadores, pessoalmente com os secretários de saúde do País como um todo. Eu tinha o contato pessoal com eles, pelo telefone. Fui ao encontro da maioria deles no Brasil, pessoalmente. E posso... O retorno que eu tive deles sobre o apoio do Ministério da Saúde em todos os momentos, principalmente dos ventiladores, o retorno foi excelente – foi excelente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. E eu sou testemunha disso. Mas, para o povo, pelo menos da minha terra, esse agradecimento não veio a público.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Isso é fato. Isso é fato. Mas eu lhe agradeço, pelo povo do Ceará.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu queria também fazer uma colocação para o senhor: se fala muito em gratidão. Eu estou vindo na gratidão o tempo inteiro aqui, que é esse sentimento nobre. A Venezuela ajudou o Brasil com oxigênio, isso é fato. E ontem foi muito comentado aqui e perguntado para o senhor e para o Ministro Ernesto Araújo: por que não foi agradecido? Por que não houve um sentimento de gratidão, pelo menos expressado em alguma correspondência com a Venezuela? Eu acho que o Governo errou. O Governo do Brasil errou nesse aspecto. Gratidão precisa se demonstrar, mesmo que, em governos anteriores... A ditadura que está lá, na Venezuela, naquele país, foi financiada com dinheiro nosso, com sangue nosso, do povo brasileiro, com mais de R\$2,6 bilhões, que davam para construir, Senador Marcos do Val, 38 hospitais no Brasil. Dinheiro nosso, suado, do povo, mandado para lá.

Mas talvez aí tenha sido o sentimento deles de gratidão, de retribuição com o oxigênio - pode ser -, de humanidade. Mas eu lhe pergunto: o senhor coordenou a Operação Acolhida. O senhor veio do Rio de Janeiro, se eu não me engano, e foi direto coordenar a Operação Acolhida, dos venezuelanos, recebendo, ajudando com tudo lá em Roraima. Eu lhe pergunto: o Governo venezuelano lhe agradeceu? Porque a ONU reconheceu que foi uma operação de sucesso, foi elogiada muito na ONU. O Governo venezuelano lhe agradeceu por essa atitude do Governo brasileiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nunca. Nunca reconheceu... Nunca agradeceu em nada ao Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Errou também. Deveria. Deveria, porque eu acho que as nações têm que fazer isto: uma agradecer à outra, independentemente de a gente ter enterrado naquele país, financiando uma ditadura, mais de R\$2,6 bilhões do Governo brasileiro, do povo brasileiro. É o que os Governos anteriores fizeram. Governos anteriores, de petrolão, governos anteriores, de mensalão, pegaram o dinheiro do povo brasileiro e colocaram lá.

A última pergunta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gen. Eduardo Pazuello, a verdade precisa vir à tona. A verdade precisa vir à tona, e ela vai prevalecer aqui. Mesmo que a gente tenha flagrante parcialidade, mesmo que a sentença já esteja pronta – e a gente sabe qual é o final disso tudo –, a verdade precisa vir à tona aqui.

Os hospitais de campanha... O senhor já respondeu ao colega Eduardo Braga, mas eu vou lhe fazer uma pergunta mais objetiva ainda. Em muitos Estados, foram construídos hospitais de campanha, e a gente entende isso. Eu pergunto para o senhor: no meu Estado... Vou falar pelo meu! Foram dezenas no Brasil, mas, no meu Estado, foram gastos quase R\$100 milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um minutinho, por favor!

Quase R\$100 milhões foram gastos no estádio municipal. Foi construído, no Estádio Municipal Presidente Vargas, um hospital de campanha. Começaram a chover denúncias, denúncias de corrupção, de malversação. Da noite para o dia, Senador Marcos do Val, com apenas cinco meses – cinco meses! – de funcionamento, o hospital de campanha de quase R\$100 milhões foi fechado, desmontado, na calada da noite! O povo de Fortaleza, quando precisou, agora, na segunda onda – todo mundo sabia que viria a segunda onda nos Estados todos; estou dando um exemplo de hospital de campanha, mas são dezenas –, não encontrou leito e morreu sem leito!

De quem é a responsabilidade disso? O senhor mandou fechar esses hospitais de campanha como Ministro da Saúde? O senhor teve essa atitude? Foi consultado para fechar esses hospitais de campanha pelo Brasil? De quem é a responsabilidade dessa atitude criminosa, Gen. Eduardo Pazuello?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum, nós fomos consultados quanto ao fechamento de hospitais de campanha, em momento algum. E nós não levamos dificuldades em termos financeiros ou de suporte financeiro para nenhuma ação de Estados e Municípios.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dinheiro muito foi! Dinheiro muito foi! E o senhor acabou de responder ao Senador Jorginho Mello com os... Eu me perdi nos cálculos aqui. É tanto dinheiro, tantos bilhões de reais que saíram de Brasília para Estados e Municípios, que eu acho que a gente precisa fazer... Algum colega pode fazer essa pergunta, porque meu tempo está acabando.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Podia até complementar aquela minha pergunta, Ministro Pazuello, se o Sr. Presidente permite, que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não tinha conseguido terminar. É sobre os recursos encaminhados para os Estados, aquilo que o Estado tinha que aplicar e que o Governo Federal aplicou. O senhor estava respondendo, e o Senador Omar aí interferiu. Se o senhor pudesse terminar, aproveitando o tempo do nosso companheiro Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Presidência... Senador Girão, a Presidência terá tolerância.

Se o senhor quiser responder, fique à vontade, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadores, voltando, eu já tinha colocado aqui a parte das transferências fundo a fundo. Só que existem também as transferências dos recursos que foram aplicados no Ministério da Saúde com a compra de bens e transferidos os bens patrimonialmente para Estados e Municípios, que é um outro montante. E esse montante... Por exemplo, a aplicação direta com envio de bens – desculpa, eu já tinha lido – para Estados e Municípios foi de 18 bi do Orçamento e 22 bi do orçamento de guerra, totalizando R\$40 bilhões.

Então, para nós compreendermos: de fundo a fundo, foram 112 bi – que aí é para aplicação de Estados e Municípios nas ações de saúde: poder discricionário, custeio, todas as aplicações previstas –; e, para recebimentos de bens com transferência patrimonial, 40 bilhões. Isso é a nossa distribuição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, R\$152 bilhões? É isso? De fundo a fundo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, de fundo a fundo R\$112 bilhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E mais quarenta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De bens patrimoniais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, é muito importante...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A logística incluída.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a população brasileira que está nos assistindo saber que dinheiro não faltou, mas a gente, embora tenha um requerimento aprovado por 45 Senadores, a maioria do Senado, que até agora é desrespeitada nesta Comissão, porque não se olha para isso em três semanas aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente marcou para quarta-feira a análise de requerimentos para a gente chamar gestores municipais, estaduais, entidades que possam nos ajudar a esclarecer. Vamos ver... O Brasil aguarda nesta quarta-feira que vem a votação. Inclusive, fiquei feliz porque o Senador Omar Aziz falou para o Brasil agora há pouco: "Pergunte ao David Uip. Vamos perguntar ao David Uip se medicamento agora funciona". Ótimo! Vamos perguntar. Nós estamos aqui para isso. Que ele venha a esta Comissão como cientista que é, como médico renomado, esclarecer isso para gente, porque a ciência está dividida com relação a esse assunto. Precisamos ouvir médicos de um lado e médicos de outro, para sermos justos, se queremos buscar a verdade.

Então, já agradecendo a paciência do Senador Randolfe Rodrigues, que está na Presidência neste momento... E, inclusive, eu quero elogiar o Senador Randolfe Rodrigues, porque, quando ele foi autor do pedido da CPI do Ecad – e inclusive foi também o Presidente dessa CPI –, ele teve o empenho de buscar desvios dos direitos autorais dos artistas brasileiros que estavam tendo o seu dinheiro, de alguma forma, desviado. E eu queria pedir esse mesmo empenho, Senador Randolfe Rodrigues, para que a gente possa ter nesta Casa a busca desses R\$152 bilhões de verbas federais que foram para Estados e Municípios. A Polícia Federal já fez 61 operações neste País, buscando a verdade, e a gente precisa dar um retorno para o povo brasileiro, porque já está consolidado no inconsciente coletivo da nossa Nação que desvio de verba pública em época de pandemia não é apenas corrupção; é assassinato.

E esta Comissão, que até agora ignora 45 Senadores que assinaram o requerimento, o meu requerimento, que está apensado com o do senhor, que ela possa cumprir o seu papel. Eu já pedi aqui várias vezes que a gente faça alternância: alguém do Governo Federal... Eu aprovo todos, todos os nomes do Governo Federal, pela independência de postura que eu tenho. Eu não tenho um cargo público, eu não tenho verba extraparlamentar nenhuma, só as constitucionais, as impositivas. E é essa independência que eu gostaria de ver nesta Comissão, mas repito, com todo respeito a esta Comissão, aos colegas, que para mim o relatório já está encaminhado aí, antes de começar a CPI, com declarações que nós tivemos aqui de colegas. E eu acredito que isso tira a credibilidade do povo brasileiro do resultado disso tudo. Então, que tenhamos sabedoria, discernimento, para podermos apurar toda a verdade desse caso, e não apenas uma parte da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Girão.

Será, tenho certeza, o objetivo desta Comissão perseguir a verdade em todos os aspectos e as responsabilidades em todos os aspectos. É a determinação, tenho certeza, da maioria dos membros desta Comissão.

Esta Presidência teve a tolerância, como tenho dito, tem tido a tolerância devida na fala dos colegas para que eles possam concluir o raciocínio. Então, concedemos mais quatro minutos após a conclusão do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo regimental do Senador Girão, procedimento que teremos com os demais colegas, como agora com o Senador Marcos do Val.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Sr. Eduardo, depoente, está à sua disposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos; boa tarde, General.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Boa tarde.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - General, primeiro, como um ex-militar, só fui ao cargo de soldado, não passei disso, mas como soldado eu aprendi o amor à Pátria, o amor à Bandeira, o amor ao brasileiro, dar a própria vida pelo próximo. São valores que é difícil você aprender em outro lugar, fora do ambiente militar. Acho difícil. Não é impossível, mas é difícil.

A imagem que eu vejo é a de um avião em rota de colisão, os pilotos pulando fora, ou seja, os ex-ministros pulando fora, cada um com o seu argumento, cada um com a sua desculpa, deixando os brasileiros na mão. E aí vem um passageiro, um outro brasileiro, passageiro, a que foi dada a missão: "senta nessa poltrona do piloto e dá o seu melhor". General, eu tenho certeza de que essa missão... Você não titubeou. Quando fala que missão dada é missão cumprida, eu tenho certeza que, mesmo não sendo médico e sendo acusado por isso, o senhor não se intimidou: sentou na cadeira do piloto e tocou da melhor forma que poderia ser.

Eu, como Senador da República, quero também deixar aqui a minha gratidão, porque eu sou testemunha, porque por diversas vezes eu fiz contato com o Ministério da Saúde, e todas respondidas. Não fiquei no vácuo. Meu Estado é um dos quatro mais hoje vacinados no Brasil. A gente precisa entender que hoje é fácil a gente dizer: "podia ter feito aquilo ou aquilo outro". Cada tempo teve uma realidade, um tempo. Cada tempo, uma decisão, e o mundo não tinha nunca passado por isso. Nunca passou, para você ter como referência: "ah, porque no país tal, quando houve essa epidemia - não seria nem pandemia - tomaram tais decisões, então vamos tomar semelhante, porque o resultado foi positivo". Não se tinha como, a aeronave estava em rota de colisão. Era fazer o que poderia ser feito dentro das condições sendo feitas.

Entendo perfeitamente que uma fala de um Presidente não é uma decisão dada ao Ministro diretamente. Eu posso muito bem chegar e dizer assim: "Eu não aguento mais ser Senador", porque às vezes eu falo isso publicamente, mas isso não significa que eu estou mandando todos os meus assessores embora, que eu estou abrindo mão, que já oficializei o fim do meu trabalho como Senador da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Uma coisa é o próprio Presidente chegar até o Ministro e falar: "não faça isso". E o senhor deixou claro que não houve isso, tanto é que temos as vacinas, estão chegando. "Ah, mas não tem o suficiente". Mas o mundo não tem o suficiente. Quem hoje tem o suficiente, que possa se sentir confortável, são os Estados Unidos. O resto está desesperado atrás de vacina.

Bom, questão da cloroquina. Eu não aguento mais escutar essa questão da cloroquina: que não faz efeito, que cloroquina já tem teste, que cloroquina... Deixe-me tentar explicar aqui. Na fase hospitalar, já foi comprovado que ela não tem efeito, a hidroxicloroquina. Até na fase grave, o remédio vira veneno. Isso já está mais do que dito, redito, a imprensa fica falando o tempo inteiro que não tem comprovação. Mas eu fui... Médicos me procuraram, vários, centenas, vários. Fiz *lives* com vários médicos pedindo: "pelo amor de Deus, Senador, viabilize a medicação, porque a gente quer prescrever". Aí eu pergunto... Se o Presidente está na TV mostrando o remédio, porque ele acha que funciona, eu desafio qualquer um aqui a ir à farmácia e comprar sem receita. Só compra com receita, é o médico que vai receitar. Mesmo que A ou B falou que "eu acho que funciona", como teve Senador aqui, amigo meu, que, quando eu fui contaminado, me ligou me receitando hidroxicloroquina, mas eu falei: "não, o médico já me receitou".

Aí eu pergunto: o remédio tem mais de 70 anos, 70 anos. Durante 70 anos, não precisou de receita médica para comprar hidroxicloroquina. Não precisava de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Poxa, eu gostaria de poder falar sem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O tempo vai ser garantido a V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

Durante 70 anos, a hidroxicloroquina era vendida nas farmácias sem receita médica. Quando começou a pandemia, foi dada a ordem de que só com receita médica. Então, se A ou B está dizendo que indicou, falou, mas só através de um médico se toca na hidroxicloroquina hoje. Você não vai à farmácia e fala: "me dá porque o Presidente me indicou". Não existe isso, gente. Isso é uma mentira, uma falácia. Estão repetindo isso o tempo inteiro, como se eu fosse à farmácia: "me dá porque o Presidente me indicou". O farmacêutico vai falar: "não, me dá a receita médica".

Aí eu pergunto: se durante 70 anos foi vendido sem receita – porque hoje falam que dá problema no coração, dá disritmia, dá isso, dá aquilo, que não sei o quê, que pode matar –, então, quem que eu tenho que responsabilizar por ter viabilizado a venda durante 70 anos de uma medicação sem receita médica?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém tem que ser responsabilizado, se ele... Se esse remédio faz tão mal assim, por que durante 70 anos era vendido sem receita? O médico não tinha controle, qualquer um chegava na farmácia e comprava.

E esses médicos que me procuraram, como é que eu vou discutir com eles se estavam certos ou errados, se o médico quer receitar e acredita que funciona? Mais da metade da minha família é de médicos e eu escutei de quase todos: "Pelo amor de Deus, como Senador, ajuda a viabilizar a medicação". Porque não tinha nas farmácias.

Eu procurei ver se tinha, se o Exército poderia fornecer, mas não tinha como; procurei tudo. A empresa brasileira, se tinha como produzir, mas não tinha como porque não tinha insumos. Quer dizer, enfim, tudo fechado, fronteira fechada, todo mundo em pânico, ninguém sabia o que fazer e os médicos: "Pelo amor de Deus, Do Val, a gente precisa ter essa medicação para receitar". E eram médicos. E eu, como Senador, não vou dizer: "Você está errado, isso não funciona, isso está dito na internet. A imprensa está dizendo que não funciona, ô Doutor, você está é doido? Vamos embora fazer faculdade de novo, vai lá, vai lá aprender a ser doutor, a ser médico pelas redes sociais ou pela imprensa, joga fora o seu diploma".

Então, General, o senhor teve a coragem de poucos de sentar nessa cadeira enquanto essa aeronave estava em rota de colisão.

Hoje é fácil... Não, não vou dizer que hoje é fácil não, é um pouco mais fácil. Eu tenho certeza de que o senhor viabilizou a logística, o conhecimento, a disciplina, a hierarquia, porque hoje tudo está... Chegou vacina no Brasil, "brum", já estão nos Municípios.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - No mesmo dia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Quem é que é... Alguém discorda de mim isso?

A gente escuta, as vacinas já estão chegando ao Brasil.

No dia seguinte está o Governador já dizendo: "Amanhã já está nos Municípios tais, tais e tais".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Olha, o que eu queria dizer é que no momento onde há um caos é fácil dizer, quando você está em outras situações e dizer: "Ah, podia ter feito aquilo, podia ter feito isso". É o verdadeiro engenheiro de obra pronta, mas ninguém teve coragem de sentar nessa cadeira enquanto a aeronave estava em rota de colisão. Hoje ela pode estar em turbulência, mas ela estava em rota de colisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, não teve autonomia." "Ah, por isso que deixou a cadeira, porque não tinha autonomia." Bom, para mim é covardia.

General, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muiíssimo obrigado, Senador Marcos do Val.

Pelo sistema...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Eu não tenho pergunta, só tenho agradecimento.

Obrigado, General.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, no sistema remoto, agora, o Senador Angelo Coronel.

Senador Angelo Coronel, o senhor me escuta? (*Pausa.*)

O senhor me escuta, Senador Coronel?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - O.k.

Estou lhe escutando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, V. Exa. tem quinze minutos.

O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Eu queria cumprimentar o General Pazuello pela sua resistência porque, até então, de ontem para cá, com a saraivada de tiros, e ele sempre desviando. Parabéns pela sua resistência. Isso mostra que o senhor realmente é um grande aluno do Exército Brasileiro.

Vamos ao que interessa aqui.

Sr. ex-Ministro, todos os ex-integrantes do Governo que conviveram com V. Sa. no Executivo procuraram se livrar de qualquer acusação perante esta CPI, atribuindo todas as culpas e decisões a V. Sa. enquanto Ministro da Saúde. Eu lhe pergunto: como alguém formado na disciplina militar, o senhor não se sentiu abandonado pelos ex-companheiros no meio desta luta? Uma segunda pergunta, Sr. Ministro: faltou hombridade para cada um assumir suas responsabilidades? E ainda nessa esteira: o senhor confirma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que absolutamente todas as decisões para o enfrentamento à pandemia foram de sua lavra exclusivamente?

Esse é o primeiro bloco de perguntas, General Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor conseguiu pegar todas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ouvi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, fique à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) - Boa tarde, Senador - é boa tarde, não é? Que horas são? (*Pausa.*)

Boa tarde, Senador Angelo Coronel.

Como o senhor aqui colocou, o senhor conhece bem a vida militar. Obrigado pelas posições e pela deferência que o senhor nos dá.

A primeira resposta sobre se senti desacompanhado neste momento. Eu quero dizer para o senhor que as posições de ex-ministros, as posições dos demais depoentes aqui são muito pessoais. Cada um de nós sente aqui... É um momento... Primeira vez na minha vida que eu vivo esta situação, dessa forma, é claro, é uma novidade também, mas eu não faria aqui acusações a ninguém, não farei aqui juízo de valor de terceiros e responderei apenas os fatos, as minhas verdades que eu vivi, de uma forma clara e direta. A gente tem, o senhor também tem, nós temos capacidade e preparo para enfrentar os desafios com ou sem um grupo de combate conosco. Se eu estiver sozinho, enfrentarei sozinho; se eu estiver acompanhado, enfrentarei acompanhado. Então, na realidade, é muito mais confortável quando nós estamos em grupo, mas isso não quer dizer que a gente não tenha condições de enfrentar os desafios também desacompanhados.

Quanto à hombridade desses demais companheiros, eu já coloquei a resposta.

Quanto às decisões de enfrentamento da pandemia, eu quero colocar aqui: a pandemia tem decisões em muitos, muitos vetores - muitos. E, no nível da saúde exclusivamente, no que tange à parte de saúde, nós temos também decisões escalonadas, decisões do Ministro, decisões dos secretários nacionais, decisões dos Governadores e Prefeitos. E, quando eu falo Ministro, nós falamos decisões combinadas, tripartite, com o Conass e o Conasems. Então, eu não tomo decisões sozinho lá no Ministério da Saúde - quando eu estava lá. As decisões eram pactuadas - isso quer dizer discutidas - de uma forma clara e objetiva e técnica com os Executivos do Conass e do Conasems. Então, exclusivamente falando deste flanco que é a saúde, ele é tratado dessa forma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E posso afiançar também ao senhor e a todos os Senadores: sim, eu tive liberdade de tomar, no que tange à minha parte das decisões, a liberdade de tomar as decisões. Agora, as demais frentes para a pandemia, elas são realmente conduzidas por outras pessoas.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Tenho uma pergunta aqui, Presidente Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Pelo que eu entendi do seu depoimento até agora, general, V. Sa. não era responsável pela compra de oxigênio para o Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - ... não poderia receber empresas para negociar vacinas, não foi responsável por colocar o TrateCov no ar e não recebia demandas do Presidente da República no que diz respeito à pandemia. Eu queria saber - estou curioso - qual era a sua função exatamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito bem, Senador. Como Ministro, o senhor fez três posições. Junto à parte do oxigênio, eu coloco ao senhor que ficam bem claras as responsabilidades quanto à aquisição, distribuição e acompanhamento do oxigênio em todo País, não apenas no Amazonas. E a minha atribuição, nesse caso, no momento em que compreendi a problemática do oxigênio numa reunião em Manaus, eu prontamente parti para auxiliar e apoiar na logística e distribuição do oxigênio até a estabilidade das linhas de fornecimento, tanto por terra, ar e fluvial, marítimo e fluvial. Então, é só para separar. Uma coisa é a responsabilidade por aquisição compra, acompanhamento e o fornecimento, é claro. Isso não é do ministro da Saúde, nem do Ministério da Saúde; isso é do Estado e da empresa fornecedora. A partir de então, prontamente o ministro com seus secretários partiram para fazer o apoio que se fez necessário. Essa é a diferença de dizer que eu não sou o responsável.

Receber empresas... Coloco novamente ao senhor, é sempre interessante que o dirigente máximo... E, nesse caso, é muito forte na linha militar, o senhor conhece. Nós não entramos na negociação direta para compra de nenhum bem com empresa alguma, porque isso é um vício que vai trazer pessoalidade; nós temos de ser impessoais. Claro que receber o diretor de uma empresa socialmente, receber o dono de uma empresa socialmente, cumprimentá-lo, colocar, apresentar disposição, dizer que nós estamos muito felizes que a empresa se apresente para vender para o ministério, para o Exército, para onde for, nós fazemos isso, sim. Agora, eu deixo bem reservada aqui a diferença entre receber socialmente e até pressionar ali um fornecedor, um empresário, dizendo: "Olha, você tem que ser realmente rápido nisso aqui, porque nós estamos com pressa". Esse tipo de posição é possível e foi feita. Agora, a discussão prática da compra deve estar restrita ao escalão administrativo que está negociando a compra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim... Então, é diferente quando eu digo que não trato. Não trato para discutir as cláusulas de um contrato. Essa aí é a área técnica que faz. Agora, o restante? É claro. Acompanhar? É claro. Cobrar da área técnica? É todo dia. Empurrar o cara para fazer? É todo dia. Agora, nunca entrar nessa bola de discutir a compra direta e as cláusulas de um contrato, porque, ao final de contas, quem vai tomar a decisão final serei eu. Então, se eu já entrar na frente dizendo: "É para fazer; aceita o preço; é essa empresa", isso aí... Eu estaria sentado aqui por outros motivos nesse momento, sendo acusado de corrupção.

E a TrateCov... O TrateCov é um assunto muito peculiar e simples de ser entendido. Realmente, quando o Senador Randolfe colocou e os demais Senadores, é aquilo mesmo. Foi apresentado no dia 6 e foi tratado de ser desenvolvido de 6 a 11. E a primeira apresentação foi no dia 11, mostrado como é que estava o desenvolvimento e se já podia dali concluí-lo ou não. Foi muito rápido, nós estamos falando de quatro dias. E, nesses quatro dias, ele não ficou completo, não ficou totalmente desenvolvido, e foi apresentado como estava.

Então, foi uma sugestão de uma secretária minha. E vou dizer uma coisa aos senhores do fundo da alma: se nós tivermos uma estrutura de diagnóstico que permita avançar e auxiliar no diagnóstico, nós podemos ser mais rápidos e nós podemos atender as pessoas de uma forma mais eficiente, mais rápida. Isso, de uma forma clara, para o diagnóstico – para o diagnóstico. E, sim, isso foi uma proposta de uma secretária minha. E eu autorizei.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senador Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, mais uma pergunta aqui ao nobre General Pazuello.

Só um pouco saindo até do escopo da CPI, mas eu tenho curiosidade. O senhor anunciou que o Amazonas seria o primeiro Estado com a população totalmente imunizada. Depois o senhor saiu, foi exonerado do ministério, e teve alguns apoiadores que até o lançaram candidato a Governador, a Senador em 2022. Em virtude do seu dever cumprido, como o senhor anunciou – de ter feito todo o possível para conter a pandemia do Amazonas –, o senhor acha que, com essa missão que o senhor diz que foi cumprida, o senhor está preparado ou se acha preparado, ou quer mesmo ser candidato a Governador ou Senador pelo Amazonas em 2022?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não tenho a coragem que o senhor tem. Eu não tenho a coragem de entrar numa bola dividida de Senado e Governador do Amazonas. É muito sério isso daí. Ser governador é um caminho que é construído e deve ser construído com uma experiência política



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longa, e eu não a tenho. E eu não faria esse movimento de uma forma arriscada e colocar em risco ainda decisões aí que poderiam prejudicar a população.

Não, eu não sou candidato de Governador no Amazonas, nem de Senador de Amazonas. Isso daí é um movimento que não partiu de mim e foi colocado na rede social. E a gente não controla esses movimentos. Eu hoje...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Mas o seu eu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Depois que eu vejo... Não, só para concluir, se o senhor permitir.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Certo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Depois que eu vejo a... Depois que eu compreendi o tamanho da dificuldade de ser um governador ou até de ser um senador de primeira... Cair de paraquedas como um senador... Isso não é assim. Isso tem que ter muito conhecimento, muito preparo, tem que ter muita vida pública para chegar até aqui. Não é: "Ah, vou me candidatar aqui nessa onda, eu vou entrar...". Isso aí é complicadíssimo. Não é... Eu compreendo hoje, de uma forma muito clara, que isso não deve ser assim. Tem que ser uma coisa que seja formada na carreira, formada na capacidade de cada um. Isso é muito sério. E eu não tenho essa posição lá no Amazonas.

Eu queria aproveitar que o senhor colocou a missão e queria... Estou olhando para o senhor aqui na tela, por isso que eu estou de lado nesse momento. Eu queria aproveitar a sua formação e o seu conhecimento da área militar só para esclarecer às pessoas que, quando um oficial, ou da Polícia Militar ou do Exército, recebe uma missão, por exemplo, combater uma gangue ou uma facção, ou uma parte, ele não vai ali... Cumprir a missão dele não é acabar com o crime organizado daquele Estado, é aquela fatia da missão que ele cumpre, e depois retrai. É uma fatia. Então, a compreensão de missão é muito militar. Por isso que as pessoas talvez não tenham compreendido quando a gente coloca "missão cumprida": da minha fatia da missão, daquele pedaço, daquele momento da missão, não a missão completa e ampla de combater a pandemia no País, entregar o País pronto, limpo e todos já saneados e prontos. Isso é muito maior do que a parte da missão, a parte da tarefa que me foi passada. Então, a missão que me foi dada e o tempo que me foi dado para cumprir aquela missão é uma análise diferente do todo, que é o combate à pandemia.

Por favor, eu estou aproveitando só para, como o senhor colocou de volta a missão e o senhor conhece bem o que eu estou falando... É muito específico: naquele período, naquela missão específica, e não é do todo. O todo é muito maior e serão... Nós estamos aí, agora, entrando com uma nova cepa chegando da Índia, tem muito trabalho para ser feito nisso aí. Nós temos é que estar focados em combater isso de uma forma muito eficaz e muito séria, e eu queria colocar aqui aos senhores que eu sou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente parceiro no cumprimento de qualquer missão que ainda venha a ter para qualquer coisa do gênero. Contem comigo nisso aí também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – General Pazuello, eu queria só fazer uma retificação: na verdade...

Presidente Randolfe foi cortado aí o meu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, não. Fique à vontade.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não?

Eu queria aqui comunicar ao nosso General Pazuello que eu não sou militar, o Coronel é um sobrenome. Não participei de nenhuma tropa, nem de um comando da Polícia Militar, nem de Exército, nem de Aeronáutica, nem de Marinha. Gosto muito das Forças Armadas e das polícias, me identifico bem, mas eu não sou militar, sem desmerecer quem é.

Mas Sr. Ministro, concluindo aqui, então, o senhor acha que cumpriu a sua missão no Amazonas, que satisfaz as expectativas e se sente com a alma tranquila, que não deixou nada pendente no Estado do Amazonas enquanto o senhor foi Ministro da Saúde?

Concluindo, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, olha só, alma tranquila jamais. Eu sofri muito em Manaus, tá? Eu quero dizer para os senhores todos que eu vim de Manaus. Eu perdi parentes, eu perdi amigos em Manaus, e seria um absurdo eu dizer que isso não me afetou e não me afeta. Claro que existem limites do que a gente consegue fazer. Dentro dos limites e dentro do que a gente conseguia fazer, dentro das informações que me foram passadas, foram tomadas todas as ações que podiam ser tomadas naquele momento.

Vinte e quatro horas... As pessoas que foram comigo foram caindo de Covid. As pessoas que estavam trabalhando na nossa equipe foram sendo contaminadas, uma a uma. Então isso é muito sério, isso foi muito dolorido. E eu tenho que lembrar a todos os senhores que a minha família estava lá em Manaus, e estavam todos com medo.

Então, é preciso que os senhores olhem para o ser humano e olhem para a pessoa séria que está sendo colocado... Cada vez que parece que eu não tenho qualquer tipo de sentimento por Manaus ou eu não tenho... Achei que não quer dizer nada às pessoas que morreram... Pelo amor de Deus! Tudo aquilo que eu soube, tudo aquilo que me foi apresentado imediatamente foi decidido e executado. Imediatamente! Eu não poderia deixar de fazer isso. Isso é muito sério. Eu olho para Manaus todos os dias, eu falo com Manaus todos os dias. Falei com minha filha ontem, às 11h da noite, em Manaus, que mora em Manaus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é complicado achar que... Ou ser colocada a ideia de que eu não fiz ou deveria ter feito ou não fiz porque não quis ou não o fiz... Por que eu não faria? O que faria... O que faria uma pessoa como eu, um filho da terra, um oficial-general formado lá, servindo lá, com a família em Manaus, com os amigos que os senhores sabem que estão aqui sentados comigo? Como eu não tomaria as decisões imediatamente? O que me faria não tomar decisões imediatamente? Que mente doente seria a minha em dizer: "Não, olha só, Manaus eu não vou atender, Manaus eu não vou ajudar em nada, Manaus eu vou deixar as pessoas morrerem"? Não, eu jamais poderia pensar dessa forma. Não pensaria para nenhuma cidade quanto mais para Manaus. Não, Senador! Eu não acho que eu sinta dessa forma!

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - O.k. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Coronel, que tem o nome e a patente juntos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Eu achava que ele era Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Próximo, Senador Alessandro Vieira. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância necessária desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello está a vossa disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpellar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, General Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Boa tarde, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, eu vou apenas fazer um breve preâmbulo aqui.

Esta CPI não pode se prestar a ser...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Esta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) - Para garantir a palavra ao Senador, o tempo vai ser repostado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI não pode se prestar a ser mais um veículo de desinformação dos brasileiros. Então, ocupo uma parte do meu tempo para fazer esclarecimentos.

O colega apresentou aqui, no início desta sessão de hoje, vídeos com palavras de Governadores, com os quais eu não tenho a menor ligação e, se cometeram algum crime, que vão para a cadeia. Os vídeos eram do mês de abril de 2020.

Peço a juntada, Sr. Presidente, do estudo, considerado estudo padrão no Brasil no tocante a esse tipo de medicamento, que foi divulgado em revistas médicas reconhecidas em junho de 2020 e que reprovava o uso da hidroxicloroquina ou cloroquina mesmo em ambiente hospitalar. Óbvio que a indicação em ambiente hospitalar se dá pelo uso compassivo, já referido aqui várias vezes por outras testemunhas, e dentro de um contexto de acompanhamento constante por médicos e monitoramento de frequência cardíaca.

Faço também juntada, Sr. Presidente, de uma sequência de vídeos do Senhor Presidente da República posteriores à divulgação desse estudo, ou seja, posteriores a junho de 2020, inclusive vídeos do corrente mês, maio de 2021, onde o Presidente continua defendendo e desinformando a população brasileira no sentido da existência de medicamentos que possam, de alguma forma, tratar ou prevenir essa grave infecção. Então, é importante repor isso.

Outro ponto a se repor, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Outro ponto, Sr. Presidente, que exige um esclarecimento ao cidadão brasileiro diante das várias referências que nós temos aqui de opiniões médicas tomadas como de caráter científico... O óbvio, enfim, pelo menos para quem estudou minimamente alguma coisa sobre metodologia, é que as evidências científicas seguem uma hierarquia, onde, no topo, você tem um tipo de estudo qualificado, randomizado, com metanálise, e, no ponto mais baixo, você tem a observação pessoal do profissional. É importante observar que não encontramos absolutamente nenhum estudo com a característica máxima de qualidade que valide esses medicamentos referidos e, mais ainda, Sr. Presidente, porque nós temos mais de 500 mil médicos no Brasil. Então, não vai ser brandindo aqui a opinião de A, B ou C que você vai responder com ciência. Ciência se obtém com método, e é importante que a gente respeite a ciência.

Retomando o depoimento, Sr. Eduardo Pazuello. O senhor tem 47 anos de vida militar. Confere?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) - Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E o senhor chegou ao cargo honroso de General de Divisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor certamente sabe que o Direito brasileiro, mesmo o Direito Militar, rejeita o princípio da obediência cega, correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Durante o depoimento de ontem e de hoje, V. Exa. referiu várias vezes algumas variáveis no tocante ao processo decisório de aquisição de vacinas. O senhor referiu a questão da transferência de tecnologia e o senhor referiu a questão dos custos, correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os custos precisam estar dentro dos números necessários, não é? Você não poderia comprar uma vacina que custasse 50 vezes mais; se o custo médio daquilo seria R\$10, não poderia pagar 40 ou 50 sem discutir os valores. Então, a discussão de valores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Objetivamente, Sr. General Eduardo Pazuello; eu peço do senhor objetividade e, em retribuição, lhe darei também objetividade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, vamos lá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor utilizou os critérios referidos, como transferência de tecnologia e análise de custos, como métrica para a decisão de compra de vacinas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Uma das métricas, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Me permita observar a V. Exa., talvez pelo fato de a formação ser distante do quadro da saúde, que V. Exa. está equivocado. A Constituição Federal brasileira coloca como valor máximo a defesa da vida. É valor máximo! Se se faz uma análise simples, simplória – para usar uma expressão também citada aqui nesses depoimentos –, do exemplo de Israel, que serve de referência para o Governo brasileiro, o diferencial foi exatamente que o Primeiro-Ministro de Israel compreendeu o valor máximo da vida, acelerou as compras, negociou pessoalmente e conseguiu garantir que seu país fosse vacinado em grande proporção. Então, com todo o respeito, V. Exa. errou.

No tocante, Sr. General Eduardo Pazuello, à definição de uma política de saúde pública para combate à pandemia, eu pergunto a V. Exa. objetivamente: existiu uma política pública de combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Existiu. Da minha visão, claro que sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor formou um conselho técnico de especialistas efetivamente na área de combate a epidemias, pandemias, infectologistas, especialistas em SUS?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu tinha no ministério toda a equipe que me foi necessária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor pode referir quem eram os especialistas que assessoravam V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Meus secretários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... e médicos do ministério, que são inúmeros. Eu não poderia falar aqui, são mais de... Secretários, com certeza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Como era o processo de tomada de decisões no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Toda tomada de decisão tem que... Vamos fazer uma separação. Quando envolve o SUS, que é noventa e tantos por cento, a tomada de decisão era tripartite, com a presença dos executivos do Conass e do Conasems, e era sempre discutido de forma executiva, ou seja, com secretários, transparência total, e a parte jurídica dentro de cada processo decisório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor designou um advogado criminalista para assessorar V. Exa. durante a gestão no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, ele estava no nível de assessor, no nível de gabinete, que trabalhava na coordenação das ações. A parte...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Era esse advogado criminalista quem assessorava V. Exa. nas tratativas contratuais com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Também, mas isso era jurídico, era da Conjur. Advogado-Geral da União é diferente. Deixa eu explicar para o senhor isso. Toda a discussão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu preciso apenas da resposta. Se o senhor tiver a informação de que existe outro advogado, que não o criminalista, eu gostaria de que o senhor referisse.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, o advogado do ministério não era o Dr. Zoser; o advogado do ministério é a AGU, é o Conjur, é o Dr. Jailor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Doutor?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Jailor. É um dos advogados; são vários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Dr. Jailor foi o que participou do processo de negociação com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Ministro, ex-Ministro, o instituto Info Tracker, ligado à USP, apresentou hoje um estudo que indica que 11,9 milhões de doses de vacinas poderiam estar no braço dos brasileiros na data de hoje, e não estão. Não estão porque, durante o processo de negociação conduzido pela equipe de V. Exa., se fez opções diversas dessas. Isso representa, Sr. Ministro, também de acordo com cálculos de especialistas, efetivamente especialistas na área, milhares de mortes que poderiam ser evitadas, dezenas de milhares de internações que poderiam ser evitadas.

Durante o depoimento, em vários momentos, o senhor mencionou a sua defesa enfática das medidas de saúde básica, não medicamentosas, em particular, a defesa do uso de máscaras. Confere?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Na *live* que o senhor fez juntamente do Presidente Bolsonaro, no dia 14 de janeiro de 2021, o senhor disse coisa diversa. O senhor disse que a ciência não provou ainda a eficácia das medidas de isolamento e das máscaras, por exemplo. O senhor confirma esse vídeo? É uma *live*.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Se foi feito dessa forma e é uma *live*, tem que ser confirmado. Nós temos que ter a construção da frase. As medidas de isolamento não são também, da mesma forma que outros medicamentos, outras ações, também não são cientificamente comprovadas. Elas podem funcionar para um e podem não funcionar para outros.

Com relação ao uso de máscaras, nós tivemos vai e vem do uso de máscaras durante o ano todo, da própria OMS. E eu quero dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, senhor, a OMS colocou em posições que a máscara...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu vou me limitar a colher do senhor, na condição de testemunha, a veracidade da afirmação que o senhor fez.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O.k. Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor confirma que fez a afirmação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pode acreditar que foi isso que foi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Feito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... trazido.

E eu coloco para o senhor o seguinte: quando a gente tem um pensamento e a gente vai defendendo ele, ou as pessoas precisam... Eu acho que é justo. O senhor pode ver, talvez... Claro que, com a máscara, às vezes, a expressão facial não é vista, mas é só pelos olhos. E eu não discordo das perguntas, eu não discordo da forma como se procura compreender a verdade da coisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E o senhor não conseguiu convencer o Presidente da República de que era relevante ele seguir essas medidas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas eu queria colocar para o senhor o seguinte: eu acredito que as medidas preventivas sejam necessárias, eu acredito nisso. Então, não quer dizer que você não escorregue em nenhum momento da sua vida, mas em que você acredita? Eu acredito que as medidas preventivas são necessárias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quando um ministro da saúde escorrega, Sr. Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Eu estou falando de um exemplo só.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... muita gente morre na rua.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Eu estou dando um exemplo com relação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Vamos dar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... à vida da gente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... seguimento ao depoimento, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - À vida da gente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Ex-Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Você acredita ou não acredita nas coisas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Nós tivemos uma referência, curiosa até, do colega Marcos do Val, que não está aqui ainda, ou não está mais aqui, à coragem de V. Exa. em assumir um avião que estava em rota de queda, em rota de colisão, elogiosa coragem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Caíram nesse período, Sr. Ministro, quase 2,4 mil aviões, uma média de cinco aviões por dia. Quando o senhor assumiu o ministério, o Brasil tinha 15 mil mortos, aproximadamente; 280 mil casos, aproximadamente. Quando o senhor saiu do ministério, o senhor deixou cerca de 233 mil casos, desculpe, 233 mil mortos e 11,5 milhões de casos. Então, me parece que é muito claro o resultado dessa gestão.

Pergunto, ainda no tocante à cadeia de comando e das decisões finais, lembrando das referências que V. Exa. já fez, elogiosamente, a si mesmo, das suas qualidades como gestor e como líder: como se dava a cadeia de comando e decisão final nas seguintes situações: o retardo na adesão ao consórcio Covax?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Toda discussão da contratação da Covax Facility se deu no âmbito da Casa Civil. É preciso compreender isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Casa Civil.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, não foi o senhor... Porque, veja, nós recebemos aqui o ex-Ministro Ernesto Araújo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu estou colocando para o senhor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... e ele reportou a V. Exa. a responsabilidade, a V. Exa. e à sua equipe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Toda a negociação para a entrada na Covax Facility, ela foi centralizada na Casa Civil, e nós apoiávamos com as decisões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem era o Ministro da Casa Civil, senhor, testemunha? Quem era o Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como assim?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem era o Ministro, à época, da Casa Civil?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era o Ministro? Quem estava no cargo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu saiba, era o Ministro... Só existia um Ministro: o General Braga Netto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Era o Braga Netto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, por favor. É o Ministro da Casa Civil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A decisão de adesão ao consórcio Covax...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu saiba...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... pelo seu menor patamar foi de V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... ou foi da Casa Civil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi minha. Deixe eu dizer uma coisa para o senhor: a decisão não é só de uma pessoa; ela é do... Ela é do grupo que está trabalhando, é um colegiado. Foram levantados os problemas junto... Mas eu vou dizer uma coisa para o senhor: nós compramos o mínimo pela simples razão de que era muito instável, era muito ruim não estar presente, mas ter o... Estar no consórcio, sim; agora, apostar todas as fichas naquela produção de compra, não. E só, nós só deveríamos... E como nós tínhamos a garantia de poder comprar e adicionar compras, precisa ficar claro: não é só uma compra; você tinha que entrar no consócio e podia fazer uma opção naquele momento, e poderia fazer novas opções na sequência. Até agora, só foram fornecidos 10%. Nós estamos em maio, e só foram fornecidos menos de... Aliás, 10% do que nós contratamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, eu vou só pedir a tolerância no tempo, porque efetivamente a testemunha não é colaborativa, ela tem uma certa prolixidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - V. Exa. terá toda tolerância, assim como temos tido com todos os demais participantes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A continuidade da busca ativa por remédios como a cloroquina, mesmo depois da divulgação dos estudos que servem como parâmetro no Brasil, V. Exa., ou o Governo brasileiro, persistiu na busca ativa por cloroquina mundo afora pelo mês de outubro, novembro de 2020. Como eu já disse aqui, em junho, a ciência brasileira já dizia que não era um medicamento referendado. Ciência, quando eu digo, evidentemente, eu estou falando de estudos sérios, efetivos, feitos por grandes instituições e divulgados. Essa busca ativa passou pelo Ministério da Saúde ou foi iniciativa de outro órgão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não comprei nenhum comprimido de hidroxicloroquina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A demora na contratação de vacinas, especificamente com o fornecedor Pfizer - essa demora, aquele processo todo de negociação -, sempre passou pela decisão final de V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Todas as decisões acabam no Ministro, sem problema. Agora, eu gostaria de dizer duas coisas, se o senhor permitir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Claro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Primeira: da proposta inicial - lá, de 30 milhões, que virou 70 em agosto -, nós compramos cem mais cem. Nós compramos 100 milhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Mas o senhor sabe que tem uma distância temporal entre uma coisa e outra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois é. Foi uma ótima evolução - tá bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A distância temporal...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - De 70 para 100.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu vou precisar lembrar V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Do dia 23 de fevereiro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Eu vou precisar lembrar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só um minuto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - No dia 23 de fevereiro, quando a Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só um minuto, Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... nós compramos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só um minuto, Sr. Eduardo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Eu preciso lembrar V. Exa. da sua condição aqui de testemunha juramentada, que efetivamente, muito honrosamente, está abrindo mão do que pediu ao Supremo e está respondendo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
O senhor sabe informar objetivamente o lapso temporal entre a primeira proposta e a efetiva contratação das vacinas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu posso lhe informar o lapso temporal do dia que foi autorizado comprar para o dia da contratação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Qual foi esse lapso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foram exatamente oito dias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Entre a proposta e a contratação se passaram oito dias?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu posso lhe afiançar o lapso temporal entre a autorização da compra, que é a sanção da lei, e a contratação. Esse é o lapso temporal que eu posso lhe afiançar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) -
Eu procedi, Sr. Ministro, à análise de cerca de 108 *e-mails* trocados entre a Pfizer e o Ministério da Saúde. E deles se constata claramente como se deu a negociação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa... Desculpe-me. V. Exa. tem conhecimento de que as propostas da Pfizer tinham um prazo para resposta?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - As discussões com a Pfizer foram abertas o tempo todo, com telefonemas, com trocas de...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A pergunta não foi essa, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, o prazo era mantido e as discussões eram renovadas, só que nós não podíamos comprar sem autorização da lei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Os *e-mails* apontam que V. Exa. só se manifestou diretamente nesse debate em fevereiro de 2021. Esse suposto obstáculo legislativo só começa a ser referido em meados de novembro. Qual foi a ação adotada por V. Exa. para remover esse suposto obstáculo legislativo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Além da pressão junto à empresa, para que ela recuasse nas suas cláusulas, que foi constante? Então, foi constante o trabalho de negociação e pressão para mostrar que o Brasil não merecia aquele tipo de tratamento. Nós não somos um país caloteiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O mesmo tratamento de mais de cem países, segundo o Presidente da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso aí é posição da Pfizer. O nosso País é um país soberano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, me permita: isso é fato, que já foi declinado nesta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É um país soberano. À época, só queria lembrar que, como o senhor coloca...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Esse conceito deformado de soberania tem uma participação muito grande no caos que nós vivemos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor imagina que o Estado de Israel não é um Estado soberano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Que o Primeiro-Ministro Israel é um gestor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu coloco...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... que despreza a soberania do país dele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, eu não falei isso. Isso é o senhor que está falando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não, o senhor está falando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, o senhor que está falando. Eu não falei de Israel.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Porque, veja: o senhor se coloca numa situação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas eu não falei de Israel, foi o senhor que falou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... soberania.

A sua função nesse processo - e talvez o senhor não tenha compreendido ao longo de todo esse tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... era preservar vidas. Para preservar a soberania, tínhamos, certamente, vários outros órgãos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito bem, o nosso País... O nosso País, naquele momento, não tinha amparo legal para o contrato. A minha posição...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor apresentou proposta de correção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A minha posição com a Pfizer era que ela flexibilizasse para o Brasil, já que nós não tínhamos lei para aquilo. Em dezembro, na assinatura do MOU, nós não tínhamos nem a assessoria jurídica nos apoiando. Nós assinamos o MOU contra as assessorias jurídicas da CGU e da AGU. Esta é uma posição do Ministério, posição de vanguarda: "Assina, independentemente da jurídica". Essa foi uma decisão minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Diretamente sua?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Minha! Não sei quem daqui tomaria essa decisão. Eu a tomei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Com relação ao suposto obstáculo legislativo, qual foi a ação concreta que V. Exa. adotou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A proposta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - V. Exa. fez alguma mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A proposta de uma medida provisória em meados de dezembro, para que nós autorizássemos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - V. Exa. já informou aqui, nesta CPI, que parte do Governo se colocou contra e que por isso nós não tivemos a edição da medida.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Parte do Governo... Eu coloquei: não houve consenso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quem discordou, Sr. Ministro, na condição de testemunha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foram discussões das jurídicas... Todas as jurídicas que envolvem o processo se colocaram desta forma, de que deveria vir pelo Congresso Nacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, houve um consenso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É. Não houve consenso para assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A minha proposta era assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quando chega...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só... Eu vou responder ao senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu vou tentar ser claro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não houve consenso porque eu queria assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... e vou usar o linguajar de V. Exa. Permita-me! Olha só: quando chega um documento à mesa de um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, no caso uma minuta de medida provisória, certamente ela já tramitou por vários órgãos. Isso é um fato, não é?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não chegou nem lá, na minha visão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não chegou lá?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu acho que não. Foi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor disse que teve uma reunião ministerial e que não teve consenso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Reunião ministerial foi na discussão do Governador do Amazonas. Não foi isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não teve nenhuma reunião? Foi tratado só pelo caminho burocrático?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É como funciona!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... peço tolerância por conta do perfil. Faltam apenas duas perguntas bastante sucintas.

Quem mandou fechar o Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nós não mandamos fechar nenhum hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Esse hospital era federal, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nós não mandamos fechar nenhum hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás foi fechado sem a determinação de V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu acho que não. Não foi isso? Isso aí veio pela própria demanda do Estado. Não fomos nós que determinamos: "Vai fechar o hospital". Não! Nunca!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - É federal. O Estado de Goiás pediu a prorrogação da atuação desse hospital, e foi negada pelo Ministério. Isso não é fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu posso verificar. Eu não tenho esse dado para dar para o senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

O senhor nos trouxe uma situação interessante.

Eu vou fazer aqui uma breve leitura, brevíssima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Por favor, não falem alto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.)*

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O senhor pode repetir essa parte? *(Fora do microfone.)*

Estava um barulho lateral, e eu não ouvi o que o senhor falou. Me desculpe!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Em 1962, me corrija aqui o Prof. Randolfe Rodrigues.

Faço essa referência, ex-Ministro Pazuello, porque, muito claramente, nos contatos que tivemos, V. Exa. não se portou com desrespeito à vida; pelo contrário, eu lhe solicitei por telefone respiradores para o Estado de Sergipe, e o senhor conseguiu dar atendimento super célere - salvou vidas naquele Estado.

Mas, dentro do conjunto da obra, do exercício de uma política pública de saúde, infelizmente, o senhor falhou. E eu tenho absoluta convicção de que não falhou por decisão sua. Não consigo entender



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que diabo de dever de lealdade V. Exa. imagina ter que faz com que acoberte o verdadeiro autor das ordens que o senhor seguiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Isso é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Houve... Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Eu vou solicitar a V. Exa. depois, que a Mesa... Já pedi, inclusive, à técnica para estabelecer o tempo que foi dado de tolerância para o Senador e para o Vice-Presidente da Comissão, porque está ficando injusta a dilação de prazo com relação a quem está na oposição e com quem é da base do Governo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não foram. Não houve intromissão na fala dele, nós respeitamos, mas avançou....

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Três minutos de tolerância para todos. Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... para alguns além do tempo. Porque aí, como da base, eu vou pedir a mesma tolerância em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. tem razão.

Eu vou suspender um pouquinho, porque o Ministro está pedindo um intervalo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, fique à vontade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - *(Fora do microfone.)* ... parece muito agressiva, excessiva. Me parece uma referência agressiva, excessiva comparar a atuação do Ministro Pazuello com o que ocorreu com a "solução final", trazendo aqui a lembrança de um oficial nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Eu faço um apelo ao Senador Alessandro só para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Se ele não quiser retirar, é direito que ele tem como detentor de mandato popular de expressar as suas ideias, mas eu acho que aqui se cometeu um excesso desnecessário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Xenofobia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Para contraditar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Agora sim... O senhor quer falar ao microfone, Sr. Marcos Rogério? Fique à vontade. Se o seu desejo é manifestar alguma opinião, faça-o ao microfone para que eu possa responder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Senador, fique tranquilo, faça o seu teatro aí, não precisa de querer presidir a sessão a partir daí, com todo respeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O melhor argumento que V. Exa. tem é acusar de teatro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - É o que V. Exa. está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. com a palavra, Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para contraditar.) - Para contraditar a respeitosa solicitação do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, a referência que eu fiz ao julgamento de Eichmann é justamente pelo fato de que a burocracia não pode ser totalmente insensível à realidade. Não é possível que a gente utilize o serviço burocrático para exercício de poder sem mensurar as consequências concretas. E, quando eu perguntei e a testemunha confirmou o conhecimento que tem, o Brasil não adota a teoria da obediência cega. No Brasil, cada funcionário tem sua responsabilidade, e medidas adotadas pelo Governo ou omissões geraram mortes. É simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que eu posso falar, e aqui... Eu acho que as pessoas que são gestores, eles pecam por ação, pecam por omissão e pecam por obediência, e isso cabe muito aqui hoje nesta sessão. Você pode pecar por uma ação, por uma omissão ou por obediência. Isso é claro em qualquer gestor, porque ordens, não quer dizer que você tenha que cumpri-las. "Um manda, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro obedece", isso não funciona dentro do setor público, democrático em que nós vivemos. Isso não funciona. Então, isso é um julgamento que a própria sociedade está fazendo. Nós não somos aqui inquisidores, nós não somos... Não adianta pedirem para a gente enforcar três pessoas por dia, porque nós não vamos retornar essas 441 mil pessoas que morreram.

Mas acho que o depoimento e a testemunha, desde ontem, tem tangenciado bastante e não tem contribuído. E depois, quando o relatório sair e for aprovado aqui, as pessoas vão se lembrar bem, porque muita gente não se lembra nem do primeiro dia de audiência aqui. Não se lembra mais. Até por isso que eu pedi ao Senador Renan Calheiros que faça um apanhado destes primeiros 30 dias de trabalho desta CPI, juntando tudo aquilo que nós já produzimos aqui. Seria um relatório preliminar, para que fique vivo e não diga que a CPI está descambiando, porque eu tenho assistido muito aqui: "A CPI está aqui para condenar 'A', para condenar 'B'". Não é verdade. Não é verdade! É lógico que cada um tem um argumento. E eu pedi ao Senador Renan – faço este apelo – que o Senador Renan, com 30 dias de trabalho desta CPI, possa, de uma forma preliminar, nos ajudar para que os próprios Senadores que fazem, que estão nesta CPI, as pessoas que estão nos acompanhando saibam muito bem aquilo que nós já apuramos e aquilo que vai estar constando, com certeza, no relatório final.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, eu faria uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se for aprovado ou não, não tem problema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu faria uma ponderação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Antes da divulgação desse eventual relatório preliminar, que houvesse uma análise por parte dos membros da Comissão, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... Não, veja bem, eu não estou mandando ele soltar ou... Eu estou dizendo que nós podemos ter um relatório preliminar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu falo não é no intuito de fazer qualquer tipo de cerceamento à liberdade do Relator de fazer a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação dos depoimentos e das informações que foram coletadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é para que a gente possa se preparar nos argumentos dos debates que teremos que travar na Comissão antes da deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Correto. Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Antes de uma eventual aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Apenas para fazer um registro em relação ao Senador Alessandro Vieira. Eu queria retirar a palavra que atribuí a ele em relação à questão de teatro. Não foi correto da minha parte. Apenas a ponderação que faço é porque falar nesse personagem da história, comparando um general que tem origem judaica com um nazista, é uma situação deselegante.

Ontem, o General, ao iniciar a fala dele, ele disse isto: "Meu pai, Seu Nissim, era paraense, de família judaica, que imigrou para o Brasil, saindo da Espanha, fugindo da inquisição, passando por Marrocos e vindo para o Brasil, Belém e Manaus. Enfim, um cidadão brasileiro, mas que, por opção, jurou defender o seu País, independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas". Isso aqui foi retirado das notas taquigráficas. O General Pazuello, Sr. Presidente, abriu o depoimento ontem falando isso, por isso da reação que tivemos aqui em relação a essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não entendi dessa forma, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agora, comparar com um oficial nazista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não entendi dessa forma. Lógico, ele fez uma referência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A referência, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Dizer que colaborou com Hitler não foi elegante. Por isso, a reação que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. Deus o livre, nem pensar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, apenas porque os últimos quatro Senadores tiveram uma certa tolerância por parte do Vice-Presidente. Acho que não vou precisar, porque vou seguir um *script*. Quero ficar dentro dos 15 minutos, mas se houver também a possibilidade de uma tolerância de três a quatro minutos, no máximo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu recomendo veementemente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque todos os outros tiveram, só para não caracterize que justamente na hora da fala de uma Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Vice-Presidente é muito bondoso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu recomendo veementemente! Eu recomendo veementemente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar. V. Exa. é muito mais a favor da Bancada Feminina do que o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe lá!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, não tenho dúvidas de que V. Exa. Vai me permitir, se houver necessidade. Acredito que não vai haver. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço... Mesmo que não tenha sido... Senador Alessandro, mesmo que não tenha tido a intenção de fazê-lo, e eu acredito nisso piamente, eu peço a V. Exa. que a gente retire... Mesmo que V. Exa... Eu tenho certeza de que você não teve essa intenção, até por conhecê-lo, conhecer sua índole, conhecer seu comportamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, caso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Não estamos no ar, não?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estamos no ar, sim, Senadora Simone. Estamos.

Caso V. Exa. determine a retirada, como qualquer Senador neste colegiado, eu respeito. Eu, particularmente, não faço retirada.

Não fiz nenhum comentário com relação à origem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, lógico que não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Claro que não! Comentei a conduta burocrática, fria, desconectada da realidade da perda de vidas. Esse é o fato!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade! Longe disso, até porque eu conheço a família do Ministro Pazuello, sei que são pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do meu Estado, o Estado do Amazonas. E eu faço esse apelo para V. Exa., vou pedir para retirar de toda e qualquer coisa, para que não possa qualquer pessoa fazer qualquer tipo de insinuação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado, Alessandro, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro, sou testemunha de que ele não faria isso de forma alguma, mas só para que não deixe nenhuma duvidazinha – está certo? – sobre essa questão. Eu vou pedir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A decisão de V. Exa. será respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço a sua compreensão.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Como disse, eu peço a tolerância de três minutos, se for necessária – eu acredito que não. Pela primeira vez, vou seguir um *script* e ler aqui, porque são muitas as informações. Agradeço o fato de estar falando depois do Senador Alessandro, porque muitos dos questionamentos ele já fez.

Mas aqui, quem me conhece sabe da minha urbanidade. Procuro sempre respeitar todas as pessoas e o farei ao Ministro, em relação ao Ministro Eduardo Pazuello. Apenas não pedirei desculpas pela firmeza das palavras que serão utilizadas aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas repito: sempre com muito respeito.

Ministro, ontem e hoje, pelo depoimento dado, ficou muito claro que o senhor veio protegido de um HC não para permanecer calado, mas para poder dizer tudo que queria, da forma que queria, até mesmo omitir fatos ou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se puder, por favor, Presidente... Eu perdi aqui até a linha de raciocínio. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpas, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que peço desculpas, porque eu estou habituada com o burburinho, mas eu peço desculpas.

Ministro, reformulando...

Se o senhor puder retomar o meu tempo, Presidente, eu agradeço os quinze minutos.

Obrigada.

O senhor está munido, protegido por um HC, como disse, pelos depoimentos de ontem e hoje, não porque veio com a intenção de ficar calado, mas para poder dizer tudo o que queria, da forma que queria, omitir fatos, acontecimentos e até, eventualmente, mentir sem medo de poder ser preso. Eu digo isso, Ministro, para começar dizendo que as mentiras têm sempre consequências, ou aqui ou lá fora.

O seu pedido de HC o coloca na condição de acusado, não por esta Comissão, porque por esta Comissão o senhor sempre iria e está sendo tratado como testemunha.

A razão de ser dessa CPI é para confirmar ou não atos gravíssimos acontecidos no período da pandemia, até mesmo omissões de autoridades públicas, sejam elas quem forem, autoridades federais, autoridades estaduais, autoridades municipais, Ministro da Saúde, Secretário estadual, Secretário municipal, Governador, Prefeito, Presidente da República. Tanto é verdade que, sim, nós vamos seguir o dinheiro, há uma ordem cronológica. Primeiro se começa com Ministros, depois se busca, através da sequência do dinheiro, o que aconteceu....

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – O que é uma excelente estratégia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando eu tiver que perguntar, eu me dirijo a V. Exa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estou respondendo a sua pergunta.

Estou só...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria que V. Exa., por favor, que V. Sa. ou o senhor não me interrompesse porque é uma linha de raciocínio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E vou tomar todo o cuidado para ser o mais educada possível, porque eu, como muitas mães...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estou sendo mal-educado com a senhora, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... muitas filhas, estamos extremamente comovidas com o que está acontecendo neste momento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Hoje, neste mesmo momento, eu estou com uma funcionária que está comigo há 23 anos, que mora na minha casa, morou na minha casa por muito tempo, me ajudou a criar as minhas filhas, num leito de hospital, me mandou uma mensagem dizendo: "O antibiótico não está fazendo efeito". Está com o pulmão comprometido por conta do coronavírus.

Então, peço a V. Sa. que, por favor, escute...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Espero que ela melhore.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque V. Sa. vai escutar aqui uma mãe, uma filha...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui V. Sa. está escutando uma brasileira falando.

Então, eu gostaria de dizer a V. Sa. que nós estamos prontos para investigar a verdade, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a verdade diz que pode, sim, ter havido corrupção tanto nos Estados como Municípios como também no Ministério da Saúde.

Como aconteceu numa notícia veiculada no Jornal Nacional, de que o senhor nomeou um coronel da reserva e que, em novembro, teria, supostamente – é apenas suposição –, contratado, sem licitação, com recurso do coronavírus, reforma de balcões e da Superintendência no Rio de Janeiro de um prédio do Ministério da Saúde no valor de R\$28 milhões, num processo com uma empresa que já tinha sido declarada inidônea pelo Poder Público.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos investigar, como vamos investigar Governadores, Prefeitos, seja quem for e, se for da nossa responsabilidade, vai constar no relatório. O que não for, vai para a Assembleia Legislativa ou para a Câmara de Vereadores.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E sabe qual é a verdade, Ministro?

A verdade é que V. Exa., que V. Sa. aqui, ou você, hoje, não é a única testemunha.

Eu acho que esta Casa... Esta Comissão não precisa fazer acareação, com todo respeito aos outros Ministros. Neste momento, nesta sala, está havendo uma acareação entre o senhor e as 441.864 vidas perdidas prematuramente por conta de omissão ou ação dolosa de quem quer que seja, e nós temos que investigar isso.

Nessa acareação, nesse número frio, como um sepulcro, tem almas perdidas, mãe, filhos, pais, amigos, pessoas que estão pedindo, não um minuto de silêncio desta Comissão, estão pedindo um grito de indignação, afinal, porque o Brasil é o epicentro, porque o mundo já está tirando as máscaras, tomando vacinas, e nós estamos de joelhos pedindo para os Estados Unidos, para a Índia e para a China por doses extras para poder colocar no braço do povo brasileiro.

É por isso que estou aqui mesmo sem ser membro desta Comissão. Eu não estou aqui para condenar quem quer que seja, mas eu estou aqui para gritar em nome de quem hoje não pode mais gritar!

Essas vidas perdidas são um testemunho de uma verdade que não tem como calar ou ser calada. Aqui, essas vítimas dizem tudo, da ação ou da omissão de V. Sa. ou de terceiros, de quem manda e de quem obedece, mas aqui não é tão simples assim, porque, repito, nós estamos falando de vidas humanas.

Eu tenho certeza de que esse epicentro da pandemia no Brasil não é obra do acaso, Ministro. Houve mesmo omissão, houve omissão não de inocentes, de culpados.

Esta CPI é um grito do qual se espera um eco, um grito que não pode mais se calar diante da demora da vacinação do povo brasileiro, sob o manto de uma alegação inverídica, irreal de que foi feito todo o possível. Não foi!

Vamos aos fatos: 20 de outubro, o Ministério da Saúde assina 46 milhões de doses com a CoronaVac no contrato; 21 de outubro, depois do tuíte do Presidente da República, isso é cancelado. Manda quem pode, obedece quem tem juízo?! Com todo o respeito, Ministro!

O seu depoimento aqui, ontem, em relação à vacina da Pfizer: cinco cláusulas assustadoras. Eu sou professora de Direito Público. Realmente, poderiam se discutir cláusulas leoninas do contrato, mas o senhor dizer que, como Ministro, não pode sentar à mesa com uma empresa, ainda fazendo referência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jocosa ao Relator: "o senhor deveria saber disso"?! Não! O Senador Renan não sabe disso, eu não sei disso, porque nós como gestores sabemos que momentos especiais exigem medidas especiais. A própria Constituição e a legislação nos permitem isso, tanto que permitem, inclusive, não fazer licitação em processos diante de urgência. E o senhor sabe disto como General: quando vamos para a guerra, as armas são outras. Por isso, não se sentar à mesa para discutir, negociar, dialogar? Não poder conversar com empresas? O momento excepcional exige liderança, exige gestão. Como disse aqui, como se recusar a falar com a Pfizer?! A Pfizer era a única, naquele momento, capaz de salvar o Brasil. Quando eu digo Brasil, não estou falando só de vidas, estou falando de empregos! E é, sim, papel não só do senhor como do Presidente da República ou de quem quer que seja fazer tudo o que é possível! O Ministério da Saúde não respondeu oficialmente à Pfizer. "Afinal, são só 8,5 milhões de doses a mais!" Não! São 8,5 milhões de doses que poderiam, se não salvar vidas, no mínimo livrar essas pessoas da doença! São erros, Ministro, que borracha nenhuma é capaz de apagar na nossa biografia. É lamentável eu dizer isso!

Esta CPI é um grito das vítimas inocentes que partiram.

É um grito para que nunca mais possamos ver cenas angustiantes de brasileiros se asfixiando em Manaus, crianças tendo que passar para outros Estados por falta de leitos, para que nós não tenhamos mais aquelas cenas horripilantes de doentes amarrados com atas, como verdadeiras camisas de força, para aguentarem suportar a dor de ser intubados sem um anestésico!

É um grito contra as cenas dos nossos heróis profissionais da saúde que, na falta de ventiladores mecânicos, tiveram que usar os seus braços para levar oxigênio ao pulmão daqueles doentes, porque sabiam que ali estava a diferença entre a vida e a extrema unção!

É um grito contra o contraditório – e este é um contraditório grave –, entre a falta e o desperdício de testes do Covid vencidos, que só puderam ser utilizados depois porque a Anvisa teve que prorrogar a data de validade desses testes. Eu estou falando de 7 milhões de testes que, se estivessem nas ruas, testando a nossa população, teriam a capacidade de diminuir o número de contaminados, porque essa pandemia se alastrou pelo Brasil, diferentemente das demais, porque o Brasil foi um dos países que menos fez testes proporcionalmente à sua população. Não sabíamos nem que tipo de cepa estava mais presente em cada Estado da Federação brasileira.

V. Sa. foi perguntado pelo Relator se tinha liderança e gestão e V. Sa. respondeu algo interessante: dizer para um general se tem liderança ou gestão é o mesmo que perguntar se a chuva molha. V. Sa., no ministério, não fez chover; aliás, nem soprou uma brisa para que nuvens de chuva pudessem chegar. V. Sa. foi chamado pelo dote de ter e ser um grande estrategista, e eu reconheço que V. Sa. seja, como general, mas eu não estou aqui me dirigindo ao general, estou me dirigindo aqui ao ex-Ministro da Saúde. Não houve logística, não houve estratégia. Vacinas que eram para o Amazonas foram parar no Amapá! Foi um avião vazio para a Índia buscar, não sei se IFA ou se vacinas prontas, e voltou vazio! Faltou tudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse aqui, nesta Comissão, que precisava ser rápido: EPIs, *kit* intubação, enfim, vacinas, citou uma série de coisas que precisariam ser feitas. Pois bem, seringas. Em julho de 2020, achando caro, não contratou com a Opas, esperou para contratar em dezembro. Sabe o que é interessante, ouvi um áudio que me mandaram – não estou aqui fazendo plágio, porque realmente não sei quem é que me encaminhou – dizendo o seguinte: além de ter esperado até dezembro, Presidente Omar, as seringas vieram de frete de navio! Ora, eu posso comprar pela internet por navio porque pode demorar dois meses o produto para vir da China até aqui. Agora, seringa, cadê os aviões das Forças Armadas para buscarem essas seringas ou para pagar um pouco mais e fazer com que essas seringas pudessem vir anestesiando o braço, a dor da população brasileira o mais rápido possível?

Este é um grito de uma brasileira que representa aqui boa parte da população brasileira contra um plano nacional de imunização. V. Sa. disse aqui: eu não conhecia o SUS, fiquei maravilhado! Que bom, fiquei feliz por isso. Pena que não pôde utilizar o melhor plano de imunização do mundo, que é o nosso, para poder vacinar. Afinal, não contratou, não tinha vacina. Como aplicar as vacinas necessárias? Numa conta rápida, Ministro, nós temos 38 mil postos de saúde espalhados no Brasil. Se nós colocarmos um único profissional da saúde para vacinar 50 braços, 50 doses, por dia, nós estamos falando de 2 milhões de vacinas aplicadas por dia. Não fazemos isso por quê? Porque não temos vacina, não fizemos o dever de casa, não temos contrato. Nenhum dinheiro hoje do mundo é capaz de trazer vacinas para o Brasil. Antes, foi dito que eram 57 milhões de doses, depois 46, 32, 25... Sabe qual foi a última, Ministro? Quando o senhor saiu, o senhor disse para os governadores: podem aplicar, utilizar a segunda dose para vacinar o braço de quem não recebeu nenhuma. É uma estratégia interessante. Talvez até fosse necessário, mas se nós tivéssemos certeza de que não faltaria a segunda dose para quem já tomou a primeira, como aconteceu no meu Estado do Mato Grosso do Sul. Já estou encaminhando para o final.

O senhor negou a existência de um gabinete paralelo orientando o Presidente da República. Eu não questiono a sua fala. Só que quando o senhor faz isso, na linha do que foi dito pelo Senador Alessandro, o senhor acaba assumindo toda a responsabilidade pela ação equivocada ou pela omissão, pela má gestão, pela falta de planejamento, de *kit* intubação, de seringas, de vacina, de campanha publicitária.

Não houve campanha. Só... E, quando houve, foi muito tímida, não falava em máscaras, em isolamento social

Só há uma coisa realmente que eu acredito, Ministro: eu acredito na sua boa intenção. Eu não nego isso. Basta olhar nos seus olhos, pela sua história, pela sua biografia, pelo testemunho do Presidente Omar Aziz, quando disse que conhecia e conhece a sua família.

Como cristã, eu tenho certeza que há uma narrativa equivocada no País, neste País tão polarizado; que o fato de estar me dirigindo a V. Sa., por mais que vote com o Governo no Plenário, aprovando reformas e os projetos na área econômica, eu sou tida como oposição, ainda que não seja e seja uma Senadora independente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui eu quero fazer um testemunho. Eu tenho certeza de que V. Sa. não fez essa condução no ministério para querer acompanhar o raciocínio torto, equivocado de alguns poucos, inclusive nas redes sociais, que pregam que é melhor deixar todo mundo se contaminar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Jamais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para que haja o efeito... Eu não sei o nome, é efeito manada, efeito rebanho, imunidade de rebanho. Isso é algo que eu tenho certeza que V. Exa. não pensa e não agiu como agiu ou deixou de agir como tal, visando alcançar esse objetivo, porque sabe que estamos falando de vidas humanas.

Ministro, na minha palavra final, de alguém aqui que está realmente emocionada com tudo que está acontecendo, por ver amigos hoje nos leitos dos hospitais, pessoas que eu não conheço, eu quero dizer a V. Sa. que o Brasil está de joelhos, literalmente, em oração. É um momento que exige de todos nós humildade, humildade que eu confesso que, em alguns momentos, eu não vi ontem na conduta de V. Sa. aqui; mas vejo, em muitos momentos, quando V. Sa. fala. Só que agora eu tenho que me dirigir ao General.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Algo deu errado na sua estratégia, General – não como General, mas como Ministro.

Estamos numa guerra civil não declarada contra um vírus mortal. O Ministério da Saúde sob o seu comando nos deixou nesta guerra em campo aberto – nós sabemos que, por estratégia militar, nós não vamos a uma guerra em campo aberto –, sem armas, Ministro, porque não temos vacina. E, com isso, todos nós vestimos uma camiseta com o alvo bem no nosso peito ou no nosso pulmão. Nós viramos alvo fácil. Seus soldados, General, brasileiros que não fogem à luta, estão morrendo.

Então, quando eu estou falando desse número, 441.864 mortes, nós estamos falando de almas que precisam de uma resposta. E a resposta que eu quero de V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não assuma responsabilidade que não é de V. Exa. Fale a verdade, toda verdade; reconheça possíveis erros, se é que houve, por parte de V. Exa.; mas não deixe a população brasileira sem resposta. Porque essas almas têm o dom de nos tocar, e nós aqui temos experiência suficiente para conseguir ler o silêncio, a mentira e a omissão.

Muito obrigada, Ministro.

Eu não vou fazer perguntas, porque aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O.k.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... é mais um desabafo de quem acompanha essa questão passo a passo. E, sem medo de errar, pode-se aqui, dizer: não houve sequer omissão de inocentes; muitos erraram. Essa CPI é a CPI mais importante da história do Brasil e ela vai ter que dar uma resposta à altura das mortes, porque a nossa omissão hoje, o não gritar hoje significa amanhã ter que olhar para aqueles números e falar: são mais centenas e milhares de milhares de mortes de irmãos brasileiros. E isso, enquanto nós estivermos aqui, isso não acontecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senadora.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros, nosso Relator; a testemunha, o ex-Ministro Pazuello; todos os Senadores, na pessoa da Senadora Simone Tebet.

Eu queria, antes de entrar na minha lista de perguntas, fazer alguns comentários, Sr. Presidente.

A definição de indicação de qualquer medicamento para fins terapêuticos não se decide no voto nem na opinião de profissionais; se define a partir de estudos e testes extremamente rigorosos que às vezes levam anos. Portanto, esse debate de que um grupo de médicos prescreve e o outro não prescreve e tentar passar para a sociedade que isso é uma controvérsia, não. No caso da indicação de um medicamento para uma determinada finalidade, tem que passar por testes científicos de dosagem, de precisão do ponto de vista de resolver o problema, de curar ou de minimizar o sofrimento, e isso não pode passar despercebido pela opinião pública.

Outra questão que me chama a atenção, que nós estamos aqui discutindo: nós estamos discutindo 441.864 mortes. Se nós temos 441.864 mortes, é porque nós tivemos milhões de brasileiros que se infectaram. E quando a gente faz a avaliação de uma pandemia, a gente precisa saber que medidas preventivas para evitar a expansão da pandemia não foram adotadas e que medidas foram adotadas para promover a pandemia. Este é o foco. E nós estamos diante de uma investigação é de um crime contra a saúde pública e um crime contra a vida, porque são 441.864 vidas ceifadas, arrancadas pela competência ou incompetência de quem dirigia o Brasil.

Outra questão que eu queria chamar à atenção: alguns vêm aqui e querem tratar as 441.864 mortes como sendo, Presidente Omar Aziz, uma questão de logística. Não. É de competência ou de incompetência para evitar que as pessoas se contaminassem, e não uma questão de se teve um ou dois



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respiradores a mais, quem comprou ou quem não comprou respirador. Isso não impacta nesse número de óbitos que a gente teve no Brasil. Do ponto de vista epidemiológico, não tem explicação. E quem está falando aqui é um doutor em saúde pública.

E a outra questão que se cansou, quando faltam argumentos da base do Governo, é falar de Mariel, falar da Venezuela, falar da África. Sabe o que acontece? O Brasil e o BNDES... O Governo atual já fez... O Governo anterior... O Governo atual fez um monte, gastou milhões em auditoria sobre o BNDES. Qual foi a conclusão? Tudo dentro da lei. Então, vamos parar de enganar o povo brasileiro como estamos enganando no debate da pandemia.

Por isso, Sr. ex-Ministro Pazuello, alguns do que vieram aqui até agora disseram que a responsabilidade pelo vem acontecendo no Brasil é do Presidente Bolsonaro. É o caso do Mandetta e é o caso do Teich. Outros, como o ex-Ministro Ernesto Araújo e o ex-Secom Fabio Wajngarten disseram que a responsabilidade é do senhor e do Ministério da Saúde. Já o senhor vem aqui e diz que tudo que aconteceu é de responsabilidade sua e que o Presidente não interferiu na sua gestão. Não sei se o senhor está compreendendo o que está acontecendo. Estamos caminhando para ter um grande responsável: o ex-Ministro Eduardo Pazuello, V. Sa.

O senhor disse, aqui, que se encontrava com o Presidente apenas semanalmente, quiçá quinzenalmente; que o Presidente nunca deu ordem específica em relação à sua área e que nunca contradisse nenhuma decisão sua; que não existe assessoramento paralelo ao Presidente na área da saúde. Ora, se tudo isso é verdade, então foi do senhor a decisão de tentar liminar, limitar a ação de Governadores e Prefeitos no STF contra o estabelecimento de medidas protetivas não farmacológicas. Inclusive agora, recentemente, em março deste ano, quando pretendeu-se suspender os decretos dos Estados da Bahia, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul nesse sentido, foi decisão sua, pelo que o senhor tem afirmado aqui nesta CPI. Então, foi o senhor que orientou a defender a cloroquina e a ser contra o isolamento e o distanciamento social. Então, foi o senhor que orientou a vetar o uso de máscaras e o fornecimento delas diretamente às populações vulneráveis, conforme estava previsto nos autógrafos da Lei 14.019, de 2020. Então, foi o senhor que deu informações a respeito das vacinas que levaram o Presidente da República a desacreditá-las. Então, foi o senhor que incluiu a obrigatoriedade de advertir os pacientes sobre os riscos das vacinas na MP 1.026, de 2021.

Sr. Ministro ou Sr. ex-Ministro, alguém está mentindo, porque aqui o senhor defendeu o distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos e outras medidas não farmacológicas para auxiliar no combate à pandemia. Disse também que não atrapalhou nenhuma medida adotada por Estados e Municípios...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) - Nenhuma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... que apoiou todas elas e que é contra a imunidade de rebanho...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... tudo isso que foi estimulado por medidas adotadas pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Mas, na prática, o Governo tomou outro rumo, que o senhor assumiu como sendo de responsabilidade sua. O Governo tomou exatamente o rumo prescrito pelo Presidente Bolsonaro, e o que colhemos hoje é o resultado do efeito Bolsonaro na pandemia.

Estudos demonstram que, nas regiões com mais votos em Bolsonaro, a epidemia de Covid-19 causou mais mortes. Senhoras e senhores, prestem atenção a isto: causou mais mortes! Se considerarmos todos os Municípios do Brasil, a taxa de mortalidade daqueles que votaram no 17 é 54% maior, e é maior porque é exatamente nesses Municípios que o isolamento social tem sido menor. A diferença entre o número de mortes chega a 90.000 vidas, Sr. Relator!

Eu quero mostrar o áudio aqui, o vídeo... Por favor, meu assessor, Fred, aqui.

Esse primeiro vídeo é de uma *live* do Presidente Bolsonaro do dia 31 de dezembro. Vejam a data - diferentemente do meu colega, que colocou vídeos sem data -, que é dia 31 de dezembro de 2020, quando o Brasil, na sua gestão, estava com quase 195 mil mortos.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Diz que não causa arritmia!

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Próximo: o segundo vídeo mostra o Presidente Bolsonaro com a Ministra da Agricultura receitando cloroquina. O Presidente pergunta: "Quem é seu médico?" A Ministra responde: "Dr. Bolsonaro".

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Terceiro vídeo: é para provar ao Brasil que o senhor faltou com a verdade na questão do TrateCov. O colega Senador Eduardo Braga já citou isso aqui, mas viemos aqui mostrar que, na reportagem da TV Brasil, há informação do lançamento e uso da plataforma, que também orientava a prescrição.

Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O quarto vídeo, para finalizar essa passagem de vídeos: Bolsonaro faz uma aglomeração por zelo psicossocial, como V. Sa. aqui nos informou, mas coloca a vida em risco, em que o senhor lá estava, de máscara, há cerca de um mês. Em seguida, a reportagem do senhor em Manaus, sem máscara. Por favor.

(Procede-se à execução de vídeo de celular.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É suficiente. Obrigado.

Eu pergunto a V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estava com máscara nessa aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu pergunto a V. Exa... Na verdade, eu não pergunto; eu indago ao Brasil e a todos que estão nos vendo: será que o senhor foi contaminado pelo efeito Bolsonaro de expor a população e largar à própria sorte, a esse vírus mortal, que é o coronavírus? Esse é o efeito Bolsonaro, que matou mais quem o apoia.

Sr. Pazuello, o senhor disse aqui que o motivo de sua saída do Ministério da Saúde foi a missão cumprida. Durante sua passagem pelo Ministério da Saúde, de 22/04/2020 a 23/03/2021, exatamente 295.752 brasileiros perderam suas vidas.

Sr. Ministro, qual foi a missão passada pelo Presidente Bolsonaro? Foi a de expandir o efeito Bolsonaro? O senhor não agiu como general, que lidera e administra situações complexas. O senhor, me desculpe a minha sinceridade, agiu como um ajudante de ordem do Presidente Bolsonaro.

Esta CPI terá consequências, terá um relatório final que imputará as devidas responsabilidades. Depois disso, as denúncias serão feitas ao Ministério Público, e as ações judiciais correrão, e o senhor estará sozinho e responderá por tudo o que disse aqui pessoalmente.

Enfim, o senhor será responsabilizado pelas ações deliberadas deste Governo Bolsonaro, em busca da imunidade de rebanho por contaminação natural, responderá por recomendar medicamentos sem eficácia comprovada, por trabalhar contra a vacinação, contra o distanciamento social, contra o uso de máscaras e demais medidas preventivas ao contágio do coronavírus.

Eu lhe pergunto: o senhor concorda, o senhor desdiz ou o senhor repara o que o senhor disse sobre a sua relação com o Bolsonaro, de que o Presidente Bolsonaro não interferia nas suas posições? Pergunto ao senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Senador, obrigado pelas suas palavras. Elas são realmente de bastante reflexão. O senhor é um médico; então, o senhor tem toda uma compreensão do que é uma pandemia, compreensão de como as coisas funcionam, como devem funcionar.

E eu coloco aqui para o senhor o seguinte: é preciso compreender que existem muitas ações de combate à pandemia, muitas. E cada setor, ou cada ministério, ou basicamente as grandes fatias do processo têm suas responsabilidades. No que tange ao Ministério da Saúde e ao SUS, eu realmente posso afiançar ao senhor: eu não tive pressão do Presidente Bolsonaro para tomar esta ou aquela decisão no Ministério da Saúde. Eu não recebi essa pressão.

É óbvio que a gente analisa todo o contexto para tomada da decisão. É óbvio que nós estamos cercados por técnicos, por médicos de todos os tipos, em quantidade, na minha análise, suficiente para poder tomar a decisão. E coloco para o senhor também, eu relembro aqui a todos: eu não tomava decisão sozinho no Ministério da Saúde, eu sempre tomei decisão de forma tripartite, levei isso muito a sério. E nós temos as competências dos executivos médicos e gestores do Conass e do Conasems que levavam à tomada de decisão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero, por obséquio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta foi: o Presidente, ele não me obrigou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a tomar decisões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, Ministro, por obséquio: o Conass e o Conasems e o Ministério da Saúde decidiram contra o isolamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe eu responder para o senhor: não. O Conass e o Conasems se posicionaram contra o uso de máscara? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Não. Nem o Ministério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Conass e o Conasems disseram que não deveriam vacinar ou se opuseram à vacinação? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Claro que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, alguém fez isso. E, pelos vídeos aqui, foi o Presidente Bolsonaro.

Eu sinto que o senhor tenha dito, como disse aqui o Omar Aziz, que o senhor tenha assumido para si responsabilidades que não são suas.

E eu queria dizer, Presidente, que gostaria – com muita dor, mas eu gostaria – de requerer que essa oitiva de ontem e de hoje seja encaminhada ao MP, baseado no art. 342 do Código Penal, que afirma que não pode – que não pode – deixar de falar a verdade, que não falar a verdade é crime.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Como fizemos com o...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com o Fabio Wajngarten.

Eu solicito a V. Exa. e faço um apelo – já são 441.864 mortes –, e não é ao Ministro que não é mais Ministro; para finalizar, é ao Presidente Bolsonaro: pare, pelo amor de Deus, de largar os brasileiros à própria sorte, de estimular que eles caminhem para a morte! Porque é isso que o Presidente tem feito desde o começo da pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, pela ordem, fazer um apelo, um pedido a V. Exa. *(Fora do microfone.)*

Nós, desde ontem, tivemos aqui um espetáculo nunca visto e, em função da necessidade, diante do depoimento cheio de contradições e de omissões do ex-Ministro da Saúde, é fundamental esta Comissão Parlamentar de Inquérito contratar um serviço para fazer uma procura *on-line* da verdade, uma varredura das mentiras ou das verdades que estão sendo pronunciadas aqui.

Para que V. Exa. tenha uma ideia, nós já tivemos uma primeira amostragem dessas contradições, inverdades e omissões. O depoente, em uma, duas, três, cinco, seis, sete, em catorze oportunidades, mentiu flagrantemente, ousou negar suas próprias declarações. Só se é uma nova cepa o que nós estamos vendo aqui: a negação do negacionismo. Deve ser uma nova cepa, uma cepa nova. Quer dizer, por que negar tudo aquilo que está posto, que a sociedade conhece, acompanha e se indigna como consequência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tudo isso? Não dá, não é? É tripudiar da investigação, da Comissão Parlamentar de Inquérito, é imaginar que palavras são jogadas ao vento, a qualquer circunstância, em qualquer lugar. Nós precisamos que se respeite esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria pedir a V. Exa. para contratar esse serviço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Senador Kajuru, que hoje se submeteu a exames, me pede para fazer duas perguntas – duas perguntas – e eu gostaria de saber...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Renan, depois... Depois da minha intervenção, é porque a gente já está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando porque...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu falo em relação a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. falou algumas vezes, o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Marcos Rogério, outras tantas vezes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a manifestação é...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Relator tem preferência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, com certeza, mas é uma indagação de colegas, eu só gostaria que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso fazer!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele não está podendo estar aqui, eu faço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não... Senador Renan... Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Que possa ser depois, não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... para membros titulares, depois vem por...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É a ordem Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu posso fazer como Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas V. Exa. não pode furar fila.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Relator tem preferência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim, mas ele não pode falar fila de quem está na ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou furando fila, eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos só ouvir as duas perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É a vez dele?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos ouvir as duas indagações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Duas perguntas, Ministro. Duas perguntas feitas pelo Senador Kajuru: V. Exa. é sócio de alguma empresa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) - Eu herdei do meu pai algumas empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - "Sim", "não". É sócio ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, eu tenho sociedade de empresas por herança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, é sócio de empresas.

Essas empresas mantêm ou mantiveram alguma relação com o Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha, que eu saiba, Governo Federal só se for Petrobras, transporte de petróleo, esse tipo de coisa. Agora, contratação do Governo Federal, não. É uma empresa de transporte. Meu pai é... É uma empresa de mais de 70 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas a pergunta foi específica, objetiva.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mantém negócios com o Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso tem pertinência com a CPI da Covid, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem, claro que sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, fundamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dinheiro público, e nós precisamos saber do destino.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, V. Exa. não quer investigar corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, Senador Marcos Rogério...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, vejo que V. Exa. mudou de posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só um minuto: as perguntas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– A Presidência entende que tem pertinência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o que tem a ver com a questão objeto da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Tem pertinência.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que estou perguntando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Conclua, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria de encerrar. Eu vou concluir, lembrando um episódio da história do Brasil. O maior conflito militar que nós tivemos no Brasil foi a Guerra Brasil-Paraguai. Nela, Sr. Presidente, nós perdemos 100 mil brasileiros. Foi a maior carnificina de todos os tempos! Os comandantes militares da época assumiram responsabilidade com isso e até ganharam a guerra. Não é isso! Eu estou citando esse fato histórico só para lembrar... A Guerra do Paraguai durou seis anos. É só para lembrar que, enquanto o ex-Ministro Pazuello esteve à frente do Ministério da Saúde, em pouco menos de 11 meses, morreram de Covid no Brasil 270 mil brasileiros, 60% dos que morreram durante a pandemia.

Eu falo para o meu tempo, mas a história calará fundo diante desses depoimentos e dessas inverdades que nós estamos colhendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Sr. Relator.

Senador Fernando Bezerra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A requisição do Sr. Relator, eu peço para a Secretaria colocá-la a termo, para ser apreciada na sessão onde apreciaremos os requerimentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando Bezerra, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria fazer um rápido comentário antes das minhas palavras.

Na semana passada, houve um intenso debate no Parlamento inglês, e o debate se travou sobre a necessidade de se abrir uma comissão de investigação no Parlamento inglês para poder revisar os procedimentos do Ministério da Saúde da Inglaterra sobre as dúvidas das ações e omissões que porventura tenham sido cometidas lá. A decisão do Parlamento inglês foi a de que a investigação só poderia ser feita quando tivessem debelado a pandemia.

Todos, aqui nesta Comissão, sabem a minha posição. Temos que trabalhar para evitar que a CPI se transforme num palanque eleitoral, porque todos nós queremos a verdade. Se ocorreram falhas, omissões, erros, os responsáveis precisam ser apontados. Mas me parece que, em função do quadro em nível internacional, o que precisamos mesmo, além de indicar eventuais culpados ou responsáveis, é aprimorar a legislação sanitária brasileira.

Eu queria... Ao iniciar as minhas palavras, eu gostaria de registrar trecho da introdução do livro que o Senador Renan Calheiros nos ofertou no início dos trabalhos desta CPI. O livro tem o seguinte título: *O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*. É uma compilação das decisões proferidas por aquela Corte Suprema, na qual o então Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, afirma que - abro aspas - "as CPIs, em todas as suas fases, devem ser guiadas por um outro princípio que é de natureza política, o equilíbrio [é o equilíbrio, Senador Renan]. A aliança deste com os elementos jurídicos permitirá às Comissões Parlamentares de Inquérito a satisfação dos interesses que são da coletividade e nunca daqueles meramente partidários ou de particulares" - fecho aspas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, concordando e apelando ao Senador Renan Calheiros para nos guiarmos pelo equilíbrio na condução desta importante investigação, quero enaltecer a postura do Ministro Eduardo Pazuello diante deste Colegiado.

Apesar de comparecer a esta CPI amparado por um *habeas corpus* que lhe confere o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, o depoente não se evadiu em nenhum momento, respondendo todos os questionamentos que lhe foram dirigidos.

Como bem salientou o Ministro Eduardo Pazuello, a Covid é uma doença ainda desconhecida que atingiu de forma contundente o mundo inteiro, desafiando gestores públicos e os sistemas de saúde, considerando que não existe medicação antiviral específica ou tratamento com medicamentos cientificamente comprovados.

Como ficou claro da exposição do depoente, a Lei do SUS define as responsabilidades da União, Estados e Municípios de forma tripartite, cabendo à União, através do Ministério da Saúde, disponibilizar recursos aos demais entes, sempre com base em critérios técnicos; ou seja, cabe aos Estados e Municípios a execução das ações de atenção à saúde, entendimento que foi reiterado pela decisão do Supremo Tribunal Federal ocorrida em abril de 2020.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde apoiou, durante todo esse período, os Estados e Municípios na execução das medidas e ações planejadas, bem como todas as transferências de recursos ou distribuição de equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para Estados e Municípios.

Os dados apresentados pelo Ministro Eduardo Pazuello indicam que os valores transferidos pelo Governo Federal fundo a fundo para Estados e Municípios, tanto para as rotinas do SUS quanto para combater a Covid-19, totalizaram, em 2020, 79 bilhões para a rotina do SUS e 33 bilhões para o enfrentamento da pandemia, totalizando 112 bilhões naquele ano. Agora, em 2021, já superamos a marca dos 30 bilhões.

Além das transferências de recursos para Estados e Municípios fundo a fundo, o Ministério da Saúde entregou equipamentos – lembro aqui os ventiladores pulmonares, mais de 18 mil ventiladores pulmonares, em que 9 mil foram para Estados e 9 mil foram para Municípios. E os Estados se perderam nas contratações e nas licitações desses ventiladores, que contrataram por preços absurdos, e muitos não receberam os equipamentos para colocar à disposição da população.

Além disso, quero destacar a contratação de leitos de UTI. Foram, no ano passado, quase 19 mil leitos de UTI e, neste ano, já foram 22 mil leitos de UTI autorizados para atender a população brasileira.

Além disso, insumos, medicamentos, que totalizaram investimentos de 46,5 bilhões em 2020 e mais de 11 bilhões já agora em 2021.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, eu gostaria de esclarecer aos que estão nos acompanhando que a Embaixada dos Estados Unidos, ainda em janeiro de 2021, por meio da Nota Diplomática nº 50, informou ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro sobre a impossibilidade de o Governo americano providenciar a entrega do oxigênio líquido no Estado do Amazonas. Nessa mesma nota, a Embaixada dos Estados Unidos afirmou tão somente o fato de estar aberta a negociação sobre um possível fornecimento de suporte aéreo em data futura, o qual estaria sujeito a reembolso por parte do Brasil, ou seja, em nenhum momento o Governo dos Estados Unidos disponibilizou ao Governo brasileiro uma aeronave para promover a entrega de oxigênio líquido durante a crise de abastecimento ocorrida no Estado do Amazonas, como se pretende fazer crer pelas manifestações de alguns membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Além disso, acerca da necessária autorização legislativa para que o Brasil pudesse aderir às obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais com a Pfizer, a partir dos questionamentos do Senador Randolfe Rodrigues sobre a minuta de medida provisória, esclareço que a decisão acerca da redação final proposta para uma medida provisória, seja a exclusão ou a adição de dispositivos, não é pessoal do Presidente da República, mas resultado de uma avaliação colegiada, coordenada pela Casa Civil, através da Secretaria de Assuntos Jurídicos, com base nas contribuições técnicas, de mérito e jurídicas, recolhidas de todos os ministérios proponentes. Somente após a consolidação do texto, a matéria é submetida à subscrição do Presidente da República.

Registro, ainda, como habitualmente tenho feito em nossas reuniões, que nesta quinta-feira alcançamos a marca de 89.532.775 doses de vacinas distribuídas e um total de 55.098.913 doses aplicadas. Com esse resultado, o Brasil se posiciona como o quinto país do mundo, em número, em termos absolutos, tendo vacinado, com pelo menos uma dose, 37.376.193 pessoas e, com a segunda dose, 17.722.720 brasileiros.

Por fim, gostaria de comentar o artigo publicado pela revista *The Economist* desta semana, dia 15 de maio, alertando para o fato de que a pandemia da Covid-19 provocou a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial. Informa o periódico que, enquanto o PIB mundial contraiu-se em 3% no ano passado, a taxa na América Latina e Caribe caiu mais de 7%, o pior resultado registrado em qualquer região monitorada pelo FMI. Dois aspectos precisam ser destacados nesse terrível desempenho que nossa região apresentou nesse período de pandemia.

Primeiro, alguns governos da região implementaram os mais severos *lockdowns* do mundo. Uma metodologia de quantificação do banco Goldman Sachs aponta que habitantes de nenhuma outra região ficaram tanto em casa durante um ano de pandemia quanto os da América Latina, onde o isolamento social foi 70% maior do que na América do Norte. Em que pese a implantação dos mais severos *lockdowns*, os números de casos e mortes registrados relativos à população são os maiores dentre todas as regiões do mundo. A América Latina, em contraste com as regiões, concentrou seus principais recursos no fortalecimento de mal financiados sistemas de saúde; aliás, precarizados, como foi o depoimento do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Mandetta e do Ministro Teich. Falta de investimento em saúde pública ao longo dos últimos 20 anos, e foram incapazes de fazer frente ao incremento exponencial da demanda por atendimento especializado. Na prática, somos uma região altamente vulnerável aos *lockdowns* do ponto de vista econômico, enquanto o resultado sanitário dessa medida é altamente questionável.

Segundo aspecto: a revista *The Economist* calculou a adequação dos estímulos com relação à pandemia em 123 países, mostrando que em países que repassaram recursos diretamente à população, tal medida contribui decisivamente para romper o ciclo de perda de emprego e cortes em gastos domésticos, o que sustentou as economias. A América Latina, apesar de ter implementado estímulos fiscais mais generosos do que em recessões passadas, teve um desempenho bastante modesto na injeção de gastos extras para cada dólar perdido em produtividade, inclusive se comparado com outros mercados emergentes.

E aí a boa notícia, Presidente Omar Aziz: felizmente, o Brasil é exceção nessa análise, e se destacou, segundo a conceituada revista inglesa, com gastos promovidos pelo Governo Bolsonaro que compensaram quase completamente as perdas do PIB, contribuindo decisivamente para o enfrentamento da crise pandêmica também em seu aspecto econômico. Em comparação com outros países, estamos saindo melhor desse momento desafiador, e temos tudo para chegarmos ao final deste ano com taxas de crescimento próximas aos 4%.

Quero dizer que, mesmo no ano passado, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que terminou o ano contratando gente com carteira assinada. Foram mais de 146 mil carteiras assinadas, e este ano deveremos chegar a mais de 1,5 milhão de carteiras assinadas, mostrando a forte recuperação da economia brasileira.

Para encerrar – meu tempo já urge –, eu vou deixar apenas para que o Ministro possa fazer considerações sobre três aspectos, se ele se dispuser a responder a essas indagações.

A primeira: Os órgãos de controle, no cumprimento de sua tarefa institucional, tiveram oportunidade de auditar as ações do Ministério da Saúde no combate à pandemia. Como V. Sa. avalia a sua gestão no Ministério da Saúde acerca do cumprimento das orientações estabelecidas pelos órgãos de controle?

Essa seria a minha pergunta.

Eu acho que o tempo não vai me deixar fazer outras, mas eu deixo para que o Ministro possa fazer as considerações em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senador, muito obrigado pelas suas colocações, serei direto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das primeiras medidas tomadas, ao chegar no ministério, foram os acordos de cooperação com todos os órgãos de controle.

O objetivo desses acordos de cooperação era trazer realmente os órgãos de controle para dentro do ministério. Ter acesso a todas as senhas, ter acesso a todos os processos e isso, na parte do controle, ia por uma mão e na outra mão a participação para que se discutissem juntos os processos que estavam sendo iniciados para que se pudesse corrigir já no início da elaboração dos processos.

Então, essa era... Foi a primeira posição que nós fizemos e isso tem acordos com vários órgãos, como eu listei na minha palavra de abertura.

Eu vou... Só vou economizar o tempo por causa, obviamente, do adiantado da hora. Então, nós buscamos e fizemos acordos para trazer os órgãos de controle para dentro do processo – número 1. Número 2: a partir daí nós tínhamos, dentro do ministério, funcionando ali, funcionando de uma forma realmente proativa, as discussões eram proativas com os órgãos de controle. Além dos órgãos de controle externo, nós pegamos a divisão de integridade, Diretoria de Integridade, que é o controle interno do ministério, e nós submetemos a ela todos os processos – todos, sem exceção.

Havia vários processos que, pelo protocolo do ministério, não eram submetidos à Diretoria de Integridade, eram processos decisórios nas finalísticas ou na própria executiva.

Nós encerramos isso na chegada. Todos os processos precisavam ser analisados na Diretoria de Integridade e na nossa Conjur, que é a AGU que tem lá dentro. Então, essa é a estratégia de controle interno e externo.

A partir daí há, obviamente... Você passa a ter a sua análise ou ter não mais anual, você não manda, não é mais feita uma análise do pretérito. Os TCUs, a CGU, etc., passam a estar discutindo praticamente em tempo real o que está acontecendo. Isso é uma grande novidade, isso não existe na maioria... Eu acho... Desconheço que haja em outros ministérios, pode existir, eu desconheço. Então, a nossa relação com esses órgãos, ela passa a ser visceral porque está acontecendo junto.

Então, o TCU te cobra e você responde, te mostram uma posição, você adapta e assim nós fomos trabalhando em conjunto desde então.

Essa é a minha forma... Foi a nossa forma de gerir, vou fazer uma... O nosso objetivo – abre aspas – "era dar um crachá do ministério" – fecha aspas – para cada integrante de controle para que tivesse acesso a todos os locais em qualquer hora.

Essa foi a nossa forma de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, primeiro, agradecer, Ministro Pazuello. Este ano, no dia 10 de março, eu estive em audiência com V. Exa., com a Federação dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul. Em nome do Luciney Bohrer, que é o Presidente de 238 hospitais do Rio Grande do Sul, agradecer o que aconteceu naquele instante. Leitos de UTI: quero que fique gravado e ficará aqui nesta CPI que o Rio Grande do Sul, em março do ano passado, tinha 933 leitos de UTI. Em março de 2021, 3.005 leitos. Senador Omar Aziz, mais que triplicaram!

Também temos um documento aqui do Mirocles Campos Vêras, que é o Presidente da Confederação Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil, que totalizam 1.824 hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos. Só nos leitos de UTI, já renovada a sua habilitação para este ano, entre ventiladores pulmonares e leitos de UTI já devem ter mais de 24 mil repassados pelo Governo Federal, garantidos, parte sob seu comando, mais de R\$7 bilhões.

Aquele dia também, Ministro, falamos a V. Exa., Senador Omar Aziz, do preço abusivo do chamado *kit* intubação, que não era responsabilidade do Governo Federal. V. Exa. falou, recebeu a nossa solicitação. E foi apresentado, Senador Renan, que o custo do midazolam, uma das substâncias – recorde bem o nome –, custava R\$2,90 em março do ano passado; e, na média, no Rio Grande do Sul, ele já estava em R\$24, um preço abusivo – por laboratório, por distribuidor, sei lá por quem. O Ministério da Saúde comprou e distribuiu acho que quase 7 milhões desses *kits* intubação, que chegaram lá a R\$3 – R\$3! V. Exa. teve essa percepção, e o Ministério da Saúde, sob o comando de V. Exa., fez isso aí. Isso é importante, e foi distribuído para o Brasil inteiro. Chegaram ao meu Estado 300 mil, 400 mil doses para dois, três meses que chegaram lá e ajudaram os hospitais. E também nos ajudaram para que pudéssemos possibilitar, junto ao ministério e à Anvisa... Juntamos 53 hospitais para importarem diretamente, com autorização da Anvisa e do Ministério da Saúde. Já estão negociando para comprar a preços mais acessíveis em função do abuso que estavam pedindo para o Brasil. Agradecemos.

Eu queria, Senador Renan, Relator, e Senador Omar Aziz, voltar a um assunto. O Senador Marcos Rogério falou da questão da cloroquina, que Governadores, inclusive seu filho, fizeram... Ah, o vídeo, o.k., eu sei que foi no início do ano passado, março, abril, maio. O.K., mas, Senador Omar Aziz, uma questão abusiva... O primeiro passo: a Organização Mundial de Saúde reviu a sua posição com relação a esse medicamento, foi uma pesquisa fraudulenta na Universidade de Harvard, com 671 hospitais, em torno de 96 mil pacientes. Essa publicação foi feita na revista *Lancet*, a maior revista mundial. Aqui está a retratação.

A segunda, Senador Omar, foi no seu Estado, em Manaus, num hospital que acho que leva o nome da sua mãe, onde tem 22 pessoas que faleceram em cima de uma superdosagem. Isso eu solicitei, representei à Polícia Federal que examinasse esse caso. Representei na semana passada. Tenho certeza no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estou falando. Pedi, num debate que fiz agora na CNN, para questionar um especialista no seu Estado, não recordo o nome, já tinha feito a entrevista. Eu não vou falar como médico, mas já estou pedindo a um médico, Dr. Francisco Cardoso, que vai falar sobre os abusos da pesquisa *The Lancet*, em Harvard, e também sobre a pesquisa de Manaus. Eu vou pedir o direito de resposta que a CNN... E falo aqui, General Pazuello, que a imprensa séria deste País aceite essa provocação e dê voz a médicos. Não sou eu que vou falar, eu fiz a minha parte.

Senador Renan, V. Exa. já foi Ministro da Justiça. O art. 5º da Constituição da República: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". O item 2 da Declaração de Helsinque: "É dever do médico promover e salvaguardar a saúde de seus pacientes. O conhecimento e a consciência do médico estão direcionados para o cumprimento desse dever". Infelizmente, aqui, neste País e em outros também, em função de um debate político, ideológico e também financeiro, que tem interesse das grandes, da chamada Big Pharma, esse direito não está sendo respeitado: pressão de médicos, especialistas, professores universitários que mostram sua posição.

Então, o que eu quero, Senador Omar Aziz: estou registrando esse fato para que esse fato seja elucidado. Já pedi ao Senador Confúcio que traga especialistas e debatam a pesquisa da *The Lancet* e a da *Jama*, que é a pesquisa de Manaus. E pode botar os que fizeram e os que são contrários à pesquisa.

Senador Renan, esse fato, essas duas pesquisas fizeram com que a Organização Mundial de Saúde revisse o seu conceito. Isso é fraudulento, isso é tendencioso, isso é imoral. Portanto, eu estou levantando esse fato. V. Exa. fala em 441 mil mortes. Vou repetir o que já disse ontem e anteontem: se nós adotássemos esse tratamento, conforme governadores iniciaram o tratamento e depois houve essa guerra ideológica, nós teríamos, quem sabe, a letalidade no Brasil não seria de 2,8, seria de 1,4, nós teríamos, Senador Omar, 220 mil mortos dos 441 mil que nós temos hoje, seguramente. Alguém é responsável por isso. Então, genocida é quem pratica esse fato.

Vou repetir novamente, na questão das vacinas, vou corrigir aqui o Senador Bezerra, que falou: 55 milhões registradas no sistema do Ministério da Saúde, porque precisa, lá no interior do Amazonas, a Prefeitura registrar no sistema, catalogar no sistema e chegar ao Ministério da Saúde; 55 milhões, mas o número real é de 60,274 milhões de brasileiros ontem. O Brasil é o quarto País do mundo em número de pessoas vacinadas, continua assim, na frente da Inglaterra. E já tem, sim, 662 milhões de doses de vacinas compradas, que dá três vacinas para cada brasileiro.

Vou repetir: agora, 17h, tem uma reunião com 12 dos maiores laboratórios brasileiros, laboratórios de medicamentos humanos, e mais quatro laboratórios de medicamentos veterinários, que querem fabricar vacina no Brasil. Escrevam o que estou dizendo: com o auxílio do Ministério da Saúde, Ministro Pazuello – V. Exa. foi Ministro –, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Ciência e Tecnologia e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Anvisa, as empresas privadas estão negociando com 16 empresas internacionais – chinesas, indianas, russas, belgas, canadenses, inglesas – para que o Brasil seja fabricante de vacina. E o Brasil poderá produzir para o Brasil e exportar para o mundo, porque não é só esse ano que nós temos que vacinar. Então, isso está em negociação, estamos trabalhando nesse ponto.

E gostaria que ficasse registrado: infelizmente, Senadores que estão aqui conosco, é uma questão política. Entendo a posição e repito o que já disse no meu primeiro pronunciamento: tem candidatos a Presidente do PSDB, do PDT, do PT e de outros Ps quaisquer; candidatos o ano que vem, e essa CPI é um dos palanques.

Agora, a imprensa séria... Vou ler aqui e vou trazer, Senador Omar Aziz, para que fique registrado nessa CPI.

No *site* do Governo Federal:

A mentira: "Governo Bolsonaro negligenciou a vacina contra Covid!"

A VERDADE: Presidente e Governo buscam vacinas comprovadamente seguras e eficazes desde MARÇO DE 2020.

A mentira: "Governo Bolsonaro negligenciou a vacina contra Covid!"

A VERDADE: Presidente e Governo buscam vacinas comprovadamente seguras e eficazes desde MARÇO DE 2020.

Aqui está o Twitter, onde está essa matéria, e vou registrar aqui nessa Casa:

Em 18 de março de 2020, logo no início da crise mundial da Covid, o Presidente da República celebrava em seu Twitter: "A vacina contra o covid19 foi testada em humanos pela primeira vez. Os testes aconteceram nos EUA."

06. A linha estabelecida pelo Presidente desde o começo orientou os órgãos do Governo à busca de soluções confiáveis.

Tanto que em 3 de abril de 2020 a Fiocruz (Ministério da Saúde/Governo Federal) participava de estudo para vacina contra a Covid-19.

07. No começo de maio de 2020 o Governo já buscava acordos com laboratórios para garantir a vacina, tão logo estivesse disponível.

A declaração foi feita pelo então ministro da Saúde [...] [em março de 2020]

08. Em assembleia da OMS [em maio de 2020], o então ministro da Saúde [Pazuello] falou da "disposição do Brasil em apoiar e participar das iniciativas e cooperações internacionais para diagnóstico, medicamentos, vacina e tratamento do coronavírus"

09. Reafirmando a disposição do Governo de vacinar a população com segurança e responsabilidade, o Presidente [Bolsonaro] anunciou em 6 de junho de 2020 portaria autorizando testes clínicos de uma potencial vacina por parceiro internacional [Oxford].



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no início de junho de 2020, a Anvisa autoriza estudo clínico em nosso País e coloca o Brasil entre as primeiras nações a buscar a vacina contra o coronavírus.

Tudo aqui são matérias registradas que eu vou passar a V. Exa.:

11. Primeiros testes: ao mesmo tempo em que estabelecia parcerias, o Governo Federal buscava soluções próprias. Em 10 de junho de 2020, a Fiocruz (Ministério da Saúde) anunciava início de testes para a vacina.

12. Cooperação Brasil-Reino Unido para a produção de vacinas contra a Covid-19: anunciado em 27 de junho de 2020, acordo prevê transferência de tecnologia para o Brasil e produção nacional das vacinas.

Em 29 de junho de 2020, o Presidente da República celebrava em seu Twitter o acordo de cooperação e desenvolvimento tecnológico e acesso a vacina contra o Covid.

14. R\$ 1,9 bilhão para a vacina contra o coronavírus: em 06 de agosto de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória para produção e aquisição de vacina.

15. Ainda em junho de 2020, a Anvisa emite a quarta autorização para o teste de vacina. [A Anvisa, Ministério da Saúde, aprovou o teste sempre o mais rápido possível]: 02/jun: Oxford/Fiocruz ;03/jul: Sinovac/Butantan; 21/jul: BioNTech/Pfizer; 18/ago: Johnson-Johnson
16. Como reconhecimento à postura criteriosa e comprometida do Brasil, em setembro de 2020 o país passou a fazer parte de conselho mundial pela vacina contra a Covid-19, coalizão coordenada pela OMS.

17. Covax Facility: no fim do mês de setembro, Presidente assina MP 1.003, que autoriza adesão do Brasil ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas, e MP 1.004, que destina R\$ 2,5 bilhões para ingresso no programa.

18. Saúde, ciência e liberdade: em outubro de 2020, Presidente da República reafirma a disposição oferecer vacina segura e verificada a todos os brasileiros, mas sem jamais obrigar ninguém a nada.

20. Novembro de 2020 [declaração do Presidente]: Qualquer vacina deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. [O] Brasil vai comprar qualquer vacina certificada pela Anvisa.

21. Em consonância com a postura do Governo de buscar vacinação para os brasileiros com celeridade mas sem deixar critérios científicos de lado, [em novembro de 2020 a] Anvisa publica instrução para acelerar registro de vacinas – desde que comprovada qualidade, segurança e eficácia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19: em 16 de dezembro de 2020, Presidente da República apresenta plano de imunização, com mais de 300 milhões de doses já negociadas.

23. Mais R\$ 20 bilhões para a vacina: Presidente assina MP que libera mais recursos para os órgãos e autoridades de saúde adquirirem vacinas avalizadas pela Anvisa. [em 17 de dezembro de 2020].

Em resumo, o Presidente e o Governo tratam da vacina contra o coronavírus desde o início do problema, em março de 2020. Participamos de estudos pró-vacina desde abril e celebramos acordos desde maio, liberando dezenas de bilhões de reais ao longo de 2020.

Esses fatos todos, Presidente, eu quero que fiquem registrados na Casa, e vou lhe passar, porque é diferente do que nós vimos aqui nesta Comissão e é diferente do que a imprensa, que não tem interesse nessa questão, está falando no Brasil inteiro. Como dizia meu conterrâneo, Leonel de Moura Brizola, General Pazuello, V. Exa., que é de lá, a sua mãe, de Bagé, e o amigo ali da AGU é de Dom Pedrito: são os interesses. Infelizmente, é o que nós estamos assistindo aqui nesta CPI e pela grande mídia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Ministro pediu um intervalo de cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, V. Exa. me permite só uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixe só ele sair e pode perguntar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É só uma informação, pode ser? É importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senadora, pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O ministro... Ou melhor, o Embaixador da China no Brasil, Presidente, fez uma publicação agora muito importante numa rede social, no Twitter, e eu gostaria de ler aqui ao senhor e aos que nos acompanham. Ele disse o seguinte: "Na conversa com o Fórum dos Governadores informei a liberação dos novos lotes de IFA para produzir no total de 16,6 milhões de doses da Coronavac e Vacina AstraZeneca, que chegarão no Brasil nos próximos dias. A China, fraterna com o povo brasileiro, está comprometida em parceria de vacina".

Então, eu queria fazer aqui o registro e cumprimentar a todos os Governadores que têm feito um trabalho muito importante na busca de vacinas para o Brasil.

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dezesesseis milhões...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) - Vírgula seis.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sr. Presidente, o senhor pode nos inteirar da lista, da sequência, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O próximo a falar sou eu, por último, porque eu não posso falar em primeiro - reclamaram que eu intervim -; depois, vem o Senador Flávio Bolsonaro, mas não sei se vai conseguir entrar via remota; o Senador Kajuru teve que ser internado - e a gente espera que fique bem, é um grande amigo nosso -, mas pediu para o Senador Renan fazer as perguntas, e o Senador Renan já fez as perguntas por ele; a nossa campeoníssima Senadora, que eu não posso nem prescindir do nome, a Leila; a Senadora Zenaide Maia, que está remotamente; o Senador Izalci Lucas, que não sei se vai estar aqui; Senador Vanderlan Cardoso; Senador Giordano; Senador Fabiano Contarato; Senadora Soraya Thronicke, que estava até aqui há pouco; Senador Roberto Rocha; Senador Telmário Mota; Senador Jean Paul Prates; e Senadora Mara Gabrilli. São essas pessoas inscritas. *(Pausa.)*

Mas o IFA foi liberado para o Butantan, não é, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim, ele faz referência à CoronaVac, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, é para o Butantan, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom.

O que vai para o Ministério da Saúde é distribuído, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É, e entra no plano nacional de imunização - não é? -, pela política do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso. Está o.k.

Isso eu acho que dão 800 mil litros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Realmente em relação à quantidade eu... Essa conta de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Parece que cada vacina é 0,05 de IFA. É uma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Faz um cálculo aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi pelo que fui informado. Eu também não entendo, não, só estou dizendo aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, multiplicado por 16 milhões...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fazendo uma calculadora rápida...

Na verdade, ele faz referência ao que vai resultar – não é? –, em 16,6 milhões de doses. Aí, tem que ver a quantidade em litros – não é? – do IFA...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A informação que eu tenho é que cada dose utiliza 0,05ml, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Está reaberta a reunião.

Ministro Pazuello, eu tenho algumas perguntas para fazer a V. Exa. São bastante objetivas e rápidas, e eu queria que V. Exa. pudesse nos responder.

V. Exa. foi escolhido por entender de logística ou por entender de gestão no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Eu acredito que a gestão e a logística fazem parte de um conjunto da administração, estão na mesma linha, não dá para separar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, em relação à ciência, tanto eu quanto o senhor entendemos muito pouco nessa área, mas, a partir do momento que o senhor foi escolhido por gestão, com certeza absoluta, o senhor deve ter feito um levantamento detalhado da situação do Covid no País para traçar um plano de gestão. Isso foi feito nos 11 meses que V. Exa. passou lá?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, exatamente. A primeira coisa que nós fizemos foi buscar as informações e criamos os sistemas de captar informação para poder, a partir daí, desenvolver os vários planos que foram feitos, as várias estratégias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que nos chamou muito a atenção e até agora, apesar de ontem e hoje a gente ter ouvido muito e muitas perguntas, não consegui entender foi aquela carta que foi encaminhada a várias autoridades, no dia 12 de setembro, da Pfizer. O CEO da Pfizer procurou o dono de uma rede de TV dois meses depois para dizer que não tinha tido nenhuma resposta. Aí, o Sr. Fabio Wajngarten foi contactado e foi ele que fez os primeiros contatos com a Pfizer nesse sentido. O senhor recebeu essa carta no dia 12 de setembro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A carta chegou no ministério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Já confirmou isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A carta chegou no ministério. Sim, a carta chegou no ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que ninguém deu uma resposta, Ministro, à Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, nós estávamos em negociação com a Pfizer desde abril, o tempo todo. Isso não começou com a carta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós cumprimos todos os protocolos e discussões desde abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por que...

Só um minutinho.

Se estava em negociação com o Ministério da Saúde, que era o correto, não precisaria ser, necessariamente, com V. Sa. Na lógica, não precisaria. A gente sempre delega para alguém tratar desses assuntos, e, no final, quem bate o martelo é o ministro ou alguma autoridade superior ao ministro. Mas por que o Fabio Wajngarten se reuniu com dirigentes da Pfizer, com autorização do CEO, lá nos Estados Unidos, da Pfizer, para tratar sobre esse assunto no Palácio do Planalto? Por quê?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, as ações do Fabio ele já colocou ali. Eu não sei lhe dizer por que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele disse que V. Sa. não respondeu à Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu queria dizer... Eu tenho uma análise sobre isso, de uma maneira muito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, eu queria ouvi-lo, até porque jogam muito a culpa em cima de V. Exa. Veja bem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que a estratégia de venda da Pfizer, a forma agressiva da publicidade, aquilo ali é uma estratégia de empresa. Então, ela veio muito forte para vender no Brasil, no *boom* da América Latina, o que é normal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A oferta das vacinas no mundo é infinitamente inferior à procura.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Nós é que estávamos precisando; não era a Pfizer que estava precisando da gente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas a Pfizer veio com uma posição bastante... Ela se prontificou a vender para todos os países da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas nós tínhamos preferência porque nós fizemos a terceira fase da Pfizer aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A terceira fase de experimento da Pfizer foi feita no Brasil. Então, eles procuraram a gente porque nós tínhamos prioridade. Só que o que não dá para entender... E aí eu não estou fazendo nenhuma acusação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim, mas eu quero saber o que o Fabio Wajngarten... Se o Ministério da Saúde já estava negociando, por que o Fábio Wajngarten tem que levar duas dirigentes... Eu acho que alguém da sua equipe deve conhecer essas duas senhoras, que devem ter se reunido antes...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a reunião de que o Carlos Murillo falou, ele disse que só aconteceu muito tempo depois de a carta ter sido entregue para várias autoridades. Eu não preciso citar as autoridades, que V. Exa. já sabe. Isso é um ponto.

E, naquela época, a vacina foi... Aquelas 70 milhões de doses ou 100 milhões de doses que foram...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Trinta e 70.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, foram compradas a US\$10. Correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A vacina foi comprada a US\$10.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dez dólares. Agora, as outras 100 milhões de doses a US\$12.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essas últimas eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O que o Carlos Murillo disse aqui foi que essas últimas 100 milhões de doses seriam US\$12. Então...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram oferecidas a US\$10...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram oferecidas a US\$10, foram compradas a dez 100 milhões de doses, e as outras 100 milhões de doses a US\$12.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse contrato eu não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Não, o que foi colocado aqui, se eu não estiver equivocado. Até posso estar equivocado, mas o que eu ouvi dele...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O novo contrato agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O novo contrato, quer dizer, US\$2 a 100 milhões dá US\$200 milhões; multiplicado, o dólar, a mais de R\$5, dá R\$1 bilhão a mais, coisa nós poderíamos ter economizado se a gente tivesse começado a negociar lá atrás. Falou-se muito em economia, em gestão e uma série de coisas.

Não acusando ninguém, mas é estranho que o ministro que V. Exa. disse aqui que tinha toda a autonomia para tratar desse assunto, não precisava consultar ninguém...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém do primeiro escalão, do quarto andar do Palácio do Planalto, também estava negociando essas vacinas. É essa a questão que eu estou lhe colocando. V. Exa. disse que não sabe...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não sei mesmo. Eu só encontrei o Fabio Wajngarten uma vez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é. E ele nunca tratou desse assunto com o senhor?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nunca. Eu só o vi uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é. Porque ele disse que pegou um telefone, desceu correndo, entregou para o Ministro Paulo Guedes, para ele falar com o pessoal da Pfizer. Aí, o Presidente falou para ele: "Olha, vamos comprar, já está autorizado", e não sei o quê. Então, existia... O que eu vejo aqui é o seguinte: que V. Exa. tratava do assunto, mas tinha outras pessoas tratando do mesmo assunto. É o que está...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É o que o Fabio falou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim... Não. Não é o que o Fabio... Não. O Carlos Murillo falou. Não, o CEO da Pfizer também...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu ouvi isso. Eu ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Talvez por isso o Ministro não tratasse do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, ele... Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Porque tinha um outro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Estava sendo... Não. Estava sendo tratado no nível técnico o tempo todo, e a gente tem todas as, as, as comprovações e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bom, a última, a última pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Agora, sim, eu acredito realmente que tenha havido contato do Fabio com o Carlos Murillo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não! Teve...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso está muito óbvio também. Eu só não sei falar quem, qual é a motivação exata disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque, se nós estávamos tratando no Ministério, o certo era ele ter dado uma telefonada para o senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Ligar para mim e...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... e dizer: "Olha, eu estou aqui com o pessoal da Pfizer, que está reclamando que não consegue falar contigo"...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Presidente, nunca houve isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é. É uma coisa normal, até porque, como eu já fui gestor, se tinha uma crise numa secretaria, eu falava com o secretário 50 vezes por dia, não é? Se tinha uma rebelião, aí eu falava com o Secretário de Justiça: como é que estão as coisas? "Ah, tem refém." Daqui a pouco ligava de novo. Aí, eu: vai para lá. Eu ficava o tempo... Porque era uma crise. E, no meu entendimento, a Covid é uma crise.

Então, o senhor falar muito pouco com o Presidente numa baita crise em que o País estava, com morte todo dia, uma guerra que nós estávamos enfrentando... Não é possível que eu veja uma outra pessoa estar tratando de um assunto tão sério... Porque, agora, o Senador Fernando Bezerra falou uma coisa - e o próprio Senador Luis Carlos Heinze, e ele dá números -: isso representa 12% da população brasileira. Se nós tivéssemos vacina e tivéssemos vacinado acima de 30%, hoje a gente já estava se abraçando e sem máscaras no Brasil. Semana passada, aconteceu isso nos Estados Unidos.

O Brasil não é um país paupérrimo. A economia de que o Senador Fernando Bezerra fala é das *commodities* que nós temos, que nós estamos exportando muito, por quê? Porque comida se vende em crise ou não crise. As pessoas precisam comer, correto?

A última pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. A última pergunta, que é específica sobre o meu Estado: em fevereiro, V. Sa. deu uma declaração que nos deixou muito animados - e eu o parabeneizei publicamente porque o senhor faria isso no meu Estado -, o senhor disse o seguinte: que todas as pessoas acima de 50 anos seriam vacinadas a partir de fevereiro no meu Estado. O que houve?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Fale no microfone, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito obrigado.

Nós começamos ali, naquela mesma semana, em conjunto com os Governadores, a pegar 5% do total de vacinas para colocar num fundo onde nós estávamos direcionando... Era um fundo especificamente para atender Manaus. E com esse fundo, ele nos dava a garantia de chegar até o final de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

março com a vacinação dos amazonenses ali de Manaus, principalmente, acima de 50 anos. Esse fundo, ele foi desfeito depois, na minha saída...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi descontado o que deram para a gente, viu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O fundo, ele foi desfeito depois da minha saída e, a partir daí, eu não sei informar a administração. O planejamento era claro: nós teríamos, estaríamos com 5% e, com esses 5% de vacinas, a gente faria esse primeiro impacto de vacinação em Manaus para garantir até o final de março.

Esse foi o planejamento, foi apresentado todo ele, como manda, e começamos a executar. A partir da minha saída no dia 17, eu não lembro a data exata, houve o descontinuação do fundo. E aí eu não sei lhe dizer o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, nós não tínhamos mais vacina, tanto é que V. Exa., antes de sair, poucos dias antes, pediu para vacinar a primeira dose e, depois, vamos ver a segunda.

Agora, o próprio ministério que... Eram 14 dias a CoronaVac, já aumentou o número de dias para poder vacinar, porque não tem vacina. Então, naquele momento...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse foi o plano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Nesse plano, V. Exa. criou uma expectativa muito positiva no nosso Estado, para a população poder se imunizar e, infelizmente, isso não aconteceu. Era isso o que eu tinha que perguntar.

Eu vou passar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem; depois, Senadora Leila.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Ainda em cima da pergunta de V. Sa., porque, veja: realmente o Ministro trouxe um assunto aqui em que a gente precisa pensar melhor. Se, como ele diz – e ele parece que tem razão –, nunca deixou de haver a negociação, ela pode ter andado devagar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ficaram de trazer os documentos, inclusive. O Ministro ficou de mandar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É. Exatamente.

Por que é que o secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É este o meu questionamento: por que que o secretário se atravessou?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O que que era mais fácil? O mais fácil era ele chegar e falar com o Presidente; o Presidente chamar o general, o Ministro Pazuello e dizer: "Olha, eu estou recebendo aqui uma crítica de que você não está...".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque ele, além de não lhe trazer, ainda chamou de incompetência, dizendo que a Pfizer tinha cinco escritórios de advocacia e vocês não tinham ninguém para tratar dos contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Omar, é a Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente e com muita honra. A Senadora Leila Barros é a próxima inscrita. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância total desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello está à vossa disposição.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente, Vice desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Randolfe Rodrigues. Cumprimento-o também. Cumprimento o senhor e o Relator, Senador Renan Calheiros, e também o depoente na sessão de hoje, o General Eduardo Pazuello.

Bom, depois de escutar as perguntas dos meus colegas e essa última, agora, do Presidente Omar Aziz... General, o senhor é das Forças Armadas, o senhor é das forças militares, e eu sou do esporte. Nós temos muitas coisas em comum: a questão do respeito às regras, o valor da hierarquia, a disciplina. E eu sou de uma modalidade, fui de uma modalidade... Eu sempre falo para as pessoas que eu saí do esporte, mas ele não sai de mim, da minha essência. E eu aprendi com a minha modalidade, o voleibol, que eu não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou nada sem a força do grupo, do conjunto. E um general não é nada também sem o seu exército. Ele não toma nenhuma atitude... Ele sempre vai priorizar o seu exército, a integridade dele e o objetivo, o foco, que é a luta, a guerra em que, porventura, ele for liderar e comandar o seu exército. E a constatação que eu tenho, Sr. Relator, depois de três ministros aqui, ex-Ministros da Saúde; um secretário da comunicação; um representante da Pfizer, é que no Governo faltou realmente o general, o comando.

O que eu vi aqui? Três ministros falando que não conversaram com o Ministro da Economia. Falou menos do que queria. O que o senhor falou? O senhor falou com o Presidente? O senhor falava com o Presidente? "Não, eu falei menos do que eu queria."

Então, assim, está muito claro para mim – há pouco estou na política, mas muito aprendo diariamente aqui; estive também no Executivo, como Secretária, e entendo um pouco de administração e de comando –, também pela minha experiência como atleta, que tudo na vida é comando e liderança. E, se hoje nós estamos vivendo um cenário desses, tenho certeza de que teremos vários culpados. Mas faltou claramente, para mim, Sr. General, uma liderança – uma liderança!

Esse é o preço que nós estamos pagando hoje, vendo o senhor, aqui, neste momento, praticamente, abrindo o peito e falando: "A culpa é minha". Eu tenho certeza de que o senhor não é unicamente o culpado disso tudo.

Esta CPI está aqui justamente para isto, para que, nos encaminhamentos, seguindo o cronograma, essa nuvem se dissipe, seja dissipada, para que a gente consiga, de fato, entregar aos brasileiros e às famílias desses mais de 441 mil mortos a verdade sobre o que aconteceu no País nesse último ano, principalmente.

General Pazuello, o senhor ficou dez meses no cargo de Ministro da Saúde. Quando o senhor assumiu interinamente, no dia 16 de maio de 2020, o País tinha um pouquinho mais de 233 mil casos e um pouquinho mais de 15 mil mortes em decorrência da Covid-19. Depois de 303 dias, deixou o posto na fase mais crítica da pandemia, com quase 300 mil óbitos, 11,5 milhões de infectados e menos de 5% da população imunizada. Ontem, o senhor afirmou que saiu do ministério pela missão cumprida. Aí eu indago ao senhor em relação a alguns pontos dessa missão. Eu gostaria que o senhor fosse pragmático nas respostas, mais objetivo.

O apoio enérgico e sistemático de medidas de distanciamento social e do uso de máscaras por parte do Governo Federal e, especialmente, do Ministério da Saúde, do Ministro da Saúde, não poderia minimizar esses números devastadores da contaminação e de óbitos? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senadora, é muito bom vê-la novamente. Eu não preciso lhe dizer do quanto eu tenho apreço pela senhora e pela sua história. É sempre uma satisfação poder conversar com a senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as campanhas de divulgação do Ministério, eu trouxe aqui, eu tenho aqui, eu posso lhe mostrar. Nós estamos falando de centenas de milhares de ações, de centenas de milhares! Estamos falando de 11 campanhas sobre prevenção, uso de máscaras, tudo como manda o figurino. Foi feito isso. Podia ser feito...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, sim ou não, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Se foi feito ou não? Sim, foi feito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k.

A contratação de vacinas da Pfizer desde agosto de 2020 não teria antecipado a vacinação no País e evitado mortes? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixe eu pedir para a senhora... Há necessidade de... Nós estamos falando de 441 mil pessoas mortas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Mas ainda temos mais pessoas que estão contaminadas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É isso que vou dizer para a senhora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - ... e que poderiam estar imunizadas, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu gostaria de dizer para a senhora que eu acho que a gente precisa aprofundar um pouco as coisas e não ser tão simplistas, porque senão eu não consigo colocar as ideias para a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k. Desculpe.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu peço que a senhora tenha um pouco de paciência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Pois não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não serei prolixo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É por causa do tempo. Desculpe.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas não serei prolixo.

Desculpe, agora voei...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Vou perguntar novamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - A contratação de vacina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ah! Já lembrei...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - ... da Pfizer desde agosto de 2020 não teria antecipado a vacinação no País e evitado mortes?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Tentei isso o tempo todo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k.

A pronta e eficaz atuação do Ministério da Saúde e do Governo Federal em relação ao fornecimento de oxigênio, de *kits* de intubação e demais insumos não teria evitado mortes em Manaus e no resto do País? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O fornecimento de oxigênio foi debatido aqui bastante...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sim, muito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... e é de responsabilidade exclusiva de Estado e da operadora contratada.

No momento em que eu cheguei a Manaus e tomei conhecimento da gravidade do problema *in loco*, no domingo, dia 10, nós passamos a auxiliar e apoiar naquilo dali, naquele apoio de oxigênio e na logística, no próprio... No dia seguinte, 12, já havia aeronaves Hércules transportando oxigênio líquido. Foi quando nós soubemos e foi quando nós agimos. Então, existem níveis de execução e de responsabilidade.

É óbvio que, se eu tivesse sido acionado antes, eu teria agido antes. Nisso eu concordo plenamente com a senhora. Eu só poderia agir no momento em que eu fui acionado. Não havia essa possibilidade antes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, considerando essas suas explicações, eu questiono: o senhor realmente assume que é o único ou o principal culpado desse desastre sanitário que enfrentamos hoje?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É claro que não! Eu não estou dizendo que eu sou o único responsável...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Quem mais o senhor considera responsável?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Todos os gestores, em todos os níveis, são responsáveis, cada um no seu nível de responsabilidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Se a senhora perguntar: há responsabilidade em todos os níveis? Claro que há. Cada um no seu nível.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito.

O senhor esteve, como Ministro da Saúde, em duas ocasiões, participando de sessões temáticas aqui no Senado Federal para tratar da pandemia e das vacinas. Eu presidi, inclusive, a primeira delas, que foi no dia 17 - o requerente foi até o Senador Esperidião Amin, no ano passado.

A segunda aconteceu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) - Em 17 de dezembro, não foi?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É, 17 de dezembro do ano passado.

A segunda aconteceu no dia 11 de fevereiro.

Na última oportunidade, depois de ter ouvido todas as suas afirmações, que acabaram não se cumprindo em relação à entrega das vacinas da primeira audiência - e nós até conversamos sobre isso -, eu indaguei sobre as expectativas em relação às vacinas e fui categórica ao questioná-lo sobre por que deveríamos acreditar nas suas projeções de entrega, sendo que as informações anteriores não tinham se confirmado.

Pois eis que, novamente, suas afirmações sobre doses e entregas foram frustradas, ou seja, nas duas vezes em que estive no Senado tratando do cronograma do plano nacional de vacinação, V. Exa. forneceu dados que acabaram não se confirmando.

Diante desse fato, eu indago: afinal, o que houve? Houve otimismo exagerado e incapacidade de planejamento, ou simplesmente o descompromisso com a realidade por parte do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senadora, a senhora deve lembrar que, como eu era... Como a gente era tão cobrado com relação a cronogramas de vacina, e havia até um meme em que eu dizia... "Quando é que você vai entregar?" "No dia D, na hora H". Ou seja, é muito difícil você marcar uma data, marcar um cronograma com fatores que você não domina. Então, o que a gente domina? Dominamos o contrato, dominamos os cronogramas apresentados, dominamos os valores envolvidos, que são fatores



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós dominamos. Aí você faz um contrato, e esse contrato – é claro – tem um grau de confiabilidade que será cumprido.

Agora, sai da sua mão, como contratante, a execução em si da entrega ou, por exemplo, da autorização da Anvisa. Aquilo não cabia a nós. Então, nos contratos – e peço que a senhora me dê um minutinho de paciência nisso, porque é muito importante isso...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Uhum...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só um minutinho.

Você, com a MP... Até a MP do dia 3 de janeiro, eu não poderia fazer contrato algum sem o prévio registro na Anvisa – nenhum contrato. A única coisa que nós fizemos antes disso foi a encomenda tecnológica, que foi pela Fiocruz, que o desenvolvimento estava na encomenda tecnológica, e a distribuição, após a autorização da Anvisa. A partir daí, contratação específica, mesmo a da Covax Facility, o laboratório que fosse fornecer deveria estar já com a autorização da Anvisa. Então – vamos andando –, quando eu recebi, quando eu tive essa possibilidade legal de contratar? No dia 3 ou 4 de janeiro, com a publicação da MP. Então, naquele momento, eu pude contratar. Aí eu contratei Butantan, mas... Butantan, Bharat Biotech... Todas elas foram contratadas nessa sequência, com a cláusula de que só seria executado o recebimento, liquidação e pagamento se a vacina estivesse ou registrada ou com uso emergencial. Então, possibilidades de contratar, mesmo antes de pronto, só no dia 3 de janeiro. E aí é feito o contrato.

Quando a empresa não cumpre, aciona-se a empresa. E o que a empresa coloca? Os IFAs não foram entregues; a Índia fechou a entrega dela. Nós somos completamente dependentes de IFA...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É, eu sei.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... do exterior. Nós não temos a fabricação no Brasil. Então, você faz uma previsão em cima do contrato, não é uma previsão: "Ah, eu acho que eu vou te entregar...". Não, é contrato. Aí o cara vai e simplesmente não embarca aquela mercadoria. E, quando você vai tentar descobrir, você simplesmente não consegue chegar, nem chegar em quem mandou não embarcar em outros países.

Então, essas são realidades que, infelizmente, eu tenho que compartilhar com a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito.

Ontem o senhor foi indagado se houve pressão do Presidente junto ao senhor em relação ao uso de cloroquina e hidroxicloroquina, como, aliás, foi dito pelos dois Ministros da Saúde que o antecederam. O senhor respondeu que não e disse ainda que mesmo assim não achava que a discussão sobre a cloroquina e hidroxicloroquina teria impactado o número de mortes decorrentes da Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Até porque vale lembrar que, através de nota técnica do ministério sob a sua condução, tratou do assunto, se não recomendando diretamente, reforçando a autonomia do médico em receitar esses medicamentos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Assim, eu indago ao senhor: o senhor realmente acredita que a recomendação frequente e ostensiva do uso do remédio pelo Presidente não teve qualquer impacto na elevação do número de contaminados? Sim ou não? O senhor acha que realmente não houve...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, desculpe, eu não entendi. A senhora está perguntando da cloroquina? Eu não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, da cloroquina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A senhora pode, então...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A recomendação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre a cloroquina...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... incessante...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa eu...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... diária do Presidente com relação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria reforçar... Vou responder em duas partes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira: eu não acredito... Eu não deixei e não acredito que nós devamos deixar nenhum medicamento ser entregue, distribuído, que não haja prescrição de um médico. Então, eu acredito que não houve...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não foi essa a minha pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas eu vou chegar lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O que o senhor acha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou colocar. Eu acredito que não houve pressão para poder fazer cloroquina, porque eu não faria.

Era isso que eu queria dizer para a senhora. Eu ia chegar lá. Por isso que eu lhe pedi desculpas. Eu tive que falar aquilo primeiro, para a senhora entender o que eu estava falando.

Eu nunca fui pressionado, porque eu jamais faria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Mas o que o senhor acha de um Presidente, o tempo todo, estar numa *live*, insistindo no tratamento precoce, usar um remédio que não tem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou dizer para a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Você acha que não influencia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou dizer para a senhora: isso não impactou a minha posição pessoal, que é: eu não vou prescrever nada disso, eu não vou fazer orientação, não vou fazer protocolo de medicamento algum que não tenha certificação médica, etc., inclusão no SUS. Isso é uma posição particular. Por isso, quando eu ouço isso aqui, eu fico olhando e dizendo: olha, isso não cola em mim, porque eu não aceitaria essa pressão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, só mais uma pergunta.

O senhor ontem falou que o Presidente se preocupava com o psicossocial dos brasileiros em suas falas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Conclua.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Eu vou concluir.

... em suas falas e manifestações. Então, eu lhe pergunto: ao recomendar e dar credibilidade a um medicamento sem qualquer eficácia comprovada, o senhor não acha que essa atitude do Presidente atuava na mente dos brasileiros dando uma sensação de segurança em torno de uma cura inexistente e assim tornando-os mais negligentes em relação à importância das medicações de prevenção? Até porque, se não bastasse anunciar o falso tratamento bem-sucedido, o Presidente, como sabemos, ainda combatia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertamente – todos nós sabemos aqui – o isolamento social e o uso da máscara. O que o senhor acha disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu realmente acho que quando você tem... O que você vai passar para as pessoas, isso é um prisma de cada um. São vários prismas aí. Se a senhora perguntar: "Ministro Pazuello", ou como a senhora quiser me chamar, "Eduardo, você foi para fazer isso, você foi dizer para as pessoas não usarem?", não, eu não fiz isso, eu não acho que deva ser feito isso. A posição do Presidente e dos outros Ministros, são deles, é juízo de valor deles. O impacto disso... Há impacto? Há impacto, não há impacto? Isso é quase incomensurável, incalculável. O que eu quero dizer para a senhora sobre isso também? Se você olhar um prisma... Eu acredito que o Presidente... Eu vi o Presidente falar algumas vezes, não todas. Às vezes eu vejo um vídeo e eu sou surpreendido com um vídeo que eu nunca vi. Eu não acompanhei todos os vídeos do Presidente, eu não acompanhei todas as falas do Presidente. Eu acompanhei algumas. Algumas eu olho, vejo pela primeira vez. Eu não tinha visto aquilo.

Então, eu coloco isso com muita sinceridade. E coloco para a senhora uma outra posição: as vezes que eu me lembro, o Presidente fazia... Por exemplo, quando ele falava de vacina, foi apresentado aqui, ele dizia: apenas as seguras e eficazes, somente... A não ser que sejam seguras e eficazes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A CoronaVac não é eficaz – né? Porque ele falou que não ia tomar, que não ia comprar, então ela não é eficaz?

Isso é um julgamento dele, é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu ia dizer.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então o.k.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria dizer mais um ponto. A senhora colocou da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ele falou nenhuma vacina. Nenhuma vacina!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desde que não sejam seguras e eficazes, ele continua falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Nenhuma vacina!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. A última.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, no uso da... Pelo que eu me lembro, ou a grande maioria, ou na totalidade das vezes que eu o ouvi falar, ele coloca sempre: com a prescrição do médico, com a prescrição do médico, com a prescrição do médico. Então, tem um grau aí de prisma na coisa. Tem um grau aí de prisma na coisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha visão, as ações dele não mudaram a minha posição, eu não fiz e não faria.

Se eu estivesse em qualquer ação, voltasse ou se eu estivesse, não no ministério, em qualquer ação, eu não fiz e não faria e não deixei fazer. Se aconteceu dentro de um outro nível do ministério que não estava sob a minha mão naquele momento, isso daí foi sem a minha autorização.

Agora, eu não concordo com isso, eu não concordo em... Eu não comprei nenhum grama...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É isso que eu gostaria de ouvir do senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não comprei nenhuma grama de hidroxiclороquina, eu não fometei o uso da hidroxiclороquina. Eu mandei distribuir tudo o que me foi pedido, se o Estado pedir e eu tenho, eu entrego. Tenho estoque, o Estado está pedindo, eu não estou questionando, não questionei.

Volto a dizer, para mim isso é uma grande discussão médica.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k.

Só a última pergunta.

No início de junho do ano passado, o Ministério da Saúde... Isso virou para mim um mistério, que eu gostaria de saber do senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - No início de junho do ano passado, o Ministério da Saúde parou de divulgar os dados sobre a pandemia no País, sem informar previamente a mudança no formato.

A pasta retirou o painel que registrava oficialmente o número de casos e de mortes por Covid-19 segregados por Estados. Desde então, um consórcio de veículos passou a fazer diariamente o levantamento dos dados junto às Secretarias estaduais e de saúde.

Eu indago: Por que foi tomada essa decisão, Ministro? Baseada em que fatos e motivos? E se for... Se o senhor foi aconselhado por alguém para não mais apresentar esses dados, porque isso é muito preocupante.

A partir do momento em que o Ministério da Saúde, que é o órgão que cuida da saúde do nosso País, que tem a obrigação de dar transparência a todo o processo, ele para de passar esses dados para a população, ficou uma dificuldade muito grande. Eu acho que isso criou também, por... Até por um lado, digamos, um percentual da população que também tem algumas restrições com relação aos órgãos de comunicação, ficaram muitas notícias paralelas, muita desinformação que abriu... Vou dizer, confundi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito a cabeça dos brasileiros e eu acho que faltou esse compromisso do ministério na divulgação desses números.

Eu pergunto: Por que o ministério parou de divulgar esses números e quais foram os motivos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, essa pergunta é antiga e me faz voltar àquele momento lá de junho, que a gente respondeu tantas vezes isso daí.

Hoje fica tão simples de a gente pegar, por exemplo, o nosso BI Localiza SUS e comparar com o que a gente tinha no início de junho. E eu vou explicar muito claro para a senhora entender.

Se a senhora observar hoje a quantidade de dados e a transparência, o nível de dados que a gente disponibiliza *on-line*, ele é infinitamente maior do que nós tínhamos no início de junho.

Aquilo me incomodava particularmente porque... Para explicar para a senhora, os sistemas são alimentados pelos Estados e Municípios, sistemas de números, de dados, etc., e, digamos, o sistema é muito bom, mas ele demora para ser alimentado.

A gente só tem dados, digamos, o dado ouro, com 14, 15 dias, era de quase 60 dias anteriormente. Eu precisava de 60 dias para chegar num dado ouro, isso era junho. Então, começou-se a buscar por telefone, acredite, por telefone números para saciar a informação do dia.

Essas informações chegavam truncadas, faltando Estados... Então, tinha dia em que subia ou descia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas como é que o consórcio de comunicação funcionou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou lhe contando como era antes, para a senhora entender. Esses foram os motivos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas não poderia o próprio ministério ter aprimorado isso no decorrer...?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é que eu estou dizendo para a senhora.

Aquilo foi causando um incômodo, porque a gente não conseguia fechar aquilo 17, 18, 19, 20... Havia todo dia uma mudança no horário, e as pessoas cobrando!

E dois: "Mas você mudou não sei quantos por cento de ontem para hoje". Aí vai descobrir, faltaram dois... São Paulo não entregou: "São Paulo não apresentou a data". Lascou-se! Muda completamente a cara do dado. Ou um Estado menor ou outro... E isso daí precisava ser mudado, isso daí precisava ser mudado. Chamei a minha equipe de inteligência de informações e mandei propor uma solução, mas a pressão de que o horário estava errado, o horário estava certo... Falei: "Para e apresenta um completo!".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram exatamente três dias, de quinta até sábado – quinta, sexta e sábado. No domingo, já colocamos o BI funcionando. Então, o objetivo final daquilo é muito nobre: é chegar aonde nós chegamos hoje, era sair de um modelo e ir para outro modelo. Mas a cobrança da informação não parava e estava sempre com atraso de número de dados, número de Estados ou incorreção de informações. E a gente não podia continuar fazendo daquela forma. E isso foi.. O resto, aí já começa a história: "Ah, o Presidente que disse que não ia entregar, que o outro falou...". A verdade é que a gente não conseguia fechar os dados sobre a pandemia de uma forma efetiva antes de um sistema. E o sistema... Eu já vinha tocando para ele acontecer desde final de junho – desculpe, desde final de maio – para montar o sistema. "Ah, mas vai fazer, vai fazer..." Falei: "Não, para e entra o sistema". Foi assim que foi a decisão. Foram três dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foram apresentadas ao STF e a todos os órgãos de controle todas as decisões, o que mudou e a transparência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Só uma última informação que eu recebi aqui sobre o Hospital de Campanha de Águas Lindas, de que o senhor falou. Na verdade, foi uma decisão do próprio ministério. Ele foi inaugurado dia 05/06 e desativado dia 22/10. Inclusive, matéria publicada pela *Folha de S.Paulo*, em setembro de 2020, mostra que o Governo do Estado pediu por duas vezes para que o hospital de campanha que foi construído em Águas Lindas fosse mantido até o final do ano. Fizeram dois requerimentos para que fosse mantido ao ministério, e o ministério negou. É só essa informação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senadora Leila.

Próximo inscrita, pelo sistema remoto, é a Senadora Zenaide, mas, antes de passar para a Senadora Zenaide, me parece que o Senador Tasso está pedindo pela ordem. Esta Presidência está correta?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) - É só uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Som para o Senador Tasso.

Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, obrigado pela oportunidade.

É muito rápido, eu não quero atrasar ninguém, mas é em cima da pergunta da Leila sobre a questão da liderança do General.

Isto é claro: em qualquer manual de gestão, de lideranças – acredito, inclusive, na escola militar –, a liderança é fundamental.

No caso, no que eu queria apenas divergir um pouco da Leila, é que a liderança final é o Presidente da República. E vou dar um exemplo, General Pazuello, muito rápido, muito simples do que fazem uma liderança, uma mobilização e um alinhamento total do Governo.

Até o Governo Trump, os Estados Unidos eram considerados o maior fracasso mundial no combate à pandemia, em função de terem os piores resultados de óbitos, casos por habitante. Com a simples troca de liderança, a partir do Presidente Biden, os Estados Unidos da América, em função da capacidade de mobilizar, colocar toda nação americana sob a sua liderança envolvida na guerra contra a Covid, hoje é um exemplo a ser seguido no mundo inteiro e que nós também estamos procurando perseguir.

Era só essa observação.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Tasso. Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) - Eu quero agradecer ao Senador Tasso se eu não fui clara. Na verdade, a questão do comando não foi do General, não, foi justamente do Presidente. O que eu percebi foi o seguinte, que cada ministério neste Governo é uma ilha, não existe uma equipe, um comando, um exército. Aliás, se tem um exército, mas não se tem um comando, e é cada um cuidando da sua ilha. Na verdade, foi isso. E, se eu não fui bem interpretada, não é para o General, não, Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senadora Leila.

Senadora Zenaide, V. Exa. tem 15 minutos. O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide, no sistema remoto. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide, a senhora nos escuta? Falta ligar o áudio aí, Senadora. Está desligado o áudio, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Agora sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Fique à vontade. Agora estamos lhe ouvindo alto e claro. Fique à vontade, a senhora tem 15 minutos, com a tolerância devida desta Presidência.

Logo depois da Senadora Zenaide é o Senador Izalci Lucas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ex-Ministro Pazuello, colegas Senadores, o que eu ouvi de ontem para hoje é difícil de acreditar, porque o que é que eu ouvi hoje? Ouvi aqui do ex-Ministro, gente, quando perguntado – é o que deu a entender –, que o Ministério da Saúde e todo o Governo Federal, o Presidente da República, tinham feito tudo, e que esses óbitos, as pessoas morreram porque insistiram em morrer. Eu acho isso uma falta de respeito com as famílias das pessoas que foram a óbito que não dá para acreditar.

Mas, Sr. Ministro – ex-Ministro –, V. Sa. recebeu o ministério, como a Senador a Leila falou, com menos de 16 mil óbitos; entregou com quase 300. Durante esses dez meses, o senhor nunca sentou para conversar com o Presidente que a política do senhor, a logística não estava funcionando? Se aumentava o número de contaminados, o número de óbitos, o senhor quer dizer que o Presidente da República, o senhor disse que ele não opinava sobre as suas opiniões? O senhor vai se responsabilizar por esse número de mortes, quando a gente sabe, o Brasil todo sabe que o Presidente, desde o início, ele queria que as pessoas morressem, a imunidade de rebanho? Como ele não conseguiu, porque o Congresso conseguiu aprovar o auxílio emergencial, que ele demorou a aprovar, porque sabia que, sem o auxílio, as pessoas se aglomeravam e adoeciam mais...

Como isso não surtiu nenhum efeito, vamos falar de medicamentos.

E eu quero deixar claro aqui: não tenho dúvida de que o Governo Federal, Jair Bolsonaro, quer justificar, legalizar, o uso de medicamento sem eficácia terapêutica comprovada, gente! Tem no mínimo 30 estudos mostrando que não tem... Alguém tem dúvida de que, se fosse eficaz nessa virose, alguém não deixaria? E outra coisa, essa história de CRF (Conselho Federal de Medicina) vir dizer que médico pode prescrever do jeito que quiser... Essa autonomia médica – eu sou médica, sim, senhores –, não existe isso. Eu só posso prescrever o medicamento que a ciência provou que é eficaz para aquela doença. Eu não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso ficar fazendo achismo ou então fazendo as pessoas de cobaia, prescrevendo... A cloroquina tem 70 anos mesmo, mas é para malária, para lúpus!

Tudo bem que, inicialmente, veio essa ideia, mas hoje isso já não era nem para se falar. Mas eu sinto a insistência de legalizar o uso da cloroquina, porque, ao invés de o Governo Federal fazer uma campanha, Ministro, educativa, de massa, em grandes redes de televisão, mostrando que precisava do distanciamento social, do *lockdown*, do uso de máscara e de lavar as mãos, até porque antes da vacina...

Fala-se muito da China aqui. Na China, Wuhan fez *lockdown*; não tinha vacina ainda. Sabe quantas mil pessoas morreram na China? Seis mil, trezentos e sessenta e três pessoas. Então, isso prova que o distanciamento social, a coragem de fazer isso... E o Governo Federal sabia; todos sabiam. Nós sabemos que os dois Ministros da Saúde saíram porque não concordaram. Isso já é visível para a população. Isso aqui não é uma questão de idealismo não.

Os Ministros, não só da saúde, que não obedecem rigorosamente ao Presidente da República, que defendem a vida, não tenha dúvida de que ele tenta desmoralizar, e depois... E as pessoas saíram, quem não quer ser desmoralizado.

Eu sei que o senhor é general do Exército e eu tenho um respeito grande pelas Forças Armadas, mas eu queria dizer ao senhor o seguinte. Essa lealdade é grande, porque o senhor está assumindo aqui... Esta Comissão tem que optar entre os erros no atraso de compra de vacina, na invenção de usar medicamentos sem eficácia... Porque o mais grave, Ministro, não são os efeitos colaterais desses medicamentos, não; o mais grave é a falsa esperança de cura ou de prevenção, como é a ivermectina. Se defender...

E eu fico triste de ver aqui ainda pessoas dizerem que o Brasil errou, que o PIB do Brasil... Que o Presidente da República fez muito distanciamento social, quando a gente sabe que é isso: não existe medicamento específico para a maioria das viroses na fase aguda. Não existe. Ai meu Deus, quem me dera que fosse! Insistir que o médico, os médicos podem prescrever cloroquina, mesmo... Vamos falar da ciência nossa, Fiocruz, Instituto Butantan, Evandro Chagas. Sr. Ministro, a gente tem um dos melhores virologistas do mundo. Nós já fomos um dos maiores produtores. Quando negou ou adiou a compra da vacina...

E, outra coisa, vamos acabar com essa história de que o Brasil tem tantos milhões de vacinados. Só está efetivamente vacinado quem tomou as duas doses. Nós temos no máximo 10% disso. Então, não estão vacinados.

Agora eu queria dizer ao senhor que o senhor está assumindo toda a responsabilidade pelo atraso na compra de vacinas, mesmo a gente tendo visto, presenciado o senhor prometer aos Governadores que ia comprar os 46 milhões do Instituto Butantan. Aqui a gente vibrou, a gente estava em sessão quando foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comemorado. E o Presidente desautorizou o senhor publicamente e ainda foi na sua casa, e o senhor disse assim "um manda e outro obedece", Sr. Ministro.

Então, eu queria deixar claro aqui que, mesmo que o senhor diga que o que o Presidente diz nas redes sociais não deve ser levado a sério... É isso o que o senhor disse aqui? Tem que botar bem grande assim que o que o Presidente da República disser nas redes sociais ou os ministros que acompanham ele que a população não leve a sério, porque o senhor disse que ele desautorizou V. Sa. publicamente. E a gente sabe que as redes sociais é uma maneira que o Presidente... Desde que ele entrou, ele fica se comunicando com a população pelas redes sociais. É um Presidente eleito, tem uma influência grande e não deveria estar fazendo isso. Agora eu entendo.

A pergunta é: o senhor não insistiu em grandes campanhas de prevenção por quê? Como o senhor ia fazer isso? A pergunta é essa, porque o senhor fazia campanha aqui, e o Presidente da República ia para lá aglomerar, incentivar a aglomeração e não usar máscara.

O senhor falou aí de 285 milhões que foram gastos, mas pouca gente viu essa comunicação, faltou isso. A gente deve à grande mídia, e isso era uma maneira de evitar as *fake news*, porque, se o próprio Ministério da Saúde dizia "é assim, é necessário assim", é claro que acabava com as *fake news* – eu não tenho dúvidas – ou pelo menos diminuía. Uma pergunta é essa.

Outra: o senhor nunca se reuniu com o Presidente para dizer que essa logística ou estratégia estava errada nesse tempo todo? E dizer o seguinte: não aceite assumir a culpa, porque aqui nós estamos assim: ou aceitamos tudo o que o Presidente da República... E o senhor está dizendo aí que fez tudo correto. Se aceitar, nós estamos agredindo literalmente o povo brasileiro, dizendo que o Governo Federal fez tudo e que são as pessoas é que estão insistindo em morrer, Ministro. Pelo amor de Deus! Isso é muito cruel. A gente viu isso.

Eu passo aqui para o Amazonas, para Manaus. E tem uma coisa grave aqui, a gente vê, a gente viu em Manaus. Aqui em meu Estado, o Rio Grande do Norte... Os Estados foram solidários e trouxeram as pessoas para os Estados mesmo sabendo a probabilidade de trazer uma nova cepa, que já existia lá. Solidariedade.

Deixou faltar oxigênio, Ministro. O senhor disse que não tem nada a ver, que não viu, que não pediu aqui da Venezuela. Eu ouvi tudo isso.

Eu vi aqui – que dá vontade de dizer: "Meninos, eu vi!" –, dizendo que a ciência está politizada, que está dividida, para poder confirmar a eficácia e dar um jeito de legalizar o uso desses medicamentos que não têm eficácia mesmo, e o médico não tem autoridade para estar prescrevendo medicamento sem eficácia, *off-label*, como o senhor diz... O senhor observa que qualquer medicamento tem que passar pela Anvisa, seja qual for. Então, negar a gravidade da doença, se negar a fazer uma campanha educativa para orientar as pessoas como se defender em grandes redes de televisão e da própria mídia digital, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar a vacina a tempo... Não adianta dizer que não é, porque a gente ouviu o Presidente dizer: "Não vai comprar, quem manda sou eu, que sou o Presidente".

Então, Ministro, eu sei que, no Exército, nas Forças Armadas, as pessoas têm que ser muito "missão cumprida", muito leais ao seu chefe e tudo, mas eu acho que o senhor deve a verdade ao povo brasileiro, sob pena de esta Comissão... O senhor querer dizer e o Presidente da República querer dizer ao povo brasileiro que o Governo Federal fez tudo, assumiu o comando, comprou vacina a tempo, fez tudo a tempo, e as pessoas, os mais de 400 mil, é que insistiram em morrer. Pelo amor de Deus, gente! Pelo amor de Deus! Isso é ir longe demais, Ministro!

Então, me responda aí: o senhor não procurava o Presidente para mostrar que tinha recebido o ministério com menos de 16 mil e que já estava perto de 300 mil? Para ver...? "Seja qual for a nossa estratégia, está errada, Presidente!"

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senadora, boa tarde.

Muito bom conversar com uma profissional como a senhora, que aproveita para esclarecer muitas dúvidas que a gente continua tendo, não é? Na verdade, são descobertas, é o ineditismo da situação que vai caminhando o tempo todo. Mas eu vou responder de forma direta.

Eu despachei com o Presidente semanalmente ou quinzenalmente, mas eu despachava com ele e apresentava o quadro de como estava a situação do País, da pandemia. E essa era a minha posição. Eu apresentava para ele os trabalhos que nós estávamos fazendo. Não havia um direcionamento contrário às nossas ações. Então, eu coloco de uma forma clara para a senhora que o Presidente não me proibia de fazer... Vou dar um exemplo: "Você não vai fazer tal campanha. Você tem que fornecer tal coisa. Você tem que fazer aquilo". Esse tipo de ação incisiva, isso não aconteceu na minha relação com o Presidente.

Essa é a minha resposta que eu podia lhe dar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quer dizer que o senhor, por exemplo, vou dar aqui um exemplo... Quando o senhor diz que um manda e o outro obedece, o que a gente viu... Sabe, Ministro, com todo o respeito ao senhor que eu tenho e pelas Forças Armadas, eu queria dizer ao senhor: existe uma doença grave. É aquela em que as pessoas veem o que não existe ou que ouvem vozes que não existem. Então, querer mostrar ao povo brasileiro que não viu o senhor autorizar as vacinas, a compra das vacinas do Butantan, e que a gente não viu nem ouviu o Presidente da República dizer que quem mandava era ele e que não ia comprar é querer dizer que a gente está vendo o que não existe e ouvindo vozes que não existem. E isso é grave. O povo brasileiro não vai aceitar isso, Ministro.

Então, eu termino aqui, Presidente, dizendo o seguinte: todos são culpados pelas mortes, como deram a entender aqui as pessoas que enfrentam, esse batalhão de linha de frente do Governo e não do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo. Que a ciência tem culpa, que a Organização Mundial de Saúde tem culpa, que a população tem culpa de morrer? É uma pergunta, uma indagação que eu deixo.

Porque eu queria finalizar dizendo o seguinte: seja quem foi o professor que orientou o Ministro esses dias para responder aqui, a gente tem que tirar o chapéu para ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Próximo inscrito, pelo sistema remoto, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu não vou me ater muito às questões que já foram perguntadas. Acho que ficou muito claro o posicionamento com relação a isso, mas queria pontuar algumas coisas.

Primeiro, Ministro, eu sempre fui, desde quando eu entrei no Congresso Nacional, como Deputado, talvez um dos maiores defensores das Forças Armadas. Eu tive o privilégio de servir o Exército Brasileiro. Sou R2 aqui, nº 1 aqui do DF na artilharia e tenho o maior orgulho das Forças Armadas, em especial do Exército.

Quando V. Exa. assumiu, eu tive, inclusive, o cuidado de encaminhar para o Planalto, inclusive para o General Ramos, a minha preocupação da representação, alguém das Forças Armadas da ativa estar realmente na posição que V. Exa. ocupou para não acontecer exatamente o que está acontecendo.

A gente não pode realmente misturar essas questões civis com Forças Armadas, com militar. Eu sempre entendi que as Forças Armadas são uma instituição de Estado, não de Governo. Portanto, acho que todos os militares que ocupam cargos no Governo deveriam ir para a ativa, exatamente para não ter questionamento nenhum, porque eu sempre brigo com todo mundo que fala sobre o Exército.

Eu coloco sempre... Nós tivemos períodos aí em que o Exército ajudou muito na construção de estradas, como ainda ajuda muito na gestão no Brasil. E lá não tem... Eu, que acompanho sempre... Não tem aditivo prévio, não tem superfaturamento. A gente sempre acompanhou e teve o Exército como referência.

Então, eu só quero pontuar, porque sinceramente fiquei assim, de certa forma, preocupado de um general da ativa, V. Exa., que tem três estrelas e deve ir a quatro, ficar como Ministro, que é um cargo civil. Então, nesses últimos minutos, vários falaram sobre o respeito ao Exército, às Forças Armadas, e isso aí realmente não era nem para ser discutido. Então, esse é o primeiro ponto.

Mas, Ministro, eu vou indagá-lo sobre o futuro, porque eu acho que a CPI tem obrigação, além de levantar as questões, de cuidar daqui para frente, como fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. falou, e é verdade, que foram bilhões e bilhões repassados para Estados e Municípios. Eu perguntei ao Ministro Mandetta, perguntei para todos que compareceram até agora o que é que acontece, que não existe hoje, no ministério e também nos Estados, um controle, uma informatização, um sistema único digital, controlado, até para você ter uma gestão eficiente. Não há gestão eficiente sem tecnologia, sem controle, não é?

Inclusive no próprio planejamento do Covid: se tivéssemos todo mundo cadastrado, cadastro único, e soubéssemos quem tem, quem tinha, quem fez teste, quem deu positivo, e tivéssemos isso informatizado, nós teríamos muito mais facilidade de controlar isso, o que não aconteceu e não acontece.

Perguntei ao Ministro Mandetta, e ele disse que há muita resistência no ministério, como eu também acho que nos Estados, a mesma coisa, porque, quanto menos controle, mais fácil de corrupção, de desvio de recurso, de superfaturamento.

Pergunto: nesse período em que V. Exa. ficou no ministério, houve alguma iniciativa no sentido de informatizar o Sistema Único de Saúde, de haver controle dos repasses para os Governos? Porque, como o senhor disse há pouco, foram repassados 112 bilhões no Fundo de Saúde, mais 40 bilhões de equipamentos e outros produtos, mas eu não sei se o ministério tem esse controle, se faz auditoria, se controla isso.

Por exemplo, desde o primeiro momento, eu participo da Comissão do Covid, lá atrás. Quando foi constituída, fiz questão de participar. E, mais do que participar, eu tive a iniciativa de criar, também no DF, uma Comissão do Covid, com participação de Deputados Distritais, Federais, Senadores, Ministério Público, Tribunal de Contas, Conselho de Saúde, sindicato de médicos, enfermeiros. Toda segunda-feira, desde o período da pandemia até hoje, a gente se reúne – toda segunda-feira.

E aqui a gente percebe várias operações, desvio de recursos. Recebi há pouco – há pouco, não, quinta-feira – o relatório do Tribunal de Contas da União relacionado aos repasses ao Distrito Federal. A parte da União. E foram levantados, já encaminhei para a CPI, foram detectados dezenas de indícios de irregularidades. Aqui houve inclusive a cúpula toda da saúde presa. No processo, eles foram soltos com o argumento de que o recurso era federal. Portanto, espero que esta Comissão possa, de fato, apurar tudo isso.

Então pergunto a V. Exa.: primeiro, quais as dificuldades, se V. Exa. tomou iniciativa, se existe algum processo de informatização do sistema único, para que o sistema seja transparente, para que a gente saiba exatamente qual o Município que recebeu, qual o Estado que recebeu, quanto foi, para onde foi. Porque o que mais tem, infelizmente, na saúde, são desvios. Existe uma máfia da saúde, máfia.

Eu espero que esta CPI possa contribuir muito com isso, identificando quem faz parte – e não é de agora –, quem é que impede, quem é que contraria, quem é que dificulta esses sistemas de controle no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério e também nos Estados e Municípios. Nós temos aqui... Foi feita a Operação Falso Negativo e foram milhões e milhões desviados. A documentação já está, também, na CPI.

Então, eu pergunto isto: se existe alguma... Houve alguma iniciativa. Tem alguma coisa, no Governo de V. Sa., que foi iniciada ou já concluída para que a gente possa ter transparência? Se houve, por parte do ministério, alguma iniciativa, também, de auditoria. Porque essa que eu recebi do Tribunal de Contas da União, semana passada, fui eu que solicitei na Comissão do Covid.

Agora, Ministro, eu, exatamente por participar, fui Relator, inclusive, dessa questão da vacina, aproveitando a estrutura do Sindan, que produz vacinas de animais – e eu espero que seja uma solução rápida –, assim como, também, sou Presidente da frente parlamentar que discute essa questão da vacina. E espero que a gente possa, realmente, ter o domínio disso, com investimentos. Tive uma reunião com o Ministro Marcos Pontes, semana passada, sobre isso, o FNDCT. Mas *(Falha no áudio.)* ... março, uma correspondência dizendo assim... Lógico, todo o mundo está atrás de vacina, todo o mundo está atrás de insumos, do *kit* intubação. Nós tivemos aqui uma série de pacientes que foram intubados sem o *kit* intubação. E olha só a correspondência que eu recebi:

Prezado Senador Izalci, devido à dificuldade de contato com o Ministério da Saúde, procuramos V. Exa. para que pudesse nos ajudar no agendamento desses compromissos. Sendo assim, segue abaixo um breve relato referente às reuniões realizadas.

Eu liguei para o ministério, falei com o Arnaldo. O Arnaldo recebeu essa empresa que estava oferecendo duas coisas: vacina – o nome da vacina eu tenho aqui: é exatamente o da Covaxx, com dois xis – e, principalmente, insumos de intubação, o *kit*.

Fomos recebidos pelo Dr. Arnaldo, dia 23 de março, na Secretaria de Vigilância, o responsável pela compra de vacina. Foi-nos dispensado um atendimento excepcional, com resultados e desdobramentos positivos.

Dessa reunião, fomos orientados a procurar o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, o Sr. Elcio Franco. Assim fizemos e fomos recebidos pelo Secretário Executivo, onde fomos surpreendidos com um tratamento desrespeitoso, onde não tivemos tempo de expor o nosso processo. A duração da reunião não ultrapassou cinco minutos.

Entendemos que, no momento atual em que o País se encontra, com falta de medicamentos para o *kit* de intubação e a corrida para adquirir a vacina da Covid-19, o ministério deveria dispensar uma atenção maior para quem está disposto a colaborar e resolver o problema atual do nosso País.

Então, eu indago a V. Sa. também – o Dr. Elcio Franco era o Secretário Executivo: esse era o tratamento dispensado para quem queria colaborar? Eu fiquei tanto tempo cobrando! Nós estamos, ainda, correndo atrás de mais vacinas. Amanhã, inclusive, os Parlamentares estão visitando as fábricas da vacina



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animal para ver se a gente consegue fazer a infraestrutura, uma adaptação para produzir a vacina aqui no Brasil. Mas eu não entendi a dificuldade de conversar no ministério, tendo em vista que eles tinham uma proposta de fornecer, inclusive, o *kit* intubação. É o que foi falado aí de manhã: imagina um paciente sendo intubado sem medicamento, o que representa isso.

Então, são estas as minhas indagações: a questão da informática, a questão da auditoria e, com relação a essa reunião do Dr. Elcio, se esse é o procedimento normal dado a essas empresas que querem colaborar – é lógico, querem vender também, mas ele estava oferecendo o *kit* intubação que tinha disponível para entrega naquela semana. Infelizmente, não conseguiram nem fazer, concluir o processo da questão dos *kits*.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Izalci.

Sr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Muito obrigado.

Senador Izalci, boa tarde. Bom vê-lo, bom revê-lo. E, com as posições muito claras, facilita a nossa resposta a partir de posicionamentos assim tão claros.

A primeira resposta eu vou colocar de uma forma também direta. Quando eu compreendi a transferência de recursos, a primeira vez em que eu vi como era a transferência de recursos fundo a fundo do Governo Federal para um Estado foi quando eu fui o interventor federal em Roraima e lá eu compreendi como era, como vinham os recursos federais e como eles eram aplicados. E ali ficou claro, naquele momento, que, no caso da saúde, especificamente, era necessário que a gente pudesse ver até a ponta da linha. E você não vê.

Como é que funciona a transferência do recurso fundo a fundo? No Governo Federal, você empenha, liquida e paga e transfere o numerário no fundo. Então, você manda o dinheiro para a conta do Estado ou do Município. Esse dinheiro fica na conta fundo a fundo e é empregado pelo orçamento do Estado ou do Município no sistema financeiro, de administração financeira do Estado ou do Município, que não se comunica com o Sistema de Administração Financeira Federal.

Então, você não tem a mão, o olho sobre o emprego do recurso na ponta da linha. Quem passa a ter essa visão são os órgãos de controle estaduais e municipais, mas nós que somos os descentralizadores do recurso e que deveríamos acompanhar a finalidade daquele recurso até o fim não temos essa capacidade.

Então, foi a primeira demanda que eu fiz ao chegar no ministério: solicitar que fosse empregado o Sistema de Administração Financeira Federal no recurso da saúde, principalmente por causa da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, para que nós pudéssemos acompanhar todo o recurso, ou seja, deveriam ser criadas as unidades gestoras, os GEs, executantes do Sistema de Administração Financeira Federal, nos Estados e Municípios, que é só uma parte eletrônica, e, aí, a partir dali, esse recurso seria acompanhado, inclusive em tempo real, por quem estivesse disponibilizando o recurso.

Esse sistema, o Siafi, funciona, por exemplo, no Ministério da Defesa, acredito também no MRE – claro que é federal, em todo o Poder Executivo –, mas não funciona para Estados e Municípios. Há um projeto de lei na Câmara para estender o Siafi para Estados e Municípios para a saúde, do Deputado Peternelli. Já há um PL.

Então, sim, respondendo diretamente, nós tentamos bastante fazer essa atividade.

Com relação à informatização, nós fizemos funcionar o cadastro para prontuário eletrônico. A base de tudo é o prontuário do paciente, e esse prontuário precisa rodar na rede. Então, nós contratamos a informatização, para colocar a internet em todas as UBS e hospitais do SUS, em todo o País. Vou falar novamente: contratamos as antenas e a disponibilização de cabos para colocar internet em todas as UBS e hospitais do SUS, em todo o País, para poder funcionar o prontuário eletrônico e, a partir dali, você ter como acompanhar todo o processo, inclusive do emprego dos recursos e o emprego de medicamentos. E, aí, você teria como monitorar medicamentos.

Então, isso tudo são ações que começaram na nossa gestão e vão ficar prontas em breve. Nós chegamos já a 80% de informatização das UBS.

Então, é importante dizer que, sim, esse foi o caminho.

Paralelo a isso, nós fizemos uma televisão, uma TV completa, a TV do Conasems, que, ligada a esse sistema, vai chegar a todas as UBS, para que a gente divulgue as campanhas direto pela televisão, em todo o País, em todas as UBS. E isso também foi feito na nossa gestão.

Uma dificuldade, para que os senhores compreendam como é complexo: acompanhamento de leito de UTI. Existe um sistema, existe um programa, mas tem de ser alimentado. A gente não consegue acompanhar os percentuais de leitos de UTI da maneira como deveria, pela falta de preenchimento do e-SUS, do sistema que foi feito para isso – é o e-SUS Notifica.

E uma última ação que nós fizemos com o nosso Denasus, que é a nossa auditoria externa do SUS, foi que o Denasus, mesmo que a gente não tenha o *follow the money* – ou seja, o recurso acompanhado no sistema –, que o Denasus fizesse o acompanhamento efetivo das contas e do emprego dos recursos, ou seja, nos desse informações, pelo sistema, do emprego dos recursos na ponta da linha.

Então, esse foi um objetivo que começou no primeiro dia. Nós chegamos em muitos pontos aqui, e eu espero que, um dia, a gente possa acompanhar o recurso federal que vai para a saúde, todo ele, num sistema que possa ser efetivamente auditado em *real-time*, o tempo todo, pelo Ministério da Saúde, pelas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditorias, porque eu acho que é um recurso diferenciado. Recurso federal para a saúde que vai para os Estados precisa ser acompanhado até a ponta da linha, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, é só com relação a essa questão do atendimento lá do Elcio Franco, ele é o responsável por isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Eu só peço, então, se o senhor puder ser breve para poder...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu serei breve.

Isso foi agora após a minha saída, depois do dia 20 de março eu já não estava lá. Eu realmente não acompanhei esse momento lá da discussão.

Eu posso afiançar ao senhor que os atendimentos do Elcio não seguem esse caminho. Ele trabalha 18, 16 horas por dia atendendo as pessoas. Então, se aconteceu esse incidente aí, pode ter sido uma coisa pontual.

Eu vou pedir para o Elcio – eu tenho contato com ele ainda, ele já não está no ministério –, vou pedir para ele entrar em contato para se explicar também com a empresa e as pessoas. Deixe isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, General Pazuello. Obrigado, Senador Izalci.

Como a dinâmica adotada aqui na Comissão é um presencial e um remoto, temos aqui, presencialmente, o Senador Fabiano Contarato; e, em seguida, o Senador Vanderlan Cardoso, que está no remoto; e, em seguida, a Senadora Soraya.

Só peço... E aí tem outros colegas Senadores: depois teremos o Senador Roberto Rocha, o Senador Telmário, o Senador Jean Paul Prates e a Senadora Mara Gabrilli.

Esta Presidência comunica que ainda não recebeu a comunicação do início da Ordem do Dia. Como há uma resolução e uma determinação regimental, inaugurada a Ordem do Dia, nós teremos que encerrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Até o presente momento, a Presidência não recebeu a comunicação, então, enquanto não formos comunicados, nós daremos sequência até esgotarmos todas as inquirições.

Senador Fabiano Contarato, por gentileza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e todas.

Obrigado ao comparecimento do ex-Ministro Pazuello.

Eu quero aqui fazer algumas considerações que eu reputo importantes: quando a gente está falando... Nós estamos falando nesta CPI para apurar responsabilidade por 441.864 vítimas pela Covid-19 e nós sabemos que, no Código Penal, o crime de homicídio é praticado tanto a título de dolo, quando há intenção ou assume o risco de produzir o resultado, mas a título de culpa, quando, com seu comportamento, por negligência, imprudência, imperícia, você ocasiona esse resultado.

Nós sabemos que a saúde pública é um direito de todos e dever do Estado, isso está expresso no art. 196 da Constituição Federal, e compete ao Presidente da República junto como Ministério da Saúde tutelar, proteger esse principal bem jurídico.

Vimos também que esses crimes de homicídios são praticados tanto por ação quanto por omissão. Também está expresso no Código Penal no art. 13, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Eu fico muito triste, reflexivo e preocupado quando eu vejo o senhor falando... O senhor já ficou na história quando falou "um manda e o outro obedece", porque, se o senhor tivesse como premissa aquilo que o senhor aprendeu – tenho certeza de que aprendeu – na sua formação, o senhor sabe que o Código Penal, no art. 22, diz que a ordem manifestamente ilegal não se cumpre – ordem manifestamente ilegal não se cumpre –, e nós ouvimos ontem, Ministro, e hoje exaustivamente que o senhor não teria recebido qualquer ordem da Presidência da República na sua, ao meu ver, desastrosa gestão à frente do Ministério da Saúde.

Mesmo com inúmeros registros, se nós colocarmos lá no Google o nome do senhor e o do Presidente da República, vai ver tanto o senhor como o Presidente da República difundindo a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, difundindo a não utilização de máscara, difundindo o não distanciamento social, contrário à aquisição de vacina, chegando a ponto de falar que não comprou vacina pelo preço.

Aqui nós temos que fazer uma reflexão muito grave. Quanto que vale uma vida humana?! Porque, por mais que qualquer laboratório impusesse qualquer cláusula, essa cláusula é declarada leonina. Primeiro compra para depois discutir o contrato. E não foi isso que nós fizemos. Este Governo acreditou nessa imunização de rebanho.

E eu fico triste quando eu vejo aqui, Senador Renan, muitos Senadores defendendo a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, porque parece que nós estamos vivendo a era medieval, porque o comportamento que a gente faz a gente difunde. Às pessoas que estão assistindo se eu falo que,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mil pessoas, de mil que usaram hidroxiclороquina, só uma morreu, as 999 vão acreditar que elas sobreviveram porque usaram a hidroxiclороquina. E não foi isso. Por favor, vamos respeitar a ciência!

Então, quando o senhor fala que o senhor não recebeu nenhuma determinação do Presidente, eu vou pontuar como o senhor recebeu. Preste atenção.

Quando o senhor pesquisa lá a atuação do senhor e a do Presidente, nós vimos lá: um manda, o outro obedece. Está aí, está claro. O fato de o senhor tentar negar que essas declarações do Presidente não representam ordens para a gestão do senhor, no ministério, é equivocado e é errado. O senhor sabe – eu sou servidor público, sou delegado de Polícia –, o senhor é um servidor público, o que é um ato administrativo. Ato administrativo – e o senhor, como servidor público, tem que saber – não exige forma específica, Senador Renan. Tem que ser por escrito só quando tiver determinação legal. E a pergunta é simples: o Presidente da República, para emitir ordens ao senhor, é competente para emitir ordem para o Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Com certeza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim. Perfeito. Agora, há na lei, alguma prescrição para que essa ordem venha por escrito? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não. Então, quando o senhor vai para a imprensa e fala: o Ministério da Saúde vai adquirir 46 milhões de doses do Instituto Butantan; e, no outro dia, o Presidente fala assim: não vai adquirir, o senhor está cumprindo uma ordem do Presidente da República. Ele está interferindo. E a isso a Comissão tem que estar atenta, porque todas as pessoas que, de qualquer forma, concorrem para esse agravamento da pandemia têm que ser responsabilizadas penal, civil e administrativamente.

Nós ouvimos aqui... Eu não tive oportunidade de fazer os questionamentos ao Sr. Ernesto Araújo, mas ele tem responsabilidade também direta nisso. O Ministro da Saúde, o senhor tem responsabilidade por essas mortes e o Presidente da República também. Ou seja, quem de qualquer forma concorre para um crime responde pelo mesmo crime, na medida da sua culpabilidade, seja por ação, seja por omissão, seja a título de dolo, seja a título de culpa.

Então, o senhor acaba de me falar que, quando o senhor... Os registros públicos dessa declaração são meios de manifestação de vontade do Presidente: um manda e o outro obedece.

Essa declaração, Ministro, está assim... Eu fico tão preocupado com isso. Primeiro, quando vejo um Ministro da Saúde alçar esse cargo sem ter uma formação na área médica, isso já me preocupa demais. Não venha aqui, sob juramento de dizer a verdade... E aqui eu quero alertar o senhor. Eu acho que esta Comissão tinha que ter a altivez de entender o que é uma prisão cautelar, uma prisão pena. Essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa de ficar representando o Ministério Público, e não saber o que é prisão em flagrante... Eu lidei a minha vida toda com o estado flagrantial. O art. 342 é claro: fazer afirmação falsa ou calar a verdade é crime, com pena de reclusão de dois a quatro anos. Então, o senhor tem responsabilidade. Quando o senhor fala que não teve ingerência do Presidente da República, o senhor está mentindo.

Eu tenho aqui um tuíte de uma Deputada da base do Governo, que diz: "General Pazuello assume interinamente o ministério com a missão [veja bem, com a missão] de liberar o uso de cloroquina desde o início dos sintomas da Covid".

Olha, aqui eu vou fazer a pergunta e eu quero que o senhor me responda. Nessa reunião, em que essa Parlamentar falou... Em 16 de maio, essa Parlamentar disse que foi feito isso. Ocorreu essa reunião? Porque ela fala que teve uma reunião.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe-me. Com a passagem das pessoas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em 16 de maio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... a Parlamentar da base do Governo, nas redes sociais, disse – aspas: "Hoje, a equipe do Ministério da Saúde [...] [é do senhor, se reuniu] estará reunida [...] para elaborar orientações incluindo a observação dos melhores consensos presentes nos protocolos bem-sucedidos da Prevent Senior e Unimed no uso da cloroquina para tratar seus pacientes". Essa reunião ocorreu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em 16 de maio de 2020?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe. Eu não estou brincando. O senhor pode só aprofundar um pouquinho mais. Eu não entendi.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Parlamentar da base do Governo falou assim: "Hoje, a equipe do Ministério da Saúde [...] estará reunida, sob o comando interino do General Pazuello, para elaborar orientações incluindo a observação dos melhores consensos presentes nos protocolos bem-sucedidos da Prevent Senior e Unimed no uso da cloroquina para tratar [de] seus pacientes". Essa reunião ocorreu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não me lembro dessa reunião especificamente. Eu não me lembro dessa reunião de 16 de maio. Eu fiquei parado, pensando, ouvindo o senhor duas vezes, e não lembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu sugeriria que a Comissão requisitasse a agenda desse dia para saber quem participou dessa reunião.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não me lembro dessa reunião. Pode ter havido. Eu não lembro, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Eu quero aqui falar outra coisa. O senhor afirmou que levou em conta o preço das doses na opção pela cobertura mínima do consórcio Covax.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Foi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pergunto objetivamente: esse cálculo de custos levou em conta a redução de custos com internação de infectados e os efeitos positivos da volta dos trabalhadores vacinados na economia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa-me aproveitar um pouco essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – General, só um minuto, se V. Exa. me permite.

Em primeiro lugar, as informações requeridas pelo Senador Fabiano Contarato eu peço para serem reduzidas a termo para serem requeridas pela Comissão.

Só uma advertência, Senador Fabiano. S. Exa. o General Eduardo Pazuello está aqui sob a proteção do *habeas corpus*...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... concedido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que, no item iii, considera e destaca o seguinte: "O direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados, servindo esta decisão como salvo-conduto".

Só para reiterar dos autos qualquer tipo de relação ou intenção...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Perfeitamente. E nós temos que cumprir...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da minha parte, não tem problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Longe disso. Estou aqui tentando esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, perfeitamente. Só para deixar claros os termos da decisão de S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski.

Por favor, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não me senti em nenhum momento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que é só uma observação. Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, o senhor pode voltar ao ponto, por favor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor afirmou que levou em conta o preço das doses...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah, tá. O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... na opção.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor levou em consideração...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... o valor desses infectados lá no hospital?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. Deixa-me fazer uma observação. Peço desculpa só por voltar um pouco.

A adesão à Covax Facility vinha sendo discutida pela Casa Civil o tempo todo – Casa Civil e MRE. Essa foi a discussão pela Covax Facility. Claro que as posições do ministério estavam sempre sendo colocadas. Quando eu falei de preço da Covax Facility, ela começou com US\$40. Não é que... Não é que nós não compramos porque eram US\$40. Quando era a primeira discussão lá, dois meses antes de nós fecharmos, ela começou bem diferente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdão, Sr. Presidente. A pergunta é simples: eu só estou perguntando se o senhor levou em consideração o valor dos custos dos infectados no hospital.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós não chegamos nem nessa discussão, porque eu estou só contando para o senhor como foi a contextualização do que eu falei aqui.

Quando ela começou, começou com US\$40, terminou com dez.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi que a gente não comprou porque eram US\$40.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Entendi...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a variação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... em que pese eu entender que o valor da vida humana não tem em qualquer cláusula...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia... Tanto que nós compramos... Os números a partir dali, sobre a variação de doze, onze, dez, isso jogado no montante é muito alto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... mas a gente não entrava nesse mérito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, o senhor afirmou também aqui que a disponibilização do aplicativo TrateCov, destinado a orientar profissionais da saúde sobre Covid, foi obra de atividade de um *hacker*. O senhor confirma isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu confirmo que ele foi hackeado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito. Se foi hackeado, isso é um crime de ação penal pública incondicionado. Foi feito um boletim de ocorrência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi feito um boletim de ocorrência, foi feita a investigação, nominada a pessoa e estão sendo feitas todas as medidas contra essa pessoa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito. Que seja anexado, eu acho que seria uma boa sugestão.

V. Sa. afirmou aqui que não foram distribuídos os chamados *kits* Covid para as comunidades indígenas. Contudo, a apresentação do senhor no Ministério da Saúde, no dia 28 de julho, afirma terem sido distribuídos 100,5 mil comprimidos de cloroquina para as comunidades indígenas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A cloroquina é distribuída...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Foram distribuídos ou não foram?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A cloroquina é distribuída todos os anos e foi normal em 2020 para as comunidades indígenas. É para isso que o LQFE faz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito. V. Sa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não como *kit* Covid, por favor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Perfeito. V. Sa. afirmou que o Supremo Tribunal Federal impediu o Governo Federal de agir contra a pandemia, delegando essa competência a Estados e Municípios. Hoje, sabemos que o Supremo não impediu o Governo Federal de atuar, porque a competência é concorrente, conforme esclarecido em nota oficial do STF. De toda forma, pergunto: o Governo Federal tinha algum plano de ação contra a pandemia, caso essa decisão do Supremo Federal não existisse? Porque o Presidente sempre falava: "Nós temos um plano, nós temos um plano". Tinha um plano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senador, eu só faço uma ressalva. Quando eu me dirigi aqui, eu coloquei que a decisão do Supremo limitou, ela não impediu. Ela limitou...

Eu vou aguardar o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - É... Aqui, pelo que está falando, esse *kit* Covid é para... A distribuição foi para tratamento do *kit* Covid. Foi intitulado *kit* Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu volto ao senhor que eu tratei isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Secretaria Especial de Saúde Indígena que está dando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... eu tratei isso com o Coronel, o efetivo Secretário Coronel Robson, sobre isso. E fomos taxativos: nós não distribuímos *kit* Covid para nenhuma, nenhum Dsei. Pelo contrário, a gente fez outras medidas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tanto é que o Ministério Público Federal abriu investigação para apurar essa distribuição...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Exatamente. Houve e acredito que a escolha está na apuração...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas a pergunta que eu fiz é a seguinte: independente da decisão do Supremo, tinha um plano de governo para o combate ao Covid? Porque não é possível, gente!

O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO – O plano do Governo era o plano estratégico que eu recebi. Já estava sendo discutido. Muitas coisas não foram implementadas pela posição de que as decisões seriam de Estados e Municípios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse plano era escrito? Ele foi feito quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Ele foi feito com o Ministro Mandetta. Ele é completo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o nosso plano de contingência nacional. Ele é completo e muito detalhado. E foi dele que nós trouxemos, por exemplo, ferramentas de gestão que mandamos para todas as prefeituras do País, porque, no momento em que ficou claro que a posição seria de Municípios e Estados, nós pegamos o que tinha ali que poderia ser usado e disponibilizamos para cada Prefeito pelo Conasems.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só uma informação, vista ontem aqui. É que esse plano de contingência foi alterado para não garantir e apenas apoiar, permitir. Houve essa alteração. E já havíamos perguntado sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, o Ministro Marcelo Queiroga afirmou aqui, na CPI, que a política de combate à pandemia é, aspas, "do Presidente da República, e não do Ministro da Saúde".

Essa afirmação se aplica também à sua gestão ou foi uma mudança de gestão ministerial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a política ampla de combate à pandemia é da Presidência da República, da cúpula do Governo como um todo, não do Ministério. São fatias...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor é contraditório, porque o senhor fala assim: o Presidente não interferiu na minha gestão. E o senhor fala: vou adquirir 46 milhões de doses do Instituto Butantan. No outro dia, numa *live*, o Presidente fala "não vai adquirir". O senhor fala: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". Isso é ingerência.

Eu expliquei para o senhor o que é um ato administrativo. O ato administrativo só existe de forma escrita se estiver expresso em lei. Não existe.

Então, o Presidente tem o poder de ordenar os Ministros de Estado. Então, ele fez isso. Ele difunde, na utilização de máscara. E o senhor foi flagrado, depois de não ser mais Ministro, andando sem máscara.

Esses são fatos que são aqui incontestáveis.

Então, eu quero saber o seguinte: na afirmação dele, de que quem manda é o Presidente, também, para o senhor, quem mandava era o Presidente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, deixa eu colocar uma coisa clara para o senhor. Efetivamente, naquele ponto, eu acho que isso dá mais uma clareada. É óbvio que, quando o Presidente foi falar comigo, eu conversei com ele sobre isso. É óbvio. E falei para ele, expliquei para ele que as contratações só aconteceriam quando nós tivéssemos a legalidade e a aprovação da Anvisa. Aí ele: ah, tá. Assim, tudo bem.

Então, nós estamos falando de uma relação. Estamos falando de uma relação. E, com isso, nós não tivemos nenhuma ordem direta para haver cancelamento.

Então, no momento em que ele... Nós sabemos como é o nosso Presidente da República: ele fala de improviso, ele fala de pronto. Essa é a verdade. Não podemos esconder o Sol com a peneira. Esse é o Presidente da República que foi eleito. Ele fala de pronto o que vem na cabeça, como ele pensa, e algumas coisas precisam ser corrigidas depois. Algumas coisas precisam ser reconversadas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por isso tem de ter responsabilidade pela ação dele, porque ele é um Chefe de Estado. Ele tem de saber o que ele vai falar. Se ele não tem controle no que ele vai falar, que leia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nesse caso especificamente, não passou de uma conversa com ele. E, aí, o restante da visita já foi totalmente informal. Desculpa, mas essa é a verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Agora, só para concluir, Sr. Presidente...

Eu só queria o seguinte, só deixar claro para o senhor que o senhor, como general, sabe o que que é uma ordem manifestamente ilegal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A digital do senhor está nestas mortes aqui. Isso é um fato incontestável. Se eu falar que o senhor saiu com a missão cumprida, só se a missão para cumprir fosse agravar a pandemia. E aí a responsabilidade do senhor, do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores, Araújo, e da Secom, ela é diretamente, seja por ação, seja por omissão, porque eu volto a falar, o resultado de que depende a existência de um crime só é imputável a quem lhe deu causa. E considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. E se não fosse esse comportamento inadequado, omissivo, criminoso, que vocês fizeram, nós não teríamos essas 441 mil não. Nós somos uma vergonha para o mundo. Está sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana.

O senhor tem que ter responsabilidade com isso, e eu espero que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo eu não sendo membro, tenha a altivez de apurar essa responsabilidade, independentemente de ideologia, porque nós não estamos falando de ideologia, não; eu estou falando de vítimas aqui, que eram da base do Governo, que não eram da base do Governo... São vidas humanas!

O principal bem jurídico foi violado e a digital do senhor está nessas mortes, como a digital do Presidente da República, como a digital de todos os Ministros da Saúde que passaram por lá, como a digital da Secom e a do Ministro das Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

O próximo então, no sistema remoto, só para declinar todos que estão inscritos...

Alguns colegas estão reclamando sobre o encerramento, mas, acordado e encaminhado por esta Presidência e pelos membros da CPI é que seriam garantidos todos os membros efetivos e suplentes e, enquanto for possível, enquanto não inaugurar a Ordem do Dia, iríamos garantir a participação dos não membros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pela ordem, no sistema remoto, Senador Vanderlan Cardoso; depois, no presencial, houve uma permuta entre a Senadora Soraya e o Senador Telmário Mota. E aí, depois, Senador Jean Paul Prates e Senadora Mara Gabrilli.

Senador Vanderlan Cardoso, pelo sistema remoto.

V. Exa. tem 15 minutos. (*Pausa.*)

Senador Vanderlan, o senhor está sem áudio.

O senhor está sem áudio, Senador.

O Senador continua sem áudio.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Não estou ouvindo V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

Agora nós o ouvimos.

Pode prosseguir.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. *Para interpelar.*) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente Randolfe, Sr. Relator, Renan... Eu cumprimento o ex-Ministro, General Pazuello...

Iniciando aqui minhas palavras, Sr. Presidente, eu primeiramente quero me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos para a Covid-19.

Sr. Presidente, o reconhecimento e a gratidão são grandes virtudes que o homem nunca deve esquecer, sobretudo o homem público. Não podemos nos deixar afogar pela dicotomia do bem e do mal. Ninguém só faz o bem, Sr. Presidente, e ninguém só faz o mal. Esse clima de polarização, que infelizmente tomou conta do Brasil, definitivamente, essa disputa do bem e do mal, alimentada pelas eleições de 2022, não faz bem ao nosso País. É por isso, Sr. Presidente, que eu pedi a palavra. Fiquei aqui prestando atenção na trajetória de vida e no trabalho do Ministro Pazuello. Foi uma vida dedicada em ajudar o próximo, em fazer o bem, em cumprir suas obrigações, tanto que recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos, no Governo passado, por seu trabalho em favor dos venezuelanos em 2018.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui reconhecer e agradecer a V. Exa., Ministro Pazuello, pelo que o senhor fez por este País, em especial, Sr. Ministro, ao meu Estado de Goiás, durante a pandemia do coronavírus. E, olha, não foi pouca coisa não. Eu quero mencionar aqui alguns. Quase 18 mil respiradores, quase 18 mil. Eu quero repetir aqui, Senador Izalci: quase 18 mil respiradores foram entregues no Brasil pelo Ministério da Saúde, quase mil só para Goiás, o meu Estado.

Nas gestões anteriores ao Ministro Pazuello foram comprados respiradores, olha só, de Hong Kong, que jamais foram entregues. Na gestão do Ministro Pazuello, os respiradores foram distribuídos de maneira independente de posição partidária e política. Quantas vidas salvaram! À época, eu me lembro de que alguns Senadores da oposição o elogiaram, o elogiaram para mim, Senadores e Deputados, pela sua postura e pelos critérios técnicos de distribuição adotados. Ontem eu estive aí, presencialmente, na Comissão, e vi quanta ingratidão na fala de alguns, chamando-o de mentiroso, pessoas que, há poucos dias, o elogiava e agradecia, porque tudo o que foi pedido ao Ministério foi distribuído. Olha só! Durante a gestão do senhor, foram adquiridas mais de 25 usinas de oxigênio.

Aqui eu quero abrir um parêntese para quem conhece, como eu conheço, a Região Norte. Fui morador do querido e próximo Estado de Roraima durante 14 anos. Aqueles que falam do Amazonas ou de Roraima ou do Amapá não sabem a logística que é para chegarem mantimentos, para chegar no caso de uma pandemia que se alastrou e para a qual ninguém estava preparado, todos vocês que estão nos assistindo. Até 45 dias demoravam para chegar mantimentos nessa região, ou seja, para chegar a Manaus, chegar a Porto Velho, pegar uma balsa, vários dias pelo rio para chegar ao Amazonas e, depois, assim chegar também a Roraima e ao Amapá. Então, morei nessa região. Quando alguns falam que era muito simples colocar oxigênio da noite para o dia, no Amazonas não é bem assim, porque, se fosse fácil assim, muitos teriam colocado. As próprias empresas que produziam oxigênio colocavam no Amazonas, Amapá, Roraima e assim por diante. Até no meu Estado de Goiás faltou oxigênio. E foram inúmeras as usinas, 25, se não me engano, ao todo. E grande parte dessas usinas, desses respiradores, foi para os Estados do Amazonas e Amapá. Isso é um legado que vai ficar aí nesses Estados.

Durante a sua gestão também, Sr. Ministro, em 2020, R\$79 bilhões, que já foram mencionados – não vou ficar aqui repetindo –, para rotinas no SUS, R\$33 bilhões, totalizando R\$112 bilhões, que já falaram. Em 2021, até a presente data, R\$28 bilhões investidos. Vinte e oito bilhões, além das transferências de recursos para Estados e Municípios, fundo a fundo.

A responsabilidade pelas mortes dos mais de 440 mil brasileiros não é só de uma só pessoa, como estão querendo lhe imputar; é de todos nós, de todos nós. É do Congresso Nacional, de Prefeitos, de Governadores, é do Judiciário, é de todos nós, que, às vezes, falhamos ou em aprovar uma lei que nós tentamos... E existem, neste País, pessoas que estão torcendo para o vírus, que falaram de boca cheia, quando chegou a 2 mil pessoas: "Logo, nós vamos chegar a 3 mil, 4 mil, 5 mil", falando com gosto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentei, Sr. Presidente, um projeto de lei no Senado Federal, o 1.033, para que empresas de direito público e privado pudessem comprar vacinas para vacinar seus colaboradores e doar 50% para o SUS e fui criticado, como outros que apresentaram projetos semelhantes, dizendo que era vacina para rico. Olha só, se vêm para atender aos colaboradores. Então, é uma discussão, e as falhas foram de todos.

Eu fico imaginando aqui aqueles que estão tentando antecipar as eleições. Não quero tirar aqui, me eximir de culpa nenhuma, até mesmo porque já assumi parte dessa culpa por essas mortes também, talvez por omissão.

Então, eu quero, aqui... Não vou usar os 15 minutos, mas minha palavra hoje aqui, Sr. Ministro Pazuello, é de gratidão, de gratidão pelo que o senhor fez por este País. A primeira vez que eu conversei com o senhor – acho que foi uma ou duas vezes, aliás, duas vezes –, que tive uma reunião com o senhor e mais alguns colegas Parlamentares, no seu gabinete, duas horas de aula sobre logística, eu disse para o senhor, na primeira vez: "Agora, sim, estou animado, porque nós temos um homem de logística no Ministério da Saúde". E todos, Sr. Ministro, os Prefeitos, Governadores, Secretários de Saúde que procuraram o Ministério foram atendidos, independentemente da cor partidária.

Eu quero, aqui, só fazer um parêntese, já encerrando, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, quanto ao contrato com a Pfizer.

Olha, eu quero falar uma coisa séria: eu sou empresário, eu produzo alimentos. Nenhum fornecedor meu que não dá garantia, Senador Izalci, que não dá garantia da matéria-prima que me fornece eu não compro dele. Se o Ministério da Saúde tivesse assinado o contrato com a Pfizer sem garantia nenhuma ou através de um projeto de lei, esta CPI estaria acontecendo, mas, sim, para investigar esse contrato, para investigar o contrato que teria sido assinado.

Então, esta é a minha fala e eu queria dizer também, Sr. Presidente, que o Brasil – nós estamos vendo aí nesses últimos dias, graças a Deus, que a pandemia...

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – ... está se acalmando –, nós vamos conseguir, vão chegar as vacinas.

É uma pena que nós estamos perdendo um tempo precioso e bilhões de custo que é do Congresso Nacional, que custa o Senado Federal. Em vez de estarmos discutindo a viabilização dessas vacinas, nós estamos discutindo se é a cloroquina, a ivermectina ou se é esse ou se é aquele. E decidindo também, falando aqui muito em discussões em que pode ser até que esteja dando audiência...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – ... mas eu me sinto envergonhado, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, envergonhado de usarmos tantos bilhões do nosso contribuinte para ficarmos discutindo ou antecipando eleições de 2022 para agora.

Ministro Pazuello, meus agradecimentos, sinceramente, pelas milhares e milhares de vidas que o senhor evitou que morressem. Infelizmente, a pandemia, ainda não tem receita para ela, a não ser a vacina. E eu acho que a gente deveria estar concentrando agora os nossos esforços para adquirir essas vacinas.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan. Só esclarecendo V. Exa., eu sei que não foi proposital, mas esta CPI não tem custo de milhões, efetivamente não tem.

Mas eu estou sendo advertido pelo Sr. Presidente do Senado da necessidade de encerrarmos esta Comissão Parlamentar de Inquérito em virtude do início da Ordem do Dia.

Eu vou conceder, conceder – eu sei que tem o Senador Jean Paul Prates também aqui, que já ligou a câmera também –, então eu vou conceder, sob pena de estar sob censura do Presidente do Senado, eu reitero, eu vou conceder três minutos para os dois Senadores que estão presentes aqui, Senador Telmário, Senadora Soraya, e para o Senador Jean Paul Prates. E eu peço assim três minutos de consideração para, logo em seguida, nós podermos encerrar. Eu repito: já estou sob censura aqui de S. Exa. o Presidente do Senado pelo início da Ordem do Dia.

Senador Telmário, três minutos para V. Exa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. por essa compreensão. Quero saudar o Senador Renan, saudar o General Pazuello, saudar os demais Senadores e o público presente. Eu vou ser rápido, Sr. Presidente, eu vou sintetizar. Na verdade, eu vou dar um testemunho.

Quando o General Pazuello assumiu a acolhida no meu Estado, nós divergimos, tivemos grandes divergências. Ele me convidou um dia para a gente almoçar ali. E ele ali, Senador Renan, me mostrou passo a passo, desde quando o venezuelano chegava até a interiorização. E, nesse momento, eu tive a oportunidade de conversar com várias pessoas que eram de entidades internacionais, inclusive da ONU. E todos me disseram, General Pazuello, numa única só voz, que aquela acolhida era de excelência, era



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanitária, respeitosa e sobretudo ela tinha muita qualidade, que era uma das melhores ou a melhor do País.

Então, isso significa que V. Exa. tem gestão. E quem escolheu V. Exa. para comandar aquela acolhida foi o MDB, do Senador Renan, foi o Michel Temer naquele momento. Muito bem. E eu fui contra aquela acolhida, a minha divergência com V. Exa., eu era contra a acolhida ali. Eu queria a acolhida dentro da Venezuela, como nós fizemos no Haiti, porque realmente ela trouxe consequências negativas para o meu Estado até hoje.

Como meu tempo é pouco, eu estou reduzindo e sendo rápido.

E quero dar um outro testemunho. Com relação ao oxigênio do Amazonas, eu recebi uma ligação do Governador do Amazonas e também de alguns membros do Governo do Amazonas, porque nós estávamos com a relação diplomática, ainda estamos, rompida entre o Brasil e a Venezuela. E a Venezuela, nesse momento, estava oferecendo, com a White Martins, oito caminhões de 200 mil – não sei quantos litros – de oxigênio para atender Manaus. Eu liguei então para o Ministro Ramos na hora, falei para ele da situação um dia antes de os caminhões chegarem na fronteira, e ele disse: "Me dá um tempo". Com cinco minutos, ele me retornou dizendo: "O Presidente disse a seguinte frase: 'Ramos, para salvar vidas, principalmente dos brasileiros, nós vamos receber oxigênio de quem quiser mandar. Receba e manda o Governo Federal para lá'".

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Eu me lembro disso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E aí, Senador Renan, quando cheguei no dia seguinte, lá estava a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e estava a Receita Federal. Passamos, sim, caminhões e chegamos com esse oxigênio até Manaus.

Então, o Presidente nunca mediu esforços. Nesse momento se superou, passou por um problema ideológico em prol da vida. Eu queria dar aqui esse testemunho.

Como faltam 15 segundos, me dê mais um minutinho, Presidente, só um minutinho, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu queria aqui falar do caso da Acolhida, porque nós divergimos.

A Acolhida foi uma maldade do Temer, porque ele queria estrangular o meu Estado. Ele sabia que tinha na Venezuela 30 milhões de venezuelanos querendo sair. Ele se reuniu aqui com dez ministros, ofereceram aluguel de R\$700 a R\$1,2 mil, porque eles precisavam eleger o ex-Senador Romero Jucá. E,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso, criaram uma intervenção federal no Estado de Roraima. Eles estrangularam o Estado, criaram a intervenção, mas o povo foi muito mais sábio, não quis a reeleição do Senador Romero Jucá.

Eu queria dar esse testemunho, vou reduzir, respeitando o tempo que V. Exa. me deu, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Telmário. Permita-me só uma retificação: já constam nesta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos declinados pelo Governo da Venezuela que confirmam que o que ocorreu em relação ao colapso de Manaus foi uma doação do Governo venezuelano e não da White Martins.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Cinco, cinco só. Cinco, só cinco. Eles só deram cinco, os outros três foram da White Martins. Foi eu que recebi isso também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para ser preciso, Senador, 94.759 litros de oxigênio, seis gôndolas. É o documento oficial que está aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É, mas eu fui receber: só eram cinco dele e três da White Martins. Ah, não; essa daí está considerando um que ele deu para Roraima. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Telmário.

Senadora Soraya Thronicke, então, os três minutos para nós concluirmos e, em seguida, os três minutos do Senador Jean Paul Prates.

Senadora Soraya, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer... Eu vou esperar. Eu já vou chegar e entrar perguntando; me devolve os meus minutinhos.

Sr. Presidente, muito obrigada. Eu vou tentar ser o mais breve possível.

Eu gostaria de perguntar, em primeiro lugar... Sr. General, boa tarde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Boa tarde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de lhe perguntar, em primeiro lugar, se a assessoria jurídica o informou sobre o que significa responsabilidade objetiva do agente público, do agente político e o que significa direito de regresso. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor sabe o que significam estas duas questões, responsabilidade objetiva e direito de regresso? Porque aí eu explico. Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Eu só não sei o que é direito de regresso, isso não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E responsabilidade objetiva?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, eu assinei a CPI de iniciativa do Senador Eduardo Girão, que visa investigar a atuação dos Estados e Municípios. Nós já sabemos que a competência da gestão da pandemia é concorrente; por óbvio, a sua responsabilidade também. E eu me recordo do Ministro Mandetta dizendo, naquelas coletivas que ele dava naquela época, que os Estados e os Municípios não estavam lhe fornecendo informações suficientes que permitissem a ele, com aqueles dados, traçar estratégias para lidar com a pandemia.

Pois bem. Eu questionei aqui na CPI o Ministro Queiroga e questionei também Fabio Wajngarten sobre a mesma situação, se eles foram – e o Ministro Queiroga, que está na pasta –, estavam sendo informados suficientemente, e eles falaram o contrário do que o Mandetta dizia na época. Daí eu lhe pergunto agora, quase no final do seu depoimento, sob pena de que todas as responsabilidades de outros, apuradas nesta CPI, possam recair sobre o titular da pasta, que era o senhor, ou até mesmo sobre o Presidente da República, considerando a responsabilidade objetiva; aí eu pergunto: quem não colaborou com o Governo Federal? Quem, dos Governadores, não colaborou? Quem, dos Prefeitos, não colaborou? Quais os Estados e Municípios que atuaram de forma não condizente com tudo o que o senhor defendeu?

Nós temos 22 pastas ministeriais, e o senhor disse que não lidava com os fabricantes de forma direta. Aí a minha pergunta: o senhor confiava 100% em quem do seu terceiro ou quarto escalão? Por que eu pergunto, Ministro? Porque o meu tempo já vai acabar... Se o senhor não der nome aos bois, a responsabilidade objetiva cairá somente no colo do senhor e do Presidente da República. Então, isso nos deixa preocupados, porque eu assinei o pedido de CPI, de abertura, que investiga também Estados e Municípios, e nós queremos buscar a justiça de forma imparcial, e aí a minha angústia de estarmos até este momento e nenhum nome foi declinado. A responsabilidade objetiva vai cair em cima do senhor e do Presidente da República. E, se alguém acha que está orientando, se alguém acha que está ajudando o Presidente da República com essas omissões, pelo contrário: está jogando a culpa única e exclusivamente no colo dele. E daí eu indago: a assessoria jurídica está realmente colocando como é que funciona tudo isso, vocês têm essa noção? Porque o que eu estou vendo aqui é que não declinaram nenhum nome, apesar dos bilhões e bilhões que já foram disponibilizados para os Estados, e isso me preocupa – isso me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupa. A responsabilidade de tocar também as campanhas é uma responsabilidade local. E aí? Está todo mundo acertando? É esse tipo de questão que nós precisamos resolver, porque senão...

O senhor é de outra área. O senhor é da área da logística, que eu saiba. Então, nessa área jurídica, e aqui os advogados não podem falar, mas isso é uma questão de vocês, mas eu, como advogada, me sinto agoniada e incomodada com essa situação. Direito de regresso contra quem errou dentro da pasta, porque, senão, vocês vão responder. Então, se o senhor confiava 100% em alguém para fazer esses contratos, quem fez? São 22 ministérios! O senhor imagina que dá para confiar em quantas mil pessoas? É possível colocarmos a mão no fogo por todo mundo? Então, esse é o meu questionamento e o pedido de que o senhor decline esses nomes, decline antes que o senhor vá responder – que é o que nós não queremos – por responsabilidades de outros.

E, além do mais, achar que está protegendo o Presidente, na verdade está jogando única e exclusivamente no colo dele. Então, todos têm que ser nomeados. Por favor, dê nome aos bois.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor quiser, em um minuto, responder.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, quando a gente coloca, por exemplo, que não há dúvida de como foram negociadas as nossas vacinas, foi tudo feito pelo nosso grupo de negociação, era com a nossa jurídica e com a minha secretaria executiva. O nome do secretário é óbvio, já está falado aqui.

Quando você passa recursos para os Estados, você passa fundo a fundo para os secretários estaduais e, na lei do SUS, as ações são plenas. Então, a senhora que é advogada, as ações são plenas, ou seja, todas, 100% das ações são de responsabilidade de Estados e Municípios, as ações no combate à saúde. O que cabe ao Ministério da Saúde, pela lei, é a distribuição de recursos, a efetivação de programas. Então, se 26 secretários de saúde são os responsáveis pelas ações na saúde, a responsabilidade é clara pela lei.

Quando eu ouço – eu tenho que ouvir tudo que é dito, é claro, a senhora compreende o tamanho da oitiva e do que nós estamos vivendo –, pode-se dizer o que quiser, mas, na realidade, nós estamos amparados na lei e no que a lei diz. Então, a responsabilidade por lançamento de dados, por abertura de leitos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem não preencheu suficientemente o e-SUS? O senhor falou que o preenchimento do e-SUS não está sendo feito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é recorrente. Tem que fazer uma análise e lhe dar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas alguém não preencheu, porque o senhor disse que faltam informações no e-SUS que devem ser alimentadas pelos Estados.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí que eu quero: foi o Estado X, o Estado Y. É isso que estou pedindo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso nós temos que solicitar ao ministério. Pode pedir ao ministério, o ministério vai fazer uma radiografia de todos que não preencheram.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque senão a responsabilidade é única e exclusiva do Governo Federal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tudo isso tem no ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peço a S. Exa., Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, obrigada, desculpa o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... se V. Exa. assim quiser, tem a representação de vosso partido ou de vosso bloco aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, V. Exa. pode pedir para que vosso bloco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... requeira isso e, de imediato, tendo esse requerimento, já determinaremos que a secretaria coloque para apreciação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Queremos saber quem não colabora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para apreciação na próxima quarta-feira.

Muito obrigado, Senadora Soraya.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apelo e rogo aos colegas Jean Paul Prates e Mara Gabrilli... Vamos conceder, esta Presidência concederá, em tom de misericórdia, cinco minutos, não mais que cinco minutos, se possível puder fazer em consideração, porque já estamos avançando sobre o Regimento da Casa, em virtude do notório início da Ordem do Dia, como V. Exa. tem conhecimento. Então, cinco minutos. Rogo aos colegas e o faço, pela consideração que tenho aos colegas, cinco minutos ao Sr. Senador Jean Paul Prates e em seguida Senadora Mara Gabrilli.

Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

O som não está ligado.

Agora sim, agora pode prosseguir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Agora sim.

Obrigado, Presidente.

Eu quero até tranquilizá-lo momentaneamente de que o primeiro projeto que estava em pauta, 5.343, da Lei de Responsabilidade Social, está sendo retirado de pauta. Vamos fazer sessão de debates. Portanto, não estamos ainda em votação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aproveitar esses cinco minutos, rapidamente, para dizer e até fazer um fecho da sessão de hoje. Eu, cada vez, estou mais confuso em relação ao que nós temos como Governo, porque, no caso do Ministro – eu aproveito para agradecer, Ministro, por estar aqui, até essa hora, conosco –, mas, quanto aos depoimentos que temos até agora, nós ficamos confusos, e, com o seu, mais ainda. Ora se diz que se cumprem ordens, se atendem a pedidos que chegam sem se discutir, como foi dito à Senadora Leila, agora há pouco; ora se diz que não se receberam ordens de fora e que não se deixaram influenciar por ninguém, portanto, que as declarações, algumas suas mesmo, outras do Presidente da República e de outros, seriam discursos para a internet. A minha dúvida é, justamente, se nós estamos diante de um governo desconcatenado, sem comando, sem cérebro, onde cada um faz o que quiser, o discurso que quiser para as redes sociais, portanto, um governo meme, que procura mitar para um grupo de apoiadores muito restrito, cada um na sua, sem ser admoestado sequer pelo próprio Ministro da Saúde, quando discorda disso; ou se temos o contrário, uma coisa muito mais que intrincada: um governo altamente integrado numa estratégia precisa de negação, desprezo, tergiversação das soluções reais em relação à pandemia, com membros oficialmente nomeados e, dois, um governo paralelo que atua em duas dimensões, na das declarações públicas e na das ordens e diretrizes ministeriais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aproveitar os minutos finais aqui – três, justamente o tempo que tenho aqui –, para exibir uma prova de por que é importante um governo confiável, uma demonstração do efeito devastador que tem, do alto risco de recomendação superior, sistematização oficial de uma prática, sem comprovação, mas que dá a falsa sensação de segurança, de blindagem contra o vírus, que certamente levou muita gente a relaxar nos cuidados e no isolamento. Vou falar, primeiro, da colocação do Ministro em Manaus, no dia 11 de janeiro, e, depois, das decorrências disso. Atenção aqui!

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, temos um médico de Natal que está distribuindo receitas.

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o médico Deputado daqui da nossa cidade que troca receita de medicamento por *like* no YouTube. É isso que eu queria deixar aqui. É a prova de que as ordens superiores, os exemplos superiores decantam e provocam esse tipo de coisa.

Obrigado, Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria aqui no Senado.

Senadora Mara Gabrilli, cinco minutos para V. Exa., para concluirmos esta oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Mara, V. Exa. me escuta?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Pazuello, na gestão do Ministro Mandetta, os técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, a Saes, monitoravam diariamente os estoques de oxigênio, medicamentos e insumos. Na ocasião, o Secretário de Atenção Especializada era o Francisco de Assis Figueiredo: ele era administrador e estava no cargo desde 2016. Por determinação do próprio Mandetta, o Francisco e os técnicos monitoravam e discutiam com o Ministro, pois poderiam acontecer eventuais riscos de falta desses recursos preciosos, como oxigênio, e eles poderiam ser remanejados de uma região para outra com celeridade caso isso acontecesse. O senhor, ex-Ministro Pazuello, nomeou, no final de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020, o Coronel Luiz Otávio Franco Duarte para chefiar a Saes, uma pasta muito estratégica no combate à epidemia.

Aí eu te pergunto: quais eram as qualificações do Coronel Duarte em gestão de saúde pública e qual era a sua experiência prévia em gestão do SUS? O senhor considerava que ele era uma pessoa experiente para aquele momento?

O senhor disse diversas vezes – eu assisti na CPI – que não foi alertado antecipadamente da falta de oxigênio em Manaus. Eu presenciei, de ontem para hoje, várias vezes esta discussão: se o senhor já sabia disso no dia 10 de janeiro ou no dia 6 de janeiro, com o ofício do Secretário de Saúde. O senhor ficou vermelho, falou que era 10, depois falou que era 6. Mas e a informação do monitoramento que vinha da Saes em outubro, em novembro, em dezembro? E inclusive, novembro, dezembro, com a escalada dos números, o Coronel Duarte manteve o monitoramento diário desse estoque de oxigênio, de leitos de UTI, de insumos na Saes?

O que aconteceu, Pazuello? Foi o senhor que não ouviu a Saes? Foi a Saes que não fez o trabalho dela e sonegou? Ou foi ela que sonegou informações para o senhor?

Eu gostaria, então, Sr. Presidente, de sugerir à CPI que sejam solicitados ao Ministério da Saúde todos os dados técnicos, relatório, atas de reunião relativos ao monitoramento da Saes sobre os estoques de oxigênio, medicamentos, insumos de intubação, outros insumos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 e de janeiro de 2021, para a gente avaliar se houve omissão quanto ao monitoramento ou quanto aos remanejamentos e às atitudes do ministro em questão na época.

O senhor também, Ministro, fez uma coisa muito perigosa: determinou a transferência de pessoas com coronavírus para outros Estados, diante do colapso no sistema local. Já era sabido e já havia alertas no sentido de haver na localidade uma nova cepa ainda mais perigosa. E eu lhe digo: quais foram as medidas de controle sanitário, de biossegurança que o senhor tomou para a nova cepa, para que ela não se espalhasse para outros Estados? Que eu saiba, o senhor não testou previamente os acompanhantes, nem mesmo esses acompanhantes, e não determinou nenhum protocolo sanitário de biossegurança, e espalhou esses pacientes por todas as capitais brasileiras. Depois de dois meses, aconteceu uma pandemia paralela. O senhor tem consciência de que pode ter sido o senhor, com a iniciativa malfeita e malsucedida do senhor, que provocou essa pandemia paralela?

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de sugerir à CPI que a gente solicitasse ao Ministério da Saúde acesso a esses documentos e protocolos que deveriam ter sido produzidos pela gestão do Pazuello. Esses documentos deveriam contemplar as medidas adequadas para a transferência segura de pacientes e acompanhantes, bem como todos os cuidados e protocolos sanitários que deveriam ser seguidos por gestões de Estados e Municípios, para poder receber com segurança essas pessoas. Porque é muito fácil... Eu não consigo acreditar que o senhor possa ter feito essa transferência sem nenhuma medida, sem nenhum teste, sem nenhum protocolo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu chamo a atenção dos Senadores para o Capítulo III do nosso Código Penal, sobre os crimes contra a saúde pública, art. 267: "Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena – reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos". Parágrafo 1º: "Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro". Por isso, é de extrema importância que esta CPI analise com cuidado os documentos nos quais constam ou deveriam constar as análises técnicas e ainda os protocolos de saúde e de segurança sanitária do Ministério da Saúde determinados por Pazuello. A gente quer saber quais os protocolos que o senhor produziu para dar segurança, no momento em que transferiu pacientes de Manaus para os outros Estados e quais foram os cuidados sanitários que adotou para não provocar agravamento da epidemia nem na propagação da nova cepa do vírus de Manaus, quando aconteceu no País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Sr. Eduardo Pazuello, se o senhor quiser responder, nós concedemos dois minutos para...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Em dois minutos eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concedemos três minutos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, muito obrigado pelas suas perguntas...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Será que eu poderia usar os minutos da resposta dele para fazer mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Bom, vamos organizar, então, rápido...

Por favor, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Porque, na verdade, eu não estou nem interessada na resposta dele. Então, posso concluir com mais uma pergunta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, pois não.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) - Eu acho importante para a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não, Senadora. Pode prosseguir, pode prosseguir!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) - Quais foram os motivos de o Ministro Pazuello, na época, ter nomeado o Sr. Flavio Werneck e a Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre, que são servidores do Itamaraty, indicados pelo ex-Ministro Ernesto Araújo, para assumirem as diretorias especializadas em relações internacionais de saúde, substituindo servidores de carreira do Ministério da Saúde que já atuavam nessas funções. Por isso, Presidente, eu gostaria que a CPI tivesse acesso às datas das nomeações. E também quais as qualificações desses servidores do Itamaraty que foram para o e-Gestão de relações internacionais de saúde? Quais as experiências anteriores em gestão do Sistema Único de Saúde? E eu queria saber se poderia detalhar aqui para os Senadores quais seriam os motivos de substituir? Como ele não vai poder responder, porque não vai dar tempo, o que ficou evidente é que esses servidores foram contratados, nomeados para bloquear a vinda de vacina para o Brasil. Então eu queria muito mais detalhes sobre as demissões e essas nomeações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senadora Mara Gabrilli, obrigado.

Eu determino à Secretaria, ou melhor, como a Senadora Mara Gabrilli não é membro desta Comissão, eu vou determinar à minha assessoria que reduza a termo, junto com a Secretaria, todos os pedidos e requisições de informações feitos por S. Exa., para nós apreciarmos também na sessão deliberativa oportuna. Então, faço questão, Senadora Mara, em sua homenagem, de reduzir a termo como requerimento meu a esta CPI, para serem apreciadas as requisições que V. Exa. aqui fez.

General Pazuello, o senhor quer fazer uma consideração sobre as duas perguntas, sobre as últimas perguntas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Acho que ela disse que não era necessário ser respondido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senadora Mara, à última pergunta é necessária resposta? Foi isso que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) - Na verdade, Sr. Presidente, era uma curiosidade minha com relação, acho que são dados importantes para a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Muito obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) - Eu agradeço muito, por eu não ser membro, e o senhor estar fazendo essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - É uma honra, Senadora Mara, é uma honra de minha parte!

General Pazuello, só para concluir, acho que teve uma questão em que faltou esclarecimento, ainda em relação à vacina Pfizer, existiu uma controvérsia jurídica para assumir a responsabilidade civil por eventuais efeitos adversos da vacina. Esse era um dos motivos que impossibilitaram, segundo o seu relatório à CPI, subscrever. Perfeitamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito. São cinco motivos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E um deles era esse?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A pergunta é por que, no caso da AstraZeneca, esse motivo, a União assumiu a responsabilidade civil? Consta isso no contrato com a AstraZeneca.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Porque isso estava dentro da encomenda tecnológica, era normal, era fabricado por nós e autorizado pela Anvisa antes de entregar. Isso fazia parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente, mas, só esclarecendo - não vamos abrir controvérsias sobre isso -, mas isso não faz parte da encomenda tecnológica; é a responsabilidade civil pelos efeitos adversos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Faz parte da... Quando vai ser produzido no Brasil pela Fiocruz... De tudo que é produzido no Butantan, por exemplo, a responsabilidade é nossa; de tudo que é produzido, todas as drogas produzidas - produzidas! - na Fiocruz são de responsabilidade nossa. Isso é comum em toda produção, não é exclusivamente para vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É exatamente essa a controvérsia que não foi assumida, no caso da CoronaVac e também no caso da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Tanto no Butantan, quanto na Fiocruz, é praxe, é regra: o que é produzido já é responsabilidade nossa. No caso do que se compra externo, de outros laboratórios, a responsabilidade é deles. É assim que funciona. Nesse caso, é só para lembrar, é só para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso é muito importante: de onde ele é produzido que é a responsabilidade. A responsabilidade do Butantan é do Butantan; do que é produzido na Fiocruz é da Fiocruz; do que é produzido na Pfizer deveria ser da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- V. Exa., ou a Advocacia da União, ou ainda a assessoria não sei se têm conhecimento da Lei 1.003, que foi alterada pela Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a Lei de Inovação Tecnológica. E, nesta lei, regulamentada em 2018, há previsão legal para encomenda tecnológica por riscos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Isso aí já não daria a segurança jurídica necessária?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só, na minha, na minha lógica, aqui, nós estamos falando de passado, estamos falando de compreensão, assessoria, ou seja, tem todo um motivo daquele momento, é um *framing* daquele momento. Naquele momento, naquele momento, fica claro para nós, porque nós discutimos isso, o que é fabricado no Butantan é de responsabilidade de lá; Fiocruz, lá; a encomenda tecnológica é para fabricação. Então, tudo que entra nessa linha passa a ser responsabilidade. É especificamente isso, a encomenda tecnológica traz a fabricação para nós, e é fabricado aqui, responsabilidade nossa. Agora, o que é fabricado nos laboratórios estrangeiros, até então, os efeitos colaterais, etc. e tal, nunca foram, sempre foram responsabilidades de quem está entregando a droga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Entendo, entendo a explicação de V. Exa., embora divirja. Há entendimento deste membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito de que existia já a Lei de Inovação Tecnológica, já existia a segurança jurídica para ter sido firmado o contrato, já no ano passado.

Desejo boa sorte ao senhor!

Nada...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de concluir, comunico... Esta Presidência comunica que, na semana que vem, os depoimentos, ou melhor, o calendário da CPI será o seguinte: no dia 25, terça-feira, Sra. Mayra Pinheiro, Secretária... *(Pausa.)*

Perfeito.

Então, dia 25, Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; no dia 26, há sessão deliberativa, e a CPI, no dia 26, deverá deliberar qual deverá ser o depoimento da quinta-feira dia 27.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaramos encerrada esta sessão.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos e suspensa às 17 horas e 12 minutos do dia 19/05/2021, a reunião é reaberta às 9 horas e 46 minutos e encerrada às 17 horas e 06 minutos do dia 20/05/2021.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Rose de Freitas, Jean Paul Prates e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Mayra Pinheiro, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em atendimento aos requerimentos 323/2021, 437/2021, 465/2021 e 516/2021. **Resultado:** Realizada Oitiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/25>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu queria aqui passar para V. Exas., mas eu queria que tivessem mais Senadores aqui. Vou aguardar para dar uma informação quando tivermos a maioria dos Senadores aqui presentes.

Vou suspender por dez minutos até aguardar a chegada de alguns Senadores.

(Suspensa às 9 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria convidar a Dra. Mayra para adentrar, por favor. *(Pausa.)*

Queria passar uma informação.

Esta tem sido a CPI do Senado Federal que, em menos de um mês, mais tem recebido documentos. Até agora foram autuados, pela Secretaria da Comissão, aproximadamente 300 gigabytes de documentos, sendo 100 gigabytes de documentos sigilosos. Para que se tenha uma melhor dimensão, a CPMI da Fake News, uma CPI expressiva, conta atualmente com cerca de 5 gigabytes de documentos recebidos.

Neste contexto, solicito a máxima cautela aos Parlamentares e servidores que forem acessar a documentação sigilosa da Comissão. O vazamento de documentos sigilosos por Parlamentares constitui violação no art. 144 do Regimento e pode configurar infração ética disciplinar no art. 9º, §1º, do Código de Ética e Decoro. Para servidores, divulgar documentos sigilosos pode resultar em demissão, nos termos do art. 132 da Lei 8.112/1991, sem prejuízo de demais responsabilidades na área cível e criminal, inclusive eventual crime de violação de sigilo funcional.

Quanto à utilização de trechos – vou deixar isso claro aqui para os Senadores: quanto à utilização de trechos de documentos sigilosos na fala dos Senadores, esclareço que a princípio não cabe a esta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência cercear a palavra dos membros desta Comissão, até porque eu não tenho informações sobre todos os documentos que os Senadores pediram nem vi todos esses documentos.

O Regimento proíbe que o Senador leia ou inclua em discurso documento de natureza sigilosa. Diante disso, fica a critério dos Senadores formular perguntas aos depoentes a partir das informações recebidas pela CPI, inclusive as sigilosas, mas, evidentemente, não será permitido reproduzir em reunião aberta a íntegra de um documento sigiloso.

Com a presença da Dra. Mayra Pinheiro, eu esclareço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que houve medida cautelar no Habeas Corpus nº 201970, do Ministro Ricardo Lewandowski, com as seguintes conclusões:

[...] o atendimento à convocação para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito recebida, nos termos constitucionalmente estabelecidos, consubstancia uma obrigação da paciente, especialmente na qualidade de servidora pública que é, devendo permanecer à disposição dos senadores que a integram do início até o encerramento os trabalhos, não lhe sendo permitido encerrar seu depoimento, de forma unilateral, antes de ser devidamente dispensada.

Concedeu-se o direito de a paciente fazer-se acompanhar por advogado e o de ser inquirida com urbanidade e respeito.

Posteriormente, em agravo regimental, foi proferida a seguinte decisão:

[...] assiste à paciente o direito de permanecer em silêncio – se assim lhe aprouver – quanto aos fatos ocorridos no período compreendido entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, objeto da Ação de Improbidade Administrativa acima mencionada, em que figura como ré, devendo, quanto ao mais, pronunciar-se sem reservas, especialmente acerca de sua atuação na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, bem assim sobre as demais questões que vierem a ser formuladas pelos parlamentares.

Aí vem o número da ação da improbidade e tal, que corre na PGR.

Dra. Mayra, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, no art. 203 do Código de Processo Penal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Se V. Sa. quiser usar a palavra, a senhora tem a palavra por 15 minutos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não.

Bom dia a todos; bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Eu gostaria de pedir permissão para que eu pudesse fazer um relato da minha atividade profissional e me apresentar aos senhores. E é o que eu farei agora, dada a permissão pelo Presidente da Mesa.

Quero iniciar minha fala registrando que me sinto honrada em comparecer perante o Senado brasileiro, sendo eu a primeira médica a depor que teve experiência concreta, real, de tratar pacientes com Covid-19, com as medicações disponíveis, aos primeiros sintomas, como deve ser todo tratamento médico, sempre baseado nas verdadeiras premissas médicas e científicas, como os senhores irão entender neste discurso.

Vejo este depoimento como uma oportunidade de esclarecer questionamentos para os senhores e também de restabelecer a verdade, falando de forma direta para cada pessoa deste País. Muitos até já ouviram falar de mim, é verdade, mas poucos, muito poucos, de fato, me conhecem. Então, por favor, permitam que me apresente.

Sou Mayra Isabel Correia Pinheiro, natural de Fortaleza, Ceará, médica graduada pela Universidade Federal do Ceará em 1991, com especialização em Pediatria e Neonatologia pela também Universidade Federal do Ceará, no período de 1992 a 1995.

Gostaria de compartilhar com os senhores que essas três décadas de trabalho nas UTIs pediátricas têm sido uma progressiva lapidação profissional, emocional e pessoal. Lidar com os limites extremos da vida de pacientes graves, lutando junto com eles e suas famílias, numa conjuntura nem sempre favorável, já é um desafio diário nas UTIs, mas devolver, senhores, um filho para um pai e uma mãe é um sentimento indescritível, e é essa a minha vida.

Mestre em Ciências com Área de Concentração em Neonatologia pela Universidade de São Paulo, 2002; especialização em Medicina do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá, 2009; doutoranda em Bioética pela Universidade do Porto; fui professora substituta do curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará, de 2006 a 2007; e sou professora e também coordenadora do Internato Médico de Pediatria do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, desde 2009; fui coordenadora técnica do Centro de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal do Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2007; sou médica perita do Instituto Nacional de Previdência Social desde 2006 e fui responsável pela implantação do Serviço de Perícia Médica da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensoria Pública da União no ano de 2007, contribuindo para a mudança na forma de atuação da instituição para garantia dos benefícios previdenciários e assistenciais à população de baixa renda e à população indígena.

Sou atualmente Secretária do Ministério da Saúde do Brasil, responsável pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a SGTES, desde janeiro de 2019; membro titular da Coned, colegiado do Conselho Editorial do Ministério da Saúde, desde outubro de 2020; membro titular da Comissão de Ética do Ministério da Saúde; membro da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS); membro titular do colegiado da UNA-SUS (Sistema Universidade Aberta do SUS); membro titular da Comissão Mista de Especialidades Médicas do Conselho Federal de Medicina; membro titular do Comitê Intersectorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e também coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, Ministério da Saúde.

Entrei na Medicina para salvar vidas e aprendi, já na residência médica, que deveria perseguir esse propósito, a despeito das limitações e dificuldades. Aliás, só quem está na linha de frente sabe o que realmente acontece em um posto de saúde, em uma enfermaria, em uma UTI. Eu nunca abri mão dessa conexão com a realidade e mantenho os meus plantões noturnos em um hospital de Brasília, mesmo exercendo atividades no Ministério da Saúde como Secretária. É uma forma de continuar exercendo a minha missão e de estar em contato direto, ajudando as pessoas que eu escolhi cuidar e servir.

Atuando como servidora pública, conheci o SUS como poucos brasileiros conhecem. Ao longo de 30 anos, vivenciei ao lado de profissionais e pacientes as dificuldades de um dos maiores sistemas universais de saúde para o cumprimento de suas atribuições. Muitas vezes fui tomada pela angústia de não dispor dos recursos necessários para socorrer os meus pacientes.

Mas o ponto de virada da minha vida que talvez tenha me trazido até aqui aconteceu em 2013. Fui chamada para atender uma criança que chegou em parada cardiorrespiratória no Hospital Geral de Fortaleza. E, pasmem, para reanimar esse garoto não havia espaço no hospital, ou melhor, não havia espaço, senhores, nem no chão do hospital, porque o chão estava repleto de pacientes amontoados como se fossem coisas. Era uma piscina de seres humanos doentes, invisíveis aos olhos da sociedade, da imprensa e do Poder Público. Fizemos o possível e impossível para salvar a vida daquela criança. Essa situação era recorrente e ganhou até o apelido dos profissionais daquele hospital: o piscinão do Hospital Geral de Fortaleza.

Daquele dia em diante, entendi que ter conhecimento de toda aquela realidade e me calar seria ao meu ver pecar por omissão. Eu não podia cruzar os braços. Decidi lutar com todas as minhas forças para levar respeito e dignidade a profissionais de saúde e, sobretudo, aos pacientes. Começava ali a minha luta pelo fim da prática de amontoar seres humanos nos corredores dos hospitais do Brasil. Ao ver aquela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, compreendi a diferença entre empatia e solidariedade: empatia é se colocar no lugar do outro; solidariedade é agir para melhorar a vida do outro, e essa é a minha missão desde então.

Em 2015, fui eleita Presidente de uma das mais importantes entidades médicas do meu Estado, o Sindicato dos Médicos do Ceará. Revelei para o Brasil o caos da saúde pública, atribuído muitas vezes, erroneamente, aos profissionais de saúde, e a necessidade de reafirmarmos que a nossa escolha profissional deve ser pautada na garantia de assistência de qualidade para os nossos pacientes.

À frente do Sindicato dos Médicos do Ceará, criei o "corredômetro", que contabilizava e informava diariamente o número de pacientes alocados em macas nos corredores de hospitais públicos do Ceará.

Por diversas vezes, recorri ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público Federal para denunciar graves falhas do sistema de saúde e solicitar ações para o cumprimento dos preceitos constitucionais, com ênfase no art. 196: "[...] saúde [pública] é direito de todos e dever do Estado".

Em 2018, ainda no período de transição, fui convidada pelo então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, pelo qual sinto enorme apreço, para compor sua equipe à frente da Sgtes (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde). Assumi, assim, um dos maiores desafios da minha vida: ajudar a qualificar os profissionais de 14 categorias da saúde, com ofertas educacionais de excelência, atualizando-os e capacitando-os, para que a população brasileira pudesse ser atendida por profissionais bem preparados.

No primeiro ano à frente da secretaria, iniciamos o projeto ProvMed 2030, que objetiva adequar, até o ano de 2030, toda a oferta de profissionais de saúde especialistas do País, atendendo às necessidades regionais.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de saúde pública de importância internacional, em virtude do novo coronavírus. O Brasil prontamente declarou emergência de saúde pública de importância nacional poucos dias após, em 3 de fevereiro de 2020. Diante da grave pandemia que estava se instalando, da necessidade de mobilização para aquisição de equipamentos, insumos e leitos, um elemento foi fundamental: os recursos humanos treinados em todos os protocolos clínicos da Covid.

A Sgtes lançou, em março de 2020, a ação estratégica O Brasil Conta Comigo, sendo estruturada em três eixos: acadêmicos, residentes e profissionais da área da saúde.

O Brasil Conta Comigo – Acadêmico disponibilizou, até 31 de dezembro de 2020, um reforço excepcional e temporário de mais de 5,3 mil alunos do quinto e sexto anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, que atuaram sob supervisão em unidades do SUS, tendo recebido bonificação provida pelo Ministério da Saúde, que contabilizou um investimento de mais de 22 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil Conta Comigo – Residentes na Área de Saúde, voltado aos profissionais de saúde que cursam programas de residência médica e residência na área profissional da saúde, ofertou bonificação a mais de 53 mil residentes, por manterem seu processo formativo especialmente durante a pandemia, e contabilizou um investimento de mais de 453 milhões.

O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde criou o maior banco de recursos humanos do País e do mundo nas 14 categorias da saúde e capacitou os profissionais conforme os protocolos de manejo clínico do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19. Até o momento, mais de 1,007 milhão de profissionais estão cadastrados.

O banco do Ministério da Saúde foi solicitado e disponibilizado para 13 Estados da Federação. Ofertamos cursos sobre Covid, que foram acessados por mais de 2 milhões de profissionais. Ao todo, foram 5 cursos para profissionais da atenção primária, 14 cursos de manejo clínico na atenção especializada, 21 ações para orientação à população sobre a prevenção da doença. Também ofertamos cursos específicos destinados a pessoas com deficiência e seus cuidadores no contexto da Covid-19.

Em parceria com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), oferecemos 15 cursos sobre Covid para os médicos intensivistas. Diante do contexto da quarta onda da pandemia, que são os agravos à saúde mental decorrentes das outras ondas da doença, também foram oferecidos aos profissionais da saúde 16 cursos de orientação sobre cuidados da saúde mental dos próprios profissionais e seus pacientes.

Temáticas, como a saúde mental das crianças e adolescentes, saúde mental do trabalhador e saúde mental do idoso, também foram ofertadas por meio de programas veiculados no YouTube, cujo conteúdo foi elaborado em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Em uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e a Associação Brasileira de Psiquiatria, foram desenvolvidas ações de educação para prevenção do suicídio e da automutilação, que já resultaram na formação, até a data de hoje, de 242 mil membros da sociedade, o que foi e ainda é de extrema importância diante do cenário da pandemia. Conduzimos uma das maiores pesquisas mundiais para investigar os impactos da pandemia sobre a saúde mental dos profissionais da saúde, com 185 mil profissionais brasileiros participantes.

Em dezembro de 2020, lançamos um dos maiores programas de educação e saúde do mundo, o Programa Saúde com Agente, visando capacitar os mais de 380 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias de todo o Brasil. Com esse programa, os agentes de saúde serão capacitados e habilitados para fazer novos procedimentos e oferecer mais cuidados à população brasileira.

No final de dezembro de 2020, recebi do então Ministro Eduardo Pazuello a missão de organizar visita a Manaus. O fechamento da Semana Epidemiológica nº 53, que compreendia o período de 27 de dezembro de 2020 a 2 de janeiro de 2021, revelava aumento tanto no número de casos de hospitalizações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de óbitos por Covid-19 no Amazonas. Esses dados desencadearam várias medidas e ações por parte do Ministério da Saúde para que fossem compreendidas as razões e para obtenção de respostas rápidas e eficientes à população amazonense, através do atendimento a todas as demandas ali requeridas pelas secretarias locais.

No contexto de sofrimento, precariedade do trabalho dos profissionais, mortes, tive a honra de poder contribuir, junto dos técnicos do Ministério da Saúde, na maior missão médica de que já participei nos meus 30 anos de formada. Manaus entra, na minha história, como um exemplo de luta de homens e mulheres que deixaram para trás as suas famílias, o medo, o conforto dos seus lares, para cumprir a tarefa para a qual todos juramos: salvar vidas. Só quem esteve lá, senhores, tem a dimensão do que aconteceu, do que era possível fazer ou não fazer.

Manaus trouxe a certeza de que, para vencermos o nosso maior inimigo, o vírus, que se mostrou ainda mais agressivo na forma de uma nova variante chamada P1, precisaríamos, com muita urgência, de mais e maiores medidas de proteção individual, de vacinas de alta eficácia o mais rápido possível, mas também de medicamentos que pudessem tratar os que adoecem, os que adoeciam a despeito das medidas de prevenção. A nova variante P1 comportou-se quase como uma outra doença, do ponto de vista clínico e de desfechos, e precisávamos de todas as medidas seguras para poder reduzir o caos que ali estava instalado.

Publicações recentes sobre a menor eficácia de vacinas em grupos de idosos, o que pode ocorrer pela tendência a menor resposta do próprio sistema imunológico, mostram a importância de continuarmos a buscar terapêuticas para o paciente que poderá adoecer, mesmo após a vacinação.

O *New England Journal of Medicine*, um dos mais prestigiados jornais do mundo, publicou em editorial, na última semana, a necessidade de se encontrarem terapias, de preferência via oral, para a Covid-19, em particular para as novas variantes que poderão escapar da ação das vacinas. Estamos diante de uma doença grave, que tem provocado o colapso dos sistemas de saúde e a morte de milhões de pessoas em todo o mundo.

A tomada de decisão, nesse cenário repleto de incertezas, exige respeito à autonomia médica concedida pelo Conselho Federal de Medicina, à soberania dos países e às orientações dos seus órgãos responsáveis pela saúde; exige também capacidade de nos livrarmos das afirmações categóricas das verdades eternas.

Usando as palavras do meu mestre George Magalhães, na verdade, as ciências só têm alguma respeitabilidade na medida em que aceitem o seu princípio de autocorreção permanente, o que implica dizer que nelas só existem hipóteses melhores ou piores, mais produtivas ou menos produtivas; nunca verdades. Também precisamos contar com a ética jornalística, que requer não somente ouvir os contrários, mas também equilibrar os lados contrários, devendo o jornalista oferecer informação de forma obrigatoriamente imparcial. Os termos ciência, comprovação científica, evidência e eficácia, assim como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos outros conceitos, como *off-label* e reposicionamento de drogas existentes e sua relação com a pandemia, acabaram se tornando confusos em meio ao caos. E estou, aqui, também para esclarecer aos Srs. Senadores e a toda a população brasileira o que significa, de fato, cada um destes nomes, assim como quais são as implicações no combate à Covid, trazendo o compromisso com a verdade.

Por fim, não posso deixar de agradecer a milhares de manifestações de apoio e carinho que tenho recebido de todas as partes do Brasil, principalmente dos meus colegas profissionais de saúde, que junto comigo estão enfrentando a doença no dia a dia nos seus postos de trabalho. Retribuo dizendo: vocês também não estão sozinhos. Seguiremos juntos na árdua e, ao mesmo tempo, grandiosa missão de oferecer dignidade e cuidar dos nossos pacientes, valendo-nos do nosso conhecimento, da solidariedade e, sobretudo, da nossa autonomia.

Cada vida é única, cada vida de nossos familiares, amigos e pacientes. Lutamos com as evidências que conquistamos dia após dia, pois isso define a tão falada medicina baseada em evidências, as melhores evidências disponíveis, a experiência profissional e os valores éticos dos pacientes e dos seus médicos, a quem devemos todo respeito e gratidão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, por favor, para fazer as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, nós estamos aqui participando de um colegiado com características jurídicas, mas também com natureza política e até policial. Nosso maior desafio, nesta CPI, diria mesmo, nosso principal dever e nossa principal missão é fazer um julgamento justo, equilibrado e o mais técnico possível. Claro, ao fazermos isso, nossas conclusões terão uma consequência política inevitável, mas a política deve ser resultante, e não motivação de nosso trabalho, seja qual for o nosso veredito final.

Faço questão de trazer à memória de todos, neste momento, talvez o julgamento mais conhecido de todos os tempos: o Tribunal de Nuremberg. É um dos julgamentos mais famosos da história. Foi ali que o mundo procurou encontrar respostas para um crime até hoje inconcebível: o genocídio de 6 milhões de judeus nos campos de concentração do regime nazista.

Nuremberg, Sr. Presidente, reuniu e puniu inúmeros próceres nazistas e há muitos questionamentos, até hoje, que são feitos sobre o próprio julgamento. Por exemplo, se não foi um julgamento dos vencedores apenas; se a pena de morte dada como sentença não deveria ter sido a pena de prisão pelos crimes cometidos. São balizadores importantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é bom sempre lembrar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não é um tribunal de guerra nem de exceção. É, sim, uma instituição da democracia. Não haverá aqui penas capitais; haverá o respeito absoluto ao devido processo legal; e a responsabilização eventual dos culpados será, se for, baseada em provas técnicas e objetivas.

Dito tudo isso, Presidente, eu quero lembrar um dos mais importantes personagens entre os réus de Nuremberg, Hermann Göring, durante algum tempo, o número dois do Hitler.

Eu leio abaixo, rapidamente, um trecho da Biblioteca Mundial sobre o comportamento de um dos mais altos oficiais nazistas durante o julgamento de Nuremberg, lembrando que ele acabou se suicidando e não foi executado na cela onde estava preso. Eu leio rapidamente o trecho:

Em várias ocasiões no decurso do julgamento, [...] [o acusado] exibiu filmes dos campos de concentração nazistas e de outras atrocidades. Todos os presentes acharam as imagens chocantes, incluindo Göring; ele afirmou que os filmes deviam ser falsos, mas ninguém acreditou. Testemunhas, como Paul Koerner e Erhard Milch, tentaram descrever a personalidade de Göring como pacífica e moderada. Milch referiu que era impossível opor-se a Hitler ou desobedecer às suas ordens; [...] [ou] o fizesse, seria executado, ou alguém da sua [própria] família [...]. Quando testemunhou a seu favor, Göring expressou a sua lealdade para com Hitler e insistiu que não sabia nada sobre o que tinha acontecido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É um absurdo! É um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que é um absurdo? Eu estou fazendo a introdução...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpe-me, Sr. Relator: é um absurdo querer comparar a situação que nós estamos enfrentando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou comparando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... com o genocídio que ocorreu na Alemanha!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou comparando.

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Respeite os judeus! Respeite os judeus!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está comparando, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Escute!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpe, é um absurdo! É um absurdo!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Respeite a dor dos judeus!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é mais do que um prejulgamento!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou prejulgando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é uma coisa odienta! Odienta!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está prejulgando desde o começo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É o que nós estamos assistindo aqui, nessa manhã odienta! Isso não existe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É uma narrativa odiosa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso vai ficar registrado nos *Anais* do Senado Federal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Peço que V. Exa. me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não será... Não será...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é o momento do relatório, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou fazendo relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isto que está acontecendo: V. Exa. está deixando a sessão correr de um jeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Relator pergunta; ele não apresenta relatório fora do tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente...

Ouçam!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Qualquer paralelismo é um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ouçam!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Qualquer paralelismo é um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ouçam, aprendam a ouvir a história. Ouvir calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Quatrocentos e cinquenta mil mortes é daqueles que negam o tratamento. V. Exa. é um dos que negam o tratamento! Nega o tratamento que existe no mundo, não apenas no Brasil!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, assegure a fala do Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, nós não estamos na fase de apresentação de relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O objetivo de mudar o foco da CPI, Presidente, não pode ser alcançado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou lendo o relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan, V. Exa. conclua, mas eu vou deixar muito claro que o que o senhor está lendo aí não pode ser utilizado como referência nenhuma a ninguém, até porque nós não temos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou usando como referência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não estou usando como referência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está usando o tempo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, o meu tempo não é V. Exa. que dispõe dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, está ocorrendo uma obstrução a iniciarmos o depoimento, ao trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas eu que pedi ao Relator foi para ele começar as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou fazer as perguntas. Isso é uma introdução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, só um minutinho. Só um minutinho, por favor, Senador Renan.

A V. Exa. eu pedi: "Vamos começar as perguntas". V. Exa. está falando uma das maiores atrocidades que houve na história...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Estou fazendo uma avaliação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Mas, o senhor me desculpe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não vou ser censurado!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma introdução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou lhe censurar. Não vou lhe censurar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, assegure-me a palavra:

As suas respostas [Sr. Presidente e Srs. Senadores] eram complexas e evasivas e tinham desculpas plausíveis para todas as [...] ações durante a guerra. Utilizou o banco de testemunhas como um local para expor, de forma prolongada, o seu próprio papel no Reich, numa tentativa de se mostrar como um pacificador e diplomata antes do início da guerra.

Sras. e Srs. Senadores, não podemos comparar – e aqui uma resposta ao Senador Fernando Bezerra – uma barbárie, como o holocausto, com uma tragédia como a pandemia no Brasil, que até hoje já matou mais de 450 mil pessoas. Não podemos dizer – e, por isso, não há prejulgamento –, não podemos dizer que aqui ocorreu um genocídio. Não podemos dizer ainda, mas podemos dizer, sim, que há uma semelhança assustadora, uma semelhança terrível, uma semelhança tenebrosa, uma semelhança perturbadora no comportamento de algumas altas autoridades que testemunharam aqui na CPI e o relato que acabei de ler sobre um dos marechais do nazismo no Tribunal de Nuremberg...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Semelhança na cabeça de loucos, iguais a você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... negando tudo, enaltecendo Hitler, apresentando-se como salvadores da pátria, enquanto a história provou que faziam parte de uma máquina da morte. Trago essa reflexão para essa CPI no momento em que colhemos um depoimento muito importante. E deixo registrado nos anais desta Comissão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É absurda, é absurda essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...inclusive como alerta para os futuros depoentes, não importa o quanto possam tergiversar que o julgamento da história é implacável.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Até que enfim falou uma coisa correta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vou às perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se V. Exa. pudesse me garantir a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou submetido a interrupções rotineiras.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Esse cara é doente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso dificulta o meu trabalho como Relator.

Como médica e gestora pública, V. Sa. poderia nos dizer em que consiste exatamente o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Pois não, Senador. O tratamento precoce, falar nele se referindo unicamente à Covid, na verdade é difícil. Tratamento precoce é o tratamento que todos os profissionais médicos oferecem aos seus doentes. Tratamento é tudo aquilo que é disponibilizado de recursos farmacológicos e não farmacológicos para o enfrentamento de uma determinada doença. E deve, sim, sempre ser feito assim que o médico dá o diagnóstico, porque as doenças evoluem, os pacientes podem complicar os seus quadros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E como ele foi introduzido como política pública no Ministério da Saúde?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para o enfrentamento da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - O tratamento na fase inicial de todas as doenças, Senador, ele é utilizado no mundo inteiro, não é só o Ministério da Saúde do Brasil. Toda doença deve ser tratada precocemente, a Covid, a meningite, as viroses.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, é só sobre a Covid, ele está perguntando só sobre a Covid, doutora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que pesquisas e trabalhos científicos V. Sa. se fundamentou para fazer a indicação técnica do tratamento da Covid com o uso de medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e outros?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, para deixar bem claro para a população brasileira e para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se V. Sa. pudesse responder objetivamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - É que eu preciso contextualizar, se o senhor me permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei que a senhora precisa contextualizar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Presidente, se ela puder responder sem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, vou cortar o som porque não vai estar fazendo... Por favor, não vai ter brincadeira aqui. Ela é uma senhora adulta, profissional de saúde, não precisa de babá para responder às perguntas, por favor. Toda hora ter que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) - Ela está sendo ameaçada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não está sendo ameaçada não. Ei... Quem está ameaçando ela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Ninguém está ameaçando.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem está ameaçando ela? Não, Flávio, não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Se o depoente não pode falar, nós podemos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Cada Senador tem o direito a falar. O Senador Relator tem o direito a fazer as perguntas, cada Senador que está aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, mas ele vai fazer as perguntas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) - Ela está sendo interrompida pelos governistas, rapaz! Vocês estão interrompendo o depoimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - É o interrogador que está interrompendo, Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu creio que, apesar de os Senadores estudarem muito essa matéria sobre cloroquina, tratamento precoce - eu também leio alguma coisa e tal -, mas eu acho que ela sabe muito mais do que qualquer um de vocês que estão sentados aí. Então, espera aí, não precisa de ajuda...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não é ajuda, deixa ela falar, só isso que a gente está pedindo. Deixa ela falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ela não precisa recorrer a ninguém para dar as respostas técnicas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Tem que deixar ela falar, Sr. Presidente, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Objetivamente: em que pesquisas e trabalhos (*Falha no áudio.*) ... se fundamentou para fazer a indicação técnica do tratamento precoce da Covid com os medicamentos já referidos aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não. A princípio, é preciso que nós deixemos claro que o Ministério da Saúde nunca indicou tratamentos para a Covid. O Ministério da Saúde criou um documento juridicamente perfeito que é a Nota Orientativa nº 9, que depois se transformou na Nota Orientativa nº 17, onde nós estabelecemos doses seguras para que os médicos brasileiros, no exercício da sua autonomia, pudessem utilizar esses medicamentos com o consentimento dos seus pacientes e de acordo com o seu livre arbítrio. Foram essas as nossas orientações. Se o senhor me perguntar o que os médicos brasileiros e os médicos do mundo, dos países que vêm fazendo esse tipo de tratamento *off-label* ou uso compassivo, utilizaram como referencial, eu trouxe aqui e deixo à disposição dos senhores mais de 2,4 mil artigos impressos que referendam as metanálises hoje existentes no mundo, mostrando as evidências que todos nós queremos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo!

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Então, deixo aqui à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só... A pergunta não era essa, doutora. A pergunta é objetiva, a senhora já respondeu, e se a gente precisar de algum documento, nós solicitaremos de V. Exa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. é médica pediatra, correto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Antes de ser nomeada para o Ministério da Saúde, participou de pesquisas científicas e fez publicações, sobretudo, na área de infectologia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor. Na área de infectologia, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, de que forma V. Sa. trouxe para o Ministério da Saúde informações sobre o uso de cloroquina no combate à Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nós não trazemos informação enquanto Secretária da Sgtes, nós participamos de discussões ao lado dos técnicos do Ministério da Saúde e dos outros secretários. A competência da minha secretaria é cuidar da gestão da educação e do trabalho na saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. falou rapidamente que integra o Conitec. Ainda continua integrando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ainda continua integrando.

Considerando que não está entre as competências de sua secretaria promover ações de atenção à saúde ou de vigilância em saúde, qual a origem do seu protagonismo como Secretária de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde na definição do uso de cloroquina para o tratamento da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, eu sou médica e, dentro do Ministério da Saúde, eu tenho a participação nas discussões técnicas de todos os grupos de que o ministério faz parte. A história da cloroquina, da hidroxicloroquina, das medicações consideradas antivirais para o enfrentamento da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid no ministério, ela começa quando o Brasil se depara com um trabalho científico produzido em Manaus, que é objeto de todas as nossas discussões, que resultou na morte de 22 pacientes, e esse dado é grave.

Nesse momento, o Ministério da Saúde reuniu os seus técnicos para que nós pudéssemos criar um documento juridicamente perfeito para proteger a população brasileira e orientar os médicos sobre doses seguras desses medicamentos que já vinham sendo utilizados no mundo inteiro e vinham sendo utilizados pela população brasileira, às vezes, sem a orientação médica. E nós queremos que todo e qualquer paciente, aos primeiros sinais e sintomas da Covid, procure a unidade de saúde, possa ser atendido pelo médico e, de acordo com a orientação médica e a vontade do paciente, ele possa ou não receber medicamentos que podem mudar o curso da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. recebeu ordem para fazer a defesa do uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou foi uma iniciativa sua, pessoal?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nunca recebi ordem e o uso desses medicamentos não é uma iniciativa minha, pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da República ou o Ministro da Saúde em algum momento pediram a V. Sa. que atuasse com protagonismo na defesa do uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. saberia dizer por que, no início deste mês, o Ministério da Saúde retirou de sua página oficial na internet as orientações sobre o uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não. Porque o Ministro Marcelo, numa atitude extremamente acertada, resolveu levar para a Conitec todas as construções de protocolos clínicos para a conduta da doença, exatamente para nós eliminarmos as divergências que existem hoje, de opiniões. Estamos primeiramente apresentando os protocolos para o uso das medicações para o tratamento hospitalar da Covid e, em seguida, essa orientação, que é a Nota nº 17, também deverá ser transferida, transformada num documento, numa proposta de protocolo clínico para o tratamento ambulatorial da Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nota não foi... Ela foi simplesmente retirada, porque novo documento está sendo elaborado. Ela não foi revogada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A OMS, em julho de 2020, anunciou a interrupção dos testes da hidroxicloroquina como um tratamento eficaz para a Covid-19. Essa posição da OMS foi levada em conta em algum momento do processo de definição do seu uso dentro da política pública de combate do ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, é preciso que a gente primeiramente deixe claro que a Organização Mundial da Saúde é um braço da ONU, que trata das questões relativas à saúde. Embora o Brasil seja signatário dessa entidade, o Ministério da Saúde de todos os países do mundo é órgão independente, tem sua autonomia para a tomada de decisão de acordo com as situações locais.

Para o senhor ter uma ideia, a hanseníase, por exemplo, é uma doença que tem um protocolo próprio para tratar os doentes com hanseníase no Brasil - e assim para várias outras doenças. A OMS retirou a orientação desses medicamentos para tratamento da Covid baseada em estudos que foram feitos com qualidade metodológica questionável, usando o uso das medicações na fase tardia da doença, em que todos nós já sabemos que não há benefício para os pacientes. Então, nessas situações, analisando os estudos que ela utilizou para essa tomada de decisão, o Brasil, os seus técnicos, os seus médicos... O próprio Conselho Federal de Medicina deixa bem claro que os médicos têm autonomia para usar todos os recursos que não causem malefícios e que possam trazer benefícios para o enfrentamento da doença. É o que eu, é o que o senhor, é o que toda a sociedade brasileira quer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço, por favor: disponibilizar o áudio nº 1.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Considerando esse áudio, V. Sa. nos explica por que essa insistência em contrariar a orientação da OMS?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu já informei anteriormente para o senhor: o Brasil não é obrigado a seguir as orientações da OMS e, se assim fizéssemos, Senador, nós teríamos falhado, assim como a OMS falhou várias vezes. No início da doença, em janeiro, e isso pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Baseado em que...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Vou explicar para o senhor se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu só fiz uma pergunta: baseado em quê?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Vou dizer para o senhor as falhas se o senhor me permitir explicar, e foi isso que eu me propus a vir aqui hoje fazer para os brasileiros e para os senhores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início da doença, o próprio Ministro Luiz Henrique Mandetta, que esteve aqui, na audiência inicial, ele disse que estava em Davos, numa das reuniões dos conselheiros da OMS, e já era do conhecimento desses consultores que a doença estava manifesta na China, e a decisão da OMS em janeiro foi de que não se decretasse uma situação de emergência de interesse internacional, mas que fosse feito apenas um alerta global. O mundo inteiro tem relações com a China, nós sabemos disso hoje.

A gente tem hoje a certeza de que se trata de um vírus de transmissão respiratória, através de gotículas e através de aerossóis, e, por conta dessa decisão retardada da Organização Mundial de Saúde, provavelmente nós contaminamos boa parte do mundo. Somente um mês depois dessa reunião em Davos, a OMS toma a decisão de decretar situação de emergência de interesse internacional, e o Brasil decreta situação de emergência de interesse nacional.

Posteriormente – para continuar exemplificando as falhas –, a OMS determinou que não era necessário o uso de máscaras, uma vez que se tratava de um vírus pesado, transmitido por gotículas. Foi necessário que, seis meses depois, um grupo de mais de 300 cientistas fizessem uma carta para a OMS comunicando que ela precisaria considerar a transmissão através de aerossóis. Milhões de pessoas foram contaminadas no mundo por causa dessa orientação da OMS.

E, ao longo da sua existência, a OMS já fez recomendações que são condenáveis, como, por exemplo, que mulheres portadoras de HIV amamentem seus filhos, sabendo do risco de transmissão.

Em 2017, Senador, a OMS também deu a orientação, num consenso para o uso de novos antimicrobianos para o enfrentamento de bactérias multirresistentes, de que se retirasse o estudo das drogas que tratam tuberculose. Nós temos mais de 1 milhão de mortes por tuberculose no mundo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta para a senhora, doutora. As decisões da OMS: foram revogadas algumas delas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ela mudou suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ela mudou as decisões?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a questão de amamentar, ela continua mantendo isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, cada país...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Ela mantém, a OMS mantém... Eu estou fazendo uma pergunta muito objetiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A OMS mantém amamentar... Mulheres que têm HIV amamentar criança? Ela mantém isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, mantém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mantém no protocolo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mantém, e o Brasil, nas nossas orientações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim, sim. Eu só perguntei. Tudo bem, mantém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente respondendo: a senhora disse que o Brasil não estaria obrigado a seguir a OMS. Foi isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nenhum país está, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu gostaria de saber objetivamente: foi essa a resposta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ano de 2020, o laboratório químico e farmacêutico do Exército passou a produzir cloroquina dada a ampliação do seu uso para os casos de Covid.

O ex-Ministro Mandetta... Os ex-Ministros Mandetta, Teich e Pazuello, ouvidos por essa CPI, garantiram que essa decisão não passou pelo Ministério da Saúde em suas gestões.

Assim indago a V. Sa.: Estando V. Sa. no Ministério da Saúde desde o início da pandemia, saberia dizer quem ordenou a produção, o aumento da produção de cloroquina pelo laboratório do Exército no ano de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não, é preciso que a gente deixe claro que na gestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Saberá ou não dizer...

É uma pergunta objetiva.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não sei dizer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Mandetta deveria saber porque ele é o Ministro.

Eu, como Secretária da Secretaria de Gestão do Trabalho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas nem ele, nem o Teich, nem o Pazuello... Disseram aqui nesta CPI que não sabiam.

E eu fiz a pergunta à senhora, a senhora saberia dizer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não sabe informar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em maio de 2020, V. Sa. fez a seguinte declaração em vídeo, que vamos aqui disponibilizar. *(Pausa.)*

Vídeo 1.

Não, aquele foi um áudio. *(Pausa.)*

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O que nós criamos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - ... ela fala em imunidade de rebanho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

"O que nós criamos, mantendo todas as pessoas em casa naquelas cidades, que até por medidas coercitivas agiram como legisladores em estado de exceção, foi causar mais pânico na sociedade, e nós atrapalhamos a evolução natural da doença naquelas pessoas que seriam assintomáticas, como as crianças, e que a gente teria um efeito rebanho".

Essa sua declaração, claramente em relação à tese da imunização de rebanho, segundo a qual a imunidade da população poderia ser atingida não só com a vacinação, mas, também, com a contaminação em massa pelo vírus e o desenvolvimento da imunidade natural por parcela relevante da população.

Pergunto: V. Sa. concorda com a tese?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Qual a tese que o senhor quer que eu concorde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A tese...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Da imunidade de rebanho?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, da imunidade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O meu... O áudio que o senhor acabou de mostrar, se trata de uma colocação referente à população pediátrica, e, na época eu defendia que as crianças não fossem retiradas das escolas. Aliás, a retirada das crianças das escolas foi uma das maiores agressões que a gente fez a essa população. Nós privamos as crianças mais carentes da merenda escolar, que supre dois terços das necessidades calóricas delas, nós privamos essa criança do bem mais importante para a transformação social do País ou de qualquer lugar do mundo, que é a educação. E, como pediatra, eu fiz vários estudos, ao lado de colegas que são cientistas e hoje nós temos a certeza de que as crianças têm 37,5 vezes menos chances de contrair a doença, e a possibilidade de transmissão a partir de uma criança também é baixa. Então, a minha defesa no vídeo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu apelo novamente e gentilmente para que V. Sa. responda objetivamente. No final das suas colocações, V. Sa. falou: "e nós atrapalhamos a evolução natural da doença naquelas pessoas que seriam assintomáticas..."

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas crianças...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... "como as crianças e que a gente teria um efeito rebanho..."

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas crianças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, estou falando sobre...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não precisávamos deixar, Senador, e eu sou pediatra, as nossas crianças fora das salas de aula. O tempo dirá o prejuízo que nós vamos causar para os países...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou perguntando sobre isso. Eu estou perguntando: a senhora concorda com a tese da imunização de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, ela não pode ser aplicada indistintamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora falou também do comércio, doutora. Doutora, só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor permite que eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela precisa responder objetivamente, isso é um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, deixa que eu faço.

O Senador Renan faz uma pergunta objetiva. Eu estou sendo informado aqui de duas coisas. Primeiro, a OMS colocou, em 2006, a amamentação e no ano seguinte retirou, está certo? É o primeiro que estou recebendo. Mandeí checar para não ser injusto. E a questão maior que a OMS levantou foi em relação à África: que a mãe, sendo cuidada, poderia amamentar e não deixar a criança morrer de fome. Então, veja bem, não é o caso do Brasil. Mas estou colocando, doutora, que a senhora falou também do comércio, não foi só de criança. Veja bem, tem muita coisa que a senhora falou que nós temos gravado aqui. A gente não quer ser deselegante com a senhora. Por favor, a senhora está protegida sobre Manaus, sobre a falta de oxigênio em Manaus; sobre as outras coisas que a senhora fez lá, não. Mas eu só peço à senhora para ser objetiva, sim ou não. E a hora em que a senhora achar que não deve responder, consulte o seu advogado e não responda. Agora, por favor, nos ajude aqui a esclarecer algumas coisas. Não foi só crianças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já se manifestou publicamente em outros momentos contra ou a favor dessa tese?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tese do efeito rebanho?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, da imunização natural, do efeito rebanho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou tratando disso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso que isso seja contextualizado. Eu acho que o efeito rebanho não pode ser usado indistintamente para as populações, Senador, porque não é possível que a gente vá prever quanto eu tenho que expor da população para que eu atinja esse benefício. Então, isso pode resultar em muitas mortes. Então, não posso tomar isso fora do contexto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu perguntei objetivamente. A senhora se manifestou, sim ou não, em outros momentos, contra ou a favor dessa tese? Sim ou não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não que eu me lembre.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não que se lembre.

V. Sa. recebeu ou tem conhecimento de algum estudo técnico ou outro documento contendo análise dessa tese e seu impacto sobre a saúde pública?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não que eu me lembre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não que se lembre.

Em algum momento essa tese foi cogitada pelo Ministério da Saúde como estratégia de condução de ações de enfrentamento da pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nenhuma vez em que eu estivesse presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no Ministério da Saúde ou em outro órgão do Governo Federal?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - No Ministério da Saúde, nenhuma defesa foi feita a respeito dessa tese.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma vez o Ministro da Saúde ou o Presidente da República discutiram essa tese com V. Sa. pessoalmente, por telefone...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ou por mensagem de texto ou em algum evento em que V. Sa. estivesse presente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca.

V. Sa. chegou ao Ministério da Saúde no início da gestão do ex-Ministro Mandetta, em 20 de janeiro de 2019, para exercer o cargo de Secretária da Sgtes. Apesar de tantas trocas no Ministério da Saúde, das turbulências experimentadas pela pasta durante a pandemia, V. Sa. se manteve no cargo nas gestões Mandetta, Teich e Pazuello, até trabalhar também com o atual Ministro Marcelo Queiroga.

Questionamos: quais foram as principais mudanças percebidas por V. Sa. nas várias gestões do ministério?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu acho que houve uma continuidade dos trabalhos. Cada um dos ministros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve uma continuidade dos trabalhos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, cada um dos ministros tentou fazer o melhor para o Brasil e foi dado seguimento, foram feitas correções, mas nós estamos num período excepcional. Desde que eu entrei no Ministério, nós temos a necessidade de cumprir as pautas ordinárias do Brasil e, ao mesmo tempo, nós somos tomados para o enfrentamento de uma pandemia nunca antes vivida por nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, foi dada a continuidade das políticas públicas pelos ministros.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que foi mais marcante em qual dessas gestões? A sua posição como ministra... Como secretária, melhor dizendo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todas elas tiveram grandes contribuições para a gestão da saúde pública no Brasil em momentos diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República interferiu de algum modo na sua permanência no Ministério da Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo que V. Sa. observou, como era a relação de cada um desses ministros da saúde, seus chefes imediatos, com o Presidente da República? O que mudou de um ministro para outro efetivamente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As necessidades mudaram. Nós estávamos, durante o início da pandemia, por exemplo, enfrentando um vírus; nós estamos tendo um novo surto da doença por um outro vírus. A necessidade de ação muda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu falo: o que mudou na relação dos ministros, dos ex-ministros, com o Presidente da República?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não posso responder a essa pergunta porque eu não trato da relação dos meus ministros com o Presidente. Eu sou subordinada ao ministro e acato as orientações e os pedidos que são feitos a mim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Sgtes, que V. Exa. dirige, é responsável por planejar, apoiar e coordenar as atividades relacionadas ao trabalho e educação em saúde no âmbito do SUS. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, 72,6% dos profissionais de saúde não receberam treinamento relacionado à Covid-19 até março de 2021. Pesquisa realizada pela USP, Fiocruz, UFPel, UFBA, Rede APS Abrasco, com respostas de 2.566 profissionais e gestores em cem Municípios brasileiros, entre maio e julho de 2020, indicou que apenas 34,4% dos profissionais da APS haviam recebido treinamentos sobre Covid e sobre o uso correto de EPIs.

Essa pergunta foi elaborada com a colaboração efetiva da Rede Interdisciplinar de Especialistas em Covid.

O que V. Sa. fez na sua gestão em relação a esses números?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, eu não sei se o senhor se lembra das minhas palavras no meu discurso inicial. Para o enfrentamento da pandemia, a decretação da situação de emergência aconteceu janeiro. A SGTES, em março, para o enfrentamento à pandemia criou três ações estratégicas: o Brasil Conta Comigo - profissionais da saúde, residentes e estudantes. Somente o banco de dados de repositório de recursos humanos da SGTES, hoje, conta com mais de 1,007 milhão de profissionais. Esses profissionais, ao se inscreverem no banco, recebiam a possibilidade - é livre escolha, nós não obrigamos ninguém a fazer esses cursos - de fazer o treinamento de acordo com a sua área de atuação. E as 14 categorias da saúde, incluindo os agentes de saúde, têm nas plataformas do Ministério da Saúde cursos específicos para garantir a sua atuação. E aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. concorda ou discorda desses números aqui que foram apresentados pela Rede Interdisciplinar de Especialistas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Essa é uma informação, ela não contradiz o meu trabalho. Meu trabalho é ofertar formação para os profissionais de saúde, mas eu não posso, ninguém pode obrigar um profissional de saúde a fazer a formação. Ela está disponível. Inclusive, no caso de Manaus, nós fomos responsáveis pela contratação de mais de 300 profissionais, com recursos próprios do Ministério da Saúde, e nós fizemos treinamento *in loco* de intubação, sequência rápida de reanimação para esses profissionais que foram contratados. Então, a oferta existe, nós temos aí cursos que atingiram mais de 300 mil profissionais, mas nós não podemos obrigar os profissionais. Foi ofertada toda uma gama de cursos para cada uma das categorias. Eu já mencionei aqui a participação da Sociedade de Terapia Intensiva, a Amib, que fez curso para os médicos intensivistas, mas isso é uma livre escolha do profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os critérios de confirmação da Covid clínico-epidemiológicos por imagem laboratorial preconizados pelo Ministério da Saúde foram incluídos na formação continuada dos profissionais de saúde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, os cursos tratam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... desde o diagnóstico, o uso de equipamentos de proteção individual, sequência de intubação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve treinamento para uso de testes rápidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A SVS que faz esse tipo de treinamento. A minha secretaria trata da questão de abordagem clínica, mas existem cursos da Secretaria de Vigilância Sanitária, inclusive em parceria com o Conass e o Conasems, para que haja esse tipo de orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tomou alguma providência para amenizar o desgaste físico e psicológico decorrente do grande aumento da carga de trabalho dos profissionais do SUS durante a pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, também como eu já mencionei no meu discurso, nós primeiro iniciamos uma pesquisa com os profissionais atuantes para o enfrentamento da doença. Essa pesquisa hoje é o maior banco do mundo de profissionais seguidos: são 185 mil profissionais que livremente participaram da pesquisa, que atuam no SUS. Nós criamos ambulatorios para atendimento, especificamente em Manaus, aos profissionais que estavam exauridos, ambulatorio com psicólogos e psiquiatras; e nós criamos um uma gama enorme de cursos de saúde mental, não só para os profissionais de auxílio, mas para a população. Como eu já mencionei, nós criamos o programa Mentalize, as ações de educomunicação em saúde para prevenção do suicídio e da automutilação, no contexto de que o Brasil é um país que tem inúmeros casos já de depressão e transtorno de ansiedade. Então, é a nossa quarta onda da doença, e a minha secretaria tem e teve um papel marcante nesse enfrentamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação à situação calamitosa ocorrida no Estado do Amazonas, no início deste ano de 2021, perguntamos: por que V. Sa. foi escolhida para ser a enviada a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu já declarei, foi uma honra participar dessa missão em Manaus.

A motivação da minha escolha, Senador, é que eu estou desde o início do Governo. Então, eu sou a secretária mais antiga da equipe e médica. E, no primeiro surto da doença em Manaus, eu fui deslocada também para estar em Manaus, fazendo o mesmo papel que eu fiz agora, de organizar os recursos humanos em saúde. Todos os países, para o enfrentamento da pandemia, precisam de equipamentos de proteção individual, respiradores e leitos, mas muitos esqueceram que o recurso mais importante são os profissionais da saúde, e não é possível abrir leitos sem profissionais. Então, um dos motivos pelos quais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fui designada foi a necessidade primordial de a gente organizar e capacitar os recursos humanos de Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, V. Exa. já conhecia previamente a situação e as características do sistema de saúde de Manaus, que já havia experimentado um colapso em abril e maio de 2020? - essa também é uma pergunta gentilmente cedida por internautas.

Por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, conhecia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, conhecia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... e tenho conhecimento da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que sua ida à cidade se deu apenas após a virada do ano, se o Ministério da Saúde relatou, em documento, que observou aumento de casos a partir já da semana do Natal de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não, Senador.

No dia 28 de dezembro, o Ministro Pazuello convocou todos os seus secretários, ordenou a suspensão dos recessos de final de ano, que são habituais em todo o serviço público, e nos convocou para uma reunião, dando conta da situação de Manaus. E, nessa reunião, foi designado que um dos secretários médicos fosse deslocado para fazer uma prospecção da situação local. E, aí, eu já expliquei os motivos pelos quais eu fui designada, o fato de já conhecer a situação de Manaus, de ser médica e da questão dos recursos humanos como prioridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Segundo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Entre o dia 28 e o dia do nosso embarque, nós fizemos toda a organização logística para estarmos em Manaus, e tivemos uma enorme dificuldade de organizar reuniões com todas as duas secretarias, com todos os técnicos, uma vez que boa parte das secretarias estadual e municipal de saúde se encontrava de recesso. Nós não conseguíamos falar com as pessoas. E, como servidores públicos, nós também temos que cumprir toda a questão legal para se organizar uma viagem: emissão de passagens, diárias... Então, essa foi a motivação de a gente só viajar no dia 3.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Secretária Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Segundo o ofício que V. Sa. mesma afirmou, Ofício 48/2021, a finalidade da viagem seria a - aspas - "de observar a real situação do Estado e, posteriormente, transmitir a linha de ações a serem executadas, face à situação encontrada". O relatório "Ações emergenciais decorrentes do agravamento dos casos de Covid-19 no Estado do Amazonas" relata as observações e as linhas de ação a serem executadas; é assinado pelo Ministro Pazuello. Existe um relatório da viagem elaborado pela própria comitiva?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A documentação relativa a essa viagem consta de algum processo do Ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. poderia nos informar o número e mandá-los para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Vou solicitar agora.

Mas a finalidade da nossa viagem foi exatamente fazer um relatório de prospecção. Ele foi feito, e os atendimentos às demandas, para o senhor ter uma ideia, se o senhor me permite explicar, porque isso foi parte da minha vida... Manaus é uma história muito intensa na minha vida. Então, à medida que nós íamos recebendo... No dia 4, às 8h da manhã, nós já estávamos reunidos com o secretário, Governador, Prefeito, a secretária recém-empossada. À medida que nós íamos ouvindo as questões colocadas, imediatamente nós íamos recebendo também os ofícios e repassando para os secretários que estavam em Brasília. Então, foram muitas demandas atendidas de urgência já no primeiro dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. recebeu informações a respeito do abastecimento de oxigênio medicinal nos hospitais de Manaus e sobre a capacidade de fornecimento desse insumo ao serviço de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor. Durante o período em que eu estive lá, inclusive eu participei de visitas aos hospitais, onde foi o nosso grande choque. Nós nos deparamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não recebeu informações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nenhuma informação durante o período em que eu me encontrava lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não recebeu informações. E em que momento se percebeu que faltaria oxigênio medicinal em Manaus?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não houve uma percepção de que faltaria. Pelo que eu tenho de provas, é que nós tivemos uma comunicação por parte da secretaria estadual, que transferiu para o Ministro um *e-mail* da White Martins dando conta de que haveria um problema de abastecimento, segundo eles, mencionado como um problema na rede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que a quantidade de oxigênio medicinal necessária para o provimento das necessidades hospitalares pode ser calculada com base no prognóstico das internações hospitalares?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Como médica, Senador, é possível fazer isso quando nós estamos em estado de normalidade, habitual. Eu sou intensivista, eu trabalho com uma UTI que tem dez leitos, eu consigo saber que cada um daqueles leitos tem que ter uma provisão de oxigênio e ar comprimido. Então, é possível que eu tenha uma média do uso de oxigênio. Numa situação como nós encontramos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considera ou não considera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... em Manaus, numa situação extraordinária de caos, onde nós não temos noção de quantos pacientes vão chegar ao hospital, é impossível se fazer uma previsão de quanto você vai usar a mais. O que eles tiveram foi uma constatação. Passaram de 30 mil metros cúbicos para 80 mil metros cúbicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, considera ou não considera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não considero que seja possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não considera.

Como médica com experiências em UTIs e por ser o oxigênio medicinal um item essencial estratégico, V. Sa. atuou diretamente na obtenção de oxigênio medicinal para Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem V. Sa. tratou do problema?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não tratei do problema...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em nenhum momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom.

Quando ocorreu a chegada de mais oxigênio a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu não estava mais em Manaus. A minha prospecção durou do dia 3 ao dia 5. Eu voltei para Brasília, entreguei os relatórios completos para o Ministro, mas eu não participei da compra, aquisição e da logística de fornecimento de oxigênio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas soube, teve alguma informação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu soube do que estava acontecendo e acompanhei todo o esforço que foi feito pelo Ministério da Saúde, associado a outros ministérios para garantir o socorro e o fornecimento de oxigênio, mas eu não participei diretamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sabe dizer quem organizou essas remessas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Foram muitos ministérios em cooperação: Ministério da Saúde, Ministério da Defesa... Senador, Manaus, como eu já disse antes ao senhor, é uma história da minha vida inesquecível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Para nós também.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - O que eu vivi em Manaus... Senador, a diferença é que eu participei dessa missão na qualidade de médica. O que eu assisti em Manaus, em 30 anos de formada, eu nunca vi. As pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A senhora atendeu quantos pacientes por Covid? Na sua história lá em Manaus, a senhora atendeu quantos pacientes? A senhora prescreveu quantas vezes alguma...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, eu não fui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A senhora atendeu algum paciente em Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Em Manaus, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É uma história da sua vida, a senhora foi lá, mas não atendeu nenhum paciente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, as histórias da vida da gente, Senador, não são só os atendimentos; são o que nós presenciamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor. A história de Manaus, o que aconteceu na cidade de Manaus é uma coisa que nós amazonenses, nós que vivemos lá... Eu estava lá, eu sei o que eu passei, até porque, como referência política, você é procurado. Aliás, o Hospital Delphina Aziz – que a senhora visitou e deve ter visitado – foi construído por mim, quando fui Governador, e é um baita hospital. Poucos hospitais a senhora vai ver iguais, no serviço público, como tem aquele ali na cidade de Manaus.

Mas, Dra. Mayra, do dia 3 ao dia 5, foi nessa época em que a senhora lançou o tratamento precoce TrateCov, lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente não lança tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só para lhe fazer uma pergunta. Sabe por quê? Porque, dez dias depois, mesmo com o lançamento do TrateCov, a senhora viu o que aconteceu na cidade de Manaus. Então, é uma história para a gente... Inclusive, tem uma médica, aqui – o senhor me desculpe, Senador Renan –, a Dra. Michelle, que estava no banco de dados do Ministério da Saúde. Ela prescreveu para uma médica, no Hospital da Mulher – construído pelo Senador Eduardo Braga, que eu tive a felicidade de contribuir para funcionar; um hospital que a senhora deve ter conhecido –, prescreveu para uma paciente gestante aspirar cloroquina, e ela morreu. Essa médica de São Paulo estava no seu banco de dados. Depois, eu queria saber se ela teve o treinamento que V. Exa. deu a esses médicos, sabe? A senhora disse que treinou. Uma paciente gestante, uma médica de São Paulo a fez aspirar cloroquina. E ela aspirou e faleceu. Sabe por quê? Porque, segundo a médica, era a única coisa que ela podia fazer naquele momento.

Eu não estou aqui criminalizando ninguém, não estou criminalizando! A paciente poderia até ir a óbito independentemente da cloroquina ou não. Eu não sou médico, para fazer uma análise, mas isso aconteceu em Manaus também. Nós também temos muitas histórias para contar nessa pandemia, doutora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpellar.) – Eu queria só lembrar que o próprio relatório do Ministro Pazuello diz que se estima um substancial aumento de casos – o que pode provocar aumento da pressão sobre o sistema –, entre o período de 11 a 15 de janeiro, em função das festividades de Natal e Réveillon. E por que não se previu, em função disso, a falta de oxigênio? Para concluir a pergunta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, o senhor perguntou anteriormente se era possível a gente prever quanto a mais de oxigênio você vai usar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não sabemos a evolução dos pacientes. Por isso que a Covid é uma doença grave de desfecho incerto. Eu não consigo saber quem vai ter o quadro que não vai precisar de internamento e quem vai evoluir para o óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nesse caso...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, não é possível prever quais são os pacientes que vão usar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesse caso, estava estimado um aumento substancial de casos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas a primeira coisa que a gente tem que levar em conta é que não é do Ministério da Saúde a competência de cuidar do abastecimento, estoque e fornecimento de oxigênio. E dar previsão de quanto nós vamos usar mais, nenhum profissional, nenhum técnico consegue fazer isso, porque você não tem leitos formalizados. O que nós trabalhamos foi com o estado de exceção. A gente tinha pacientes internados no Hospital 28 de Agosto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que não é da competência do Ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Porque isso não está previsto nas nossas atribuições. Isso é competência dos Estados e dos Municípios, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Lei Orgânica da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lei Orgânica da Saúde...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... a capacidade de o Município ou de o Estado atuar para garantir o insumo ou o que quer que seja, a responsabilidade é do Ministério da Saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi o que nós fizemos, Senador. Foi o que nós fizemos. Quando o Estado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não.

O próprio relatório diz que iria aumentar – isso aqui é muito grave – em função das festividades de Natal e Réveillon, ou seja, já tinham a informação e nada fizeram. E é competência do ministério, sim.

Quem negociou a chegada do oxigênio doado pela Venezuela? A senhora disse que tinha alguma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não participo desse tipo de decisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não participa, mas teve algumas informações sobre o...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não sei lhe dar essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos pacientes faleceram pela falta de oxigênio?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tenho esse número, essa informação para lhe dar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua visita foi útil para evitar mortes por desassistência à população?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que todo trabalho dos técnicos do ministério foi marcante no Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A nossa atuação, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... garantiu o aumento da ampliação da oferta de leitos. Nós garantimos o suporte do oxigênio quando foi necessário. Nós fizemos ações que vão muito além das nossas competências: o fornecimento de equipamentos de proteção individual, de medicamentos para intubação. Só de ventiladores mecânicos, foram mais de mil ventiladores levados em caráter de urgência para o Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. visitou as unidades básicas de saúde para recomendar aos médicos do SUS o uso do tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não visitei as unidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não visitou para recomendar o uso de tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não visitei nenhuma unidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Houve algum tipo...

Não visitou a unidade, mas recomendou o uso do tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não. O Ministério da Saúde não recomenda. O Ministério da Saúde orienta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Houve algum tipo de orientação direta, então, para os médicos da cidade prescreverem o tratamento precoce a seus pacientes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, o meu trabalho é dar conhecimento, sobretudo para a sociedade médica - e são eles os prescritores -, porque eu sou médica, de todo documento juridicamente perfeito elaborado pelo ministério. E o Ministério da Saúde tem uma Nota de Orientação nº 9, que depois foi transferida, transformada na Nota nº 17, onde ele orienta, segundo o parecer do Conselho Federal de Medicina, que os médicos, para o enfrentamento dessa doença grave, de desfecho incerto e letal, eles possam usar dos medicamentos *off-label* que estão disponíveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Então, nós orientamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Secretária, o mesmo relatório já referido anteriormente diz: verificar se estão sendo empregadas medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento precoce...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... caso contrário, incentivá-las e esclarecer os profissionais.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O próprio relatório, entendeu? Por isso que essas perguntas objetivas são, nesse contexto da investigação e da Comissão Parlamentar de Inquérito, melhores observadas, porque...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Mas é perfeito, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... muitas ensejam variadas contradições.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor falou aí de incentivar a prevenção, orientação... A prevenção é essencial.

A gente precisa deixar claro para a população brasileira que está nos acompanhando que, para enfrentar essa doença, que é grave – o nosso inimigo comum, meu, dos senhores, da população, é o vírus –, todos os recursos têm que ser utilizados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso que eu perguntei: houve algum tipo de orientação direta para os médicos da cidade prescreverem o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A orientação é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em função do que contém o relatório.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... para todos os médicos brasileiros, Senador, não só para Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Como Secretária responsável pela formação de recursos humanos na área de saúde, V. Sa. considera adequado recomendar a médicos o uso de terapias sem eficácia comprovada para qualquer patologia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro a gente precisa definir o que é eficácia e o que é evidência, que a maior parte da população brasileira não sabe, e eu acredito que os senhores também, por não serem médicos, não são obrigados a saber.

Numa situação de guerra, nós lançamos mão de todas as evidências disponíveis para a gente salvar as pessoas, desde que a gente esteja diante de medicamentos seguros. E atualmente não nos faltam evidências. No início da doença, nós tínhamos evidências da ação dos medicamentos considerados para o uso *off-label in vitro* e tínhamos as experiências individuais, a *expertise* dos especialistas, a opinião dos especialistas. Hoje nós temos essa quantidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é esse contexto que nós estamos a investigar. É o contexto aqui já referido a V. Sa. da imunização de rebanho, da facilidade para o vírus trafegar, com a consequente imunização natural e pela ineficácia da vacina. Esse era o contexto, esse é o contexto que está sendo levantado aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Pelo senhor só, não é o que está sendo apurado na CPI. É a cabeça do senhor isso, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. trabalhou para que pacientes fossem transferidos de Manaus para outras unidades da Federação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso foi resolvido de maneira tempestiva?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A minha situação é que eu precisaria contextualizar. Eu não participei do transporte de nenhum paciente adulto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quantos pacientes faleceram antes de serem transferidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não sei lhe dizer, não sei lhe dar esse número.

Eu participei da tentativa de transporte de crianças da UTI neonatal. Não participei do transporte de pacientes adultos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu pediria a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que, por favor, mandasse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... só para informar aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras e a quem está nos vendo: um paciente nosso que foi transferido felizmente passou 150 dias em Goiás e voltou com vida para o Estado do Amazonas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso é uma notícia muito boa para todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu pediria, por favor, que informasse à Comissão, no decorrer dos nossos trabalhos. E peço à Secretaria-Geral da Mesa que faça essa devida requisição.

Todas as suas ações e providências em Manaus foram tempestivas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Uma pergunta objetiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim", no seu entendimento.

Houve demora ou atraso em alguma delas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas minhas ações, não, Senador, porque aí o senhor tem que lembrar que a minha competência, no caso da Sgtes... No primeiro momento em Manaus, eu fui para fazer uma avaliação da situação e relatá-las ao meu Ministro. Nas competências da Sgtes, que é a formação de recursos humanos e fornecimento de recursos humanos, a Sgtes inclusive montou um escritório dentro da secretaria estadual, para administrar os recursos humanos em Manaus, agilizando as contratações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. enviou um ofício à Secretaria de Saúde de Manaus estimulando a gestão municipal a usar medicamentos orientados pelo ministério contra o novo coronavírus, entre eles a cloroquina. No documento, classificou como inadmissível a não adoção da orientação. Vou ler, se os senhores permitirem, Presidente – aspas: "Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus, a não adoção da referida orientação" – fecha aspas.

V. Sa. confirma esse fato?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em depoimento à Polícia Federal, em 9 de fevereiro de 2021, V. Sa. defendeu a utilização da cloroquina e responsabilizou autoridades estaduais e locais pela crise da saúde no início do ano. Teria dito que o Amazonas e Manaus sempre tiveram problemas na gestão da saúde e que, em nenhum momento, foi informada pelas autoridades estaduais e municipais da falta de oxigênio. Pergunto: V. Sa. confirma essa informação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema foi a gestão local?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu precisaria fazer uma contextualização do que eu vi em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nós precisaríamos que a senhora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, eu já disse "sim" para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em podendo, claro, em podendo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... mas eu preciso lhe dizer porque eu preciso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que respondesse objetivamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu já disse "sim", mas é que, se o senhor me permitisse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, disse "sim" à primeira pergunta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Às duas; "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está perguntando sobre a questão da orientação. Não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, foi feita a orientação, sim. Mas, quando o senhor narra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a senhora fala... O Senador perguntou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) –
Objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan perguntou para a senhora: "A senhora recomendou cloroquina?", e a senhora disse "não".

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, recomendou não, orientamos. É uma orientação do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não entendo, qual é a diferença entre recomendar e orientar? Qual a diferença?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A orientação é um documento do ministério; existe um documento, eu estou falando de uma norma técnica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, espere aí. Pois é, eu queria que a senhora me explicasse tecnicamente, porque eu não sou... Qual a diferença, no Português, entre recomendar ou orientar? Qual é a diferença?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Quando a gente se refere a...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o pessoal que está nos assistindo aí não entende: recomendou, orientou. Qual é a diferença?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E pior, Presidente, ela falou: "é inadmissível não usar, inadmissível não usar". Então, como é que não responde objetivamente? E confirmou o fato já com a colocação de que é inadmissível não usar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Se o senhor me permitisse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha presença aqui é uma oportunidade para que eu possa esclarecer aos brasileiros e aos senhores o que eu presenciei em Manaus. Então, o contexto desse reforço argumentativo sobre a orientação e a palavra inadmissível é no contexto do que nós encontramos na atenção primária de Manaus. Um grupo de médicos se ofereceu como voluntários pra fazer a prospecção nas unidades básicas de saúde. A informação, para os senhores terem uma ideia, que nós recebemos da Secretaria Municipal de Saúde foi que Manaus tinha 18 unidades básicas de saúde – essa foi uma informação oficial –, para que, no dia seguinte, o Ministério da Saúde tivesse conhecimento de que eram 136, e não 18; 18 eram as que estavam atendendo Covid.

A outra informação oficial que nós recebemos, Senador, é que existiam 40 óbitos domiciliares acontecendo por dia em Manaus. Na visita que esses profissionais fizeram, eles encontraram unidades fechadas com cadeados, unidades sem médicos, farmácias sem estoque algum sequer de dipirona e paracetamol, 2 mil testes reprimidos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então V. Sa. confirmou as informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a informação que está sendo passada aí é importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou fazendo uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas a informação que ela está passando é relevante para a Comissão. A informação que ela está passando é relevante para a Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um depoimento, isso não é uma sabatina, isso é um depoimento

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas ela está falando sobre o que aconteceu em Manaus, Senador Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É um depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se não interessa a V. Exa., interessa aos membros da CPI, como não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela tem boas informações, o problema... *(Fora do microfone.)* gestão local...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, Sr. Presidente, a CPI representa apenas *(Fora do microfone.)* a vontade do Relator em relação ao depoimento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, depois o Senador Marcos pode perguntar novamente, ele vai ter 15 minutos de pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ela está no meio do depoimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele pergunta novamente, vamos evitar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... com informação relevante, e ele...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.)* - ... corta porque não interessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só para... Foi alguma pergunta... Só pra me dizer: foi alguma pergunta ofensiva à doutora que ele fez?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, não? Não? Ele perguntou... Pelo que eu estou entendendo, ele perguntou bem assim: "Houve falha de quem? Da Prefeitura, do Estado?". É isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela confirmou os fatos, confirmou *(Fora do microfone.)* o depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Vamos ouvi-la, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, convenhamos! Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Refazendo a pergunta, Secretária, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) – Obrigada, Dr. Omar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema foi a gestão local?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, foram muitos problemas. Eu não vim aqui pra apurar as responsabilidades, mas pra fazer o relato do que eu vivi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O que eu assisti nas unidades básicas de saúde de Manaus é desassistência e caos. Como eu disse ao senhor, as unidades estavam fechadas enquanto a população morria, algumas sem medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais as...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... outras sem médicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu posso entregar o relatório para o senhor, completo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a senhora falou "as unidades"... Isso em que ano?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As unidades básicas de saúde, atenção primária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ano?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, 2021, foi nessa prospecção atual. Então, assim, no contexto da quantidade de óbitos, como médica, é inadmissível que a gente não tenha a adoção de todas as medidas. Foram... A secretaria nos informou, numa das reuniões, que nós tínhamos 2 mil testes de RTC-PCR reprimidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta: o Ministério da Saúde teve alguma responsabilidade?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Responsabilidade de...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desses casos que nós estamos a perguntar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nenhuma responsabilidade. A responsabilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, nenhuma responsabilidade.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... da doença é o vírus, Senador, não é o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram os principais problemas de gestão daquele Estado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vários, vários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do... Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente não tinha um controle, um gerenciamento de crise, a gente tinha resolução de situações como políticas de apagar incêndio, não havia planejamento estratégico para o enfrentamento da doença; nas unidades básicas de saúde nós não tínhamos triagem, os pacientes que chegavam com Covid eram misturados com pacientes sem Covid, se contaminando mais. A gente não tinha testes para isolar as pessoas com a doença pra que não houvesse novas pessoas contaminadas. Nós não tínhamos seguimento telefônico nem de nenhuma outra forma para os doentes que estavam em casa. E o que me causou mais estranheza é que nós temos uma população de participantes do sistema de saúde, de trabalhadores da saúde chamados agentes de saúde, e em Manaus eles eram mais de 1,2 mil, e eles foram dispensados das suas atividades. A Sgtes treinou, em uma semana, esses profissionais, pediu à secretaria pra incentivar o retorno ao trabalho dessas pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e ofereceu termômetro e oxímetro pra triagem domiciliar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso era uma medida simples, que já deveria ter sido adotada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária, eu estou perguntando exatamente o que é que estava acontecendo. As providências que foram tomadas na sequência, eu as exalto, mas não foi objeto da pergunta.

No mesmo depoimento, V. Sa. afirma que foi informada do problema do desabastecimento de oxigênio medicinal em Manaus pelo próprio Ministro da Saúde em 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No entanto, o Ministro disse que só tomou conhecimento em 10 de janeiro e, portanto, não poderia ter lhe informado antes. Quem está falando a verdade?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, tem uma falha aí de informação. Eu estive em Manaus até o dia 5, eu voltei; o Ministro teve conhecimento do desabastecimento de oxigênio em Manaus creio que no dia 8, e ele me perguntou: "Mayra, por que você não relatou nenhum problema de escassez de oxigênio?". Porque não me foi informado. Eu confirmei a informação com o secretário estadual de Saúde, perguntando: "Secretário, por que, durante o período da minha prospecção, não me foi informado?".

Ele disse: "Porque nem nós sabíamos". Inclusive ofereci voluntariamente meu telefone à Polícia Federal, foi feita a gravação da conversa com o secretário, o que prova essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária, por favor, o ex-Ministro Pazuello responsabilizou, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Sa. e a secretaria que dirige pelo desenvolvimento do aplicativo TrateCov – plataforma, como Pazuello preferiu chamá-lo em seu depoimento –, que indicava cloroquina e ivermectina em muitos casos de diagnóstico provável de Covid, inclusive para mulheres grávidas, bebês e crianças. O ministério passou a utilizar esse aplicativo experimentalmente em Manaus, no auge da crise da saúde, naquela cidade, em janeiro deste ano.

Assim, indago: V. Sa. confirma que foi a responsável pelo desenvolvimento do TrateCov, como falou o Pazuello?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu confirmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim" ou "não".

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. Eu não posso falar "sim" ou "não", Senador, porque eu preciso explicar para o Brasil o que é o TrateCov.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Isso não me interessa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... explica para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Não, não, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, só um minutinho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso. As pessoas não sabem o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa, doutora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Interessa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como não? Claro que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Interessa ela me responder o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela não está no vestibular não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai falar na hora que for a sua vez. Agora quem está falando sou eu. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora criou o TrateCov ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite os Senadores.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Quem criou a plataforma foram os técnicos da minha secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o Pazuello mentiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentiu. Novamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Não, senhor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mentiu!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele falou que foi a senhora que desenvolveu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso! Isso!

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador Renan, ele deve ter dito que fui eu, porque eu sou a secretária, mas eu não sou técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós estamos falando sob compromisso, todos nós. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Viciado em mentira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, Senador Flávio Bolsonaro... Senador Flávio Bolsonaro e Senador Marcos Rogério, só um minutinho.

O TrateCov foi lançado na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Foi usado como experimento, vamos dizer assim, para não dizer como cobaia, para não ser mais longe. O Ministro Pazuello, que vocês decantaram como saiu-se bem na CPI, porque mentiu muito, não é? Falou uma mentira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na avaliação de vocês.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - O senhor não pode fazer uma avaliação dessa, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Com todo o respeito que eu tenho ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Posso. Posso. Por isso que ele vai ser reconvocato.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Convoque!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, perai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desde que não haja blindagem, Sr. Presidente, pode reconvocar quantas vezes quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu nos Estados de vocês é um pouco diferente do que aconteceu no meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Blindagem protegida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou acusando ninguém aqui. Eu estou fazendo uma pergunta simples.

Doutora, o Ministro Pazuello afirmou, por mais de uma vez, inclusive eu fazendo a pergunta a ele, que o TrateCov... E eu não sei o que que é "trate". Eu acho que o "t", "r", "a" é tratamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isto que é importante ela explicar: nós também não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí, Rolando Lero. Aí vai ser o Rolando Lero.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa., que é o Presidente, não sabe e é de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, peraí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que V. Exa. quer que a Comissão e o Brasil saibam?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Eu quero só saber dela é se ela é quem criou o aplicativo. Se não foi ela, diga: "Não, não fui eu. Foram os técnicos". Só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ela tem informação sobre esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Tem informação, e V. Exa. está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Refazendo a pergunta, respeitosamente à Secretária: V. Sa. confirma...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Não faça essa afirmação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então tu vais ver daqui a pouco!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não faça essa afirmação, presida!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente! Presidente! Pelo amor de Deus, Presidente, aqui os Senadores não deixam o Relator trabalhar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Na última semana foi a mesma coisa, por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que foi responsável, como disse aqui na CPI o ex-Ministro Pazuello, pelo desenvolvimento do TrateCov?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A minha secretaria foi a responsável pelo desenvolvimento da plataforma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, pessoalmente, de quem foi a iniciativa e qual era o objetivo do projeto? Agora é a oportunidade para responder.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Obrigada, Senador.

No contexto.... Eu vou tentar explicar aos senhores o contexto em que o TrateCov foi proposto.

A nossa visita a Manaus e a situação que nós encontramos - eu até já mencionei isso anteriormente - foi de um caos nunca antes visto por mim enquanto médica nesses meus 30 anos. Nós encontramos unidades básicas de saúde que não funcionavam, desabastecidas de medicamentos, testes de RT-PCR com uma demanda reprimida de dois mil testes, 40 óbitos domiciliares e, nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero saber a diferença entre prefeitura e Estado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...unidades básicas de saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Unidade básica: prefeitura, isso.

E, nesse contexto... Sim, superssaturação do sistema de leitos: a gente tinha mais de 100% de taxa de ocupação de leitos de UTI e 90% dos leitos clínicos, fora os pacientes que eu encontrei quase que internados em tendas do lado de fora dos hospitais do Estado.

Nesse contexto, a OMS, preocupada com o surgimento de novas variantes, faz uma declaração dizendo que provavelmente os testes RT-PCR que vinham sendo utilizados por nós médicos para a vigilância epidemiológica, para a confirmação dos casos, poderiam ter baixa sensibilidade diante das novas variantes, que era o contexto que nós estávamos enfrentando em Manaus. Diante desse contexto – da superssaturação, da ausência de testes, de demanda reprimida, de falta de medicamentos e falta de recursos humanos –, nós tivemos conhecimento do AndroCov, uma publicação científica internacional que está sendo usada atualmente pela Organização Mundial da Saúde, que sugere o uso de um escore clínico para diagnóstico da Covid-19 que tem mais de 90% de sensibilidade. E o que é isso? É você poder ter a doença e o escore confirmar a doença. Esse era o cenário ideal para que a gente pudesse, para Manaus, diante da necessidade de atendimento rápido à população, criar uma ferramenta médica de diagnóstico, à semelhança, senhores, de dezenas, centenas de ferramentas médicas disponíveis hoje no mundo e no Brasil. Só para os senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, se o senhor me permite terminar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Só para os senhores terem uma ideia: o Estado de São Paulo tem uma ferramenta semelhante ao TrateCov, que é o aplicativo Sampa Dengue, utilizado atualmente e que é ofertado aos médicos para o diagnóstico com rapidez da dengue e a adoção de condutas, inclusive com as prescrições no final de aplicativo. O que é que nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com prescrição de... Só uma informação...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu vou... Eu vou esclarecer...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta que não quer calar: mas esse aplicativo de São Paulo prescreve também cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor, porque dengue não precisa de cloroquina, dengue precisa de hidratação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então não tem comparação!

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, Senador, é a conduta médica, dengue não se trata com cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não estou discutindo isso.

V. Sa. é que determinou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Se o senhor permitir que eu conclua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, a senhora vai concluir.

A senhora falou que o aplicativo foi para a situação em que se encontrava o Amazonas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Isso. Então, nesse contexto, nós resolvemos... Os técnicos da nossa secretaria propuseram a gente utilizar uma plataforma já existente e a gente desenvolver um constructo ou uma ferramenta ou uma calculadora médica, como diversas que existem.

Eu sou professora e utilizo várias dessas calculadoras para ensinar os meus alunos.

O que nós fizemos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quanto tempo foi para criar isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós voltamos de Manaus, entre o dia 6 e o dia 10, nós usamos a plataforma, é uma plataforma para construir um...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foram quantos dias para criar a plataforma?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não.

Nós começamos a montar a plataforma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 11, ela foi apresentada na sua versão prototípica, em Manaus e, após o dia 11, os técnicos continuaram na finalização dessa plataforma.

O que era a finalização? Solicitamos – e aí eu trouxe todos esses documentos que eu estou mencionando para comprovar aos senhores – à Secretaria Estadual, à Secretaria Municipal e ao Conselho Federal de Medicina a listagem de todos os profissionais de Manaus para que nós pudéssemos cadastrá-los nessa plataforma que só seria acessível para médicos como uma ferramenta de auxílio diagnóstico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre isso eu queria direcionar uma pergunta objetiva.

Foi...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, deixa eu terminar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas...

Deixa nós perguntarmos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Renan com a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não interessa, o Senador Renan com a palavra.

O Senador Renan, como Relator, tem o direito de fazer a introdução da pergunta que quiser, a hora que quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O objetivo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... da pergunta é o seguinte, Secretária, respeitosamente, mais uma vez, a senhora tem sido muito gentil e não há como esta Comissão Parlamentar de Inquérito ter um tratamento diferente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi V. Sa. que determinou os parâmetros de entrada e as indicações de resposta do *software*?

É uma pergunta objetiva.

Foi a senhora que determinou esses parâmetros de entradas e as indicações de respostas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, os parâmetros são definidos por um artigo de uma publicação internacional, que é o AndroCoV, que está sendo usado pela Organização Mundial de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi a senhora que municiou o aplicativo com essas informações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, são os técnicos.

Eu não sou especialista na área e a minha secretaria já oferece outros tipos de constructo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta objetiva.

O TrateCov foi apresentado ao Ministro antes de ser apresentado ao público?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi apresentado ao Ministro na apresentação que foi feita dele em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No dia 11.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 11.

Quem é Vinícius Nunes Azevedo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Diretor da minha secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação dele com o TradeCov e por que ele foi demitido?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele é o gestor da pasta que criou a plataforma.

E aí é por isso que eu preciso contextualizar para o senhor.

Era uma ferramenta de auxílio diagnóstico médico. Ela foi lançada na sua versão prototípica no dia 11. Entre os dias 11 e 20, nós estávamos cadastrando os médicos para que eles pudessem, com o número do CRM, utilizar, e só seria utilizada por médicos.

Na madrugada do dia 20...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Houve a extração indevida dos dados dessa plataforma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Exa. diria que os parâmetros do TradeCov eram aqueles estabelecidos na Nota Informativa nº 17, de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A referência da plataforma é a nota orientativa.

Os parâmetros que o senhor fala, que é o que são utilizados, é o AndroCoV, é um estudo internacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que data esse aplicativo foi colocado no ar e por que foi retirado poucos dias depois do seu lançamento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele não foi colocado no ar, foi apresentada uma versão prototípica dele.

O que foi feita foi uma extração indevida na madrugada do dia 20, por um jornalista.

Ele fez uma cópia da capa inicial dessa plataforma, abrigou nas redes sociais dele e começou a fazer simulações fora de qualquer contexto epidemiológico, causando prejuízos à sociedade, porque essa ferramenta, senhores, poderia ter salvado muitas vidas em auxílio aos testes diagnósticos, ela poderia ter ajudado a secretaria estadual de Manaus, a secretaria municipal, a diagnosticar precocemente, como ferramenta de auxílio, e a gente proceder ao isolamento dos casos comprovados. Nós poderíamos ter acompanhado os casos suspeitos, e tudo isso foi perdido por essa invasão.

A ordem do Ministro, quando nós soubemos, através da imprensa, do uso indevido, foi retirar a plataforma do ar, afastar o servidor, para que fosse feita toda a investigação necessária. E foi feito um boletim de ocorrência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que eu trago aqui para os senhores, e nós contratamos o presidente da associação nacional dos peritos forenses em informática, que emitiu um laudo de 20 páginas comprovando a invasão, a retirada indevida dos dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Secretária, a versão apresentada por V. Sa. em 19 de janeiro era um protótipo ou uma versão finalizada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, o que foi apresentado no dia 11 foi uma versão prototípica. Ela não foi finalizada porque a finalização dela dependia da inclusão dos dados médicos, e tudo isso foi encerrado com a ordem do Ministro para a gente suspender para apuração dos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quem tomou a decisão de utilizar um protótipo não validado para o tratamento de uma doença potencialmente letal como a Covid-19?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O protótipo é validado. Nós temos um estudo internacional que nós fizemos, é a mesma coisa que a OMS está fazendo agora, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem tomou a decisão de utilizar um protótipo não validado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O protótipo é validado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas quem tomou a decisão de...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tomamos a decisão de usar algo que não foi validado, porque é validado por um estudo internacional. Nós apenas utilizamos um estudo internacional para transformá-lo numa ferramenta de diagnóstico médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso é igual à dengue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então foi...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... a dengue, se pegou um protocolo clínico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então foi a senhora que autorizou a utilização do protótipo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha secretaria é responsável pela construção de uma ferramenta médica de diagnóstico que seria extremamente útil no Brasil no contexto da Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tomou conhecimento da nota do Conselho Federal de Medicina sobre TrateCov?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Poderia nos informar qual era o seu teor?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou detalhar para o senhor porque eu não lembro, mas o Conselho Federal de Medicina emitiu um parecer sem ter, da mesma forma que os senhores, o conhecimento do que se tratava. Ele foi responsivo ao que foi informado pela imprensa e depois nós informamos ao Dr. Mauro os fundamentos, que eu trouxe aqui para os senhores, com as devidas comprovações. Esse laudo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É verdade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... está à disposição de todos os senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É verdade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... para que possam comprovar a avaliação pericial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É verdade que outros médicos acompanharam V. Sa. em sua viagem a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Os que me acompanharam foram os técnicos da minha secretaria. Nós tivemos médicos voluntários...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem seriam esses profissionais?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, não vou lembrar do nome de todos, mas a gente pode fornecer a lista para o senhor. São médicos voluntários que se colocaram em risco, saíram dos seus Estados e se juntaram aos médicos de Manaus para nos ajudar na prospecção das 136 unidades básicas de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então a senhora confirma que médicos voluntários de outros Estados acompanharam a senhora na sua missão a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Isso, acompanharam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A senhora poderia depois mandar esses nomes aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço à Secretaria da Mesa que, por favor, providencie a requisição.

Com quais critérios foram escolhidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pessoas voluntárias podem ser recrutadas pelo Ministério da Saúde e aceitar o trabalho voluntariado. E essa ação é regulamentada por uma portaria. Esses médicos nos ajudaram muito, e aqui eu agradeço e incentivo o movimento de voluntariado no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eram servidores do ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era a arquitetura do TrateCov? Quem era o responsável pelo gerenciamento do programa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A minha secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O mecanismo de resposta ao questionário era autônomo no celular e funcionava como uma calculadora apenas, como falou o Pazuello?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - É uma espécie de calculadora médica. É que quando a gente fala calculadora, parece, na cabeça das pessoas leigas, algo matemático. É uma ferramenta diagnóstica e, como ela, exatamente como o TrateCov, existem mais de 300 ferramentas médicas de diagnóstico através de dispositivos eletrônicos na internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - No seu depoimento à Polícia Federal, V. Sa. informou que a plataforma foi hackeada, informação que foi confirmada pelo Ministro Pazuello em seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que disse que o TrateCov foi roubado, alterado e difundido por uma pessoa já identificada pela polícia. Qual é o nome do responsável por esse crime cibernético?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não. Deixe-me pegar aqui, é um jornalista: Rodrigo Menegat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que providências o Ministério da Saúde tomou para investigar o alegado hackeamento do aplicativo e apurar as responsabilidades?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Todas as providências legais: foi feito um boletim de ocorrência; foi feita uma comunicação pela Secretaria Executiva, após receber a notificação da minha secretaria, à Polícia Federal; e foi solicitada, como eu disse aos senhores, uma perícia forense pelo Presidente da Associação Nacional dos Peritos forenses em informática.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há processo administrativo aberto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode indicar o número?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu posso remeter para o senhor. Eu não tenho aqui agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Secretaria da Mesa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na sua avaliação, que interesse essa pessoa poderia ter em hackear um sistema que era gratuito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - É a mesma pergunta que eu faço, assim: que interesse tem alguém, num contexto de uma doença tão grave, de trazer um prejuízo às pessoas que poderiam ser beneficiadas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela trabalha na Secretaria, é secretária lá... Trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aquele servidor que a senhora disse que ele saiu, que fazia parte da equipe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Isso, meu diretor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele tem envolvimento com essa...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, ele é o diretor da diretoria onde estão os técnicos que fizeram. Nós afastamos para investigação. É a medida correta do ponto de vista administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas ele voltou já?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Voltou porque nós confirmamos que não houve dolo da parte deles, nenhum erro da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Secretária, por favor, quais foram as alterações feitas pelo *hacker* na parametrização original e como isso justificaria a retirada do ar da plataforma?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Todos nós, leigos - e eu também me coloco nessa condição, eu não sou técnica de informática, eu sou médica -, a primeira ideia que nós fazemos quando a gente escuta dizer que alguém invadiu um dispositivo é chamar de hackeamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mas as alterações que o hackeamento proporcionou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele não conseguiu, o sistema é seguro, ele não conseguiu hackear. Hackear é quando você usa a senha de alguém, entra dentro de uma plataforma, de um sistema. E nós já tivemos sistemas do Governo que foram hackeados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não foi hackeado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi uma extração indevida de dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi hackeado? Não houve a mudança da...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é hackeamento, o termo. O termo que foi utilizado foi um termo de leigos. Hoje a gente tem o laudo pericial que classifica a operação feita de extração indevida de dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve extração de dados, mas não houve alteração do que estava proposto no TrateCov.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque o sistema era seguro. O que ele fez foram simulações completamente indevidas, fora de contexto epidemiológico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso responde – isso responde. Quer dizer, não houve alteração. E, portanto, sem haver alteração pelo *hacker* na parametrização original, o que justificou, então, a retirada do ar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Para investigação. Nós tivemos da imprensa uma notificação de que nós estávamos orientando que tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, isso é uma informação absolutamente nova. Não houve alteração, e, não havendo alteração, nada justificaria a retirada do ar, porque a informação que o Pazuello passou aqui, e foi outra mentira, é que havia uma deturpação e um desvio da finalidade do TrateCov. A senhora respondeu muito bem, e eu agradeço a sinceridade da resposta.

V. Sa. poderia fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o código-fonte do aplicativo com a parametrização estabelecida pela equipe do Ministério da Saúde...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou seja, a versão não hackeada que foi retirada do ar por ordem do Ministro Pazuello, segundo ele mesmo declarou aqui em depoimento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

Já estou me encaminhando para concluir, apenas duas perguntas.

O Tribunal de Contas da União, em despacho do Ministro Benjamin Zymler, de 22 de janeiro de 2021, no Processo 019895, entendeu que não seria lícito o uso da cloroquina pelo SUS, mesmo *off-label*, sem autorização da Anvisa, em razão do art. 19-T da Lei 8.080, Lei do SUS, deixando claro que mesmo o uso *off-label* poderia ser autorizado pela Anvisa mediante solicitação da Conitec, que V. Sa. integrou e integra.

Pergunto: V. Sa. orientou o Ministro a submeter o assunto à Conitec antes da publicação das notas informativas que autorizavam o uso de cloroquina pelo SUS?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, diante de um contexto da Covid, que é uma doença grave e de desfecho incerto, os processos para a gente apresentar uma medicação à Conitec ou qualquer outro tipo de tecnologia a ser incorporada, eles levam meses para que sejam apresentados estudos. E nós estamos, de novo, eu insisto, tratando de uma doença grave. O uso *off-label* dessas medicações, a gente já tem para garantir o uso a segurança delas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, respondendo... Secretária, por favor...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpe a insistência. Então, respondendo objetivamente, V. Exa. orientou ou não orientou o Ministro...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a submeter o assunto à Conitec antes da publicação das notas informativas? Não autorizou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não orientou...

V. Sa. cogitou pela autorização da Anvisa antes de assinar a Nota Informativa nº 17, que na prática introduziu a cloroquina entre o arsenal terapêutico do SUS para combate à Covid como tratamento precoce da infecção?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor, até porque a minha secretaria não faz demandas à Conitec, são as secretarias assistenciais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém sugeriu que essas consultas e autorizações não fossem solicitadas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não que eu me lembre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não que se lembre.

Como V. Sa. recebeu a recente manifestação da Conitec, que não incluiu a cloroquina entre os medicamentos recomendados para pacientes com Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Corretíssima, porque a decisão agora de enviar o primeiro protocolo se trata de uso hospitalar das medicações consideradas antivirais e que podem ser usadas *off-label*. Então, nós já temos a certeza, desde as Notas nºs 5 e 6 do Ministro Mandetta, que não há hoje indicação de se fazer essas medicações na fase hospitalar em que os doentes já são muito graves, já têm processo inflamatório estabelecido. O uso tem que ser no início da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. analisa as declarações do Diretor-Presidente da Anvisa, Almirante Barra Torres, que esteve aqui conosco também, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu depoimento, no sentido de que a agência claramente não recomenda o uso de cloroquina para a Covid.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a gente tem que fazer aqui, de novo, a contextualização. Quando o Presidente da Anvisa fala de não recomendar, ele está falando do papel da Anvisa. A Anvisa recomenda medicamentos que estejam na bula. Esse é o papel dela como agência certificadora.

Para você conseguir que um desses medicamentos que nós estamos usando *off-label* seja incorporado em bula, quem solicita essa incorporação é a indústria farmacêutica, e isso é importante a população brasileira saber.

Para eu fazer um estudo, que nós chamamos de "estudo pivotal", para incorporação de qualquer medicamento em bula, em média esses estudos levam quatro anos e custam, o mais simples, US\$19 milhões. São necessários, em geral, para as agências reguladoras do mundo inteiro, cerca de dois estudos desses, com cerca de 4 mil pacientes, em cerca de dez anos e custando, juntos, US\$38 milhões.

Essas medicações não têm patentes, elas são medicações baratas. Então, não existe interesse hoje da indústria farmacêutica de que essas medicações sejam objeto de um estudo, da formação de um dossiê, para serem entregues à Anvisa, para serem incorporadas em bula para tratar essa doença. Então, esse é o motivo pelo qual nós não temos da Anvisa a opinião de que essas medicações sejam liberadas, porque ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está se referindo à função dela, que é a liberação em bula. Para o uso *off-label* nós não precisamos da bula desses remédios.

Para salvar vidas, que é o objetivo meu e dos senhores, nós precisamos oferecer à população todos os recursos, e a Covid, Senador, tem quatro eixos: uso de máscaras, distanciamento social, a vacina como uma das medidas mais importantes para prevenção, mas a gente ainda vai ter os doentes que vão ter o escape das vacinas, a gente vai ter os doentes que, mesmo tomando a vacina, vão ter eficácia reduzida... Esses doentes que vão adoecer, para eles, nós, a OMS, o mundo, a gente vai ter que ter medicamentos seguros, que possam tratar a doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para concluir, Secretária, por favor, V. Sa. mantém a sua indicação de cloroquina e hidroxicloroquina para tratamento de Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu mantenho a orientação, enquanto médica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mantém.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... de que a gente possa usar todos os recursos possíveis para salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mantém.

V. Sa., como profissional de saúde, já se vacinou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Ainda não, Senador, porque, no dia que a minha vacina estava agendada, eu adquiri Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu me considero satisfeito, Presidente Omar, com essa intervenção inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só uma informação para um leigo: tem algum estudo de utilização da cloroquina para criança?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Para criança?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Tem sim, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Para criança?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... só que a gente usa em determinados casos. A gente não usa de forma indiscriminada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas eu estou... Para criança foi feito estudo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deve ter estudo para criança...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... para utilização de cloroquina.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, nós citamos, inclusive, Senador, na nota orientativa. Tem as referências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, me diz uma coisa: a senhora falou muito em Manaus, o carinho, a sua participação na cidade de Manaus... Se esse aplicativo não foi hackeado, não foi modificada a orientação ou determinação ou qualquer outra palavra que a senhora possa dar, por que que foi retirado do ar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - No primeiro momento, nós retiramos para que a gente pudesse fazer a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E depois, por que que não voltou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Nós estamos organizando para que ele volte a ser utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Mas, doutora, a senhora sabe quantas vidas se perderam nesse ínterim? Não houve hackeamento nenhum, absolutamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Senador, nós tentamos explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, doutora. Doutora, não houve absolutamente nada. Inclusive, nós vamos trazer os técnicos que fizeram esse aplicativo. Doutora, a senhora disse aqui que não houve nenhuma mudança no protocolo. Por que retirar do ar? Se a senhora tinha tanta certeza de que ia salvar vidas, por que vocês não devolveram e salvaram as vidas que foram perdidas no Amazonas?

Aqui tem gente que, no dia 26, quando foi feito o *lockdown* na cidade de Manaus, saiu metralhando a decisão. Quinze dias depois, esses assassinos da internet que ficam criticando o *lockdown* mataram pessoas sem oxigênio na minha cidade. Por que a senhora não devolveu o aplicativo que salva vidas? Essa é a pergunta. A senhora deixou de salvar vidas no meu Estado. Se esse aplicativo salva vida, por que a senhora não devolveu o aplicativo, doutora?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro porque havia uma insegurança enorme à semelhança do que foi feito com a tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, não faça isso. A senhora treinava os médicos, doutora. A senhora tinha o aplicativo. Não faça isso comigo. Sabe quantos amazonenses morreram? Sabe quantos amazonenses morreram por falta de oxigênio? Centenas, na capital e no interior. Se a senhora tinha um aplicativo que ia salvar vidas, porque a senhora não devolveu esse aplicativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Eliziane Gama com a palavra por 15 minutos.

É meu Estado. É meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Estado de V. Exa., mas V. Exa. é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É meu estado. Não é o seu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Até ontem, V. Exa. estava contra o aplicativo. Agora, mudou de ideia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não entende ironia, não, não é, rapaz?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, então, explique Senador, porque está difícil até para o seu Estado entender.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Figura de linguagem da literatura: ironia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente de CPI não é Presidente para ser irônico, Presidente, convenhamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um ensinamento básico, figura de linguagem da literatura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente V. Exa. assegura a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não enrolo. Eu não enrolo ninguém. Eu não fico tangenciando para chegar... Não sou enrola, enrola, não. Eu falo as verdades e falo na cara. Não fico utilizando meio-termo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... subterfúgio, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. tem o respeito desta Comissão, quando age como Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não é isso o que está fazendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. assegura a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui não é o Presidente. Aqui é o Senador do meu Estado, do Amazonas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. está na cadeira de Presidente, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o meu Estado.

A Sra. Dra. Mayra poderia ter salvado vidas com esse aplicativo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa... Quando nós virmos no banco de testemunha o Governador do teu Estado, quero ver se V. Exa. terá essa mesma animosidade para enfrentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode ter certeza de como também terei a mesma forma para tratar o Governador do seu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ali há pedido de prisão contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo. Problema dele e teu, não é meu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ora, tu acha mesmo que eu estou preocupado com o Governador do Amazonas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não me preocupo nem com o Governador do Amazonas nem com o Governador de Rondônia, que vem aqui também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que venham todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É ótimo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos que são suspeitos de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos os Governadores que tiveram operação da Polícia Federal, todas as prefeituras de capitais que tiveram operação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É um anúncio que V. Exa. está fazendo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, vai ser votado amanhã.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São nove Governadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que boa notícia V. Exa. está dando hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e doze Prefeitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Aí vocês vão parar de reclamar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, até que enfim, a oposição cedeu ao bom senso. Parabéns!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive o do Rio de Janeiro, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive o ex-Governador do Rio de Janeiro e o atual Governador do Rio de Janeiro.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpellar.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator.

E vou aqui direto à pergunta à Secretária Mayra: Secretária, quando a senhora fala, por exemplo, da...

Presidente... Eu queria pedir aqui, Presidente, que eu fosse ouvida; que me assegurasse, na verdade, o direito de fala, porque é impressionante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – O pessoal que é Senador que está aqui falando, por favor... Quem não for Senador eu pediria que não interrompesse a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Posso iniciar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. pode zerar aí o cronômetro, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Secretária, eu queria pedir aqui... (*Pausa.*)

Secretária, nós temos, na verdade, várias publicações suas acerca da recomendação do uso de hidroxicloroquina para crianças e até para gestantes. Onde é que estava essa fundamentação para esse tipo de orientação, Secretária?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Pois não, Senadora. Na nossa nota orientativa, a despeito de muitos imaginarem que ela foi feita somente pelos técnicos do ministério, nós convidamos vários profissionais com *expertise* da área de ginecologia, obstetrícia, da área de pediatria, chamamos um dos maiores toxicologistas pediatras do Brasil. Se a senhora quiser, eu posso lhe entregar. Na nota, existe a lista de autoridades médicas que foram chamadas para dar o parecer ao Ministério da Saúde, na confecção dela, e existe uma lista de referências que também estão descritas lá que foram usadas para essa orientação ser criada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por que a senhora não obedeceu ao que estava determinado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, que não recomendou o uso da cloroquina para crianças e adolescentes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Porque, como eu já disse para a senhora, as sociedades médicas, elas podem dar opiniões; o Ministério da Saúde não precisa, necessariamente, seguir a opinião de sociedades. A nossa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele precisa seguir a orientação de quem?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A nossa referência, primeiro, para os médicos exercerem a sua autonomia, é dada pelo Conselho Federal de Medicina. E nós temos os nossos técnicos, nós temos as pessoas que nós escolhemos para dar o nosso parecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, quer dizer, que esses pareceres são baseados em pessoas que o ministério escolhe?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sempre foi assim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O ministério não considera, por exemplo, as entidades científicas de saúde, no Brasil, para respaldar os seus protocolos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente considera, quando esses pareceres são condizentes com a realidade e com a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, espere aí! Não, espere aí!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As sociedades falham também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, espere aí!

Quer dizer, então, que o Ministério da Saúde... Ela concorda com opiniões que favoreçam o entendimento político do Ministério da Saúde. É isso? Só para eu entender.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Não foi isso que eu disse; o que eu disse é que nós temos o nosso conjunto de técnicos que trabalham no ministério, servidores de carreira. E, muitas vezes, nós chamamos técnicos de fora também – o Ministro Marcelo Queiroga vem fazendo isso agora, para que as pessoas elaborem os protocolos –, mas as sociedades dão opinião, elas não decidem conduta do Ministério da Saúde, e as sociedades também erram. E, para a senhora ter uma ideia, a Sociedade Brasileira de Pediatria, à semelhança das sociedades, também não representa todos os pediatras do Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E por que a senhora colocou, na sua fala, que havia, por exemplo, respaldo junto à Sociedade Brasileira de Pediatria?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não me lembro em que contexto isso foi colocado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a senhora sabe que a senhora fez referência de que havia um respaldo junto à Sociedade Brasileira de Pediatria?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me lembro em que contexto isso foi colocado. Se a senhora tiver para me lembrar, porque eu não me lembro em que contexto eu coloquei isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O vídeo posso pedir aqui para minha assessoria, já, já posso até colocara para V. Exa., mas faz parte do vídeo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que a senhora deve estar falando do contexto das aulas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que foi colocado pelo Relator.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... das escolas, e não de medicações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Do uso de hidroxiclороquina para crianças e adolescentes.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. fez referência à Sociedade Brasileira de Pediatria. E, em seguida, a própria sociedade apresentou um documento exatamente contrapondo a posição feita...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo dessa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... pela senhora.

Quando a senhora fala em relação a essas entidades científicas, eu queria que a senhora me explicasse de forma mais específica.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que eu digo isso, Secretária? Por exemplo, nós temos entendimento do Tribunal de Contas da União que não admite, por exemplo, a aplicação de políticas públicas que estejam fora de recomendações de entidades científicas, inclusive até para uso de recurso público. Esse entendimento que é feito pelo Tribunal de Contas da União consta, por exemplo, inclusive nos processos que estão em curso acerca de improbidade.

Nessa mesma linha, por exemplo, a senhora não considera essas entidades que eu vou citar aqui como entidades idôneas, que, aliás, são um colegiado? Como, por exemplo, a Rede Brasileira de Mulheres científicas... E, aliás, a nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres científicas não apenas não orienta; ela traz o banimento da adoção, por exemplo, da cloroquina. Veja bem, em uma nota técnica de março de 2020, por exemplo, a Anvisa emite parecer não recomendando o uso de hidroxiclороquina. Em maio de 2020, o Conselho Nacional de Saúde se posicionou contra o uso do tratamento precoce com hidroxiclороquina. Em junho de 2020, a Sociedade Brasileira de Infectologia lança uma diretriz médica onde não recomenda o uso também desse medicamento. Em junho de 2020, a Associação Médica Brasileira passou a não recomendar mais o uso da hidroxiclороquina. Em janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Saúde, portanto, emite um ofício para o Ministério da Saúde pedindo a revogação de qualquer instrumento que incentive o uso desse medicamento. A Associação Médica Brasileira recomenda, em março de 2020, o banimento do tratamento precoce da hidroxiclороquina.

Todas essas entidades que eu cito, a senhora não considera que são entidades idôneas para emitir posicionamentos, orientações e recomendações acerca do uso de medicamentos no Brasil?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senadora, eu não vou discutir aqui a idoneidade dessas representações, mas o Ministério da Saúde não precisa se nortear...

A senhora citou aí a Sociedade Brasileira de Infectologia. Boa parte dos trabalhos que a Sociedade Brasileira de Infectologia utilizou para fazer uma nota desorientando ou desaconselhando o uso dessas medicações tem trabalhos com graves conflitos metodológicos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto à senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que nós não podemos usar como referência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, Secretária, é isso que eu quero...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Se a senhora quiser, depois eu lhe cedo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora coloque o seguinte: que o Ministério da Saúde concorda com posicionamentos que coincidam com o entendimento da equipe política do Governo da Secretaria...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... de Saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Eu sou técnica, e os secretários do Ministério da Saúde são técnicos. Nós temos quatro médicos na equipe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, considera-se...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos eles com currículo brilhante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a posição desses técnicos, e não a posição das entidades científicas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E os estudos que nós fazemos.

É como eu disse à senhora: a gente, o Ministério da Saúde não está subordinado às entidades científicas. E as entidades científicas que comprovarem, através de trabalhos com boa qualidade metodológica, os fundamentos que nós usamos, nós vamos utilizar, sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, a senhora não respeita o entendimento que foi estabelecido pelo Tribunal de Contas da União?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O Tribunal de Contas da União fez uma orientação: que nós colocássemos, na capa da nossa nota orientativa, que ela não trazia obrigatoriedade da prescrição. E nós seguimos com a nota orientativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, esse entendimento do Tribunal de Contas o Ministério da Saúde não leva em consideração, na sua eficácia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós cumprimos todas as orientações do Tribunal de Contas da União.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas V. Exa. está se contradizendo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando V. Exa. diz que admite o entendimento do TCU e ao mesmo tempo diz que não admite o entendimento dessas entidades que são apresentadas, ou você concorda com uma, ou você concorda com outra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senadora, é que a gente precisa ter o entendimento de quais são essas entidades médicas de excelência.

Eu, como técnica e responsável por dar as diretrizes da saúde do Brasil, tenho a responsabilidade de analisar o que me chega. Numa das entrevistas coletivas – para a senhora ter ideia – de que eu participei, eu refutei um artigo da *The Lancet*; duas semanas depois eu sofri uma "linchagem" social, porque as pessoas disseram que eu estava questionando uma das maiores revistas do mundo, que condenava o uso das medicações antivirais para o tratamento precoce. Duas semanas depois, essa revista pediu desculpas à humanidade, e foi colocado que houve uma fraude: fizeram um trabalho com 96 mil pacientes repleto de conflitos de interesse, com dados falsificados. Então, é isso que eu digo para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto à senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu estou numa posição de técnica, e nem sempre, o fato de ser uma sociedade, essa autoridade merece que o ministério aceite as posições dela sem fundamentação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária, o meu tempo é muito pouco. Deixa eu fazer uma pergunta para a senhora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora está falando que a senhora é técnica e que considera os técnicos do Ministério da Saúde. Veja, qual a sua posição sobre a Conitec, que é exatamente a parte técnica dos SUS? A senhora acha que é uma comissão importante que tem que ser levada em consideração?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se a senhora considera que ela tem que ser levada em consideração, duas perguntas.

Primeiro, por que ela não esteve, por exemplo, à frente do comando de todos os procedimentos junto ao Ministério da Saúde no que se refere, por exemplo, ao enfrentamento dessa pandemia?

E a segunda: se a senhora considera a Conitec uma comissão, de fato, séria, então por que a senhora não segue a orientação da Conitec, já que ela própria não orienta – e fez isso através de uma consulta pública – a utilização mais da hidroxiclороquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Primeiro, a gente está falando de coisas que são confusas. A Conitec tem um papel relevante na incorporação de novas tecnologias, mas ela se manifesta sobre aquilo em que é provocada. Não houve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Houve.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... até o momento nenhum pedido...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Houve, Secretária.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Não houve nenhum pedido de manifestação à Conitec sobre o uso *off-label* dessas medicações para a Covid. O Ministro Queiroga está enviando agora o primeiro pedido de protocolo clínico de diretrizes terapêuticas, que vai ser avaliado para uso em pacientes hospitalares, onde nós não indicamos essas medicações.

Então, assim, é esta a função da Conitec: ela vai deliberar com os seus técnicos, com as suas representações sobre aquilo que é apresentado e solicitado parecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse posicionamento que foi estabelecido pela Conitec foi feito através de uma consulta pública e foi colocado claramente, por parte da Comissão – quero entregar, e já entrego aqui o documento a V. Exa. –, em que coloca claramente a não recomendação ao uso de hidroxicloroquina. Foi feito através...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No uso hospitalar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente, mas...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas com isso nós concordamos, Secretária... Senadora – perdão.

O uso hospitalar é consenso já. Nós acompanhamos os trabalhos científicos, as evidências. Ninguém mais deve usar essa medicação para uso hospitalar. O tratamento é no início da doença, na fase de replicação viral. O nosso objetivo é impedir que o vírus se multiplique dentro da célula e que ele cause a morte, os internamentos e o colapso do sistema de saúde.

Concordo plenamente com o envio da solicitação para que a gente, no âmbito do atendimento hospitalar, possa usar medicamentos que mostrem evidência nessa fase da doença. Nós estamos ainda insistindo aqui na necessidade de que, na fase inicial da doença, nós possamos juntar todos os recursos que nós já temos com algum grau de evidência pra eu, a senhora, todos os Senadores aqui e os médicos brasileiros salvarem vidas. Eu quero mais máscaras, eu quero medidas de distanciamento, eu quero mais vacinas e vacinas mais eficazes. E acho que esse é o mesmo objetivo meu, da senhora e de todos os Senadores aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária, a senhora colocou mais cedo acerca da questão da imunidade de rebanho, e a senhora colocou que não fazia a defesa de forma indiscriminada. Em quais situações a senhora defende?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu nunca fiz a defesa da imunidade de rebanho. Quando eu me referi, no vídeo que o Senador Renan trouxe aqui, eu me referi às crianças. Nós não precisávamos – e aí eu insisto na minha defesa enquanto pediatra: o prejuízo que nós causamos às crianças brasileiras é indizível. Crianças que foram privadas da escola, da merenda escolar, crianças que sofreram mais violência doméstica, crianças com aumento do número de casos de estupro. A gente vai documentar isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a imunidade de rebanho para criança a senhora orienta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, quando a gente fala de imunidade, é as crianças permanecerem indo pra escola, Senadora, porque o risco de elas adquirirem a doença é 37,5 vezes menor do que o dos adultos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas as crianças não vão para a escola sozinhas, Secretária; elas têm todo um corpo docente pra poder funcionar. Elas têm os professores, têm toda uma equipe de funcionalidades e, depois, elas têm que voltar pra casa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - E elas têm baixa transmissão da doença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Para perto do pai, da mãe, do avô.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - E aí a gente pode isolar os casos mais graves, a gente pode isolar os nossos idosos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Existem muitas medidas, Senadora, que nós pudemos, juntos, discutir para a Covid, mas a gente precisa ter medidas estratégicas, não medidas reativas, políticas de apagar incêndio. O *lockdown*, por exemplo, foi adotado muitas vezes de forma completamente inadequada, quando a gente tem milhares de publicações mostrando que essa medida pode ser inefetiva. A própria Organização Mundial de Saúde, que recomendou o *lockdown*, hoje diz que ele pode ser responsável pela fome e pela miséria.

Então, na Covid, tudo é incerto. Nós precisamos discutir porque a ciência, quando se fala em evidência na Covid...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... são construções diárias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Secretária, a senhora está falando de uma situação econômica, e é bom a gente lembrar que nós temos hoje no Brasil 450 mil pessoas que, de fato, não podem mais comer porque morreram, Secretária. Esse é um retrato. E a Organização Mundial da Saúde e todos os órgãos científicos do mundo - a senhora, como uma estudiosa do assunto, sabe disso -, a recomendação é o elementar: é distanciamento social, é o uso de máscara e uso de álcool em gel. A hidroxicloroquina, que V. Exa. ainda insiste até hoje nela, foi constatada pelos vários estudos ao longo dos últimos meses a sua ineficiência. E a senhora insiste ainda na aplicação desse mesmo medicamento, ou seja, nós estamos aqui diante de uma situação extremamente grave, Secretária, que demonstra, infelizmente, que ações reiteradas dessa natureza acabam evidenciando esses números que estão realmente aqui diante de nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pergunta à senhora aqui: a senhora senta com o Presidente da República para tratar de questões relativas à sua pasta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a senhora tem audiência com ele frequentemente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quantas vezes a senhora se reuniu com o Presidente da República nos últimos 12 meses?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nos eventos públicos no Palácio, quando eu sou convidada pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nunca sentou pra despachar com ele acerca da questão da área da saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Os secretários não fazem despacho com o Presidente da República; o Ministro faz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, a minha pergunta é exatamente se a senhora teve ou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E eu só queria, se a senhora me permitir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só estou finalizando uma pergunta, e a senhora pode falar no final.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Responda, então, o que você ia falar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é só pra dizer pra senhora que, assim, quando a gente repete que não existem evidências e não existe eficácia desses medicamentos, Senadora, isso é... O que eu trouxe aqui pra vocês são todos os trabalhos publicados até hoje. A gente não está falando em nível máximo de evidência, porque nós não vamos obter isso nem para os tratamentos antivirais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ainda nem temos os medicamentos, isso é bom a gente lembrar, Secretária, porque meu tempo realmente está indo embora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só fazer pra senhora a última pergunta acerca do relatório que a senhora passou ao Ministro da Saúde da sua visita em Manaus. Quer dizer, no período de 1º a 10, lá foram quase 500 pessoas que vieram a óbito, e ninguém lhe falou que faltava oxigênio. De quem foi essa falha? Se a senhora está indo para o Estado com uma equipe para entender a situação real da cidade e, de repente, ninguém lhe diz que está faltando oxigênio, de quem foi essa falha?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Acredito que os senhores estão aqui pra apurar essa responsabilidade, mas, durante o período...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Através de ouvir vocês.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A nossa responsabilidade e as nossas informações, elas serão fruto das suas respostas. Então, eu gostaria que V. Exa. me respondesse pra eu depois ter uma avaliação acerca desse entendimento.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Como eu já mencionei antes, durante o período em que eu fui destacada como Secretária pra estar em Manaus, não recebi qualquer relatório, qualquer comunicação e acredito que a senhora e os outros Senadores vão ouvir isso nos relatos do Secretário Marcellus, porque, assim, essa é a verdade, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, é uma verdade realmente que nós precisamos apurar, porque é absolutamente estranho que uma equipe designada pelo Governo Federal vá ao Estado, não tenha informação daquilo que vai evidenciar, depois, centenas de pessoas que vêm a óbito, e a gente viu o caos que realmente se seguiu logo após, inclusive, a sua saída do Estado.

E, pra finalizar, Secretária, a senhora é médica e a senhora sabe que essa autonomia médica tem um limite, e esse limite passa pela bioética, ele passa pela questão ética, ele passa pela vida. Eu vejo que, infelizmente, as suas orientações, até pela posição estratégica que a senhora exerce como Secretária do Governo Federal e a sua função estratégica, as suas orientações em relação ao uso da hidroxicloroquina, diante da ineficácia apresentada pelos vários estudos... Infelizmente, a senhora está prestando um desserviço no Brasil no momento tão grave que nós estamos realmente enfrentando que é o período de pandemia.

Muito obrigada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Pelo sistema remoto agora, Senador Tasso Jereissati.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Presidente. Devolvo a Presidência a seu titular. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, porque a doutora precisa...

(Suspensa às 12 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes do Senador Tasso, a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Não, eu vou depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Eu, há pouco, fui informado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, Presidente... Dr. Humberto, Secretário Humberto... Deputado... Senador Humberto... (*Risos.*)

Eu discorri em várias funções. Não, na verdade é porque eu queria só saber da secretária – cinco segundos só, secretária: a senhora acabou sendo conhecida como capitã cloroquina. Isso a incomoda de alguma razão?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Apenas eu não acho o termo adequado, porque eu não sou oficial de carreira militar. Eu sou uma médica, respeitada no meu Estado. Então, eu prefiro ser chamada: Dra. Mayra Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de passar... Senador, Líder... Líder do Presidente Bolsonaro, Fernando Bezerra. Eu fui lá ao toalete e fui informado pela minha assessoria de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro postou um projeto que eu tinha dado entrada e que hoje, logo ao chegar... Ontem à noite eu cheguei e, hoje de manhã, quando eu cheguei aqui ao meu gabinete, eu mandei retirar, porque muitos profissionais de saúde, amigos meus, disseram: "Omar, é melhor analisar bem, isso vai prejudicar a gente". E eu faço autocrítica naquilo em que eu acho que estou errado. E retirei, a pedido de vários médicos, profissionais de saúde, para que futuramente a gente possa ou não debater esse assunto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não faço cavalo de batalha, absolutamente, em nada daquilo que, quando eu ouço profissionais da área, eles me orientam a fazer de forma contrária – e eu faço de forma contrária, como eles me orientam.

Então, Presidente, não perca seu tempo – ou quem quer que seja nas suas redes sociais – de postar esse projeto, porque esse projeto já foi retirado bem antes de o senhor postar esse texto no seu Twitter.

Perca seu tempo ligando para lideranças políticas internacionais para comprar vacina. Perca seu tempo em salvar vidas, Presidente. Coloque dentro do seu Twitter algo... Diga assim: "Faça o isolamento social, se cuide! Essa doença mata!". Não desça tanto para vir criticar um simples projeto que já foi retirado, porque eu, como ser humano, como cidadão e como político, naquilo em que eu erro, naquilo em que eu me equivoco, eu faço autocrítica. E espero... Ainda há tempo para V. Exa. fazer autocrítica em relação à vacina. Compre vacina, não compre cloroquina, Presidente!

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. *(Pausa.)*

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora sim.

Senador Tasso Jereissati, por 15 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu vou ser rápido. São duas perguntas, mais esclarecimentos.

Dra. Mayra, boa tarde.

Há uma questão que está me intrigando realmente e que eu queria ver esclarecida.

A senhora e os cinco médicos que compõem a sua equipe não acreditam nas orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria e de quase todas as sociedades brasileiras; não acreditam na OMS, nas orientações da OMS; não acreditam nas orientações da Anvisa; não acreditam nas decisões da entidade que combate doenças contagiosas nos Estados Unidos, o CDC; não acreditam no CDC e na EMA, entidades que formam as orientações globais na Europa. Acreditam em que orientações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Boa tarde, Senador Tasso, é uma satisfação revê-lo.

A primeira coisa, Senador: o senhor é cearense e conhece a minha história de luta em defesa da vida e da dignidade de pacientes e profissionais.

A primeira coisa em que eu acredito é que nós devemos salvar a vida das pessoas diante de uma doença grave e incerta – essa é a primeira recomendação e essa é a minha primeira crença maior – e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar, entre todas as evidências que nós temos, aquilo que nós podemos utilizar que cause o menor malefício e o maior benefício para a salvar vidas.

O senhor fez a citação de dezenas de entidades. Eu poderia citar outras dezenas de entidades e países, Senador, que têm usado protocolos clínicos para tratar Covid com bons resultados. Eu poderia citar para o senhor dezenas de Municípios brasileiros onde, a partir da observação clínica dos médicos, pessoas estão sendo salvas. Poderia citar aqui para o senhor dezenas de hospitais e entidades privadas no Brasil que vêm usando protocolos clínicos criados por essas entidades para salvar vidas. O que eles têm em comum, cidades e países que adotaram esses protocolos e essas entidades? A letalidade nas cidades é menor, a resposta dessas entidades privadas que vêm usando medicamentos antivirais é menor.

E a gente não está falando, Senador Tasso, só de cloroquina e de hidroxicloroquina. Infelizmente, esses dois medicamentos foram muito estigmatizados e criminalizados, em vez de serem criminalizadas as pessoas que fizeram pesquisas fraudulentas ou que causaram a morte. Nós estamos falando em 17 medicamentos que existem hoje que podem ser usados para a Covid e que têm um potencial de diminuir o que eu, o senhor e todos os Senadores e a população brasileira querem: diminuir as hospitalizações, evitar o colapso do sistema de saúde e as mortes, que é um desfecho, o mais grave de todos, o mais infeliz. E nós lamentamos a morte não só das pessoas, mas também de um grupo específico de pessoas, que são os profissionais da saúde que estão no enfrentamento dessa doença.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dra. Mayra.

Essas entidades são entidades oficiais, a Organização Mundial de Saúde, que a senhora mesma citou várias vezes, recomendações dela que está adotando.

No Brasil, eu espero só tomar medicamentos que sejam autorizados pela Anvisa. Eu não... Se não for autorizado pela Anvisa, eu não faço. Enfim, mas não vou polemizar sobre isso.

Mas outra coisa aqui e vem a propósito do que nós temos ouvido aqui também para esclarecimento: nós ouvimos aqui um relato muito técnico, bem-feito do Senador Otto Alencar – não sei se a senhora chegou a acompanhar – em outras oitavas, em que ele fala sobre exatamente o que é a hidroxicloroquina e a cloroquina.

E ele... E a senhora afirmou aí várias vezes que ele é um antiviral.

O Senador... Eu gostaria....

A senhora confirma isso pelo que eu entendi?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Que essas medicações têm ação antiviral? Sim, inclusive nós temos publicações científicas atestando isso desde 2005, Senador Tasso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Senador Otto...

Eu vou apresentar para o senhor, Senador, com todo o respeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Eu gostaria de passar, então, se o Presidente me permitir, só para o esclarecimento de todos nós, que o Senador Otto explicasse para nós tirarmos essa dúvida aqui de uma vez por todas, se o Presidente... Cedo o meu tempo todo para o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) - Posso falar, Presidente? (*Pausa.*)

A cloroquina, a hidroxicloroquina é um antiparasitário.

É uma droga antiga usada para combater a malária causada pelo plasmodium, que é um parasita.

Não existe nenhuma medicação que possa, como proposto nesse TrateCov, evitar a contaminação por um vírus.

Eu pergunto à senhora, Dra. Mayra, tem alguma medicação para evitar que uma criança contraia o sarampo?

Só a vacina, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Só a vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Paralisia infantil? Só a vacina. Varíola? Só a vacina. H1N1? Só a vacina.

Como é que inventaram agora que hidroxicloroquina pode evitar que uma pessoa se contamine do coronavírus?

É um absurdo! E dizer que é um antiviral? Não tem nenhum estudo pra comprovar, a não ser o estudo que deve ter sido feito sem os protocolos normais do estudo.

Por exemplo, a senhora deve saber - é médica e tem um bom currículo, não tenho dúvida disso: há como se aplicar uma medicação num paciente sem antes fazer os estudos pré-clínicos? Ou *in vitro*? Não, tem que fazer primeiro o estudo pré-clínico ou *in vitro*. Estudo pré-clínico é feito nos animais para depois se usar a medicação e, depois, os estudos clínicos.

A senhora sabe quantas fases são do estudo clínico para aplicar uma medicação? Pode dizer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Quatro fases, pelo menos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a senhora está consciente de que não foram feitas as quatro fases da hidroxicloroquina no combate à Covid-19.

Não tem nenhum estudo que possa demonstrar que foi feita a primeira, segunda, terceira e quarta fase. Além disso, doutora, todos esses estudos têm que ser acompanhados do ponto de vista farmacológico, farmacodinâmico e farmacocinético, para saber como a droga no organismo do paciente desenvolve sua ação. Hidroxicloroquina não é antiviral em estudo sério nenhum no mundo. Eu tenho lido sobre isso, tenho informações, tenho inclusive no meu Estado talvez o melhor infectologista do Brasil e um dos maiores do mundo, Professor doutor Roberto Badaró, que é infectologista; a senhora não é infectologista.

Ficam falando inclusive do coronavírus. O coronavírus se manifestou em Hong Kong em 2003, se usou hidroxicloroquina e não resolveu. O Mers, que atingiu a Ásia Menor, os países árabes, em 2013 e 2016, usou-se hidroxicloroquina e não resolveu. A senhora sabe que, em 2016, teve o Mers. A senhora sabe, né? É um tipo de coronavírus da família do betacoronavírus, não é isso mesmo? Então se usou hidroxicloroquina na Ásia Menor e não resolveu.

Não tem estudo que comprove isso, não tem nenhum estudo que comprove que a hidroxicloroquina vai ser aplicada no paciente, de acordo com a bula, e ele não vai ter a doença ou vai reduzir a doença. Não há nenhum estudo nesse sentido! Eu estou falando aqui cientificamente, depois de estudar muito essa questão. E esses estudos que são feitos, todos eles são muito mal elaborados, porque não atenderam às recomendações científicas. Eu digo à senhora, porque vi o seu currículo, sei da sua boa intenção, jamais diria uma palavra ácida contra a senhora, não só porque é uma médica mas também pelo respeito que tenho a todas as mulheres.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso é uma coisa fundamental.

Mas a minha discordância aqui nunca foi política, sempre foi científica. Não tem nenhum antiviral até agora que possa controlar a doença. O remdesivir está em teste, e eu lutei muito ano passado para a Anvisa liberar, vieram a liberar agora, mas também não é a droga que a gente chama, a senhora chama também de escolha para tratar a doença. Por exemplo, H1N1, a vacina evita a doença, mas nós temos o Tamiflu, que é uma droga de escolha para H1N1. Não existe essa droga de escolha para coronavírus, Covid-19, que é uma doença grave e só em 5% da população se manifesta, em 95% é assintomático, na população, leve, moderado. Os outros casos, os 5% é que formam a forma grave, que é a pneumonia virótica com microtromboembolia, obstrução pulmonar, cursa às vezes insuficiência renal e o paciente vai a óbito. O que é que se fez? Dar hidroxicloroquina a todos os pacientes, porque a maioria fica bom, nós vamos levantar a bandeira de que a hidroxicloroquina cura o doente. Isso não é sério, não é honesto,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é direito. A Medicina, V. Sa. sabe, exige integralidade, verdade, consciência, pesquisa para se aplicar uma droga.

Uma droga usada há muito tempo, que é a cloroquina, numa doença nova, de que nem eu, nem a senhora, nem a maioria dos cientistas conhecem ainda suas manifestações clínicas. Eu faria aqui quatro perguntas, doutora, a qualquer cientista do mundo e ele não me responderia sobre as manifestações clínicas da Covid-19. Então, é uma medicação velha usada numa doença nova que a ciência não conhece. E aí, se pega – como pegou o Presidente da República – uma caixa de hidroxicloroquina, e "Tome aqui, Brasil"! Eu não sou o crítico do médico que receita, não, eu respeito se o médico receitar. Mas: "Toma aqui, povo brasileiro"! Se você tiver doença do coração e tomar, você vai ter arritmia, aumento do intervalo QT, do espaço QT, vai ter parada cardíaca e morrer. Mas a maioria fica achando que foi hidroxicloroquina. Isso não é sério! Não é sério! O próprio Ministro da Saúde falou aqui, o Marcelo Queiroga, que ia tirar a hidroxicloroquina. O Conitec fez a mesma coisa. Essa insistência de permanecer no erro não é virtude, doutora, é defeito de personalidade. Não é da senhora, não, eu estou me referindo até ao Presidente da República. Eu digo sempre que os homens erram e os grandes homens – ou as grandes mulheres – reconhecem e corrigem os seus erros, para não começarem a errar permanentemente e matar as pessoas. Como perdi no meu Estado pessoas que tomaram hidroxicloroquina sem receita médica, tinham arritmia e morreram. Inclusive, um colega meu desavisado fez isso.

Esse que é o absurdo. Eu não estou criticando, nem vou criticar a senhora, que tem competência, se aviar uma receita e assinar hidroxicloroquina, mas é o fato de uma instituição jurídica da importância do Ministério da Saúde colocar no seu *site* TrateCov para as pessoas olharem e tomarem a medicação, o Presidente levantar a caixa de hidroxicloroquina. Isso não é honesto! Isso é uma coisa que deve ser combatida!

Eu estou me insurgindo e falo assim porque a minha vida inteira foi na ciência. A senhora fez trabalhos científicos, eu também fiz os meus na Universidade Federal da Bahia e acompanhei o doente do diagnóstico até a cura e os resultados finais para ver se ficaram ou se não ficaram sequelas. A Covid-19 nem sequela a gente sabe qual é que fica, dizem que é psicológica, que é do pulmão, que é do fígado. É uma doença nova. Por isso, se é uma doença nova, não merece uma medicação velha que não tenha uma segurança médica para dizer: meu amigo, eu te atendi, te dei uma medicação que eu tenho segurança que ela é de escolha, como é o caso do Tamiflu para H1N1. Era só isso que eu queria falar. Eu sei que essa tese que a senhora defende e que eu defendendo está parecendo briga por religião ou então por futebol. A senhora torce lá para o seu time, deve ser Ceará ou Fortaleza...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ceará.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ceará, eu sou Vitória, estou na série b. Então, não adianta discutir isso. Agora, da hidroxicloroquina, até o seu Ministro da Saúde disse aqui que não tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validade. E ele disse daí, onde a senhora está sentada, da arritmia, pode dar parada cardíaca. E se não tiver alguém para atender, morre ou não morre? Morre, não tem um cardioversor, não volta a bater o coração.

É só isso, mas eu não quero levar essa discussão com a senhora, porque eu vi seu currículo, quero parabenizá-la. Mas, se por acaso caso, na sua consciência, chegar o momento de dizer assim: corrija isso, a hidroxicloroquina é antiparasita, parasitário, antiprotosoário, não tem estudo nenhum, a não ser estudo que não tem comprovação pré-clínico e clínico para dizer uma bobagem dessa.

Perdoe-me, mas eu tinha de fazer aqui essa manifestação de um colega que tem estudado, queimado as pestanas sempre, desde que surgiu essa doença, para entendê-la, e até agora eu não tenho segurança de uma medicação que eu possa medicar o paciente e dizer: "Vai, que é droga de escolha, você vai ficar curado". Só tem uma coisa, doutora: a vacina – a vacina negada permanentemente pelo Presidente da República. "Vá comprar vacina na casa da tua mãe". Não é na casa da mãe, é no laboratório. Isso é uma falta de respeito para com o povo brasileiro, que vive, sobretudo, penando pelas ruas atrás de uma vacina, com o braço descoberto, e a vacina não existe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É para eu responder?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, eu gostaria que ela respondesse.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, eu digo a resposta ao Senador Tasso e ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele fez a pergunta e depois pediu para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, desculpa, desculpa... Não, não. Ela tem todo o tempo do mundo para responder. É lógico.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, desculpa... Eu pensei que era um comentário e tal...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É que o Senador Tasso fez umas perguntas e o Senador Otto também fez...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vai ficar igual torcedor de futebol...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não... A gente não vai, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já usou o tempo todo, Senador Otto. Agora, ela tem o direito de responder. Só isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador Otto, satisfação de falar com o senhor. Eu gostaria de poder responder humildemente a todos os seus questionamentos, mas vou tentar me lembrar de alguns. Um deles é assim: a gente tem estudos mostrando o efeito antiviral, antibacteriano, antiparasitário da cloroquina e da hidroxicloroquina e a gente pode compartilhar juntos, porque nós somos dois médicos. Eu posso entregar para o senhor. Os pesquisadores estudam essa ação desde 2005. E, *in vitro*, a gente já tem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para esclarecer, o primeiro caso de coronavírus, a senhora sabe quando foi o primeiro caso registrado no mundo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mil novecentos e sessenta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi em 1964. Era o coronavírus comum, dá em criança, não tinha efeito letal nenhum. Só que o coronavírus vem sofrendo mutações.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E hoje nós temos sete cepas que provocam a pneumonia virótica, a microtromboembolia e causam a morte de pacientes. A maioria dos coronavírus são manifestações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Talvez por isso alguém disse: "Olha, o coronavírus dá uma gripinha, dá um resfriadinho". A senhora sabe que não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra para a doutora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou tentar ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela vai responder ao Senador Tasso e ao Senador Otto. E eu acho que ainda vai ter muito tempo para debater essa questão aqui, porque aí eu, pessoalmente, não tenho capacidade técnica de discutir isso com a senhora, mas tem alguns médicos aqui que têm, são estudiosos e estudam... Eu não tenho, eu não vou nem entrar nesse debate, mas a senhora está com a palavra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, só complementando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós temos uma ação antiviral em trabalhos que eu trouxe aqui para comprovar para os senhores. Senador Otto, assim, o senhor usou vários modelos de doenças que têm vacinas. Eu sou a favor das vacinas. Essa é a minha luta. E a gente só precisa entender uma coisa. Eu vou usar como modelo a tuberculose. A tuberculose é uma doença grave que ceifa milhões de vidas todos os anos no mundo. Quando nós nascemos, a gente toma a BCG, que protege contra as formas graves de tuberculose – tuberculose miliar, meningite por tuberculose –, mas eu tenho a forma pulmonar. Em milhões de pessoas, quanto mais baixo o nível socioeconômico, quanto maior o subdesenvolvimento, maior é o número de casos de tuberculose nos países, e eu preciso ter as medicações para tratar aquelas pessoas que, mesmo tendo tomado a vacina de tuberculose, vão adoecer – são milhões, um milhão de pessoas. E eu tenho pirazinamida, isoniazida, rifampicina. Não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não... Eu estou falando de medicações.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não... Não é comparação, Senador. Eu estou comparando aqui a necessidade de a gente ter...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, eu disse ao senhor que tem os trabalhos do vírus, eu estou falando de modelos, de que nós precisamos entender que a Covid, à semelhança da tuberculose... A vacina é um elemento importantíssimo para profilaxia, para prevenção; mas, se eu adoecer, ainda que tenha tomado a vacina, e eu tenho ainda milhões de pessoas no mundo que não conseguiram tomar a primeira dose da vacina, não só no Brasil, eu preciso ter algum tipo de recurso farmacológico para eu enfrentar a doença e não colapsar o sistema, não ter supersaturação de leitos e nem ter as mortes que nem eu, nem o senhor queremos. E essas medicações, a gente já tem muita evidência, Senador. Eu insisto que eu trouxe aqui, para deixar... O senhor permite que eu termine, por gentileza?

Então, a gente já tem evidência. A gente não tem evidência 1A, que nós só vamos ter daqui a muitos anos, porque essas evidências precisam que a gente tenha as medicações utilizadas nos ensaios clínicos com um número muito grande de pacientes, e a gente está em guerra, Senador. Nem os médicos que estão acompanhando... E, aí, eu cito aqui uma grande médica brasileira, a Dra. Lucy Kerr, patologista, que está indo fazer conferência fora do Brasil, porque aqui ela foi interditada, ela não consegue falar da ivermectina, e a gente tem 17 medicamentos sendo usados hoje, não para curar Covid. Nenhum deles, a gente nunca disse, nós, médicos, que eles curam a Covid. O que esses medicamentos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem é o que todos nós esperamos: reduzir os internamentos, as mortes, evitar que, se iniciados na fase de replicação viral, a gente tenha progressão para as formas mais graves. É o que eu, é o que o senhor, é o que todos os Senadores aqui querem. Ninguém quer ver o sistema colapsar; ninguém quer ver as plaquinhas de não sei quantos milhões de mortos no Brasil. Então, deixo aqui para o senhor essas referências.

E há outra confusão, Senador, a última, prometo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o que eu falei, doutora, é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não dá, é um debate que vocês estão tendo. Aí não dá...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que eu falei aqui – um minutinho só. Vou encerrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação aos medicamentos, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... é que não se pode dar uma medicação como hidroxicloroquina sem fazer um eletrocardiograma, um ecocardiograma...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou falar isso se o senhor me permitir.

Outra coisa: como o senhor mesmo disse... Eu vou ser bem breve.

Como o senhor mesmo disse, essas medicações são usadas, uma, desde 1934, a outra, desde 1947. O Brasil, o senhor sabe, é o maior celeiro do mundo de experiências com o uso de cloroquina e hidroxicloroquina na Amazônia, e eu conheço bem a Amazônia. Eu faço missão embarcada, de passar dez dias no Rio Negro, e todo mundo toma essas medicações.

Eu sou portadora de uma doença autoimune, que fiz uso do Reuquinol, a hidroxicloroquina, por anos. A gente precisa deixar bem claro a segurança dessas medicações... Eu vou citar só três. Ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina a gente já sabe.

A gente tem trabalhos publicados com 96 mil pacientes seguidos do uso da hidroxicloroquina e da cloroquina sem arritmias. E, quando eles têm arritmias, são arritmias que não provocam alterações sistêmicas graves. Essas medicações são seguras.

Então, a gente está falando aqui, Senador, do uso por cinco dias dessas medicações, que já têm segurança, porque elas já foram usadas em outras doenças e o próprio Ministério da Saúde já recomendou para outras doenças virais, para as arboviroses. Eu trouxe para o senhor um protocolo de chikungunya, em que o Ministério da Saúde preconiza...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É vírus, Senador! Chikungunya é vírus! Causou um desastre na sociedade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, o senhor falou de antiviral...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, não vai ter um debate aqui sobre...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É porque eu queria terminar a minha fala...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Covid e cloroquina? Não está marcado? Vamos fazer isso aqui hoje?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Chikungunya é uma arbovirose, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é porque o Ministério da Saúde já preconizou, oficialmente, 600ml de hidroxicloroquina, podendo ser usada até por cinco anos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, está aqui o protocolo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, eu vou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Chikungunya, cinco anos de uso de hidroxicloroquina com 600mg. E a recomendação é: não há necessidade de seguimento eletrocardiográfico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador. O senhor falou de efeitos antivirais dessas medicações. Isso aqui é um protocolo que passou pela Conitec. Para o coronavírus, a gente tem atividade *in vitro*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a gente precisa usar este espaço aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... para esclarecer a população. É o único espaço que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a V. Exa. que a gente siga com os próximos oradores, porque eu tenho uma lista aqui de medicamentos que estão no *kit* Covid administrado pelos Estados do Brasil e que têm efeitos colaterais muito mais danosos e graves do que o que o Senador Otto está apresentando aqui da cloroquina. Com todo o respeito, ele é médico, eu não sou, mas a bula e as indicações são claras, inclusive para leigos. Então, aqui a condição para estar nesta CPI é ser Senador da República, e não ser médico. Então, eu tenho aqui a lista do *kit* Covid, que vai dizer....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... todos os efeitos colaterais, inclusive cardíacos, dos demais medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não dá para fazer esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutores, por favor. Doutores, deixe-me dizer uma coisa para vocês.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu queria só que eu tivesse a oportunidade aqui de esclarecer a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Doutora... Doutora, não. Não é aqui, doutora. A senhora já fez tanta palestra sobre isso. Para que a senhora vai fazer palestra e vai convencer alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas o Senador está fazendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, só um minutinho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é palestra, Senador, é que eu fui chamada para dar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu, já deu.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na sua visão, pelo que eu entendi, a cloroquina é antiviral, tudo bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tem efeito antiviral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, sem problema.

Mas sempre terá controvérsias e tal. A gente não vai aqui chegar a um denominador comum porque tem gente que vai defender, tem outros que não vão defender. A gente não chega... O que nós queremos é vacinar todo mundo.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai ter a oportunidade de falar mais sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Eu gostaria de ter meu tempo inteiro.

Primeiro, eu acho que está malconduzido aqui o processo. A Dra. Mayra, com todo o respeito que temos a ela, não veio aqui para discutir aplicação de cloroquina ou não. Ela veio prestar contas do trabalho dela como Secretária de gestão da área de saúde e de educação em saúde. Aliás, dessa secretaria eu tive a honra de ser o criador na época em que eu era Ministro. E ela foi criada exatamente para garantir a educação continuada na área da saúde e atualização das pessoas, interferir na formação de profissionais junto com o Ministério da Educação, discutir a abertura ou não de novas universidades, novas faculdades, discutir a residência médica de acordo... Então, esse é o objetivo.

Começa um pouco errada V. Sa., com todo respeito, porque no Ministério da Saúde quem tem autonomia para ficar definindo protocolo de medicamento é a SAS, que hoje é Sase, e a atenção básica, ou é a Conitec, ou é a Secretaria de Vigilância em Saúde, que eu também criei. Então, V. Sa. saiu um pouco do que é o seu trabalho para fazer uma outra coisa que, com todo o respeito, não lhe diz respeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria perguntar a V. Sa... Eu fiquei muito preocupado de ouvir dizer que o Brasil é o País no mundo onde mais teriam morrido profissionais de saúde nesta pandemia. Não sei se a senhora pode me ajudar a entender. A senhora sabe quantos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem morreram por Covid, desde o início da pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Na última atualização, foram mais de 300 profissionais. Eu não tenho o número exato de hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois eu vou lhe dar um número exato aqui: até meados de março de 2021, morreram 1.292, sendo 622 médicos; enfermeiros foram 200; e 470 auxiliares técnicos de enfermagem. Entre março... Até a metade de março deste ano, no *site* do CFM, já estão registrados 810 óbitos médicos, quer dizer, são 150 a mais do que no ano passado, e, no Cofen, 783. A soma dessas categorias dá 1.593. Só de técnicos de radiologia, morreram 76; e agentes comunitários de saúde morreram mais de 200.

E aí eu queria saber: existe, a senhora fez alguma análise comparativa desses números com o resto do mundo, as mortes em outros países?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque esse dado é obtido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, o acompanhamento dos óbitos por Covid, dos casos, é feito pela vigilância.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu não estou falando dos casos em geral; eu estou falando do pessoal sobre que a senhora tem responsabilidade de acompanhar, profissional de saúde. Comparando o Brasil e outros países, onde morre mais profissional de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tenho esse dado para passar para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa informação que nós temos é de que é no Brasil.

No Brasil, houve ou não excesso de óbitos de profissionais de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Precisaria fazer essa comparação, que eu não tenho aqui, agora, para trazer para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me diga quais foram as medidas adotadas pela senhora, como Secretária de Gestão do Trabalho, para proteger a vida desses trabalhadores e trabalhadoras da saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. No meu discurso, o senhor deve ter ouvido a narrativa dos cursos que nós fizemos na Sgtes para a formação de todas as 14 categorias da saúde. Dentro desses cursos, estavam, no início da doença, as medidas de proteção individual; elas sempre foram uma preocupação nossa que, para cada uma das atividades e das categorias de saúde, a gente orientasse o EPI adequado, até porque nem todas as pessoas vão usar, nem todos os profissionais, os mesmos EPIs. Profissional enfermeiro, médico que trabalha na UTI, ele vai dispor de um tipo de vestimenta; o agente de saúde vai dispor de outro. Nós que fizemos isso, Senador, para todas as 14 categorias da saúde, orientando as medidas de proteção individual, a forma de remoção das roupas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantos cursos a senhora fez para capacitar as equipes de atenção primária e de reabilitação de pessoas com Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu posso dizer o número, com o discurso, aqui anotado, o que eu não vou lembrar, mas, assim, para atenção primária, se eu não me engano, foram 25 cursos. Nós fizemos parceria com diversas universidade, Universidade Federal de Minas Gerais, de São Paulo. Nós temos... Só, para dizer o quantitativo para o senhor, porque eu não vou decorar, não tenho o valor, o número agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não quero que a senhora me diga decorado, não se preocupe, não; minha preocupação não é essa.

A senhora sabia, a senhora sabe bem que existia, no Ministério da Saúde – começou quando eu estava lá –, um espaço de negociação coletiva entre profissionais de saúde e o ministério, e isso foi desmontado na gestão de V. Sa., lá. Isso é um espaço em que poderiam se negociar equipamentos de proteção individual, formação técnica dessas pessoas...

A situação de abandono dos profissionais de saúde foi tão grande durante esse período em que a senhora é gestora... Por exemplo, em 2020, foi feita uma pesquisa com 3.636 profissionais de saúde do SUS. Nessa pesquisa, 63% disseram que não havia equipamento de proteção individual para troca e higienização durante a jornada; 73,3% disseram que trabalhavam mais de 12 horas na jornadas e não tinham como também fazer a troca desses EPIs; havia ausência de equipamentos de segurança em mais de 50% dos casos em todas as áreas, atenção básica, média complexidade, alta complexidade; 70% desses profissionais disseram que não participaram de nenhum treinamento para enfrentamento à Covid; 69,6% disseram que não tiveram treinamento sobre os protocolos para enfrentamento à Covid, tanto é que eles realizaram uma ação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar o Governo brasileiro por abandono dos profissionais de saúde.

A senhora confirma que existe isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro vou responder aqui a sua resposta de forma objetiva. Ao todo, os cursos para profissionais de saúde para o enfrentamento à Covid: 14 cursos de manejo clínico na atenção especializada; 21 ações de orientação para população. Para atenção primária, em relação aos cuidados com esses profissionais, o senhor mencionou o número da pesquisa... Nós estamos acompanhando 185 mil profissionais de saúde, cuidando da sua saúde mental. A pesquisa é feita em três etapas, para que a gente possa acompanhar, identificar aqueles que estão sob risco e atuar.

Em Manaus, a gente criou um ambulatório específico de seguimento à saúde mental, dado o contexto mais grave da pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sei.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas seguindo os cursos: em parceria com a Amib, 15 cursos para médicos intensivistas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... 16 cursos de orientação para cuidado à saúde mental – já falei da atenção primária de saúde – e a iniciativa de prevenção ao suicídio e à automutilação, que atingiu 242 mil pessoas no Brasil, também foi no contexto de cuidados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Esses cursos que a senhora fez...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eles não fazem nem cócegas na necessidade que nós temos dos profissionais da área da saúde.

Por exemplo, Presidente, os países pobres que conseguiram controlar a pandemia utilizaram a atenção básica como uma área fundamental. Eles não gostam que fale não, mas Cuba, Venezuela, mas também a Nova Zelândia e outros países controlaram a Covid usando a atenção básica, o agente de saúde, que vai lá, que faz o teste, que isola as pessoas, que dá orientação... No Brasil, me desculpe dizer a V. Sa., a atenção básica no Brasil ficou naquela de "fica em casa". Agente comunitário de saúde no Brasil não foi treinado para trabalhar na pandemia. Os agentes comunitários de saúde no Brasil não receberam suporte desse Governo para poder ir, de comunidade em comunidade, fazendo o esclarecimento de como se faria a prevenção. Essa é a realidade do que aconteceu no Brasil. E, no Brasil, nós temos médicos, agentes comunitários, enfermeiros nos mais de 5,5 mil Municípios do Brasil. A minha questão – eu estou falando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a senhora respeitosamente -: o que era da sua alçada, infelizmente a senhora não fez; o que não era, a senhora estudou, a senhora chefiou um grupo de médicos para ir para Manaus.

Tem algum médico intensivista nessa equipe que a senhora levou para lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - A senhora levou alguém para atender alguma pessoa que estivesse morrendo lá, em Manaus?

A senhora se preocupou de juntar um time, encher um avião, e botar gente para atender as pessoas que estavam lá em Manaus precisando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - "Sim"?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim. Nós levamos 347 profissionais de saúde de outros Estados.

Eu não sei se o senhor teve a oportunidade, mas nós recebemos uma homenagem da Gol, transportes aéreos, de profissionais que nós deslocamos do Brasil inteiro, médicos, que ficaram três meses em Manaus custeados, pagos com recursos próprios do Ministério da Saúde, para socorrer Manaus. Todos esses mais de 300 profissionais, Senador, foram treinados por nós. Fizeram sequência rápida de intubação no local. Nós ficamos 90 dias com esses profissionais lá. Então, nós levamos, sim, esses profissionais, fizemos os cursos.

Se o senhor me permite, não é minha área de atuação dentro do ministério, mas para o enfrentamento à Covid, a Secretaria de Atenção Primária foi uma das secretarias que mais fez ações, que mais recebeu e direcionou recursos extraordinários para o enfrentamento à doença. Só no Programa Mais Médicos, que nós tínhamos cerca de 13 mil médicos, foi ampliado em 6 mil, no número de médicos, para que os Municípios pudessem ampliar a capacidade de atendimento na atenção primária. Nós direcionamos alguns médicos do programa para que eles pudessem, inclusive, atuar na rede de atendimento secundário...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Deixe eu só concluir...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - ... naqueles Estados onde houve colapso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Deixe eu só concluir.

Parabéns! É pena que isso não aconteceu no restante do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, V. Sa. é responsável, por exemplo, pelo chamado Revalida.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, não, senhor. É o MEC.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Congresso Nacional aprovou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - É o MEC que faz o Revalida, Senador, não o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim, mas o Ministério da Saúde tem uma interferência no sentido de garantir...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... que isso aconteça.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Revalida foi aprovado pelo Congresso Nacional aqui, e são mais de 15 mil profissionais médicos que poderiam estar servindo ao Brasil depois de fazerem o Revalida, e que não estão - que não estão! Isso tem a ver com o Ministério da Saúde também, isso tem a ver com a área da senhora.

Quando nós criamos, por exemplo, o Mais Médicos, isso foi uma construção do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação. E a senhora assistiu, está assistindo a mais de 15 mil profissionais formados que poderiam estar trabalhando e que não estão por conta da posição ideológica do Senhor Presidente da República.

Eu queria só concluir, aqui, a minha fala no sentido... A senhora falou na questão de teoria da imunidade de rebanho para crianças, mas, naquele mesmo vídeo, a senhora fala das pessoas saudáveis que não têm comorbidades, que podem ir para o comércio, que podem trabalhar. Então, a senhora é um exemplo das pessoas que defendem essa tese da imunidade de rebanho que nos trouxe até a essa realidade que nós estamos vivendo hoje, no Brasil: 450 mil pessoas mortas. Quatrocentas e cinquenta mil pessoas mortas, porque a tese é a seguinte: essa doença é simples; essa doença não causa nenhum dano grave; já existe um medicamento barato que é produzido em todo lugar e que é eficaz; quem não quer isso é porque quer vender vacina pra ganhar dinheiro. Essas pessoas tomam esse remédio, acham que estão protegidas e vão para rua adquirir o vírus, trazer para sua casa e transmitir para outras pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com os meus respeitos, eu acho que V. Sa. se desviou completamente daquilo que deveria ser a sua função, que era a de garantir que os profissionais de saúde do Brasil tivessem não somente garantia pra fazer o seu trabalho de forma adequada, bem treinados e em condições de oferecer um serviço de qualidade à população brasileira, mas, por outro lado, a senhora resolveu assumir a condição de defensora de um medicamento que já é comprovadamente... Não é que não há comprovação, é que já é comprovadamente ineficiente e ineficaz para atender a Covid-19.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui esclarecer que, na primeira onda, nós recebemos, no Amazonas, recebemos médicos; na segunda, não. E existia... Foram 397 médicos na primeira onda; na segunda não foram.

E, aqui, eu quero aproveitar o momento para agradecer aos Estados que receberam os pacientes do Amazonas, porque foram muitos Estados que nos ajudaram bastante. E, realmente, esse deslocamento de pacientes foi feito pelo Governo Federal, e a gente é muito grato aos Estados que acolheram os pacientes do Amazonas.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dra. Mayra Pinheiro, cumprimento V. Sa. pelo depoimento claro, firme e esclarecedor no âmbito desta CPI.

Farei alguns questionamentos relativos a este tema. Tem havido um debate muito grande aqui nessa CPI sobre o uso da cloroquina e sobre o tratamento precoce. A senhora já respondeu diversas perguntas acerca disso, é verdade, mas, praticamente, somente em relação ao Governo Federal, enquanto sabemos que a execução das políticas de saúde é feita praticamente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, através de suas unidades de saúde. Considerando que cloroquina e tratamento precoce têm sido demonizados nesta CPI, resolvi fazer um pequeno levantamento envolvendo justamente as unidades da Federação, que são responsáveis por atender os pacientes. Fiz isso principalmente depois que o vídeo que divulguei aqui, na semana passada, gerou muita reação, um negacionismo total, como se a prática de alguns Governadores fosse somente, observem, de março ou abril de 2020. Vou mostrar agora que isso não é verdade. Quero ouvir a opinião da senhora sobre estes dois temas, cloroquina e tratamento precoce, diante de alguns dados que quero apresentar sobre alguns Estados que seguem esse protocolo – vou repetir a expressão: que seguem esse protocolo.

Vou começar pelo Estado de Alagoas. Em matéria divulgada pelo portal de notícias G1 no dia 20, quinta-feira passada, o Governo de Alagoas, através de sua Secretaria de Saúde, confirmou que está vigente o protocolo que indica a cloroquina no tratamento de pacientes da Covid-19. Fui dar uma olhada nesse protocolo, que, aliás, está disponível, Senador Renan, no *site* do Governo de Alagoas. Logo na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

página 2 – eu pediria à assessoria da Mesa que publicasse no telão pra que todos tivessem a oportunidade de ver – logo na página 2, tem ali justamente... Vamos lá.

É esse aqui. É esse aqui. Vou pedir só que apresse pra eu não perder o meu tempo aqui.

Logo na página 2, apresenta todo o desenvolvimento da doença e diz: potenciais terapias: remdesivir, cloroquina, hidroxicloroquina, transfusão de plasma convalescente, corticoides, imunoglobulina humana e inibidores...

Sr. Presidente, eu vou pedir que acrescente o tempo, porque está difícil pra conseguir botar na tela ali, porque eu queria compartilhar com todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas não sou eu que boto, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ninguém está obstruindo ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando o Relator colocou o dele, foi bem rapidinho, Presidente.

Vamos lá. Eu vou ler o texto: pela leitura do quadro, é de fácil entendimento que esse tratamento se aplica em qualquer fase da doença, para pacientes leves, moderados ou graves, ou seja, o protocolo vigente em Alagoas estabelece tratamento precoce e prevê também o uso de cloroquina e hidroxicloroquina.

O protocolo tem os medicamentos específicos para os primeiros cinco dias – está lá o documento –, para os primeiros cinco dias da doença e para as demais fases. Os exames de diagnóstico são feitos já entre o segundo e o sétimo dia de sintomas, ou seja, já na primeira, na fase um da doença, de infecção precoce, fase da resposta viral. Até porque, como já sabemos, a falta de ar somente surge no final da segunda fase, a fase pulmonar, e em muitos casos isso já representa o estágio crítico da doença.

Faz bem o Estado de Alagoas em garantir o tratamento precoce.

Outro: o Estado da Bahia, caro Senador Otto, o Estado da Bahia também adota – o Senador Otto saiu – também adota o tratamento precoce. O protocolo disponível no *site* oficial do Governo da Bahia é claro: "Assim que os primeiros sintomas surgirem é fundamental procurar ajuda médica imediata para confirmar o diagnóstico e iniciar o tratamento". Não sei por que aqui tem sido tão condenado o tratamento precoce. Ora!

São Paulo também adota o tratamento precoce. A orientação oficial é: "Assim que os primeiros sintomas surgirem, é fundamental procurar ajuda médica imediata para que profissionais indiquem o que é apropriado para cada caso". O que uma pessoa com sintomas deve fazer? Procurar o serviço de saúde mais próximo de sua residência, como um pronto atendimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui... E daqui a pouco, espero detalhar uma informação que tenho aqui, que dá conta de que pelo menos até o dia 25 de agosto – 25 de agosto de 2020! – o Governo de São Paulo distribuiu cloroquina para as suas regionais de saúde de todo o Estado de São Paulo. Não sabemos até quando esses medicamentos, obviamente, foram usados no tratamento dos pacientes.

No caso da Bahia, eles fizeram uma nota bem recente – daqui a pouco eu vou falar dela – sobre esse protocolo. Está no meu radar.

Amapá. Diz o protocolo oficial: "Atendimento precoce da síndrome gripal na atenção básica. Iniciar medidas terapêuticas propostas pelo comitê médico: difosfato de cloroquina ou hidroxicloroquina ou ivermectina ou nitazoxanida, associados a azitromicina e/ou amoxicilina mais clavulanato".

O protocolo, Sr. Presidente, foi elaborado pelo Comitê Médico de Enfrentamento à Covid-19 e tem como autores os seguintes profissionais: Dr. Pedromar Valadares Melo, um grande profissional de saúde – eu estive com ele no Amapá –, Dra. Ana Cristina de Lima Chucre e Dr. Marco Túlio Muniz Franco. Esses profissionais foram, inclusive, elogiados por um Senador que tem assento nesta Comissão, que disse que proporia que fossem homenageados pelo Senado Federal, justamente por causa do tratamento precoce que estaria ajudando a salvar vidas no Amapá. Vejam os senhores!

Diante desses dados, pergunto à Dra. Mayra: o Ministério da Saúde catalogou ou pelo menos acompanhou essas medidas locais de Estados e Municípios visando estender o tratamento precoce por todo o País? Que medidas foram essas? A senhora saberia dizer quais outros Estados adotam protocolos semelhantes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Senador, o nosso trabalho se resumiu em disponibilizar uma orientação segura para os profissionais da saúde, seguindo a orientação já dada pelo Conselho Federal de Medicina no seu documento em que ele diz que a autonomia médica é dada durante a pandemia para que eles possam dispor de medicamentos já conhecidos, ou seja, seguros para enfrentar a doença.

A Nota Orientativa nº 17 do Ministério da Saúde surge no contexto do trabalho publicado em Manaus, onde 22 pacientes evoluíram para o óbito a partir de doses tóxicas de cloroquina. A nota orientativa do ministério orientou que os médicos utilizassem uma dose quatro vezes menor do que a dose a que foram submetidos os pacientes de Manaus. Então, nós exercemos o nosso papel de não prevaricar e, assim, decidimos fazer uma orientação segura, já que a medicação vinha sendo usada no País, e nós temíamos que casos como o de Manaus acontecessem e as pessoas fossem a óbito não por causa da medicação, mas pela exposição a doses tóxicas, que é o que aconteceu. E essa foi a grande imputação de um crime a essas medicações.

A gente tem dois trabalhos... É preciso que a população brasileira – os médicos já sabem disso – tenha consciência disto: nós tivemos um trabalho feito no Brasil, publicado numa revista internacional,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que expôs pacientes brasileiros, num Município passando por uma situação grave, a doses quatro vezes maiores que a dose preconizada. São doses tóxicas, e essas pessoas foram a óbito. Inclusive, isso é objeto de investigação no Ministério Público e, agora, na Polícia Federal. Depois nós tivemos um trabalho numa das maiores revistas do mundo que também foi uma fraude, e esses dois trabalhos estigmatizaram essas medicações.

A gente teve um grande prejuízo, a humanidade, de pessoas que poderiam não ter sido hospitalizadas e não terem ido a óbito, se a gente não tivesse criminalizado duas medicações antigas, seguras e baratas que poderiam ter sido disponibilizadas e prescritas pelo médico. Mas hoje a gente assiste é a uma verdadeira perseguição, inclusive aos profissionais médicos, que são autônomos para prescrever e vêm sendo vigiados no exercício da sua atividade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Inclusive – apenas para informar à CPI –, lá no Estado da Bahia, neste momento, há uma comissão, uma auditoria fazendo patrulhamento na Secretaria de Saúde de Porto Seguro, onde atua a Dra. Raíssa. Eu já recebi as informações e estou solicitando informações oficiais sobre o que está acontecendo no Estado da Bahia.

No caso dos Estados e Municípios que não seguiram esse protocolo de tratamento precoce, que tipo de consequências isso pode ter causado?

E, antes de sua resposta, gostaria de dizer que tenho recebido informações da ocorrência de muitas mortes em função da procura de hospitais por pacientes já em estado grave. Muitos Governadores e Prefeitos e suas respectivas secretarias de saúde adotaram a política do "fique em casa e só vá ao hospital quando tiver falta de ar", diferentemente dos Estados que já citei aqui, dentre outros que poderia citar.

Os relatos dão conta de que muitas pessoas seguiram essa orientação. Em outros casos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mesmo tentando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Marcos Rogério, para colaborar com a sua preocupação, que é nossa.

O Ministro Mandetta mandava ficar em casa, e a senhora já trabalhava com ele. Qual foi o seu pensamento naquele momento, quando ele mandava ficar em casa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu acho que nós tivemos um momento em que nós conhecíamos muito pouco a doença...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e a orientação naquela época hoje é errada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, era março, abril, maio.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso. E é isso que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só para que a gente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor chegou a um entendimento agora muito importante: é que a ciência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela evolui.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... ela evolui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente dá orientações... E por isso é que eu mencionei as orientações erradas da OMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para contribuir, Senador, porque lá também nós achávamos que esse negócio de esperar você ficar mal... Aí deu... Quando começou a chegar muita gente, houve colapso do sistema, porque, se tivesse tratado antes, ou cuidado antes, nós não teríamos tido esse problema no sistema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria que essa fosse a situação só daquele momento a que V. Exa. faz menção, mas, infelizmente, V. Exa. fala de um momento que se repete a todo momento, inclusive agora e nesta CPI, quando os arautos, pais da ciência, dizem aqui que não pode ter tratamento precoce, que não pode oferecer medicamento que não tenha na bula prescrição para a Covid. Isso é negacionismo! Isso é negar atendimento! Isso é negar socorro médico! Isso é a política do "fique em casa"!

Com todo respeito, não foi o ex-Ministro Mandetta que introduziu o "fique em casa". E gostaria que fosse só naquele momento, porque havia muito pouca informação, mas o que me preocupa é o que acontece hoje, com o volume de informação que nós temos, e essa política reverberada, essa narrativa criminosa, homicida, de "não tome remédio que não tenha prescrição na bula para Covid-19". Vai tomar o quê? Vai tomar o quê? Juízo. Realmente, estou ouvindo aqui de alguns Senadores, juízo, que criticam o atendimento, que criticam o socorro médico.

O que tenho ouvido é que muitos pacientes, já pelo quinto, sexto ou sétimo dia, começaram a apresentar problemas respiratórios e chegaram aos hospitais já precisando de respiradores mecânicos, que não eram suficientes para todos pela alta demanda. Muitos pacientes já chegaram com pulmões altamente comprometidos, em muitos casos o quadro já exigia a internação em UTI e a insuficiência de leito se tornou maior ainda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São inúmeros os relatos de pessoas, de muitas pessoas que morreram pelo agravamento dos problemas respiratórios na fila à espera de UTI.

Em cidades do interior de todo o País, onde não há uma UTI sequer, houve demora para se conseguir o próprio traslado e muitos morreram nessa espera. Outros morreram nas estradas, não conseguiram sequer chegar aonde havia uma UTI. Outros tantos foram intubados já pelo quadro avançado da doença e morreram porque todos sabemos que não é baixo o índice dos intubados que foram levados a óbito.

Pergunto: o Ministério da Saúde tem um levantamento que permite analisar o impacto desses casos no número de mortes? Se não tem, há mecanismos oficiais que permitiriam se chegar a isso, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, nós não temos um segmento dos pacientes que são submetidos a esse tratamento na fase inicial da doença.

Isso ficou muito, até por conta dessa perseguição a que os médicos vêm sendo submetidos no Brasil, por conta de grupos de médicos... E muitas vezes as próprias Prefeituras e os Estados que fazem esses protocolos locais, eles escondem por conta do policiamento ideológico que se criou no País em torno dessas medicações.

Então, como nós temos muita responsabilidade, nós começamos a buscar, estudar cidades com menor letalidade e correlacionar com fatores que pudessem resultar nessa menor letalidade, mas não conseguimos confirmar as informações para correlacionar as variáveis e, por isso, eu fico aqui sem lhe dar essa resposta por conta da imprecisão dos meus dados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., mas nós precisamos enfrentar esse aspecto.

O que mata mais é o atendimento precoce? É o tratamento precoce com os medicamentos disponíveis receitados pelos médicos ou é a negação do atendimento? Do procure só quando já não tiver mais jeito?

A falta de um tratamento precoce não leva o paciente à morte apenas em decorrência de problemas respiratórios. Já existem estudos bem fundamentados, cito como exemplo o trabalho de um grupo de pesquisadores da PUC do Paraná que dão conta de outras complicações que podem ocorrer com o avanço da doença. As principais são complicações vasculares, a doença deixa de ser viral e passa a ser trombogênica, sem falar também nos casos de inflamação renal e insuficiência renal ou inflamação no coração ou no fígado, também há risco de trombose ou eventos como acidente vascular cerebral. São diversos os relatos específicos acerca de pacientes que passaram por esse tipo de experiência e foram a óbito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os estudos realizados pelos pesquisadores da PUC foram feitos a partir de amostras pós-morte e indicam que o uso de anticoagulantes precocemente pode ajudar no tratamento da Covid-19 a fim de evitar os trombos.

Pergunto: o Ministério da Saúde tem conhecimento desses estudos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, Senador Marcos Rogério. Eu já dei para V. Exa. quatro minutos a mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que tenha um pouquinho de tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu estou tendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, não. Sr. Presidente, V. Exa. tem que ter o mesmo rigor aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa. puder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não dá nenhum tempo a mais para nenhum Senador, então V. Exa. mantém a isonomia com todos os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou solicitar à Mesa ou à minha assessoria que protocole na Mesa depois como foi a generosidade do tempo para os membros da oposição na semana passada e o tempo que V. Exa. está dedicando a mim, inclusive com interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas com a interrupção eu lhe dei mais um minuto; com a interrupção, eu lhe dei mais três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas, se V. Exa. pegar as falas da semana passada da oposição, tem mais de dez minutos de tolerância para alguns. Se V. Exa. quiser eu junto à Mesa depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então conclui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Só vou fazer mais duas perguntas, Sr. Presidente, duas considerações e perguntas.

O Ministério da Saúde tem conhecimento desses estudos que se têm da PUC Paraná?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe alguma política de alerta aos Estados e Municípios que ainda negligenciam quanto ao tratamento precoce para esses riscos de elevação no número de mortes em função de tratamentos tardios?

Outra pergunta que diz respeito a um problema estrutural ligado aos profissionais disponíveis para atendimento dos pacientes, especialmente nas UTIs. Com a remessa de recursos para os Estados e Municípios e abertura de mais e mais leitos de UTI, cresceu assustadoramente a demanda por médicos intensivistas, profissionais habilitados devidamente treinados para atuar em UTIs. As informações que temos recebido – e isso, na verdade, é também produto de matemática e lógica – é que muitas secretarias de Saúde de Estados e Municípios passaram a lotar em UTIs médicos de diversas outras especialidades, sem qualquer experiência em unidade de terapia intensiva, alguns recém-formados e sem experiência mesmo em suas áreas de formação. Segundo a Associação de Medicina Intensiva do Brasil (Amib), o Brasil tem 7,2 mil médicos intensivistas e, com o quadro atual, precisaria ter pelo menos 40 mil. Temos dois dados extremamente preocupantes dando conta de que a letalidade em UTIs subiu muito, em certos casos de 24% para 80% em grupos de pacientes com quadros de saúde semelhantes. Tornou-se público e notório que, de cada dez brasileiros intubados durante esta pandemia, oito morreram.

Sabemos que estamos em um quadro de guerra, quando não se podem exigir as mesmas condições de um tempo de normalidade, mas, já que alguns não pensam assim, ignoram esses e tantos outros fatores e querem atribuir os mortos pela pandemia ao Presidente da República, eu lhe pergunto: o Ministério da Saúde já considerou o impacto dessa flagrante deficiência do serviço prestado em Estados e Municípios no que diz respeito ao resultado morte? A senhora considera, mesmo diante do quadro de anormalidade, que Estados e Municípios teriam como se organizar e dar um mínimo de treinamento para esses profissionais? São essas duas perguntas que faço a V. Sa.

Sr. Presidente, posteriormente, vou pedir à assessoria que encaminhe à Mesa os protocolos do Estado de Alagoas, embora esteja no *site* disponível para todo o Brasil, os de São Paulo e também da Bahia, que agora há pouco... Amapá também, mas a Bahia, que fez a retirada do sistema dela agora no mês de março.

Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responda, doutora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, vou tentar me lembrar das perguntas.

A primeira, o senhor perguntou do conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – PUC Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – São só duas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, do Ministério da Saúde, se nós tínhamos conhecimento dos trabalhos.

Nós temos uma secretaria que faz o monitoramento, Senador, de todas as evidências que são publicadas. Daí por que hoje a gente trouxe aqui, para deixar à disposição dos senhores, todas as evidências publicadas e evidências publicadas de trabalhos randomizados constantes de metanálise. A gente está falando de uma metanálise, que é um grupo de evidências de trabalhos com um bom nível de evidências que são agrupados para que a gente possa produzir um resultado melhor.

Em relação aos profissionais de terapia intensiva, sabemos da necessidade de a gente formar mais profissionais. O ministério, depois da chegada do Ministro Queiroga, deve lançar um edital extraordinário para novas vagas de residência em terapia intensiva. Essa é uma questão que nós discutimos com a Comissão Nacional de Residência Médica, MEC e Ministério da Saúde. Mudamos inclusive os critérios, as diretrizes para que a gente pudesse mudar a forma de ingresso nessas residências: ao invés de um determinado número de anos, nós reduzimos e fizemos acesso direto. Então, nós estamos tomando todas as providências para que a gente possa formar mais profissionais na área de terapia intensiva.

Eu só queria aproveitar a sua fala para dar um dado que é extremamente interessante. Eu assisti ao Senador Otto comentar, mas ele não está mais aqui.

Quando é mencionado que a gente não precisaria dispor desse recurso do tratamento na fase inicial da doença porque 80% das pessoas vão evoluir para as formas leves, assintomáticas e não vão agravar e só 20% das pessoas vão necessitar do sistema hospitalar, não é possível que a gente consiga prever quem vão ser esses 80% e quem vão ser esses 20%, nós estamos diante de uma doença gravíssima. Então, se eu considerar que 20% da população brasileira, cerca de 216 milhões de pessoas, 40 milhões vão evoluir para as formas graves e, desses, 5% vão precisar de leitos de UTI, eu teria que ter 2 milhões de leitos de UTI hoje disponíveis no Brasil. Então, aí o senhor entende que nós estamos até subestimando a necessidade de profissionais. O Ministério da Saúde, emergencialmente, disponibilizou o custeio de cerca de 19 mil leitos de UTI. Mas, diante de uma doença incerta, em que não sei quem vão ser esses 5% que estão na UTI, que o senhor acabou de mencionar – e, desses, 85% vão a óbito –, eu tenho de dispor de todos recursos possíveis: vacinas, equipamentos de proteção individual, tratamento farmacológico no início da doença para evitar o agravamento e tratamento farmacológico para os doentes graves que já internaram nas enfermarias e nas UTIs.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender por meia hora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, só uma informação, V. Exa. me responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, porque nós temos 15 minutos de fala. O nosso entendimento é que a gente faça as perguntas e haja resposta dentro dos 15 minutos. É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só para a gente ajustar. Eu nem estou contra o Senador Marcos ter 30 minutos: 15 de pergunta e 15 de resposta. Eu só acho é que a gente também tem que ter os 30 minutos, entendeu? Tem que ser isonômico. Então, eu pediria a V. Exa. que ou aumente para a gente mais 15 minutos, ou a gente ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo realmente. Eu concordo quando as perguntas são objetivas e respostas objetivas e não fazer aqui ilações a coisas de que nem tecnicamente a gente tem conhecimento, mas está lendo alguma coisa e está botando aqui como se fosse verdade. Isso está acontecendo muito, tanto da parte de situação ou oposição, que muitas vezes querem colocar sua opinião naquilo que leram, e aquilo vira verdade.

Então, eu serei mais rigoroso um pouquinho, mas eu queria que a secretaria me dispusesse depois quanto tempo o Senador Marcos Rogério ocupou de espaço. Não que a gente não goste de ouvi-lo – longe de mim, Senador –, mas é importante até porque V. Exa., todas as vezes em que vai falar, diz que o seu tempo é menor. O senhor teve um tempo bom. Inclusive, a Dra. Mayra teve tempo suficiente para respondê-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No final, agradeço a V. Exa., porque V. Exa. alongou o meu tempo, mas pode comparar, Sr. Presidente. Na semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós temos que fazer uma coisa. Sabe o que é? Para quem está esperando na lista, fica chateado, porque a pessoa vem aqui, se inscreve – oitava ou décima para falar – e quer fazer pergunta.

Depois, será o Senador Eduardo Girão; em seguida, será o Senador Randolfe; depois, Senador Jorginho Mello; e, por último, Senador Eduardo Braga, dos titulares. Depois, a gente começa...

Então, está suspensa por 30 minutos, até porque a Dra. Mayra precisa comer alguma coisa. Doutora, fique à vontade.

(Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 15 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto nós tivemos esse intervalo, o Senador Jorginho Mello me pediu, porque ele vai ter outro compromisso, para trocar. Se o senhor permitir, está aceito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello com a palavra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Nós fizemos uma grande negociação aí, Presidente, e eu espero que o senhor não atrapalhe e não estrague a nossa negociação.

Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores...

Sra. Mayra, quero cumprimentá-la pelo seu depoimento, o equilíbrio que a senhora teve aqui, a serenidade, bem embasada em tudo aquilo nas suas experiências como profissional respeitada. Depois, antes de eu terminar as minhas indagações, eu vou pedir à senhora que, se achar necessário responder a alguma coisa que não foi possível, pelo apertado das perguntas, "sim" ou "não" muitas vezes, se a senhora puder... Porque há muitas pessoas que não têm condições de ficar assistindo à CPI, e, depois, a TV Senado pode informar, passando, reprisando informações que vão ajudar muito as famílias brasileiras a conviver, a se defender com essa pandemia.

Bom, eu quero pedir para a senhora o seguinte: tomara que o dia de hoje seja o dia que a gente vença a cloroquina. Tomara. Que a gente vença a cloroquina, para nós pararmos de falar nisso e ir para outros assuntos, ir para os Governos dos Estados, porque a população quer e precisa ver como é que foi gasto o dinheiro, as maracutaias que foram feitas em alguns Estados, em alguns Municípios.

Eu pergunto à senhora: em quais estudos a senhora se baseou para ter convicção da eficácia desse tratamento *off-label*?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Em todos esses estudos que nós trouxemos aqui.

Desde o início da doença que nós temos... Primeiramente, nós tivemos evidência *in vitro*; e, aí, eu gostaria de esclarecer para o senhor e para a população brasileira essa grande confusão que é a gente falar em evidência, eficácia, *off-label*. As pessoas não sabem o que é isso.

Evidência é toda demonstração da ação de uma molécula. No caso dos medicamentos, de uma droga. Então, eu posso ter evidências a partir da opinião de especialistas ou eu posso ter outros tipos de evidência. Eficácia é quando eu tenho a avaliação clínica, através de trabalhos, da ação daquele medicamento ou daquela droga. No início da doença, nós tínhamos um nível de evidência, que eram as observações, as opiniões dos especialistas que usavam medicamentos considerados antivirais, com ações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antivirais, e eles observavam melhora dos pacientes, a não evolução para os quadros graves, e esse é um nível de evidência, a observação dos especialistas. A eficácia são os estudos que vão sendo feitos ao longo da experimentação do uso das medicações.

Hoje nós já temos bastante evidência mostrando a eficácia da hidroxicloroquina, da ivermectina, da cloroquina, da colchicina... São 17 medicamentos. O grande problema de a gente estar se referindo à hidroxicloroquina e à cloroquina é que elas foram muito estigmatizadas – e eu já disse isso aqui algumas vezes –, por conta dos trabalhos que, em vez de mostrar resultados positivos, usaram critérios metodológicos inadequados para mostrar resultados que foram negativos: mortes e desfechos desfavoráveis. Então, esses medicamentos já têm sim, Senador, um bom nível de evidência para que nós possamos utilizá-los.

E há um outro conceito que a população precisa entender, porque é nosso dever médico esclarecer, que é a questão de segurança. Segurança é oferecer um medicamento que ele não cause mais malefícios ou mais danos do que benefícios. E, no caso dessas medicações que nós chamamos "reposicionadas", ou seja, elas foram liberadas em bula para uso em uma condição.

É o caso, por exemplo, da ivermectina. Como pediatra, eu prescrevo, há trinta anos, para tratar pediculose, piolho, escabiose, doenças comuns na infância e até nos adultos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, é esta a questão: esses medicamentos podem ser reposicionados e, no contexto da pandemia, nós não podemos esperar o mais alto nível da evidência, porque ela não vem num curto espaço de tempo, nós temos que enfrentar a doença com o que nós temos hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Continuando, a senhora tem confiança nesse tratamento ao ponto de se tratar ou tratar pessoa da sua família com esse medicamento? A senhora fez isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, Senador. Eu tive o meu pai, que ficou muito grave – ele ainda permanece internado na UTI; meu pai tinha uma doença de base, um câncer de próstata –, e minha mãe, também com várias comorbidades. Eu tive a doença, vários membros da minha família tiveram. E aqueles que se submeteram ao tratamento precoce, graças a Deus, todos evoluíram. Meu pai, a despeito do internamento na UTI, permanece vivo e, nos próximos dias, deverá voltar para casa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. A distribuição desse medicamento para os Estados e Municípios é feita automaticamente pelo SUS ou o Estado requisita, o Município requisita?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Os medicamentos, como a cloroquina, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que são usados pelo ministério, distribuídos pelo Ministério da Saúde há anos para tratamento da malária já são produzidos e distribuídos com essa finalidade. Fora do uso habitual, que é o tratamento da malária, o Ministério da Saúde só disponibiliza quando há requisição formal dos Estados e Municípios.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Então, é o Estado que requisita?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Com base nos conhecimentos existentes relativos ao tratamento de pacientes portadores de Covid-19 com a cloroquina e com hidroxicloroquina, o Conselho Federal de Medicina propôs a toda a classe médica, em 16 de abril de 2020, a seguinte orientação constante no Parecer nº 4, de 2020, que integra o Processo de Consulta nº 8... A senhora conhece esse parecer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, esse parecer consulta foi utilizado por nós como referência para a confecção da Nota nº 9 e, posteriormente, para atualização, o que se tornou a Nota nº 17.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Considerando o uso compassivo em pacientes críticos, recebendo os cuidados intensivos, incluindo a ventilação mecânica, uma vez que é difícil imaginar que pacientes com lesão pulmonar grave, estabelecida e, na maioria das vezes, com respostas inflamatórias sistêmicas e outras insuficiências orgânicas, a hidroxicloroquina ou a cloroquina podem ter efeito clinicamente importante aí?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas fases tardias da doença, já existem evidências desaconselhando o uso dessas medicações. Existem alguns trabalhos mostrando um mínimo benefício, mas, em geral, essas drogas têm um efeito benéfico na fase viral, na fase de replicação viral, onde tudo que a gente quer é que não haja evolução para as fases mais graves, com comprometimento pulmonar ou multissistêmico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Ministério da Saúde se baseou nesse parecer do Conselho Federal de Medicina para a expedição da Nota Informativa nº 9, atualmente Nota Informativa nº 17, de 30 de julho de 2020.

A senhora foi uma das subscritoras dessa nota, dessa nota informativa, lá na Secretaria Executiva do Ministério, assinada por todos os secretários. Com qual intenção o ministério produziu esse ato?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Essa nota foi produzida dentro de um contexto muito específico. Nós já sabíamos que milhares de médicos brasileiros e pacientes brasileiros acometidos com a Covid



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam fazendo o uso *off label* dessas medicações, isso já era feito também em outras partes do mundo. Nesse contexto – eu, inclusive, já mencionei isso aqui –, nós tivemos a publicação de um trabalho que foi originado de Manaus, onde 22 pacientes foram a óbito, por doses tóxicas da cloroquina. A dose quatro ponto..., quatro vezes maior do que a dose preconizada hoje pelo ministério, orientada pelo ministério.

Então, o que nós fizemos? Para não haver prevaricação, nossa função de orientação, ela foi exercida através da elaboração de um documento juridicamente perfeito que se baseava também no parecer-consulta do Conselho Federal de Medicina. E nós orientamos doses seguras desse medicamento, disponibilizamos as orientações quanto aos riscos, efeitos colaterais, necessidades de exames complementares em pacientes que quisessem receber, a partir da prescrição dos seus médicos, esses medicamentos, e colocamos nessa nota, Senador, todas as referências que a embasaram, inclusive todos os outros profissionais, consultores, especialistas nas suas áreas de atuação que também ajudaram na elaboração desse documento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Por que a senhora é a favor do tratamento precoce? É a favor mesmo diante do ambiente de incertezas científicas quanto à comprovação da eficácia das medicações previstas na nota normativa? Eu queria que a senhora explicasse, um pouquinho mais devagar, isso para as pessoas que estão nos vendo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Como a gente já mencionou antes, nós temos a evidência e a eficácia de um produto, no caso de uma molécula, de uma medicação; ela é dada a partir da sua comprovação com ensaios clínicos, com experiências clínicas. Hoje, nós já temos uma grande quantidade de evidências clínicas, mostrando que essas medicações, inclusive, isso já é quantificado em metanálises... No caso da hidroxicloroquina, existem trabalhos que provam; metanálises constituídas a partir de estudos randomizados, que são estudos considerados os mais adequados, mostrando que ela pode reduzir em até 24% as hospitalizações, por exemplo. No caso da ivermectina, que é outra dessas medicações, esses estudos das metanálises mostram que pode haver redução de hospitalizações e óbitos em até 65%, 60%. Então, esse critério é importante, é o que norteia os médicos. A gente não está dizendo que essas medicações curam a Covid – é preciso ficar claro –, mas elas trazem a possibilidade de que a gente tenha para aqueles pacientes que quiserem fazer uso e para os médicos que têm o direito de exercer a sua autonomia, a possibilidade de a gente reduzir internamentos e óbitos, que é o que todos nós queremos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Em depoimento a essa CPI, o Ministro Queiroga revelou a intenção da constituição de um protocolo clínico, visando ao tratamento de pacientes com Covid-19, mediante a assessoria da Conitec. A senhora sabe dizer se o Ministro já iniciou a produção desse documento e quando estará disponível?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, já foi feito esse protocolo, ele já está para consulta da Conitec. Inclusive, ele já pode, a sociedade pode se manifestar na consulta pública, lembrando que esse protocolo inicial é para uso hospitalar. Nós ainda não iniciamos a construção de um protocolo para uso ambulatorial, para o que nós chamamos de tratamento na fase inicial da doença. A construção desses protocolos vai nos dar segurança, vai acabar com essa guerra que nós estamos vivendo de quem é a favor, quem é contra. Então, uma vez que a Conitec se manifeste, a gente vai ter, inclusive, parecer público. As pessoas vão poder participar. Nós vamos poder usar oficialmente essas medicações, ou não usá-las, de acordo com o parecer, nos protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas do SUS.

Mas é preciso que a população entenda: *off-label* é o uso dessas medicações para o que não está em bula. Bula quem dá é a Anvisa, e a Anvisa só concede bula, Senador, para requisições através de estudos da indústria farmacêutica. E o fato de uma medicação não estar em bula não significa dizer que ela não tem valor pra sociedade, que ela não pode ser usada pelos médicos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E, só para o senhor ter ideia – eu queria que o senhor me desse mais uns minutinhos pra eu esclarecer –, a gente tem 99 protocolos de diretrizes clínicas, terapêuticas no Ministério da Saúde – 99. Destes, 73 protocolos contêm medicamentos *off-label*.

Se a gente hoje resolvesse proibir o uso de medicamentos *off-label* no Brasil, nós parariamos o SUS. As práticas integrativas hoje mantidas na Secretaria de Atenção Primária, que incluem 29 práticas, são todas *off-label*. E nós destinamos recursos a elas. Se nós retirarmos as práticas integrativas e os 73 protocolos do ministério – a gente está falando em protocolo; não nota orientativa, que é o que nós estamos fazendo com a Covid –, se retirarmos, a partir de hoje, por exemplo, esses protocolos, a gente vai deixar de ter 73 documentos que são oferecidos ao SUS para que os médicos possam tratar seus pacientes, diagnosticar doenças e acompanhar doenças.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos passar aí um pouquinho agora à cloroquina.

A senhora não tomou vacina, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque eu adoeci.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A senhora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, só pra... Só um pouquinho de paciência.

A senhora é contra a vacina? O por que a senhora não tomou? A senhora... Não chegou na sua...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. No dia em que eu iria tomar a vacina, eu amanheci com os sintomas de Covid e confirmei o diagnóstico. E agora eu estou esperando os 30 dias entre a doença e a primeira dose.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Essa histeria em torno da cloroquina. O que levou a senhora a defender, indicar e distribuir esse medicamento? Quais os estudos? A senhora tem aí os estudos, pra nos mostrar, em que a senhora se baseou? Pra não ficar muito, muito só no que disse, o que não disse... A senhora podia depois deixar para a própria CPI algum estudo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, Senador. Nós trouxemos aqui, inclusive impressos – e já foi solicitado que a gente mandasse escaneado –, todos os estudos, as metanálise que nós utilizamos pra vir pra cá com a segurança de que nós não estamos faltando com a verdade.

Mas essa questão de prescrever ou não precisa ser entendida, aqui, nesse espaço, como autonomia médica. Não são membros do Legislativo, não são os membros do Judiciário, não é a imprensa que define que orientação os médicos devem fornecer pra salvar seus pacientes. Isso precisa ficar claro pra todos nós.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, já ultrapassamos bastante seu tempo. Eu estou sendo...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não passaram 15 minutos, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já passou. Já passou, Senador. Já tocou a campainha.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, mas eu tenho economizado tempo, então me dê mais um pouquinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. É verdade: ele não está mentindo, não. É verdade. Ele é uma pessoa que menos usa o tempo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso, aí, ó! Viu, ó! Já estamos convergindo.

Presidente, eu queria perguntar para a senhora: a senhora conhece o caso da Prevent Senior. É um plano de saúde que prescreve cloroquina. Eles, numa nota apresentada, um protocolo que eles têm, têm monitorado o resultado de evidências clínicas de mais de 130 mil beneficiários, testados pela Covid-19,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 12 meses. O resultado: fazem evidências robustas que, em conjunto, o tratamento de diversas medicações evita o agravamento. A senhora conhece essa Prevent Senior?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, senhor. Inclusive, nós recebemos contribuições para conhecimento de vários grupos de empresas privadas de saúde no País que vêm adotando protocolos e fazendo seguimento ambulatorial de seus pacientes com ótimo desfecho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora tem o percentual de óbitos da Prevent Senior?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, a senhora não tem. Como é que a senhora afirma que tem um excelente êxito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu disse que eu tinha conhecimento que foi mencionado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas conhecimento, veja bem, sabe o que é? Desculpe eu interromper, Jorginho. Sabe por quê, meu querido Senador Jorginho? Porque nós estamos aqui com uma audiência, e pessoas, às vezes, leigas estão ouvindo falar sobre medicação, e eu recomendo que ninguém tome medicação do que estão falando aqui. O médico é que tem que prescrever um remédio, qualquer coisa.

A doutora está aqui...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou lhe devolver o tempo.

Então, essa questão aí que falaram: eu não sei que empresa é essa – não conheço o que o Senador Jorginho perguntou – que prescreveu para alguns milhares... V. Sa. respondeu dizendo o seguinte: "Não, eu tenho conhecimento de excelente êxito". Eu lhe pergunto qual o número de óbito, e a senhora não sabe. Então, a senhora não pode responder isso dessa forma.

Era bom pedir a informação para a... Mesa, peça a informação para essa empresa.

Porque eu já pedi informação da quantidade de cloroquina que foi produzida em 2019 e 2020, 2018 e 2017 – e de ivermectina –, principalmente para laboratórios que produzem genérico. E aí a gente vai fazer as nossas conclusões matematicamente, para saber aonde foi isso. Para onde foi isso?

Então, as respostas, quem está nos vendo agora, neste momento... Aqui há divergências profundas em relação a medicação. Nem tudo que eu falo ou que a doutora está falando... Nós temos ainda muita



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa para andar, para saber se é verdade ou não. Então, eu recomendo que a gente não afirme questão de tratamento aqui enquanto... A Conitec, por exemplo... A senhora está há quanto tempo na Conitec?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Desde que eu cheguei ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, há mais de um ano. A senhora está há um ano e cinco meses. Até hoje... Essa pandemia começou em março, quando começou a gente a falar em cloroquina, em tratamento. Até hoje a Conitec não tem uma posição. Já teve tempo suficiente.

Só para a senhora ter uma ideia, a Anvisa leva, às vezes, 30 dias para liberar uma vacina. E a Conitec não consegue se posicionar sobre algumas medicações...

Eu não tenho nada contra nenhuma medicação. Estou sendo sincero com a senhora, com os Senadores e com quem está vendo, mas sem comprovação científica eu não... Existem estudos: a *Lancet* tem um estudo que o Senador Heinze mostrou; tem um outro estudo posterior que é contra; há divergência até entre os cientistas, entre os especialistas, por isso que nós temos que ter cuidado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... hoje é uma coisa corrente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou colocar em divergência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jorginho, o senhor pode concluir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos terminar a conversa aí, senão...

Eu tenho aqui, eu tenho aqui uma nota técnica da própria Prevent Senior, feita por médicos independentes: a taxa de óbitos por Covid, de pacientes acima de 60 anos, é 50% menor que a média estadual em São Paulo; 20 coordenadores da pesquisa de instituições brasileiras independentes fizeram a análise e confirmaram os dados, só pra responder a indagação que V. Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos chamar, vamos chamar essa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, o tempo. Já concluiu?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, mas o Presidente falou. Agora, Senador Alessandro, por favor, segura aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre *lockdown*. A senhora falou e eu anotei uma frase aqui: "Milhares de publicações mostram que o *lockdown* não é efetivo, a não ser para a fome e para a miséria.". Eu falo isso porque nós aprovamos no Senado uma linha de crédito para salvar as micro e pequenas empresas, e estou acompanhando de perto a quebradeira. E eu anotei essa sua frase aqui: "Milhares de publicações mostram que o *lockdown* não é efetivo", e eu queria que a senhora falasse um pouquinho sobre isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Essa posição, Senador, pode ser encontrada em várias publicações científicas. E a OMS, que é a Organização Mundial de Saúde, que é usada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – A própria OMS esclareceu que isso foi...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Humberto, deixe ela responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente; Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deixe ela responder, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Mas ela está mentindo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não perguntei para o senhor, eu perguntei para ela, por favor. Eu não meti o bedelho quando o senhor estava falando, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Então, já houve uma manifestação de que as políticas de *lockdown* podem resultar em danos à sociedade, em fome, em miséria, em desemprego, e isso também é importante pra nós.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Presidente, eu agradeço a sua generosidade por passar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., quando disse que era o que ocupava menos o tempo, falava corretamente.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Dra. Mayra Pinheiro, meus respeitos. Tenho que considerar o seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

currículo e, inclusive, a sua atuação como médica, deve merecer a consideração, o tratamento respeitoso de todos, das Sras. e Srs. Senadores aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como eu sou daqueles que gosto de ouvir a ciência e, como a minha especialidade não é Medicina, eu não vou fazer aqui prescrição de medicamento e entrar nas polêmicas médicas. O papel de V. Sa. aqui nesta Comissão é responder sobre os fatos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando. Então, agradeceria a V. Sa., vamos procurar, tentar ser, para ganhar os nossos tempos, não é... Vamos procurar, eu queria pedir a V. Sa. que procurássemos ser objetivos nas respostas.

Dra. Mayra, objetivamente então dizendo: qual a opinião da senhora sobre as teses de isolamento vertical e de imunização de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu já mencionei anteriormente a questão da política de você induzir imunidade através do efeito rebanho; ela é extremamente perigosa. Para grandes populações, você não sabe quantas pessoas vão precisar ser submetidas a esse tipo de teoria, e ela pode induzir a milhares de óbitos. Então, eu não concordo com isso de forma generalizada. Em pequenos grupos populacionais, isso pode ser usado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Tem alguns pacientes de que nós tínhamos conhecimento que, ao serem infectados, depois fizeram declarações do tipo: "Eu tive o melhor tipo de vacina, o vírus". A senhora concorda com esse tipo de declaração?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que nós podemos desenvolver a imunidade de duas formas, se isso está bem claro pra sociedade. A doença em si confere imunidade, mas a vacina confere imunidade em escala, a gente não precisa esperar que muitas pessoas adquiram a infecção pra elas terem imunidade. Se a gente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas se todos...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... dispuser de uma vacina, claro que a gente vai ter imunização mais rápida de muitas pessoas. Agora, no contexto atual, nós sabemos que a doença confere uma imunidade mais eficaz do que a vacina que nós estamos utilizando porque nós estamos usando vacinas em Fase III, pela nossa urgência – a doença é uma urgência –, e por isso nós temos uma menor efetividade, o que não significa dizer que nós não devemos tomar vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito, mas esse tipo de declaração, se alguém que foi infectado pela Covid-19 disser: "Eu tive a melhor vacina, o vírus". A senhora incentivaria esse tipo de comportamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu, inclusive, gravei um vídeo, Senador, sobre isso, dizendo às pessoas que é necessário que elas tomem a vacina, mesmo que elas tenham tido a doença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós estamos diante de novas variantes, tudo é muito incerto. Então, mesmo que tenha a doença, é aconselhável que as pessoas se vacinem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, porque essa declaração foi de Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil, Chefe de Governo e Chefe de Estado, e que eu acredito que é uma declaração para os brasileiros que acaba indo no sentido contrário do que a senhora, inclusive, aqui mesmo argumentou, que é a tese da imunidade coletiva, da imunidade de rebanho. Muito obrigado por seu esclarecimento nesse sentido.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe pergunto, Dra. Mayra... Veja, a senhora falou, ainda há pouco, que a OMS cometeu erros, não é? Me parece que foi inclusive uma resposta sua ao Relator Renan Calheiros, para dizer o seguinte: "A recomendação da OMS para que as pessoas não usassem máscaras fez milhões de pessoas se infectarem". E de fato parece-me que a orientação da OMS só foi a partir de junho, não é isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso, a situação de emergência foi em janeiro, e somente em junho foi dada a orientação pra que todos usassem máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora considera, então, que esse foi um dos erros cometidos pela Organização Mundial de Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Se hoje a nossa orientação... Nós sabemos que se trata de uma doença de transmissão por aerossóis, todos nós devemos usar máscara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o que dizer das aglomerações sem máscaras que o Presidente da República faz, como a que aconteceu neste último final de semana, no Rio de Janeiro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a minha presença aqui é técnica. Então, as minhas orientações, enquanto técnica e médica, eu uso máscara e eu faço distanciamento social, mas eu não vou comentar as questões relativas ao Presidente, aos ministros, aos secretários de Estado, porque não é a motivação pra eu estar aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas – perfeitamente – eu só quero depreender um raciocínio. Se a senhora considera que é um erro – e de fato é – a OMS só ter recomendado o uso de máscaras até junho, aglomerações com milhares de pessoas, sem máscaras, e declarações contra o uso de máscaras, a senhora não acha que influem nos brasileiros?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou opinar no comportamento do Presidente da República; a minha orientação, enquanto técnica e médica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E se uma outra autoridade pública assim atuasse?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É opinião, Senador, eu vim pra cá pra relatar fatos e falar da minha conduta técnica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Mayra, me permita, respeitosamente, Dra. Mayra: opinião é a senhora torcer para o Ceará e eu torcer para o Flamengo. Usar máscara ou não, me parece que não é opinião.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é a minha, eu já disse para o senhor: como médica, eu oriento a todos os meus pacientes, a família dos meus pacientes, os meus familiares, a usarem máscara e manter o distanciamento social. Sigo esses preceitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Eu vou depreender que, pelo seu raciocínio, então, o Presidente cometeu um crime contra a saúde pública, contra a ordem sanitária, no domingo, inclusive pelo que a senhora claramente considera aqui – não é?

Doutora Mayra, o Regimento Interno do Ministério da Saúde estabelece como finalidade de sua secretaria – e eu aqui destaco: é uma das secretarias mais importantes do Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação – é o seguinte: "planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área de saúde, à organização da gestão da educação e do trabalho em saúde, à formulação de critérios para as negociações e o estabelecimento de parcerias entre os gestores do SUS e ao ordenamento de responsabilidades entre as três esferas de governo".

A senhora considera que isso foi desenvolvido durante a pandemia da Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora poderia descrever?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No início do meu discurso, se o senhor acompanhou, eu citei aqui todas as ações empreendidas pela Sgtes para o enfrentamento da pandemia. Três ações continuam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existindo e foram essenciais e são essenciais. "O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde", "O Brasil Conta Comigo" – estudantes e "O Brasil Conta Comigo – Residentes". A principal atuação da Sgtes é qualificar a força de trabalho do SUS no Brasil. E nós oferecemos treinamento e fizemos, talvez, o maior banco de dados de profissionais do mundo. Desses profissionais, 1.007.000, boa parte deles foi treinada nos protocolos clínicos da Covid e colocada à disposição de todos os Estados e Municípios brasileiros, porque nós sabíamos que os recursos humanos eram um elemento fundamental para o enfrentamento da doença.

Então, esse papel de treinamento e formação, inclusive dos agentes de saúde, foi feito pela nossa secretaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas aponta que 72,6% dos profissionais de saúde do Brasil, até março de 2021, não receberam treinamentos relacionados à Covid-19. A senhora acha que essa pesquisa da FGV está errada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é uma instituição de grande credibilidade, mas o que precisa ficar bem claro é a diferença de o Ministério da Saúde disponibilizar a formação... E cabe aos profissionais, por livre-arbítrio, aderir ou não, fazer ou não essa formação. Ela foi disponibilizada, ela foi divulgada, inclusive muitas delas feitas em parceria com diversas entidades e instituições – Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Goiás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que a senhora está dizendo: o Ministério da Saúde, sua secretaria ofereceu, disponibilizou treinamento, e os profissionais, 73% dos profissionais de saúde do País, disseram que não queriam participar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou saber se todos eles tiveram conhecimento. Nós fizemos uma rede de divulgação muito grande, através do Conass e Conasems. Agora, nós precisamos, Senador, levar em conta um fator importantíssimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Boa parte desses profissionais, heróis de enfrentamento, são os verdadeiros heróis de enfrentamento à pandemia – não, nós, que estamos aqui –, sequer tinham tempo de voltar para suas casas. Na UTI em que eu trabalho, houve dias em que nós dobrávamos os plantões – e isso é irregular –, porque simplesmente os colegas adoeciam e não tinham quem substituísse; a gente tinha que dobrar os plantões. Então, foi o que aconteceu. Nós tivemos um grande número de profissionais que estavam na linha de frente infectados. Essas pessoas não tinham tempo de fazer outra atividade se não cuidar do povo brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Doutora, qual a sua opinião sobre a Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - É uma instituição de excelência, que tem dado grande contribuição para a vacina agora, no Brasil, no momento que nós vivemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A senhora tem conhecimento de sua declaração sobre a Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Posso colocar aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pode.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A senhora pensa a mesma coisa ainda da Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Esse áudio foi uma resposta a um colega, não foi agora, enquanto estou secretária de Governo, e houve um vazamento. Nessa época isso era a constatação, Senador, de fatos. Eu acho que o papel dessa instituição de excelência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Em algum momento da história da Fiocruz teve um aparelho reprodutor masculino na porta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, ela falou "tênis" - "tênis"!

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Omar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Existia um objeto inflável em comemoração a uma campanha na porta da entidade. Isso é uma constatação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora, então, reafirma isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, isso é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... uma constatação de fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho essa uma informação... E essa é a opinião de V. Exa. Eu respeito a Fiocruz, inclusive é a instituição que é responsável pela vacina, a única vacina conveniada pelo Governo brasileiro, uma instituição que tem mais de 100 anos de existência, uma das primeiras instituições sanitárias, um dos laboratórios mais respeitados do País.

Sobre a Fiocruz, já ouvi o que a senhora pensa, já ouvi. Já ouvi, não concordo. Aliás, refuto veementemente, mesmo porque é a vacina da Fiocruz, consorciada com o laboratório AstraZeneca, que está salvando a vida de milhões de brasileiros.

Mas, sigamos.

Dra. Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Este... Temos um documento aqui... Tem um documento aqui... Tem um documento aqui assinado pela senhora. Eu queria confirmar se esse documento é de fato assinado pela senhora. É um documento de 7 de janeiro de 2021 encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Esse documento tem um primeiro parágrafo, mas, no segundo parágrafo, a senhora diz:

Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde de Manaus, a não adoção da referida orientação.

A senhora confirma esse documento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –
Perfeito.

Então, Presidente e Sr. Relator, a Dra. Mayra acaba de contradizer o ex-Ministro Eduardo Pazuello, que disse, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito em depoimento na semana passada, que o ministério não havia recomendado o uso de cloroquina e hidroxicloroquina. Então, reitero, senhores membros desta CPI, reitero, Sr. Presidente Omar Aziz e Sr. Relator: o Sr. Eduardo Pazuello mentiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, o senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...
confirmado, agora, pela Dra. Mayra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... uma orientação do termo jurídico. É diferente de uma
recomendação.

Uma recomendação tem um peso mais forte, é por definição. Uma orientação é uma instrução...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –
Então, ele utilizou de eufemismo?

Hoje tem sido um festival de figuras de linguagem.

Não houve esclarecimentos sobre o papel de ironia, não houve, assim, esclarecimento de
eufemismo.

Acho que nós vamos ter que inaugurar aqui aulas básicas de literatura, aqui na Comissão
Parlamentar de Inquérito.

Sigamos, Dra. Mayra.

Veja, qual a sua opinião sobre alteração de bula de remédio sem ser apreciada pela Agência
Nacional de Vigilância Sanitária?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu desconheço essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não,
não perguntei se a senhora conhece ou desconhece, eu quero saber qual é a sua opinião.

A senhora concorda ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha opinião é que hoje qualquer medicamento só pode ter a bula alterada, os medicamentos reposicionados, por exemplo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por recomendação da Anvisa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... se passa pela avaliação da Anvisa, que é a nossa agência reguladora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora conhece o Dr. Luciano Dias Azevedo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Sra. Nise Yamaguchi?

A senhora teve algum reconhecimento com ela?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A Dra. Nise conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora não teve conhecimento que ocorreu uma reunião, declinada aqui pelo Ministro Mandetta e pelo Presidente da Anvisa, onde se propôs alteração da bula da hidroxicloroquina, a qual foi refutada pelo Presidente da Anvisa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ouvi a menção assistindo à CPI, mas não tive conhecimento enquanto Secretária dessa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora nunca participou de nenhuma reunião que isso veio a ser tratado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora falou aqui que ainda hoje existem países que utilizam a hidroxicloroquina para tratamento precoce.

A senhora poderia declinar alguns desses países?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Existe uma lista de 20 países que têm protocolos. República Tcheca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje, ainda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Cuba.

Isso, sim, a gente tem um protocolo de Cuba recentemente lançado, a gente tem vários países.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Deixa eu lhe perguntar uma coisa: a senhora declinou aqui que foi uma honra ter participado da missão de Manaus, reitera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que a senhora utilizou-se de *habeas corpus*, então, para falar sobre o Amazonas aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu estou falando, respondendo a tudo o que me foi perguntado.

A questão é que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então...

E eu saúdo V. Sa. por conta disso.

Se V. Sa. está falando sobre o que foi perguntado, para que se utilizou do *habeas corpus*?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A questão do *habeas corpus*, Senador, foi para pedir o respeito porque eu assisti, da minha casa, os depoimentos anteriores e eu vi depoimentos aqui em que os depoentes, que são simples testemunhas, foram tratados como réus.

Então, assim, pedi a proteção, porque achei indigno o tratamento que eles receberam aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, mas a senhora está sendo destrutada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, mas o senhor me fez uma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente, eu só acho que...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Por isso o motivo do *habeas corpus*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O *habeas corpus* para falar de uma missão que foi honra?

Que foi honrosa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas, sim, eu estou falando, respondi a todas as perguntas que os senhores me fizeram até agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

Obrigado, Dra. Mayra.

Presidente, veja aqui, só para concluir, Sr. Presidente.

Nessa história...

Faço só essa última pergunta.

A senhora se recorda de alguma fala do Presidente da República defendendo o isolamento social?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em algum momento, durante este período todo da pandemia, ele chegou a reunir com a equipe do Ministério da Saúde, chamou o Ministro, algum dos Ministros – passaram quatro já por lá –, chamou algum dos Ministros e a equipe e disse: "Gente, nós estamos numa guerra, vamos vencê-la, é necessário reforçar o que a ciência diz, é necessário reforçar o isolamento social, vamos esperar a vacina".

Em algum momento teve isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que o Presidente fez uma única visita, que eu me lembre, no Ministério da Saúde, numa reunião onde foram apresentados todos os planejamentos estratégicos da secretaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, quer dizer que, em mais de um ano de pandemia... Muitíssimo obrigado, Dra. Mayra, pela informação, eu acho que contribui muito com o Relator Renan Calheiros: em mais de um ano de pandemia, o Presidente da República fez somente uma visita ao Ministério da Saúde...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... somente uma para reunir

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que eu participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora acabou de dizer que foi uma visita que fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, que o senhor perguntou que eu tenha participado. Eu não sei dizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em algum momento ele falou defendendo o isolamento social?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não, nenhuma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é ótimo, isso é fundamental, essa informação. E já concluo, Sr. Presidente, antes que o meu querido Líder do Governo se levante – não é? Essa é uma ótima e necessária informação, porque veja, Presidente, e falo para concluir: tem uma grande história nessa pandemia que ainda não foi abordada nesta CPI. É que, durante um tempo, existiu um consenso, um consenso logo nos primeiros dias da pandemia, quando se tinha as primeiras notícias no Planeta, de Wuhan, de Milão, do que acontecia na Itália, do que acontecia na Europa. O consenso ali é que o mundo estava escandalizado com o número de mortos e, devido a isso, era necessário fazer de tudo para que o vírus aqui não chegasse e, se chegasse, tomar as medidas necessárias. Esse consenso, Dra. Mayra, Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas da CPI, foi desfeito no dia 24 de março. No dia 24 de março de 2020, Sua Excelência o Presidente da República usou cadeia de rádio e televisão e disse que tudo não passava de uma gripezinha. O depoimento da Dra. Mayra dizendo que o Presidente nunca falou em isolamento social só reafirma a responsabilidade dos 450 mil mortos de hoje.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, só para deixar claro, o senhor me perguntou se eu já participei de alguma reunião onde o Presidente falou disso, e o que eu respondi para o senhor foi que, na reunião que foi feita onde eu estava presente, nós tratamos do planejamento estratégico, não foi para discutir esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora já esclareceu, Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente quer agradecer e muito o seu depoimento e a sua colaboração.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No caminho desta CPI, contribuiu e muito. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito, muito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador agora é Eduardo Girão, que fez a permuta com o Senador Jorginho. É Senador Eduardo Girão, depois Senador Eduardo Braga e Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Paz e bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deus te abençoe, meu filho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Deus abençoe também o senhor, Presidente Omar Aziz.

Nós estamos aqui num momento... *(Risos.)*

Nós estamos aqui... Brincar com a palavra de Deus, essa eu não esperava aqui, esse tipo de coisa, porque eu... Aqui não é nada de piada, aqui é sério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, Senador, eu tenho o maior respeito pela sua religião. Admiro muito o ...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... que você tem, sempre você me liga, é sempre assim. E a gente fala "Deus te abençoe, meu filho", que é uma forma carinhosa de tratar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Sim, sim, mas as risadas eu não entendi aqui. Sinceramente eu não entendi. E peço até que reponha o tempo, porque isso tira até o raciocínio, porque a gente vem fazer uma coisa séria aqui e vê esse tipo de tratamento com colegas.

Aliás, Dra. Mayra Pinheiro, seja bem-vinda a esta Comissão; Dr. Djalma Pinto, seu advogado, um dos maiores juristas deste País também.

A senhora foi destratada sim, a senhora foi destratada. A pergunta que o nosso colega fez agora, em que a senhora disse que não, não foi destratada aqui, mas a senhora passou a semana passada sendo destratada por colegas desta Comissão, chamando a senhora de uma alcunha, de algo pejorativo, extremamente jocoso para uma mãe, para uma mulher, para uma médica que foi Presidente do Sindicato dos Médicos. O seu trabalho é reconhecido no Ceará, e a senhora foi destratada.

Eu queria colocar que a senhora respondeu a todas as perguntas aqui, nesse momento. Foi de uma extrema sinceridade com as colocações e eu acho que hoje caiu aqui a narrativa, caiu completamente a narrativa. Eu quero ver se esta CPI ainda vai, a partir de agora, ser a CPI da cloroquina, porque é assim que esta CPI é conhecida, Senador Marcos Rogério. Eu estive no Ceará agora, nesse final de semana, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitei o Mercado São Sebastião, passei três horas há, indo de banca em banca, conversando com as pessoas, com os feirantes, com a população que estava ali, e é isso que eles estão vendo, essa guerra, essa guerra política.

Eu discordo do Presidente da República quando ele vai e mostra um remédio. Por melhor que seja a intenção dele, eu discordo, isso não é papel de líder. Discordo quando causa aglomeração, quando não usa máscara, é um exemplo ruim. Mas foi porque ele fez esse gesto equivocado que certos medicamentos, Senador Eduardo Braga, que existem há décadas, foram completamente demonizados.

E a senhora deu um *show* aqui hoje, explicou tecnicamente quando quiseram deixar, porque a verdade incomoda. Quando a senhora começava a falar, era interrompida. Quando ia trazer os dados: "Não, esta Comissão... Só se ela pedir". Mas a senhora está com os dados aí. E, a esses dados, eu tenho acesso a esses dados porque eu fiz um debate nesta Casa aprovado pelos colegas Senadores de quatro horas e dez minutos ouvindo o contraditório: médicos renomados e cientistas renomados contra o tratamento precoce e médicos renomados e cientistas renomados a favor do tratamento precoce. Foi espetacular, está nas redes do Senado Federal. Quem quiser pesquisar vai no YouTube, vê, ouve e tira as suas próprias conclusões. Agora, a história vai mostrar, a história vai mostrar quantas vidas nós perdemos por causa dessa politização feita. Não me importa se é Presidente da República, se é o maior opositor dele que defende tratamento, que defende remédio. O que me importa é ouvir médicos que estudaram a vida inteira, que fizeram juramento de Hipócrates para salvar vidas. A autonomia deles tem que ser preservada e existe uma perseguição implacável neste País por causa desse tratamento.

Eu vou dar meu testemunho, Senador Omar Aziz. Eu vou dar o meu testemunho. Fiz mais de dez *lives* também pessoais com médicos do Brasil e de fora. Meu pai, que mora em São Paulo, tem 77 anos – ele nem gosta que eu fale que ele tem muitas comorbidades –, tem asma, bronquite, sobrepeso, e uma das grandes médicas, e a senhora falou o nome dela há pouco aí – eu não posso deixar de dar esse testemunho, senão não coloco a minha cabeça no travesseiro –, médica renomada de São Paulo, que está sendo perseguida hoje, Dra. Lucy Kerr, disse pra ele assim que ele foi infectado, Senador Eduardo Braga – pai; o senhor tem um pai, que ama muito –: "Triplique a dose de ivermectina". Médico falando, médica. Meu pai, praticamente assintomático. Como é que eu não vou ter gratidão por esse... Como é que a gente não vai ouvir essas pessoas?

Eu estou aqui nesta Comissão. Graças a Deus, não fui infectado ainda. Sei que pode chegar a minha vez, que vai chegar, mas eu estou fazendo, com recomendação médica, tratamento preventivo ou profilático. E, se tiver que fazer o tratamento precoce, eu vou fazer, porque eu acredito nos médicos. E eu vejo boa vontade dos médicos que têm feito um trabalho heroico contra narrativas que, pela política, têm tomado realmente o Estado aqui, têm tomado nosso País de forma injusta.

Eu queria dizer pra senhora, fazer aqui poucas perguntas, porque não vai dar... O tempo já foi para o espaço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde do Brasil é tripartite. Portanto, a gente não pode querer responsabilizar um; temos que ver todos, todos os entes. O Presidente está aqui se comprometendo, pra amanhã a gente tentar, pela primeira vez nesta CPI, depois de um mês de trabalho, que a gente está completando essa semana, ver os bilhões de reais que foram destinados pra Estados e Municípios de verbas federais. E a gente vai ter a oportunidade de ver isso. Espero que sim, porque foi o que eu mais ouvi no mercado – mais ouvi no mercado. E a gente precisa buscar todos os responsáveis pelo que nós estamos passando.

Cada vida é importante. Cada vida é importante.

Dra. Mayra, é verdade que a FDA americana e ministérios da saúde de vários países somente podem autorizar o uso emergencial de uma vacina ou medicamento enquanto não existir tratamento aprovado para aquela doença? E que isto certamente contribui para uma grande resistência a medicamentos baratos – e aí tem um *lobby* da indústria farmacêutica que não é brincadeira, que atua no mundo todo em grandes corporações – e que já perderam suas patentes – esses medicamentos baratos –, que constituem-se fortes concorrentes pelo seu excelente custo, efetividade e segurança comprovados há décadas? Queria lhe fazer essa pergunta de forma bem objetiva, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Senador, a gente já deu uma explicação anterior sobre a questão desses medicamentos sem bula. Pra que a gente possa obter bula dos medicamentos que nós estamos usando de forma reposicionada – ivermectina, hidroxicloroquina, cloroquina e muitos outros, colchicina –, nós precisamos que a indústria farmacêutica demande estudos. Esses estudos são muito caros. Cada um deles, que a gente chama estudo pivotal, está na ordem de US\$19 milhões. Precisa que sejam feitos dois estudos. Então, o senhor imagina que medicamento sem patente, que custa muito barato, R\$0,10 um comprimido, dificilmente a gente vai ter uma indústria farmacêutica que queira submeter esses medicamentos a estudos que levam até quatro anos, pra gente conseguir dar entrada num pedido de bula. É muito mais interessante pra indústria farmacêutica ela utilizar medicamentos cujo frasco/ampola custa R\$17 mil, um imunobiológico cujo frasco/ampola custa R\$24 mil. Então, essa disparidade existe e é muito franca e clara em todos os países do mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dra. Mayra, é verdade que há centenas de estudos, incluindo vários ensaios clínicos randomizados, duplo-cego, prospectivo e até várias metanálises, em *preprints* e publicados, demonstrando que medicamentos como a ivermectina, hidroxicloroquina, entre outros, diminuem os índices de agravamento e de letalidade da Covid? Que recentíssimo estudo, com 220 mil pessoas, na Cidade do México, demonstrou grande eficácia da ivermectina na prevenção da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, isso é público. O próprio México fez uma declaração, nos últimos dias, em cadeia nacional. O equivalente ao Ministério da Saúde do México fez essa exploração social.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Qual a sua opinião, Dra. Mayra, sobre esses cerca de 14 mil médicos no Brasil e outros tantos no exterior que afirmam que têm obtido milhares de excelentes resultados, muito acima do prognóstico normal da doença, ou seja, que não se deve ao fato de somente 15% dos infectados terem casos graves, até porque os pacientes que os procuram costumam ser do grupo de risco?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Creio que esses médicos estão cumprindo o que foi descrito na Declaração de Helsinque: diante de um cenário de guerra - e é o que nós estamos vivendo na Covid -, nós temos que nos utilizar de todos os meios para que a gente possa evitar a morte e a complicação dos nossos pacientes. Nesse cenário, nós temos que lançar mão de todas as terapias que garantam os princípios bioéticos da beneficência, da não maleficência, da justiça, e é isso que esses profissionais vêm fazendo de forma aguerrida e merecem o nosso respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Vamos falar agora do Amazonas, terra do Senador Omar Aziz, Senador Eduardo Braga?

Essa nebulização de hidroxicloroquina em Manaus, sobre a qual foi colocado aqui que matou um paciente, inclusive falando que era grávida essa paciente... Recebi a informação de que não.

Qual a verdade sobre esse assunto, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, eu tenho pouco conhecimento, porque nós temos raríssimos estudos falando sobre hidroxicloroquina nebulizada. No ministério ainda não temos, no nosso radar, referências que possam ser utilizadas, e é a nossa responsabilidade só trazer aqui, de fato, aquilo de que a gente tem algum grau de evidência. É nosso objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas o caso que aconteceu em Manaus, das mortes, com a alta dose de cloroquina, a senhora conhece bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, isso é do conhecimento da sociedade médica internacional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pronto, eu quero fazer uma pergunta ainda em Manaus...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... porque esse caso abalou. A partir daí, a coisa começou a virar realmente algo demonizado, mais ainda, esse medicamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialistas defendem que a metanálise publicada na revista *Nature*, utilizada pela OMS, tem graves falhas, em virtude dos pesos ponderados diferentes atribuídos, o que pode mudar radicalmente o resultado, o que fez com que um único estudo representasse 74% do resultado total, que incluiu o lamentável estudo de Manaus; que este bem como vários dos demais estudos utilizaram cloroquina muito mais tóxica, doses muito mais elevadas e em pacientes hospitalizados, fase em que os medicamentos têm baixíssima eficácia ou quase nenhuma eficácia; que o próprio estudo declara que o medicamento foi utilizado em pacientes com maior risco cardíaco; e que o próprio estudo reconhece não ser possível afirmar que faleceram por conta da droga. Essas informações são procedentes, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, sim. Inclusive uma delas o senhor não mencionou aí. A despeito da excelência da revista, quando nós olhamos lá trás a declaração de conflito de interesse, Senador, nós encontramos os autores dessa publicação declarando que são bolsistas de duas empresas farmacêuticas que produzem vacinas, a Pfizer e a AstraZeneca. Então, temos todos os vieses metodológicos que o senhor já citou, a colocação na metanálise desse trabalho de um artigo que já foi refutado pelas mortes que provocou. Então, existe uma série de detalhes metodológicos que fazem com que esse artigo, a despeito de a gente ter uma revista de excelência, não possa ser utilizado como um artigo criterioso para as nossas citações e para a nossa referência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, última pergunta, Senador, por gentileza, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É óbvio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não foi interrompido de momento nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum, até porque eu estou contando aqui que eu vou ter os 27 minutos que a minha querida irmã do Maranhão Eliziane Gama teve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois aqui no cadastro está dizendo que você teve 27. Mas vamos lá. Informações oficiais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, Dra. Mayra, a OMS, na metanálise de abril de 2021, concluiu que não há evidências científicas da eficácia da ivermectina contra a Covid, apesar de, nesse mesmo estudo, indicar que a droga reduziu a mortalidade em 82%? Eu repito, Senador Heinze: em 82%. Por que excluiu quatro estudos favoráveis e importantes, caso típico de *cherry picking*, que, pelo grande número de pacientes, cerca de 800, iriam pesar muito na conclusão? Por que a sua conclusão absolutamente divergente das demais metanálises, todas favoráveis, como a da Dra. Tess Lawrie, uma das maiores especialistas em Medicina baseada em evidências do mundo, consultora da OMS, do NIH, dos Estados Unidos, e do NHS, do Reino Unido; a metanálise do Dr. Andrew Hill, consultor também da OMS e do NIH; e a metanálise do Dr. Pierre Kory, esta já publicada, que fez o NIH dos Estados Unidos passar a permitir o seu uso *off-label*; e ainda a recente metanálise do Dr. Karale, da renomada Clínica Mayo, dos Estados Unidos? Por quê, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, duas posturas da OMS chamam nossa atenção, tanto em relação à hidroxicloroquina quanto à ivermectina. Quando ela conduziu estudos e os estudos apontaram para um desfecho não desfavorável, foi o caso da hidroxicloroquina com os eventos cardíacos e com o uso com pacientes graves, ao invés de orientar que fossem feitos novos estudos, ela orientou sempre a interrupção dos estudos. Isso foi um desserviço à ciência, porque a ciência é feita de você obter melhores ou piores evidências, mais ou menos evidências.

Quando você proíbe, recomenda que não sejam mais feitos estudos, ou que você orienta a interrupção de uma medicação que pode trazer benefícios, você presta um desserviço, porque a ciência não tem um ponto definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo...

Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para encerrar, Presidente; por favor, só para encerrar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vou fazer um comentário final aqui: Dra. Mayra, eu agradeço demais sua participação, muito esclarecedora, corajosa, ousada no bem. E eu espero que, finalmente, este dia marque um divisor de águas, daqui para frente, para que esta CPI possa se aprofundar em outros temas que a sociedade quer, porque vários Senadores que foram infectados aqui usaram esses medicamentos com recomendação médica, inclusive com Senador indicando para Senador, Senador médico indicando para Senador médico. Então, os secretários de saúde de vários Estados tomaram. Teve um que escondeu e que, depois, vazou a receita dele e, aí, ele teve que admitir. Essa verdade a gente precisa buscar. Por que negaram para a população? Por que negaram para a população enquanto eles tomaram? A história vai mostrar quem é criminoso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação inadiável. Apenas para registrar que a Conib, a Confederação Israelita do Brasil, soltou nota repudiando, mais uma vez, comparações completamente indevidas do momento atual, agora feitas na CPI da Covid, com os trágicos episódios do nazismo, que culminaram no extermínio de seis milhões de judeus no Holocausto.

Essas comparações [diz a nota], muitas vezes com fins políticos, são um desrespeito à memória das vítimas do Holocausto e de seus descendentes. A Conib, inclusive, criou uma campanha contra a banalização do Holocausto, para que possamos compreender melhor as verdadeiras dimensões dos fatos e, assim, contribuir para um melhor entendimento do presente.

É a nota da Conib, Sr. Presidente, em relação à fala do Relator, no início da sessão de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu queria só, a propósito do assunto que foi levantado aqui pelo Senador Marcos Rogério, dizer que nós fizemos uma resposta a essa nota, porque, em nenhum momento, eu comparei o Holocausto com a pandemia. Senador Marcos Rogério, o Holocausto é incomparável, diz o Twitter, mas é comparável, sim, assustadoramente comparável, à atitude de negação dos oficiais nazistas e de algumas das autoridades que depuseram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se houver comparação, a comparação é essa; não a do Holocausto com a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) - Bem, Senador Omar Aziz, Senador Renan Calheiros, Dra. Mayra Pinheiro, eu queria cumprimentar V. Sa. Não sei se V. Sa. está conseguindo me ouvir. A senhora está me ouvindo bem? (*Pausa.*)

Eu queria agradecer a presença da senhora, no dia de hoje, aqui nesta Comissão, e dizer a todos que nos assistem, Dra. Mayara...

Mayra, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) - Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Perdão.

Aqui, não se trata de ser a favor ou contra determinado tratamento, se trata de como salvar vidas, de como evitar mortes, mas de forma científica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exato momento em que nós estamos aqui na CPI, doutora, mais de 450 mil brasileiros já morreram. No meu Estado, que a senhora mencionou até com uma certa emoção falando sobre ele, já são quase 13 mil mortos, e muitos deles por falta de oxigênio, por falta de planejamento, por falta de assistência.

E eu procuro olhar as coisas sem cor partidária nesse momento, até porque isso não ajudará. E fui olhar o currículo de V. Sa., o que me impressionou muito. V. Sa. é formada na Universidade Federal do Ceará, em 1991, como médica; é mestrada em ciências na área de concentração em Neonatologia na Universidade de São Paulo, em 2002 – confere? –; tem especialização na Medicina do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá; professora no curso de Medicina do Centro Universitário Cristos e doutoramento em Bioética pela Universidade do Porto; e a senhora é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação.

A senhora tem algum trabalho científico publicado, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em que área?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em várias áreas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na área de estudos sobre medicamento, a senhora tem algum?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com que autoridade, então, V. Sa. fala sobre estudos científicos se a senhora não tem nenhum trabalho e nenhum estudo científico na sua carreira sobre medicamento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, para a gente, como médico, discutir medicamento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas aí é como médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor deixa eu terminar de falar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro, com toda a certeza.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Como profissional da saúde, como médica com trinta anos de formação e atuação em UTI, eu conheço quase tudo hoje disponível de medicamentos para pacientes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graves. Esses medicamentos a que o senhor e a que a gente está se referindo aqui são medicamentos que têm mais de 40, 50 anos de uso, eles têm segurança e todos nós conhecemos.

Nós estamos falando de medicamentos que eu uso praticamente todos os dias na prescrição ambulatorial dos meus pacientes pediátricos. Eu prescrevo, desde que eu me formei, ivermectina, eu tomei hidroxicloroquina para tratar doença articular autoimune, os pacientes reumatológicos do Brasil... Então, nós estamos falando não é de novas drogas que precisem de grandes estudos para a gente atestar segurança. Nós estamos falando de medicamentos reposicionados extremamente comuns, que são usados desde 1934, 1944, conhecidos por todos os médicos brasileiros, porque os anti-inflamatórios, a cloroquina, a hidroxicloroquina usada na reumatologia, fazem parte da prescrição de quase todo médico pra adultos e crianças.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é preciso que a gente seja um grande entendedor disso. E Medicina baseada em evidência, um profissional que faz mestrado, que está em doutoramento, a gente estuda isso para escrever as nossas teses, as nossas dissertações. Não é preciso ser um cientista que produz um trabalho para interpretar, se você for uma pessoa responsável, um trabalho científico.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, apenas para pedir a V. Sa. que a senhora seja também objetiva nas resposta, porque eu só tenho 15 minutos e V. Sa. está aqui respondendo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... desde as dez horas e já repetiu várias vezes. Eu quero apenas enfatizar a todos que a senhora não tem nenhum trabalho científico publicado sobre estes medicamentos ou qualquer outro medicamento. Agora, em se tratando de ter usado cloroquina, eu, como amazônida e tendo contraído malária, eu usei cloroquina, mas para o tratamento de malária, e eu sei os efeitos colaterais da cloroquina como alguém que usou.

E eu fico assustado: um médico que não tem nenhum trabalho científico realizado nessa área ficar receitando de forma generalizada! Eu não tenho nada contra o uso da cloroquina.

Eu peço ao meu querido Senador Renan, com quem eu tenho tanto respeito... Porque, veja, eu ouvi atentamente, tive que me ausentar, mas fiquei acompanhando essa CPI. Porque, veja, a senhora foi ao meu Estado, o meu Estado... E o eminente colega ainda há pouco mencionou um estudo que foi feito no meu Estado, e a senhora falou de que esses cientistas – e lá, sim, tem cientistas com vários trabalhos publicados... Este não é o único trabalho publicado de cientistas: são feitos com análises científicas e com acompanhamento e com publicação em revista reconhecida nacional e internacionalmente. E aí, para politizar, para a gente criar o clima de quem é a favor ou contra, eu vou ficar destrutando, denegrindo o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho científico que foi feito? Não, doutora. Não vou fazer isso, como também não vou fazer com V. Sa. Acabei de dizer que a senhora tem um currículo invejável. Parabéns! Mas a senhora não tem trabalho científico publicado na área de medicamento.

Agora, eu quero fazer uma outra pergunta na área de gestão...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... porque, afinal de contas, a senhora não está aqui como médica. A senhora está aqui como Secretária de Gestão, Trabalho e Educação.

A senhora falou que a senhora tem um *site* que eu acho que é Conte Comigo. Não é isso? Brasil, Conte Comigo. Como é que chama?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não, é um programa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Ah, é um programa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - O Brasil Conta Comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - O Brasil Conta Comigo, em que a senhora tinha quantos mesmo cadastrados lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Um milhão e sete mil profissionais de saúde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Quantos, desses, médicos já treinados?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Médicos, não, mas profissionais são cerca de 400 mil treinados, porque o treinamento, Senador, é voluntário. Eles podem ou não prosseguir. Eu não tenho como obrigar as pessoas a se submeterem a um treinamento. A gente é um país livre e democrático.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Claro, e exatamente por sermos um país livre e democrático é que eu venho, desde o primeiro depoente aqui nesta CPI, questionando por que as nossas universidades federais, que nós temos em todas as unidades brasileiras, até hoje não abriram cursos intensivos de treinamento, por exemplo, para intubação, Presidente Omar Aziz.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A Ebserh fez isso, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, mas, por exemplo, qual foi o curso que aconteceu no Estado do Amazonas pela Universidade Federal do Amazonas para intensivão na área de intubação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Fizemos alguns cursos lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para a senhora ter uma ideia, apenas 7.790 médicos foram treinados pela Secretaria de V. Sa. Apenas 7.790. E lamentavelmente no *site* não se especifica se alguns desses médicos foram treinados em intubação, uma das razões principais entre a diferença entre a morte e a vida. A senhora saberia informar quantos desses sete mil foram treinados em intubação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, não, mas eu posso passar esse dado para o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Faça isso, sabe por quê, doutora? Eu tive Covid; eu não sei se a senhora teve.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A senhora teve?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não sei se a senhora esteve internada, se a senhora esteve...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu, lamentavelmente, fiquei internado. E felizmente estou aqui pra poder falar sobre o tema. E eu lhe digo: faz uma grande diferença se a equipe é treinada na área de intubação ou não, se a equipe tem um treinamento específico sobre o tratamento do Covid, ou não. Mas eu aguardo a resposta de V. Sa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Sa. declarou numa das suas primeiras respostas que, quando esteve Manaus, a senhora se assustou com o estado das unidades básicas de saúde. Eu queria que a senhora falasse um pouco mais sobre isso pra que nós pudéssemos entender, já que o Senador, o colega, ainda há pouco, disse que a saúde no Brasil é tripartite, e eu concordo com ele, e eu quero entender o que a senhora viu e quais as providências que a senhora tomou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Senador. E a data. É muito importante a data, porque o atual Prefeito assumiu dia 1º de janeiro. A senhora chegou lá num final de semana, né? Então, dia 3, que era num domingo ou na segunda. Dar as datas, por favor, só pra que a gente saiba mesmo quem é o responsável.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não. Eu, pessoalmente, não estive nas unidades básicas de saúde, a prospecção foi feita através de um relatório por um grupo de médicos e técnicos do Ministério da Saúde. O Secretário de Atenção Primária em Saúde permaneceu quase trinta dias em Manaus visitando todas as unidades de saúde. O cenário que eu posso dizer hoje ao senhor, isso está presente no relatório que foi encaminhado, era de caos. Nós encontramos unidades fechadas, literalmente, com cadeado e corrente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu não vou lembrar porque eu não participei das visitas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas a senhora pode informar, a senhora pode mandar o relatório.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas, no relatório, tem todas as datas, isso. Como não fui eu que estava nas visitas, eu não posso informar por data, mas tem a descrição, inclusive, por unidade, com fotografias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, e a senhora pode mandar o relatório para a CPI.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Esse relatório, inclusive, o Ministério da Saúde encaminhou para os órgãos que solicitaram do Judiciário. Mas nós encontramos unidades que não estavam atendendo, que não tinham médicos, unidades que não tinham medicamentos nas suas farmácias básicas. Nós não encontramos triagem organizada para a Covid, que é uma recomendação do Ministério da Saúde desde o início da doença. Nós produzimos diversos manuais para a atenção primária para organizar a triagem com enfermeiros, com profissionais, selecionando quem tem Covid de quem não tem Covid para evitar novas contaminações, e nós não encontramos isso em Manaus.

Então, chama a atenção porque é a atenção primária a porta de entrada no serviço de saúde. E, quando nós visitamos – e aí eu tive a oportunidade de visitar os hospitais de Manaus –, eu me deparei com a situação de total colapso, supersaturação de leitos na porta do Hospital 28 – acho que é 28 de agosto, eu sempre esqueço o nome –, nós encontramos pacientes... E eu passei por cenas que, em 30 anos, mesmo trabalhando em condições de UTI, de urgência e emergência, as famílias dos pacientes se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agarraram nas minhas pernas pedindo socorro. Os profissionais de dentro da unidade estavam supersaturados, porque eles estavam atendendo muito além da capacidade.

Eu vi pacientes de 25 anos, que é outra coisa que chama a atenção, mostrando que nós estávamos diante de uma nova variante, de fato – a gente ainda não tinha um mapeamento genético –, então, o quadro clínico era atípico do que nós encontramos no primeiro surto da doença. Eu vi pacientes de 25 anos, graves, com insuficiência respiratória, daí uma explicação para a utilização maior do oxigênio. Nós estávamos diante de uma variante, onde os pacientes evoluíam muito rapidamente para um quadro de insuficiência respiratória.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e uma parte da resposta é a atenção primária não estar funcionando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E quais foram as providências que o ministério adotou diante deste relatório e desta constatação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, pois não. Nós colocamos representantes, todos os secretários estiveram em Manaus no dia 11 e todas as secretarias mantiveram núcleos de funcionamento em Manaus, inclusive a minha, por mais de 30 dias. Cada uma das secretarias demandou, realizou ações. A Secretaria de Atenção Primária talvez tenha sido uma das secretarias mais atuantes. Nós, nas unidades que não tinham médicos, nós ampliamos em cerca de 115 profissionais do Mais Médicos, pra que a gente pudesse colocar mais profissionais atendendo naquelas unidades onde não havia. Foram liberados recursos pra gente melhorar o atendimento, medicamentos foram enviados. A minha secretaria especificamente organizou um programa de treinamento de urgência para os agentes de saúde que não estavam atuando, pra que eles pudessem fazer prospecção domiciliar, isolando pessoas com casos suspeitos. Pra isso, nós contamos com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, pra obtenção de termômetros e oxímetros para essa triagem. Então, foram muitas as ações para que a gente pudesse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, doutora, mas sabe o que a senhora não falou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que as unidades básicas de saúde estavam funcionando de segunda a sexta-feira e fechando às 5h da tarde, enquanto o povo estava se acumulando e, lamentavelmente, desesperado, morrendo na porta dos hospitais, que estavam sem leito e sem estrutura. E, hoje pela manhã, a senhora disse que não conseguiu prever que ia faltar oxigênio diante desse quadro? Como? Como que uma técnica com o nível de formação que a senhora tem, com toda a secretaria e com toda a assessoria do ministério presente na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Manaus, constata esse quadro e não identifica que nós íamos colapsar por falta de oxigênio? Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, se o senhor me permite, não foi essa a informação que eu dei. O que eu disse é que nós não temos como prever a quantidade de metros cúbicos que nós vamos utilizar, até porque não é essa a nossa função, o Ministério da Saúde não faz monitoramento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, me perdoe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é a verdade, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, me perdoe, a senhora acabou de fazer um relatório pormenorizado da situação – e eu concordo com V. Sa. – de descalabro na atenção básica, de descalabro no atendimento hospitalar das pessoas desesperadas, e a senhora não identificou que estava faltando ou na iminência de faltar oxigênio! As pessoas agarravam na perna da senhora, desesperadas, porque estavam jogadas no corredor do hospital, sem atendimento, doutora! E aí nós vamos ficar fazendo discurso pra televisão, que nós somos a favor ou contra a cloroquina? Vamos ter paciência, porque já são mais de 450 mil mortos! Eu não quero saber aqui de azul ou vermelho. Eu quero saber é da eficiência e da competência pra salvar vidas. É por isso que eu vim pra essa CPI, não foi pra ficar fazendo discurso partidário, não! Eu não estou em véspera de eleição e não quero saber de discussão partidária; eu quero entender como é que todo o Ministério da Saúde, numa gestão tripartite, está presente na cidade de Manaus, vivendo o subsolo do inferno, e os melhores técnicos do Ministério da Saúde não identificam que nós estamos diante do caos na área de abastecimento de oxigênio. Como?

Doutora, nem a senhora, nem o Ministro Pazuello, nem ninguém vai me convencer de que não tinham conhecimento, porque era a olhos vistos o caos que nós estávamos vivendo. E a solução estava logo ali do lado. E lamentavelmente nós não conseguimos resolver – não conseguimos resolver.

Eu quero, por fim, fazer aqui um cumprimento à senhora, porque pelo menos a senhora reafirmou aqui, inúmeras vezes, que a senhora defende o uso de máscara, que a senhora defende o distanciamento, que a senhora defende a vacinação e que a senhora defende um atendimento médico adequado para o tratamento do Covid. Espero eu que, em outro ambiente, seja qual for a circunstância, a senhora possa, com essa mesma firmeza e com essa mesma postura, reafirmar o que a senhora disse aqui, não perante a nós, mas perante milhões de brasileiros, sabe por quê? O Ministro Pazuello, sentado aí onde a senhora estava, pediu desculpas por ter entrado num *shopping* na minha cidade, sem máscara. E, menos de três dias depois, ele estava num palanque, sem máscara, fazendo discurso.

Eu quero parabenizá-la e quero desejar à senhora que a senhora tenha mais firmeza e convicção do que o Ministro Pazuello quando aqui esteve.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Eduardo. Eu vou passar para o primeiro suplente, que é o Senador Alessandro Vieira.

Só quero fazer duas perguntas. A senhora conhece a Dra. Luana Rodrigues?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu a encontrei durante a apresentação que o Ministro Marcelo Queiroga fez lá, no Banco do Brasil, por ocasião do lançamento da família vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

E a senhora diz que alguns voluntários foram para Manaus com a senhora, não é? Viajaram pra Manaus. Foi nessa época que a senhora falou que veio esse relatório ou antes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Peraí, que o senhor misturou duas coisas. A Dra. Luana já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ...encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A segunda pergunta é...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora disse cedo que foram para Manaus alguns médicos voluntários, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi nessa época que o Senador Eduardo perguntou para a senhora ou foi antes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nós estivemos em Manaus durante dois momentos. Da primeira vez, do dia 3 ao dia 5, quando nós fizemos a prospecção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De janeiro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tudo em janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estavam com a senhora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nesse momento só a minha secretaria, os meus dois diretores e os meus técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando foi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Quando nós fizemos prospecção em todas... Num primeiro momento, eu fui fazer visita hospitalar, eu participei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, nas unidades básicas de saúde, o período de visitação foi a partir do dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, aí, com esses médicos voluntários?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi essa prospecção... Técnicos do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha um médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha um médico do SUS que fazia palestras sobre cloroquina. Eu estou falando da minha cidade, doutora. Não é da cidade dos outros, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Certo. Mas nós não escolhemos o voluntariado, o senhor há de convir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Tem gente que grava...

A senhora disse que esse pessoal ia totalmente de graça, sem remuneração nenhuma, correto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Remuneração, não. Eles tiveram custeio – os que vinham de outros Estados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a senhora afirmou aqui que não tinha...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Passagens e diárias. Remuneração, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Não eram servidores do Ministério da Saúde, só isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Dra. Mayra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Boa tarde, Dr. Alessandro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dra. Mayra, primeiro quero registrar que a senhora tem, sim, um currículo notável. Eu tenho absoluta convicção de que a senhora é uma pessoa extremamente bem-intencionada na defesa da vida e tenho, mais ainda depois desse depoimento, convicção de que a senhora acredita no que fala, mas acreditar no que se fala não torna o que se fala verdade.

Pergunto a V. Exa., com base numa afirmação que a senhora mesma fez no tocante à revisão constante da ciência, esse processo evolutivo natural da ciência, e a senhora não ignora esse processo porque já o mencionou aqui: por que ignorou as notas contrárias da Fiocruz e do Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, que não recomendavam o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu já até mencionei isso de outras vezes. O Ministério da Saúde necessariamente não precisa fazer suas orientações baseado nas outras instituições; ele é o órgão máximo do País. A gente tem um conjunto de técnicos, que são os servidores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, doutora, assim, me perdoe por lhe interromper.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É apenas por conta, realmente, do horário, mas, efetivamente, não é isso que está sendo perguntado. Eu estou perguntando para a senhora com relação à produção de conhecimento, ciência...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ...que é o seu campo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu não sou cientista, eu não sou profissional da área de saúde e, aí, como qualquer pessoa responsável deve fazer – o que infelizmente não parece ser o caso de alguns gestores públicos que nós temos –, eu fui procurar os especialistas. Eu pedi ajuda ao Dr. Paulo Ricardo Martins Filho, da Universidade Federal de Sergipe, que é Mestre e Doutor em Ciências da Saúde especializado na questão de epidemiologia. Ele coordena a disciplina de Revisão Sistemática e Meta-Análise. O Prof. Paulo me encaminhou aqui a análise de 2.871 estudos nas bases disponíveis pelo mundo – PubMed, Embase, todas elas –, e estabeleceu os critérios de filtro para tentar encontrar ensaios que fossem qualificados como de excelência. A senhora certamente concorda com aquela pirâmide de excelência das evidências, não é isso? A senhora pode dizer para a Comissão qual é o estudo que está no topo dessa pirâmide?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não temos ainda estudos atualmente no topo da pirâmide, mas é exatamente isso, Senador Alessandro, que precisa ser trazido aqui. Nós estamos diante de uma pandemia. Esses estudos de excelência que estão no topo da pirâmide, eles levam muitos anos para serem feitos, precisam de uma casuística muito grande de pacientes. É essa a diferença.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seriam ensaios clínicos randomizados...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ...controlados, com duplo-cego.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Duplo-cego, exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Esse é o nosso padrão de excelência. E nós já temos estudos randomizados, duplo-cego. Já temos. Qual é o grande problema desses estudos duplo-cego randomizados com esse padrão de qualidade metodológica? É o "n" que ainda é pequeno. Nós deveríamos ter estudos com uma casuística como a da *Lancet*, com 96 mil pacientes...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Me permita, doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ...e não é possível ainda que a gente tenha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Apenas, brevemente, trazer uma informação...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas está certíssima a sua informação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Segundo o Prof. Paulo me traz, desses 2.871 estudos que ele analisou nessas bases todas, internacionais e nacionais, foram encontrados 14 estudos com essas características, as características de excelência na qualidade como evidência.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Desses catorze, absolutamente nenhum indica benefício no uso de medicamentos como a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroxicloroquina – nenhum. Nesse ponto ainda da ciência... Eu faço apenas uma pequena observação, porque a senhora mencionou várias vezes o estudo que foi realizado pela Fundação de Medicina Tropical, que é ligada à Fiocruz, publicado na revista *JAMA*, que também já foi objeto de várias citações na CPI, é um dos estudos mais atacados que a gente tem. A senhora sabe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É que causou a morte de 22 pessoas. Então, é um fato social relevante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente tem que escolher se o que causa morte é o vírus, é o remédio ou é a má gestão.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nesse caso foi a medicação usada com doses tóxicas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E se eu informar à senhora que o Ministério Público Federal e o Conselho Federal de Medicina discordam da senhora? É que os procedimentos de investigação sobre esse estudo foram arquivados porque não se encontrou nada que indicasse o que a senhora está falando aqui. Alerto a senhora para a gravidade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas não foram finalizados...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estão arquivados no Ministério Público Federal, estão arquivados no Conselho Federal de Medicina – esses estudos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente tem um outro processo na Polícia Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, meu colega pediu para instalar. Tem lógica. Espero que seja tramitado com toda a veracidade.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos nós, a sociedade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas a senhora sabia que estavam arquivados os outros dois?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu soube que foi arquivado, mas não entrei em detalhes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É uma pena que a senhora não tenha lembrado de citar isso quando mencionou o estudo tantas vezes. Isso gera uma certa deslealdade intelectual com que está ouvindo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, tem um detalhe muito importante que eu esqueci de mencionar aqui em relação a esse estudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que todos os brasileiros, principalmente os médicos, professores universitários e os senhores também, pelo nível de formação intelectual, sabem que para a gente aprovar um estudo a gente precisa do parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. E esse estudo de Manaus chama atenção porque ele só obteve o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa depois do estudo pronto.

Nós não pudemos submeter pacientes. Isso não vale só para o estudo de Manaus...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Isso provavelmente a senhora vai ter que discutir com o Conselho Federal de Medicina e com o Ministério Público Federal, entendendo que nada disso que a senhora está falando existe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Não. Isso é uma questão para os senhores, sobretudo para os Senadores que são do Estado do Amazonas, porque as 22 vidas perdidas importam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito. Com certeza, cada uma das 450.026 vidas que nós perdemos para a Covid importam. Cada uma delas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Todas. Todas. Todas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E nós todos concordamos que medidas simples como isolamento social, uso de máscaras, higiene e busca de vacina no tempo certo poderiam colaborar para esse número ser menor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Concordo com o senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

Dra. Mayra, a senhora está desde o início da gestão na Saúde. Essa sugestão de edição de um protocolo ou de uma nota informativa no tocante ao uso de medicamentos para um suposto tratamento precoce, ela só surgiu na gestão Pazuello, ou ela já existia nas gestões anteriores?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - A motivação para a confecção dela, que coincidiu com a entrada do Ministro Pazuello, porque o... Esse trabalho da *Lancet* e essa referência do trabalho que o senhor citou de Manaus aconteceram no mês de abril, um em abril e outro em maio.

A nota foi uma responsabilidade do Ministério da Saúde para não prevaricar diante de fatos graves que aconteceram na comunidade científica internacional, sobretudo esse estudo da revista *Lancet*, que depois foi retirado pelos revisores, considerado uma fraude para a sociedade científica internacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A senhora participou de reuniões conduzidas ou com participação de pessoas alheias à estrutura do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, como o assessor Arthur Weintraub ou mesmo, na condição de gestor do conselho ou comitê de resposta, General Braga Netto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Nunca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Existia e, se é que existia, qual o nome dos especialistas das áreas de infectologia e epidemiologia que assessoraram o ministro e a senhora na confecção da política de atendimento à pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor se refere à nota?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, à atuação da política em geral.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Porque a nota a gente descreto todos os consultores que foram...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em relação à política dentro do Ministério da Saúde, cada secretaria tem técnicos que são profissionais de carreira...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora sabe referir algum profissional com essas características específicas? Eu estou citando as áreas de infectologia e epidemiologia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas ao longo da gestão inteira? Nós tínhamos infectologistas na SVS, Dr. Julio Croda, vários infectologistas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando hoje a senhora defende, ainda hoje defende o uso desse tipo de medicamento para tratamento precoce, a senhora tem esse tipo de lastro dentro do Ministério da Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Dentro do Ministério da Saúde, nós fazemos uma coleta constante, um seguimento constante do que é publicado na literatura e a gente mantém um repositório de informações sobre as evidências que surgem todos os dias no mundo. Esse é um dos norteadores das nossas posições.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora relatou ao Ministro Pazuello aquele caos em Manaus que a senhora relatou aqui na CPI?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Isso foi colocado em relatório, que depois se tornou público. Nós entregamos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A senhora se recorda a data desse relatório?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - O relatório era diário. Nos dias em que eu estive em Manaus, Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Diariamente a senhora reportava ao Ministro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Diariamente a gente passava um relatório. O Ministro ligava a todo tempo, pedindo para a gente passar as informações. Os secretários recebiam as demandas, de ofício, do que era considerado urgência, e nós enviávamos para o Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, no dia 15, quando aconteceu a reunião de ministros e o Presidente da República para tratar sobre a possibilidade de intervenção em Manaus, e o Presidente decidiu pela não intervenção, o Ministro Pazuello já tinha todos esses dados de uma situação de caos absoluto que a senhora descreveu aqui? A reunião aconteceu no dia 15.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Todos os relatórios eram entregues diariamente. E, durante o período, nós voltamos no dia 11, nós continuamos fazendo relatórios diários, todas as secretarias. E a gente inclusive teve a organização de um comitê intersetorial em Manaus, que funcionava duas vezes por dia, com reuniões às 9h da manhã e no final do dia, para a gente juntar todas as ações e a gente já organizar o que deveria demandar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A senhora mencionou, em diversas oportunidades aqui, a existência de estudos que dão lastro a essa sua opinião. Eu peço que a senhora me ajude - a senhora foi Presidente do Sindicato dos Médicos - a esclarecer, mais uma vez, para esta Comissão e para a população...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... a diferença que existe entre a autonomia do médico na sua relação com o paciente, paciente informado, e a definição de políticas públicas de atendimento através do SUS. A senhora concorda que são coisas bastante diferentes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Eu queria que o senhor fosse mais claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Pois não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não vou, por delicadeza, repetir o que eu falei para o Ministro Ernesto, que acabou virando moda, que foi: "Os meios não me permitem desenhar".

Existe uma deliberada tentativa de se confundir o que é uma instituição consagrada, que é a autonomia técnica do médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... na sua relação pessoal, particular com o paciente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - ... com a definição e o desenho de políticas públicas. E são coisas totalmente diferentes. Eu pergunto se a senhora também acha que são coisas diferentes.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim, as políticas públicas inclusive do Ministério da Saúde são várias. Em cada secretaria, tem suas políticas visando atender às necessidades específicas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

Para não ultrapassar demais o nosso tempo, vamos falar um pouquinho sobre o aplicativo TrateCov.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Que a senhora anunciou.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - A senhora foi, digamos, a pessoa responsável pela apresentação do TrateCov, que a senhora apresentou com palavras na linha do "todo mundo pode baixar e, a partir de agora, usar e salvar vidas." A senhora disse que se referia apenas ao público especializado. Mas ele estava aberto...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Médicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

A senhora citou também que um trabalho científico internacional daria lastro a esse aplicativo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O estudo que a senhora refere é um *paper* que foi publicado na revista *Cureus*, é isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – *Cureus*. Uma revista que, na métrica de qualificação de credibilidade, não se encontra exatamente entre as destacadas. Na verdade, ela tem alguma coisa em torno de 1,9 como nota dela, e as mais destacadas estão lá na faixa dos 40 a 50. Esse foi o texto, o *paper*.

O estudo foi avaliado como de baixíssima credibilidade, métrica questionável, e, mais ainda, o autor do estudo veio a público informar que jamais foi consultado pelo Ministério da Saúde e que nunca pensou em usar o aplicativo para receitar ou indicar medicamentos. Era apenas uma ferramenta para facilitar o trabalho de isolamento. A senhora tem consciência disso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, mas essa informação não procede. Nós solicitamos a permissão dele para a gente utilizar o trabalho, até porque o trabalho é público. Nós nem necessitaríamos pedir autorização a ele, porque vários países estão usando o escore que ele criou para ajudar, como ferramenta, o diagnóstico médico. Uma vez que você publica um trabalho, e é um escore, qualquer médico pode utilizar-se desse instrumento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sem dúvida. Muito importante que seja utilizado por médicos apenas.

Ele referiu que o aplicativo não foi desenhado para indicação de medicamentos, e o aplicativo que foi divulgado por V. Sa. fazia a identificação automática. Mais ainda: o escore que a senhora refere, por conta da calibragem que vocês escolheram, a sua secretaria escolheu, fazia com que pessoas que indicassem sintomas comuns como, por exemplo, tontura e náusea – que é mais ou menos o que o ex-Ministro Pazuello sentiu aqui, sendo perguntado pela CPI... Geraria um automático diagnóstico de Covid-19 e, mais ainda, a indicação, também automática, de uma série de medicamentos. A senhora acha que isso é razoável, mesmo que para médicos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso responder dentro do contexto, se o senhor me permitir, porque senão a minha...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Se o tempo nos permitir, a gente fica até amanhã.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pronto. Porque, senão, essa resposta não vai ficar clara nem para a população brasileira, nem para os senhores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - O contexto em que foi desenvolvido... Não é um aplicativo. O constructo é uma ferramenta médica, como uma calculadora médica. Iguais a ela existem mais de 300 disponíveis para a população médica hoje. Inclusive, eu mostrei, no comecinho, a de São Paulo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Todas elas indicando medicamentos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Algumas indicam, como a de São Paulo, por exemplo. Ela remete a prescrição de soluções de tratamento para a dengue. Mas vou retornar ao início da minha fala.

Nós construímos essa calculadora, essa ferramenta, no contexto da situação que nós encontramos em Manaus: ausência de possibilidades de você ter respostas rápidas com um teste de RT-PCR - 2 mil exames reprimidos; diante da nova variante - a própria OMS já tinha manifestado a possibilidade de os testes não serem sensíveis, de apresentarem baixa sensibilidade a essa variante; um grande número de óbitos; colapso do sistema hospitalar. Então, diante de um trabalho que apresenta uma possibilidade, um escore - que, eu mencionei, também, está sendo utilizado pela OMS como uma ferramenta -, nós resolvemos criar um constructo, para que a gente agilizasse o diagnóstico. O que existem lá são pontos a partir do AndroCoV, que é o estudo. E o senhor há de convir que você não... que nenhuma das ferramentas, calculadoras médicas, plataformas que existem os médicos utilizam fora do contexto epidemiológico. Ninguém vai pegar um instrumento de trabalho médico, que não seja médico - e estava bem claro que quem deveria usar eram os médicos -, para você simular situações com cachorro, com gato, com gestantes e com crianças, até porque, na própria plataforma, tinha uma observação de que não deve ser usado para critérios de crianças e gestantes.

Então, o que aconteceu, Senador Alessandro, é que nós fizemos uma ferramenta que seria extremamente útil para a sociedade, como instrumento de trabalho e agilidade de diagnóstico para os médicos. Ela foi usada indevidamente por uma pessoa, que agiu de má-fé, extraíndo os dados da plataforma do ministério, fazendo simulações fora do contexto real. Ninguém brinca com a vida dos outros, com a saúde dos outros, simulando situações que não existem. Se o senhor for ao seu médico e ele dispuser de alguma calculadora dessa, de alguns instrumentos desses, ele só vai testar se o senhor tem artrite reumatoide se o senhor tiver manifestado para ele sintomas de artrite reumatoide. Não são coisas aleatórias, elas têm que estar inseridas dentro de um contexto para alguém usar esse tipo de instrumento para avaliar o senhor para a Covid. No contexto epidemiológico em que nós estamos, no Brasil e em Manaus, boa parte desses sintomas estão contidos na doença Covid.

Então, nós tivemos uma extração indevida de dados, foi feita toda a tomada de decisão necessária, comunicação à polícia, contratação de um perito forense - e aí eu trouxe o laudo para entregar aos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores – e um prejuízo, porque nós fomos obrigados, por força de uma ação do TCU, a partir de uma denúncia social que foi feita, uma interdição a esse constructo. Foi criada, na sociedade, a conotação de que o Ministério da Saúde queria usar pessoas como cobaias, de que o aplicativo, o constructo, tinha custado milhões ao Ministério da Saúde.

E foi feito com a nossa tecnologia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, ele era de fonte aberta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, deixamos de prestar um serviço à sociedade. Tivemos que tirar, de fato, o constructo do ar por força de um documento jurídico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sabe o que é que me chama a atenção, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É porque a OMS dá sua opinião, várias e várias entidades médicas dão sua opinião, as maiores entidades médicas do mundo dão sua opinião, Fiocruz, Butantan, os estudos são realizados aqui no Brasil, o TCU e todos eles estão equivocados!

Eu queria alertar à senhora, porque as pessoas estão nos ouvindo e, eventualmente, se deixam seduzir por uma coisa que é muito presente hoje na nossa vida, que são as teorias conspiratórias.

Então, quando a gente fala claramente, a gente deixa mais evidente a loucura que a gente está vivendo, porque a tese que nós estamos ouvindo aqui, que não veio só da senhora, veio também de colegas Senadores, vai na linha de que existe um complô mundial em que o mundo decidiu, por conta da influência da indústria farmacêutica, negar às pessoas um medicamento e matar – nos Estados Unidos, matar mais de meio milhão, aqui a gente está caminhando para isso, 450 mil mortos – e tudo isso foi feito por um interesse econômico obscuro. E as grandes universidades, as grandes entidades científicas estão todas envolvidas nesse complô, porque você não encontra... A senhora mencionou, uma dúzia de vezes, estudos na sua fala aqui, e já são horas de fala, a senhora não indicou um só detalhadamente.

Trazer carrinho cheio de papel não impressiona ninguém que sabe ler. Não é assim que funciona. Quando eu falo com a senhora e menciono, e a senhora reconhece que sabe que existem os estudos, que os estudos são sérios, que eles correspondem ao padrão ouro de avaliação, mas mesmo assim a senhora não muda de opinião. Como eu disse, é muito claro que a senhora acredita no que fala, mas só acreditar não transforma isso em verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lamento muito que a política pública de saúde brasileira seja conduzida desta forma. É lamentável – é lamentável –, porque ninguém em sã consciência consegue acreditar que países no mundo afora deixam seu cidadão morrendo porque não querem dar um remédio, quando esses países foram exatamente os responsáveis pelos testes mais qualificados. Os testes que eu referi, quase todos eles são de universidades dos Estados Unidos e do Canadá, apontando a ineficácia do medicamento, e por conta disso acelerando o processo de compra.

A senhora tem consciência de que esta manifestação que indica a existência de um suposto remédio para a Covid facilita as condutas equivocadas das pessoas? Porque as pessoas colocam no seu inconsciente, e não é só a senhora que faz isso, o Presidente da República faz isso diariamente, as pessoas colocam no inconsciente a impressão de que "o.k., eu posso me contaminar e não vai acontecer nada, porque tem um remédio", quando não é verdade. É uma loteria macabra, que já matou 450 mil pessoas. Milhões de brasileiros tiveram que ser internados. Esses milhões de brasileiros, a senhora sabe bem, terão sequelas, provavelmente. E nós não temos estrutura para tratá-los.

Então, a gente está num caos muito grande e eu faço questão de reforçar, eu tenho certeza absoluta da sua boa intenção, mas faço um chamamento à razão. Será razoável imaginar que todo o mundo resolveu se reunir em benefício de uma doença? Por que será que as lideranças globais mudaram suas opiniões? Porque o erro, no começo, fazia sentido. No começo, todo mundo testou a cloroquina. Todo mundo testou, porque todo mundo queria uma solução rápida, barata, que não paralisasse a economia. Só que quase todo mundo mudou de ideia e entendeu. O Brasil não. Infelizmente.

Sr. Presidente Otto Alencar, Presidente *ad hoc*, eu agradeço e peço desculpas pela extensão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e passo a palavra, pela via remota, ao Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

Senador Rogério Carvalho.

Depois é o Senador Fernando Bezerra. Depois, Senador Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, a Senadora Leila está inscrita também e ainda tem aqui mais 10 Senadores inscritos. O último é o Senador Jean Paul.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa..

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Relator, cumprimentar a Dra. Mayra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria saber, me certificar de que nós estamos diante de uma testemunha, não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto!

E, segundo, eu queria pedir autorização a V. Exa. para que o nosso assessor, o Dr. Marcos Rogério, que está aí no plenário da Comissão, poder exibir quatro vídeos curtos que, na medida em que eu for falando, eu vou pedir para ele exibir.

Ele já está posicionado. Então, eu queria pedir isso ao senhor para ele...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Olha, o Senador está no sistema remoto. Tem que fazer um silêncio no plenário, senão não dá para ouvi-lo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos lá. Beleza!

Primeiro, eu queria dizer, Presidente, como o senhor sabe e todos sabem – cumprimentar a Dra. Mayra Pinheiro –, que a saúde brasileira, a saúde pública está assentada nos princípios da universalidade, da integralidade, da descentralização, e isso não quer dizer que os entes não tenham responsabilidades compartilhadas e complementares, e que a coordenação do Sistema Único de Saúde é do Ministério da Saúde. Isso não é uma pergunta, isso é uma afirmação, isso é constitucional.

A outra questão é que a gente tem, como sistema, garantir a prevenção, a promoção, a proteção, a cura e a reabilitação como objetivo maior para garantir a integralidade da atenção à saúde.

A Dra. Mayra disse à CPI que não fez visitas a unidades de saúde de Manaus. Eu queria pedir ao Marcos Rogério que apresentasse o primeiro vídeo aí para a gente ver a entrevista dela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também pedir, Presidente, que fosse apresentado, porque a Dra. Mayra disse não ser... *(Falha no áudio.)*

... a política ideológica do Presidente Bolsonaro de imunidade de rebanho, que ela não pratica.

Eu queria que fosse apresentado o segundo vídeo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, depois deste segundo vídeo... A Dra. Mayra também não revelou a posição ideológica dela em relação aos médicos do Mais Médicos.

Vamos ver o terceiro vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria dizer que a Dra. Mayra fez aqui uma fala de desmerecimento público e pejorativo com relação à Fiocruz, que tem sido a única instituição brasileira que fez e que está fazendo, junto com o Butantan, mas no caso do Governo Federal, transferência de tecnologia para produção de vacinas aqui no nosso território.

E o que a senhora se refere a uma imagem obscena é, na verdade, o símbolo da Fiocruz, porque tem formato de castelo. Portanto, eu queria que a senhora revisse essa posição, mas depois, com o tempo, as pessoas vão ver que aquele cartaz que a senhora viu, sob a forma de falo, na verdade, não é um falo, é o símbolo da Fundação Oswaldo Cruz, onde eu tive a oportunidade de estudar.

Também vimos a senhora falar sobre a indicação da cloroquina para crianças, dizendo que foi um posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria. Nós temos o vídeo, mas não vamos colocar porque já é público, em que a Sociedade Brasileira de Pediatria não recomenda o uso da cloroquina. Portanto, mais uma fala da senhora que não corresponde aos fatos.

A senhora também mantém uma justificativa financeira para defender a cloroquina que a senhora não disse aqui, como se isso fosse mais importante... Claro que o emprego e a renda são muito importantes, mas a vida é prioridade.

Mas vamos ver o texto, que é o Vídeo 4, que eu queria mostrar aqui para todos.

Por favor, Marcos Rogério.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria também lembrar que a Dra. Mayra Pinheiro disse que o Conselho Federal de Medicina disse que os médicos estão liberados para utilizar *off-label* qualquer medicamento diante da necessidade.

O art. 32 do Código de Ética Médica veda ao médico, dentre outras coisas, claro, deixar de usar meios disponíveis, diagnósticos e terapêuticos cientificamente reconhecidos e em favor do paciente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *The Lancet* tem uma publicação que envolve 671 hospitais, com quase 100 mil pacientes, que mostra que o uso continuado da hidroxicloroquina e da cloroquina aumenta em 9,3% a mortalidade dos pacientes. O *The Lancet* é conhecido como um dos periódicos médicos de maior reconhecimento no mundo.

Outra questão importante é o CFM, que dá o parecer dizendo que pode usar a cloroquina para esse caso. Mas veja que o CFM também tem tido uma postura um tanto quanto discordante, ao longo da sua história, e um pouco tendenciosa neste momento, porque, em 2016, veja o que diz o CFM: um parecer do CFM do ano de 2016 alerta médicos e sociedades especialistas para o uso da fosfoetanolamina para tratamento de câncer, uma vez que não tinha estudos científicos que comprovassem a sua indicação e eficácia.

O caso da hidroxicloroquina e da cloroquina, não tem nenhum instrumento... Veja, eu queria chamar a atenção para a fé pública. Por exemplo, se houver 500 mil médicos definindo e querendo que eu seja médico, eu não vou ser médico, porque para eu ser médico eu tenho que cursar medicina. E quem estabelece a fé pública para eu ser médico, que era o meu caso, eu precisei cursar medicina. Então, para uma substância, para uma droga ter fé pública, ela precisa passar pelo que a própria Dra. Mayra Pinheiro falou de vários estudos, que é o estudo pré-clínico, que são as fases clínicas, que são centenas de milhares de testes, de doses e de eficácia para definir e para ser incorporado como um tratamento, e divulgado, e comercializado, e aí autorizado por uma agência reguladora.

Também quero dizer que, neste caso da cloroquina e da hidroxicloroquina, os fabricantes não recomendam o uso para o tratamento da Covid em nenhuma etapa do tratamento. E isso é muito sério, porque foi um fabricante quem fez todos os estudos sobre determinada droga, a utilização dela e os riscos que ela causa ao paciente.

No caso da cloroquina, voltando aqui, o CFM inverte e dá um parecer que é, a meu visto, uma posição ideológica. Além disso, a doutora demonstra a incapacidade ou, como disse o ex-Secretário de Comunicação Wajngarten, incompetência em relação aos profissionais de saúde que estavam sob a sua supervisão e foram abandonados, como constatou o Senador Humberto Costa. Diante dos fatos que afirmei aqui, agora, faço algumas perguntas e queria da Dra. Mayra Pinheiro, com todo o respeito, que ela respondesse sim ou não, somente:

A senhora defende o isolamento social? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende o uso de máscara? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende a imunização em massa, ou vacina, ou a vacinação em massa? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende a imunidade de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. A grandes grupos populacionais não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu pergunto aos brasileiros e a todos que estão nos assistindo: por que a senhora ainda não... Não estou perguntando à Sra. Mayra, pois já fiz as minhas perguntas à senhora. Eu pergunto a todos os brasileiros: se a senhora defende o isolamento social, defende o uso de máscaras, se a senhora defende a vacinação em massa, é contra a imunidade de rebanho, natural – a senhora disse lá que era a favor –, por que a senhora não pediu demissão ainda... Essa é uma questão pessoal, e eu não vou perguntar à senhora. Mas eu pergunto: por que a senhora ainda continua trabalhando para um Governo que aglomera, que é contra o isolamento social, que proíbe o uso de máscaras, que não investiu nas vacinas e que, de forma permanente, continua dando o mau exemplo para o Brasil? Estudos apontam que o efeito do Presidente nas populações que mais votaram nele leva a um número maior de infectados e, portanto, à maior lotação de hospitais e maior quantidade de mortos.

Portanto, eu quero aqui concluir, Sr. Presidente, dizendo que este Governo, independentemente de quem o opera, não faz prevenção ou não tem efetividade na área de prevenção, utilizando-se de métodos não farmacológicos, ou seja, não tem efetividade no isolamento, não tem efetividade no uso de máscaras, no uso de vacinas, portanto, não faz prevenção. Então, não cumpre a determinação da integralidade do SUS. Dois: não promove a saúde, porque este Governo não tem nenhuma campanha de orientação séria, honesta, transparente para falar a verdade sobre essa pandemia, essa doença grave, que mata muitas pessoas e que é altamente contagiosa. Quanto mais pessoas se contagiam, mais pessoas podem morrer, e o sistema de saúde não suporta. E, em vez de proteger a vida, que é outra... Além de não promover, não prevenir a proteção à vida, que é evitar que as pessoas se joguem à aventura de achar que estão protegidas com determinado medicamento sem eficácia, sem eficácia comprovada, como dizem todos os especialistas... Todas as sociedades de especialistas dizem que não tem eficácia comprovada para prevenir, para evitar que as pessoas adoecem. Então, ele também não protege a vida. E também não vejo e não vi, em nenhum momento, de nenhum daqueles que participaram das oitivas nenhuma preocupação com os quase 500 mil brasileiros que saíram da Covid com sequelas. Portanto, não tem preocupação nenhuma com a reabilitação de brasileiros e brasileiras que tiveram a doença e que estão sofrendo em função das suas sequelas. Nós não estamos vendo isso em nenhum momento, e a gente precisa abrir o debate sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, com relação ao tratamento, eu não vou perguntar... Não adianta perguntar porque a resposta não vai vir. Não vi nenhum comitê técnico-científico no Ministério da Saúde para definir com a Sociedade Brasileira de Virologia, a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira de Imunologia, a Sociedade Brasileira de Saúde Pública, as universidades de grande renome e de importância na área da saúde e da Medicina do nosso Brasil e poder avaliar permanentemente as ações de combate à Covid e dali saírem protocolos clínicos. O último protocolo clínico que há é de março/abril de 2020, essa orientação, que não é protocolo, não passou pela Conitec.

Por isso eu concluo, Presidente, dizendo que nós estamos, nós brasileiros estamos largados à própria sorte. E todos do Governo que vêm à CPI têm uma única e simples função: blindar o Presidente Jair Messias Bolsonaro da sua condução temerária e dolosa no combate à pandemia no Brasil. Ele não combate a pandemia. Ele se conduz. Ele, na verdade, é efeito expansivo da pandemia e leva milhares de brasileiros a se infectarem, a adoecerem e a morrerem de Covid no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Por cinco minutos, para fazer as suas perguntas, vezes três, 15 minutos, Senador Fernando Bezerra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Senador, eu entendi que o Senador Rogério me fez perguntas, mas não me foi dada a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não fez. Ele fez um discurso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente, eu fiz quatro perguntas, e a senhora respondeu às quatro perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Você fala nas minhas perguntas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Ele fez as quatro perguntas, era "sim" ou "não", e ela respondeu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não. Eu fiz quatro perguntas, Presidente. E às quatro perguntas, ela respondeu.

Eu vou voltar aqui às perguntas, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E outra: ele disse que não queria ouvir a resposta dela, deixando bem claro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não, não. Ela respondeu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Deixando bem claro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não, senhor. Por favor, me respeite! Por favor, me respeite! Eu o respeito, e você me respeita. Por favor, me respeite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - Estamos respeitando, mas o senhor deixou muito claro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Como eu o respeito, me respeite! Eu deixei muito claro que eu fiz quatro perguntas e disse que queria as respostas "sim" ou "não".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É, mas outra o senhor fez e disse que não queria ouvir a resposta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu perguntei... Não. Eu quero que o senhor me respeite!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vamos ouvir o Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele fez quatro perguntas, e ela respondeu às quatro perguntas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Me respeite! As quatro perguntas que eu fiz, que ela respondeu: a senhora defende o uso da hidroxicloroquina?, ela disse "sim"; a senhora defende o uso de máscara?, ela disse "sim"; a senhora defende a vacinação em massa?, ela disse "sim"; a senhora defende a imunização natural, de rebanho?, ela disse "não". Então, eu fiz quatro perguntas.

E, depois, no meu direito de Parlamentar, fiz aquilo que minha consciência manda. E não é o senhor nem nenhum Parlamentar nem ninguém que vai dizer como eu devo me portar aqui. Sabem por quê? Porque eu tenho a minha opinião, e a minha opinião é clara: todos que estão vindo aqui vêm treinados para mentir, enganar o Brasil e blindar o Presidente da República...

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu peço respeito. Eu vim aqui na qualidade de técnica. O senhor está me acusando de mentirosa. Me respeite, Senador. Me respeite!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, a senhora, aqui, é somente uma...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não chamou a senhora de mentirosa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Ela é uma testemunha.

Ela...

Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não chamou a senhora de mentirosa.

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpellar.) – Sr. Presidente, deixe-me fazer a minha pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente. Ela é, ela é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele já tinha terminado, e o Senador Girão se meteu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, Dra. Mayra Pinheiro, inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito o relatório publicado agora, em maio, pelo UBS, uma empresa global que presta serviços financeiros a pessoas físicas, empresas e instituições, com escritórios em mais de 50 países. Em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

síntese, o relatório conclui que o Brasil vem se saindo bem em seu programa de vacinação, tendo vacinado um percentual da população acima da média dos demais países em desenvolvimento tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. De fato, o Brasil já vacinou cerca de 20% da sua população, ao passo que, nos demais países emergentes, esse percentual é de apenas 13%. Além disso, o fato de o Brasil possuir uma pirâmide etária relativamente jovem permitirá que o País retorne à normalidade antes do esperado.

Esse mesmo relatório do UBS aponta que, caso o programa de vacinação seja implementado de acordo com o atual planejamento do Governo, será possível retomar a atividade econômica plena já em outubro deste ano. O relatório conclui que, caso a vacinação continue no ritmo atual, a possibilidade de uma 3ª onda de Covid no Brasil fica bastante diminuída. Em outras palavras, o relatório sinaliza que a economia brasileira pode começar a se normalizar mais cedo do que se imagina.

Segundo o estudo, ao vacinar a população com mais de 30 anos, que representa apenas 56% dos brasileiros, podemos reduzir a pressão sobre o sistema de saúde, permitindo a remoção das restrições de distanciamento social e permitindo que a economia volte ao normal.

Esse relatório do UBS, que faço chegar ao conhecimento dos membros desta Comissão, é mais um elemento que se soma às recentes atualizações das projeções de crescimento do PIB, feitas por grandes bancos, como o BTG, o Barclays, o Credit Suisse, o Goldman Sachs e o Morgan, que já indicam um crescimento do nosso Produto Interno Bruto superior a 4%.

Associada à política de vacinação em massa do Governo Federal, a gradual retomada das atividades vai aos poucos pavimentando o caminho para a consolidação do crescimento da economia brasileira, ampliando os instrumentos de que dispomos para o enfrentamento dessa grave crise sanitária em todas as suas faces.

Ainda gostaria de registrar sobre o processo de vacinação a fala do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, durante a abertura da 74ª Assembleia Global de Saúde, quando classificou a distribuição global de vacinas contra o coronavírus como um escândalo de desigualdade que está perpetuando a pandemia. Segundo o Diretor-Geral da OMS, 75% dos imunizantes aplicados até o momento foram administrados em apenas dez países, sendo que alguns deles iniciaram a vacinação de crianças e grupos de baixo risco, ao passo que a maioria das pessoas vulneráveis de outras regiões do globo sequer receberam a primeira dose. O apelo da OMS é que haja um grande esforço mundial para vacinar pelo menos 10% da população até setembro e, numa perspectiva otimista, atingir a meta de pelo menos 30% da população mundial até o final do ano.

Apesar dessas dificuldades, Sr. Presidente, para a obtenção de vacinas e insumos, que não são, necessariamente, de natureza política, mas de insuficiência de oferta frente à demanda global, gostaria de registrar que, nesta terça-feira, considerando a atualização do Ministério da Saúde em relação à vacinação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País, alcançamos a marca de 58.565.658 doses de vacinas aplicadas, o que permitiu a vacinação de 39.742.084 pessoas com a primeira dose e de 18.823.574 pessoas com a segunda dose. O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, já distribuiu aos Estados brasileiros 9.777.747 doses de vacina. É muito provável...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Noventa milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que V. Exa... Nove milhões, não. É muito mais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, 90, 90 milhões. É muito provável que, ainda no mês de maio, até a próxima segunda-feira, a gente possa ultrapassar a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas aos Estados e Municípios brasileiros.

Ainda sobre a vacinação, para o mês de junho, considerando a projeção de entrega de vacinas contratadas, devemos ter mais de 52 milhões de novas doses disponíveis para dar maior celeridade ao programa de imunização, o que representará, até o final deste primeiro semestre, um total de mais de 155 milhões de doses, o que permitirá ao Brasil imunizar, com o esquema vacinal completo, praticamente todo o grupo prioritário; para o terceiro trimestre - julho, agosto e setembro -, são mais 166 milhões de doses previstas, o que nos permitirá, conforme sinaliza o relatório do UBS, que mencionei há pouco, imunizar os brasileiros acima dos 30 anos, garantindo o retorno gradual e seguro da população economicamente ativa até o final de setembro; por fim, com a previsão de mais 310 milhões de doses no último trimestre - outubro, novembro e dezembro - deste ano, tenho certeza de que estaremos muito bem amparados para conter a transmissão do coronavírus no País.

Sobre a oitiva da presente reunião, é importante salientar que a Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, sob titularidade da Dra. Mayra Pinheiro desde o início de janeiro de 2019, tem por finalidade elaborar e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área de saúde, planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área de saúde, promover a integração dos setores de saúde, de educação, a fim de fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área, dentre outras atribuições.

No âmbito de suas competências, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, foi lançado o programa O Brasil Conta Comigo, uma ação estratégica instituída com o objetivo de mitigar os efeitos da Covid-19 no SUS por meio do fortalecimento do quadro de profissionais de saúde no enfrentamento. Por meio de O Brasil Conta Comigo - Residentes, que instituiu o pagamento de bonificação para os residentes dos programas de residência médica e residência em área profissional da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, pelo prazo de seis meses, foram quase, Sr. Presidente, 80 mil residentes contemplados, ampliando a cobertura na assistência aos usuários do SUS em todos os níveis de atenção.

Já O Brasil Conta Comigo – Acadêmico promoveu o apoio excepcional e temporário aos alunos do 5º e do 6º anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, que atuaram sob supervisão do SUS. Em todo o País, quase 6 mil estudantes recrutados se apresentaram para atuar.

Por fim, O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde cadastrou mais de 1 milhão de profissionais de saúde do Brasil, visando à capacitação conforme os protocolos de manejo clínico do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19 a fim de auxiliar os gestores das três esferas de Governo. No curso de capacitação que aborda as recomendações sobre manejo clínico e processos de trabalho aos profissionais dedicados à condução de pacientes com coronavírus, Sr. Presidente, foram mais de 345 mil profissionais de saúde que concluíram a capacitação e foram devidamente certificados.

Eu fiz questão de fazer essa leitura da atuação da Dra. Mayra Pinheiro à frente dessa importante secretaria do Ministério da Saúde para poder trazer luzes aqui ao esforço que o Governo Federal e o Ministério da Saúde empreenderam no sentido de capacitar profissionais para que a gente pudesse ter uma melhor performance no enfrentamento da pandemia quando os pacientes estão hospitalizados, estão enfrentando ali a vida ou a morte nos leitos de UTIs que foram contratados pelo Governo Federal para socorrer os Estados brasileiros. Foram mais de 18 mil leitos de UTI, em 2020, e agora, em 2021, 22 mil leitos de UTI para poder ajudar os brasileiros a ultrapassar essa terrível pandemia.

Eu quero e faço questão absoluta, Dra. Mayra, de dizer que a sua participação nesta tarde, manhã tarde, hoje, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, foi muito importante. Não só a senhora falou de forma transparente, lúcida, clara, metódica, falando do seu trabalho, da sua secretaria, mas, sobretudo, trazendo muitas luzes não só para os membros da CPI, mas para os milhões de brasileiros que nos acompanham neste momento pelo rádio, pela televisão, pelos veículos de comunicação do Senado Federal em relação a uma das coisas que alguns Parlamentares aqui estão tentando criar: uma materialização, uma materialidade para algum tipo de ação criminal por parte das ações ou omissões do Governo Federal, sobretudo numa área em que me parece impossível – impossível – haver qualquer materialidade, que é a questão do tratamento precoce.

O Senador Marcos Rogério teve a oportunidade de falar do tratamento precoce aqui mesmo, dentro do Brasil, trazendo os protocolos de diversos Estados brasileiros, que ainda hoje seguem essas regras que estão previstas nesses protocolos. E V. Exa., com toda a calma, com toda a tranquilidade, ao fazer a defesa da liberdade do médico, amparada na Convenção de Helsinque, para poder receitar dentro daquilo que está disponível e à luz do conhecimento médico, do conhecimento científico, oferece a melhor solução para que os pacientes desses médicos possam sobreviver e possam sair melhor do contágio da pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-la. V. Exa. não perdeu a postura, não perdeu a tranquilidade nem nos momentos em que V. Exa. foi interrompida no seu raciocínio, nem quando, muitas vezes, alguns Parlamentares, surpresos com a sua *performance*, tentaram interditar as suas ideias. V. Exa. se saiu muito bem, porque o tratamento precoce não está sendo utilizado só aqui, no Brasil; está sendo utilizado em outros países do mundo. Essa é a realidade!

A CPI, enquanto instrumento de disputa política, pode servir aos propósitos de alguns, mas o que eu espero que a CPI possa, ao final, ao longo desses ricos depoimentos que nós ainda vamos ouvir... Mas V. Exa. inaugurou aqui uma fase toda muito especial, que é trazendo também informações científicas, informações técnicas que validam algumas ações que foram aqui desenvolvidas no nosso País de forma absolutamente dentro das regras da saúde pública, dentro do respeito ao conhecimento científico e sem atropelo de qualquer evidência científica que possa justificar o contrário.

Eu tive oportunidade, durante o intervalo do almoço, de conversar com muitos jornalistas, e a repercussão da sua presença aqui é muito forte. É muito forte, porque, de fato, aqui se apoiam em três argumentos. O isolamento social que não tenha sido promovido na forma adequada no Brasil, quando todas as estatísticas disponíveis por várias entidades mostram que o isolamento social promovido na América Latina e no Brasil, em particular, foi muito maior do que o dos países desenvolvidos, mas, mesmo assim, o número de óbitos aqui, na América Latina, é superior ao dos países desenvolvidos. Então, não é o isolamento em si que vai justificar o número de mortes. Também está claro que não será através do tratamento precoce. Muito pelo contrário! Talvez, se o tratamento precoce tivesse sido usado com maior intensidade, nós poderíamos ter tido um número de mortes muito menor. E, depois, a questão da vacina. Pode ter havido atraso em algumas negociações? Sim, pode ter, mas não houve dolo, não houve negligência! E o Brasil já tem contratado, Senador Renan Calheiros, mais de 660 milhões de doses! Os brasileiros precisam saber! Contratos assinados com o Governo brasileiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nós estamos recebendo já 100 milhões de doses!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele me perguntou!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu só estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso apesar do esforço do Governo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu citei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para não contratar!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu estou dizendo que este Governo contratou! Este Governo contratou 662 milhões de doses de vacina!

E, na realidade, o que nós estamos enfrentando aqui, no Brasil, é o que muitos países estão enfrentando: não tem ofertas de vacinas para chegar na hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... e poder atender a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... já ultrapassou - e bastante!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... de todos! Nós estamos vivendo um escândalo, como diz o Presidente da Organização Mundial da Saúde, na distribuição desigual das vacinas: países ricos reservaram essas vacinas e não estão distribuindo a produção de vacinas, que precisa ser escalada!

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, eu não vou abusar da sua boa vontade, mas uma das opções que o Governo brasileiro fez, que vai ser reconhecida depois dos trabalhos desta CPI, foi a aposta na AstraZeneca, através de transferência de tecnologia!

Hoje - hoje! -, eu vi um depoimento com a velocidade que se está tendo na produção de vacinas para atender os países da África, dos países pobres, dos países de baixa renda.

Anote, Senador Renan Calheiros, o Brasil vai exportar vacina, a partir do final deste ano início do ano que vem, para ajudar os países mais pobres. Isso foi uma decisão de Governo, de não comprar apenas a vacina pronta, mas de apostar na transferência de tecnologia para poder fazer através da Fundação Bio-Manguinhos, da nossa Fiocruz.

E eu encerro, porque os comentários da Dra. Mayra em relação à Fiocruz foram respeitosos. O que ela denunciou foi a falta de impessoalidade no ambiente de trabalho, com uso de fotografias de personalidades políticas, com *slogans* políticos na repartição de trabalho. Foi isso que ela aqui criticou.

Ela criticou que se utilizem repartições públicas para fazer a promoção pessoal de quem quer que seja, e isso está previsto na Constituição Federal. Você tem que resguardar o princípio da impessoalidade,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo você podendo torcer para o time A, B ou C ou torcer pelo partido A, B ou C, mas não dentro do ambiente de trabalho. E foi isso que as palavras dela quiseram retratar.

Por isso, eu encerro, Sr. Presidente, para cumprimentar a presença, o depoimento e as informações trazidas pela Dra. Mayra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra, obrigado. Agora, vocês acertaram, meu Líder, com a Dra. Mayra? O senhor falou 50 vezes em tratamento precoce. É isso mesmo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Falei, sim, falei tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Dra. Mayra, a senhora defende o tratamento precoce? (*Pausa.*)

Não, não. Espere aí. Deixe a Dra. Mayra responder, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) - Eu defendo que o médico possa usar tudo que ele tem disponível para salvar os seus pacientes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, tudo bem. Eu também concordo. A senhora defende o tratamento precoce, Dra. Mayra? Uma pergunta objetiva...

A SRA. MAYRA PINHEIRO - Defendo o tratamento no início da doença, de todas as doenças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah! Tratamento... Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Foi isso que eu quis dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foi, não, Senador. Ela repetiu isso 50 vezes aqui. Ela repetiu 50 vezes dizendo que ela não defende tratamento precoce; ela defende tratamento inicial.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu falei que a tese aqui é que o Governo preconiza tratamento precoce e não tem materialidade para isso porque o que se defende aqui é a liberdade do médico para prescrever. Falei, inclusive, da convenção de Helsinque.

Portanto, Sr. Presidente, não distorça as minhas palavras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o senhor que falou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Nem a minha nem a de Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, mas eu não distorci a dela, não. De longe. Eu disse que ela nunca defendeu tratamento precoce, ela sempre defendeu tratamento inicial. Assim como ela entende... Não, por favor. Há uma diferença muito grande entre tratamento precoce e tratamento inicial.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor, que agora é nosso Líder.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa. e o Relator Renan Calheiros, a Dra. Mayra, que veio aqui fazer uma brilhante explanação.

Dra. Mayra, a senhora está com um time aí hoje: aqui, a Aline, Presidente da Comissão de Agricultura, Deputada Aline, do Paraná, que veio prestigiá-la; Carla Zambelli; Adriana; Deputada Paula Belmonte; e também a Deputada Bia Kicis. As mulheres vieram prestigiá-la hoje da Câmara dos Deputados. Então, parabéns pelo seu trabalho.

E também, Senador Bezerra, só uma colocaçãozinha. São 58 milhões de brasileiros vacinados, registrados no Ministério da Saúde, mas o dado real é 63,475 milhões brasileiros. Tem um *delay* entre o que sai na ponta de cada quarteirão do Brasil e até ser registrado aqui, cadastrado na cidade, no Município e cadastrado no ministério. Então, são 63 milhões de brasileiros.

Eu quero cumprimentar os 14.552 brasileiros curados pelos médicos, enfermeiros, entendeu? Então, é um número impressionante.

Muitos colegas, Senador Omar Aziz, comentaram aqui sobre trabalhos; chamo a atenção de V. Exa., Senador Renan Calheiros: a pesquisa da *The Lancet*, fraudulenta. Escutem o que eu vou dizer: essa fraude, que envolvia uma companhia de fachada chamada Surgisphere, alegava ter registro de 671 hospitais, que misteriosamente pediam para permanecer anônimos, e alegava que o tratamento com hidroxicloroquina teria matado pacientes do Covid.

Com base nesse artigo da *The Lancet*, a OMS mandou que cessassem os testes da droga em 17 países.

Pesquisadores começaram a investigar e descobriram que a gerente de vendas da Surgisphere era - pasmem, Sras. Deputadas que estão aqui, Srs. Senadores! -; a gerente de vendas da Surgisphere era uma atriz pornô. Uma atriz pornô. Nada contra ela. E a diretora científica era uma escritora de ficção científica. Não era uma grande entidade médica que contratou a pesquisa, Senador Marcos Rogério. Esse é o absurdo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de registros de médicos na África e na Austrália era impossível de se obter a partir do número de pacientes nesses locais. Cento e cinquenta cientistas – cento e cinquenta cientistas –, liderados pelo britânico James Watson, fizeram essa denúncia. Está aqui, Sras. e Srs. Senadores, a retratação da revista *The Lancet*, uma das revistas, a maior revista de repercussão internacional no ramo da Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a data, Senador Luis Carlos?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a data dessa publicação, por favor?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isto aqui é de 2020, abril ou maio de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas tem alguma coisa depois, não tem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só um minutinho. Agora eu vou continuar.

Os colegas falaram aqui em Manaus, Estado de V. Exa., publicada na revista *Jama*, o.k.? A pesquisa de Manaus. Essa, Sr. Senador Omar Aziz, é criminosa. Vinte e duas pessoas morreram, e a Dra. Mayra já falou desse assunto aqui, a superdosagem dada para pacientes que já estavam em estado terminal. E ocorreram 22 mortes. Diferente...

E aí, Mayra, o que eu preciso é o seguinte, dessa pesquisa, depois você me passe... Ah, no caso da *The Lancet*, os dois pesquisadores que estavam sendo financiados, eu preciso dessa informação, financiados pela AstraZeneca e pela Pfizer. Isso é muito importante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, a Mayra falou, e eu quero que ela me repita depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... o que eu estou falando aqui. Sim. Bom,...

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – No caso, são os pesquisadores da revista *Nature*, não é da *The Lancet*, nem da *Jama*.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, o.k. Ah, então, tá. Desculpe. Estou me retratando aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessa pesquisa de Manaus, Senador Girão, estranhamente uma segunda pesquisa foi feita em Manaus. Eu não sei se V. Exas. sabiam. E um dos autores dessa pesquisa, além da equipe de Manaus, é o nosso Ministro Luiz Henrique Mandetta. Uma segunda pesquisa em Manaus, financiada talvez com os recursos do Ministério da Saúde, e eu quero essas informações e vou solicitar aqui essa informação.

Então, duas pesquisas. E essas duas pesquisas criminalizaram, criminalizaram, e fizeram com que a Organização Mundial da Saúde – isso eu estou atestando aqui – mudasse o parecer em junho, julho do ano passado, e passasse a não indicar mais a cloroquina.

Essas duas pesquisas fraudulentas...

O colega que me antecedeu falou aqui que estava arquivado no Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal... Conversei com o Procurador do Rio Grande do Sul, com três Procuradores, um do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais e um pesquisador de Goiás. O que eles fizeram? Esses pesquisadores queriam, no meu Estado, que a Serra Gaúcha pudesse fazer o tratamento, porque o Ministério Público naquele Estado não permitia. Consegui, Senador Marcos Rogério, a autorização. Era o que ele queria. Eu não estava investigando a pesquisa de Manaus, Senador Girão. Ele queria que o Estado dele, assim como Goiás – o Caiado havia rejeitado –, assim como Minas Gerais... Eles queriam que aquela região deles pudesse... Então, esse é o fato que foi arquivado. Estou buscando informação. Também foi colocado que havia sido arquivado no Conselho Federal de Medicina. Segundo o Presidente, não há nenhum processo arquivado; talvez, haja no Conselho Regional de Medicina. Eu vou buscar essa informação para esclarecer bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é? Manaus?

O que eu quero... Agora eu vou falar para a imprensa séria deste País. Eu já solicitei à CNN, que me entrevistou na semana passada... Eu não quero falar, não vou falar de pesquisa. Mas já coloquei o Dr. Francisco Cardoso, um especialista, um *expert*, para que ele vá falar sobre a pesquisa de Manaus e sobre a pesquisa da Lancet, que havia sido comentada como o suprasumo no mundo. Agora, há duas pesquisas e mais alguma coisa que criminalizaram o uso da hidroxicloroquina.

Agora vou passar outra informação às senhoras e aos senhores. O Reino Unido, com letalidade de 2,86, já vacinou 89% da sua população. Os Estados Unidos, com letalidade de 1,79, já vacinaram, Senador Marcos e Senador Girão, 85% de sua população e não adotam o tratamento precoce, inicial, como quer que o chamem. A China, com letalidade de 0,5%, vacinou apenas 36% da população e adota esse tratamento. A Índia, com letalidade de 1,14, bem menor do que a dos Estados Unidos e do que a da Inglaterra, vacinou apenas 14%, menos que o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia aguardar um minutinho? A Dra. Mayra tinha me pedido... Às vezes...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora pode ir lá, que eu suspendo a reunião.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, pode concluir!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Ela me pediu... Só que está demorando muito. Aí eu não sei...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, pode concluir, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem!

Então, vejam aqui... Agora, eu queria que o Senador Randolfê estivesse aqui. Vou citar o Estado dele de novo.

Eu recebi, do Dr. Pedro Omar, que liderou o movimento das forças vivas e partidos políticos, Ministério Público, enfim, da comunidade... Sabe qual é a letalidade, hoje, no Estado do Amapá? É de 1,5. Sabe qual é a letalidade no Amazonas? É de 3,4. Em São Paulo, é de 3,4. A do Rio de Janeiro – pasmem! – é de 5,9. É de 1,4... E adotam esse procedimento. Adotam esse procedimento! V. Exa. falou isso, inclusive, na sua fala, Deputado, com o Senador Marcos Rogério.

Então, vejam aqui que eu estou chamando a atenção dos colegas Senadores e Senadoras, que eu aqui propus ao Senador Rodrigo Pacheco que encaminhasse, na Comissão Covid, para ouvir alguns especialistas – não sou eu, mas especialistas, Senador Girão – falar desse assunto: Francisco Cardoso, Paulo Porto, inclusive, o Prefeito de Porto Feliz, que é um médico, porque há lá 1,2, 1,3 de letalidade, para que ele explique o que ele fez, para que o Brasil, senhoras e senhores, possa adotar esse procedimento. Os Estados brasileiros... Está dando certo em alguns lugares. Vejam aqui: Chapecó, 1,66; Porto Seguro, 0,83; Condor, Rio Grande do Sul, 0,66; Toledo, Paraná – seu Estado –, 1,45; Porto Feliz, São Paulo, 1,14; Búzios, Rio de Janeiro, 1,21; Nova Lima, Minas Gerais, 1,21; Jaguaré, Espírito Santo, 1,39; Florianópolis, Piauí, 1,74.

Se nós tivéssemos, Senador Renan, Senador Omar, esse tratamento não demonizado, e, sim, autorizado legalmente – o Conselho Federal de Medicina dá orientação aos médicos para que possam prescrever *off-label* – e as próprias portarias do Ministério da Saúde permitam que o façam, nós não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teríamos, então, essas mortes que o Senador Renan coloca, de 450 mil, e – quem sabe? – nós teríamos 225 mil mortes no Brasil – 225 mil mortes! Não é o atual tratamento; a forma como se faz o tratamento é que vai criminalizá-lo.

Então, isso é o que eu coloco às senhoras e aos senhores, extremamente importante.

Algun colega falou que não tinha recomendação para vírus. Está aqui. Chikungunya é um vírus. Trata com o quê? Cloroquina. Está aqui. Zika vírus, um vírus. Um cientista brasileiro, médico de uma universidade na Califórnia, descobriu a cura do zika vírus com cloroquina. É um vírus. É um cientista brasileiro que está nos Estados Unidos.

Então, o que eu vejo – deixemos de criminalizar os médicos –: hoje existem em torno de 30 países que adotam esse procedimento, 30 países. O que eu gostaria, Senador Omar, é que nós tirássemos a ideologia de lado – médicos de direita, médicos de esquerda –, deixássemos de criminalizar.

O que eu ouço, Dra. Mayra, todo santo dia, é médico pedindo: "Por favor, me ajude!", porque é Ministério Público e tudo que é lado contra esses médicos que resolvem.

Eu fiz uma solicitação, Senador Omar, para que me passassem, no Estado do Rio Grande do Sul, entre os Prefeitos do meu partido, quem havia adotado tratamento precoce. As pessoas têm medo de dar informação – medo, Senador Girão! – e o Ministério Público pressionar, como há ações no meu Estado e no Brasil inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas esse inquérito de Bento Gonçalves não foi arquivado?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi arquivado. E eu vou buscar mais...

Por isso, Senador Renan, que eu pedi à Polícia Federal para poder investigar, porque, senão, poderia haver concomitância do Ministério Público e da Polícia Federal. Arquivado porque o objeto da ação – V. Exa. é advogado, eu não sou –, o objeto era que ele conseguisse que a Serra Gaúcha pudesse fazer o tratamento. Foi autorizado. O.k., está resolvido o assunto.

Então, nesse sentido, Senador Omar, nós tínhamos que parar de grenalizar, como se diz no meu Estado – dupla grenal: Grêmio e Internacional. Vamos deixar a ideologia! Vamos, por amor de Deus, fazer o tratamento precoce!

A Deputada Aline esteve hoje com o Ministro da Ciência e Tecnologia tratando da vacina no Estado dela, na Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem, Senador? Quem, Senador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Deputada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aline.

O Brasil, hoje, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem 16 vacinas em andamento, três mais adiantadas, que são: Ribeirão Preto, com recursos federais; o Instituto de Cardiologia de São Paulo; e a Universidade Federal de Minas Gerais. A do vosso Estado está um pouco mais atrasada, mas são 16. Tem também, Senador Girão, 16 vacinas, algumas já autorizadas pela Anvisa, que são chinesas, que são inglesas, que são belgas, que são russas, enfim, ou em fase de autorização. Hoje, tem 16 grandes laboratórios que querem produzir vacina, 12 de medicamentos humanos e quatro de medicamentos veterinários. Esses laboratórios querem produzir vacinas. Está sendo desenhado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Anvisa, Ministério das Relações Exteriores e da Economia um projeto para que nós possamos ser produtores de vacinas, como o Senador Bezerra falou aqui. O Brasil será! Escrevam o que estou dizendo.

Independentemente das 662 milhões de doses já compradas, o Brasil será produtor de vacinas. Escrevam isso. Está acontecendo, porque a Índia precisa, a China precisa, e o Brasil poderá, daqui a pouco, Senadora, até ser um exportador para esses países, com vacina indiana, que está sendo autorizada nos próximos dias pela Anvisa, falta pouco tempo. Daqui a pouco, teremos a Sputnik também autorizada. Estão em análise neste instante pela Anvisa e, seguramente, serão autorizadas. Resolve o problema de documentação ou que ele precise. Por isso, é importante.

E a vacina não é 2021. O resto vai ser preciso nos próximos anos. Já tem a cepa 1, a cepa 2, a cepa 3, e outras coisas poderão aparecer. Então, nós temos que estar preparados para que a indústria brasileira, não apenas a Fiocruz e o Butantan... E não tenho nada contra eles, temos que ajudá-los e estão sendo ajudados, mas nós temos que ter também essa possibilidade de que o Brasil seja produtor de vacinas. Podem escrever o que estou dizendo aqui.

Repito de novo: o Senador Wellington Fagundes iniciou esse processo aqui no Senado Federal, levantou essa bandeira dos laboratórios de medicamentos veterinários e, hoje, são 16 laboratórios, inclusive de medicamentos humanos também, para fabricar.

Dra. Mayra, parabéns pela sua fala. Desculpe a iniciação. Seguramente, o Senador Renan não teve aquela intenção de compará-la com Hitler, nazismo, enfim, mas essas mortes, insisto e repito, pelos números que eu passei aqui, da letalidade em Municípios brasileiros, seguramente, se nós não criminalizássemos esse tratamento, as mortes seriam muito menores do que nós estamos tendo neste momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. E peço também que deixem de criminalizar os médicos brasileiros, que, em todos os cantos deste País, se escondem para poder fazer o tratamento, porque têm ações contra eles em todos os sentidos.

Então, agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz, cumprimento V. Sa., Dra. Mayra, pelo trabalho que está fazendo e se expondo aqui, falando exatamente o que está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já se iniciou. Nós estamos já avançando com o primeiro item da pauta. Eu faço um apelo a V. Exa. que, se for possível, a par de todas as interrogações que tivemos aqui, tanto da Oposição quanto da base do Governo – eu acho que nós já temos as informações que são necessárias à CPI –, encerre a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos ainda nove Senadores inscritos. Tem a Senadora Leila, o Senador Roberto Rocha, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Mecias de Jesus e Jean Paul.

Eu recebi agora uma mensagem da Mesa Diretora dizendo que iniciou os trabalhos e que o Presidente está pedindo para a gente encerrar.

Eu queria só permitir à senhora que a senhora pode ir lá, que eu vou... Eu vou pedir desculpas à Senadora Leila e aos outros Senadores, eu tento ouvi-los – e eu sei que o Senador Roberto Rocha está aí –, mas não dá para a gente fazer a reunião da CPI juntamente com o Senado, porque o Presidente já leu para mim o artigo lá 10 vezes.

Eu quero só comunicar aos senhores que, amanhã, nós teremos votação de requerimentos. Tem 402 requerimentos para serem apreciados. Nós vamos apreciar.

Recebi um comunicado do Fórum Nacional de Governadores, o Ofício nº 48/2021, assinado pelo Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e pelo Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Esse expediente é acompanhado do parecer do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal: "Solicito esclarecimento sobre a abrangência de requerimento de informação aprovado por esta Comissão".

Não tem muito o que explicar. A CPI é muito clara: são recursos federais passados pelo Covid. É sobre isto que nós queremos saber: o que foi gasto tanto em Estado como em Município.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que a Mesa respondesse: se o Governo Federal repassou R\$1 milhão para o Covid... É aquele que nós votamos aqui para Governadores e Prefeitos e que o próprio Governo repassou. É sobre isto que nós estamos pedindo informação: onde foram colocados esses recursos? Não tem nada a ver com o SUS, fundo a fundo. O que tem é Covid, é o que nós queremos saber.

Então, eu queria que você respondesse.

Então, amanhã nós teremos 402 requerimentos. É lógico que nós não vamos votar todos, mas está pautado o requerimento de nove Governadores, onde houve a ação da Polícia Federal, em várias prefeituras – a maioria é de ex-Prefeitos, porque foi na gestão passada dos Prefeitos, não foi nesta gestão.

São 12, parece, não é, Senador Renan? São 12, parece. Mas aí, amanhã, a gente vai debater aqui.

Vamos começar amanhã às 9h30. Pode ser às 9h30?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode?

Eu queria agradecer a sua presença, doutora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – A que horas amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 9h30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Às 9h30. Mas nós temos o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Mayra, eu quero agradecer a sua presença e dizer para a senhora que a gente torce muito para que a senhora esteja certa. Eu não tenho uma opinião porque eu não sou tecnicamente preparado para dar uma opinião nisso, mas ouço alguns profissionais, e alguns são favoráveis, outros não.

Mas o que nós queremos é torcer muito para que a gente possa ter uma saída para essa doença. E, aqui, este debate é um debate em que a gente tenta, todos nós, sem exceção, como a senhora... O que nós queremos é evitar mais mortes, não é? Eu espero que a gente evite. É esse o papel desta CPI. Não é crucificar, não é apedrejar ninguém – esse não é nosso papel –, mas procurar a verdade, para que a gente possa sair dessa crise.

Se a gente precisar da sua ajuda novamente, lhe pediremos para voltar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) – Estou à disposição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Será um prazer tê-la aqui.

Obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Cid Gomes, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de auxiliar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a presença dos seguintes convidados: 1. Rodrigo Menegat (jornalista de dados) 2. Lucio Maciel (desenvolvedor de software)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2021** que: "Convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o representante da empresa White Martins na cidade de Manaus, empresa fornecedora de oxigênio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2021** que: "Convida para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Gonzalo Vecina Neto, médico sanitaria, professor e fundador da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2021** que: "Convoca Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra – ex-Prefeito da cidade de Fortaleza - Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2021** que: "Requer que seja convocado o senhor Mauro Luiz de Britto Ribeiro - Presidente do Conselho Federal de Medicina" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2021** que: "Convoca Ailton Antônio Soligo, ex-assessor especial no Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2021** que: "Requer seja convidada para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito a senhora Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2021** que: "Convida Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, especialista em Infectologia pelo Emílio Ribas (SES/SP), graduado em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social - ANMP, para debater acerca das medidas e dos protocolos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2021** que: "Convida Sr. Dr. Paulo Márcio Porto de Melo, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficial, graduado em medicina e especialista em neurocirurgia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Militar de Área de São Paulo e Presidente do Departamento de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neurocirurgia Vascular e do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2021** que: "Requer convite ao diretor do Instituto Butantan, Sr. Dimas Covas, para prestar esclarecimentos" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 202 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Hélder Barbalho, Governador do Estado do Pará." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 212 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Dr. Paulo Mácio Porto de Melo, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficial, graduado em medicina e especialista em neurocirurgia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Militar de Área de São Paulo e Presidente do Departamento de Neurocirurgia Vascular e do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 219 de 2021** que: "Convida Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, especialista em Infectologia pelo Emílio Ribas (SES/SP), graduado em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social - ANMP, para debater acerca das medidas e dos protocolos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 232 de 2021** que: "Convoca Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 233 de 2021** que: "Convoca Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 238 de 2021** que: "Convoca para que preste depoimento o Sr. Marcos Erald Arnoud, vulgo "Markinhos Show", ex-marqueteiro do Ministério da Saúde na gestão Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 243 de 2021** que: "Requer seja convidado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ronaldo Pires, diretor de Assuntos Governamentais da Janssen no Brasil." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2021** que: "Convida Natalia Pasternak Taschner, microbiologista, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 288 de 2021** que: "Convida o Dr. Paulo Porto de Melo, médico neurocirurgião." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2021** que: "Requer convocação - Representante do Comitê de Operações de Emergência do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Representante da White Martins" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2021** que: "Requer a convocação do Representante da White Martins no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o representante da Jansen no Brasil." **Autoria:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 328 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento O Sr. Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Requer que seja convocado os responsáveis pelo desenvolvimento do TrateCOV." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 334 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 339 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Aírton Cascavel." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 344 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com os seguintes convidados: 1. Felipe Salto (IFI) 2. Representante do IPEA" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 345 de 2021** que: "Requer a convocação de Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que: "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 359 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal – STF cópia integral da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6764, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Mello." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 360 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral da Ação Cível Originária (ACO) nº 3451, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 367 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal – STF cópia integral do processo resultante da queixa crime formalizada pela Pet 9020, relatada pela Ministra Cármen Lúcia." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 369 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral do processo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, relatada pelo Ministro Luís Roberto Barroso." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 370 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6764, relatada pelo Ministro Marco Aurélio Mello, e cópia Integral da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, sendo o relator Acórdão o Ministro Edson Fachin." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 438 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Aírton Antonio Soligo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 482 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Eduardo Pazuello, ex Ministro da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 483 de 2021** que: "Requer seja reconvocato o senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 486 de 2021** que: "Requer a convocação de Marcos Eraldo Arnoud Marques (Markinhos Show), assessor especial no Ministério da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 490 de 2021** que: "Convida a senhora Jurema Werneck, Diretora Executiva da Anistia Internacional do Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 499 de 2021** que: "Convoca Aírton Antônio Soligo, ex-assessor especial do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 502 de 2021** que: "Convoca Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena (Sesai)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 520 de 2021** que: "Convoca Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que: "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 540 de 2021** que: "Convoca Filipe G. Martins." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 553 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 555 de 2021** que: "Requerimento de Convite ao senhor Paulo Porto de Melo." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 560 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac pelo Ministério da Saúde e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 561 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 562 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021, a fim de subsidiar os trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI-Pandemia)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento da estratégia adotada para a contenção da disseminação da variante P1, surgida em Manaus e confirmada pela Fiocruz em 12 de janeiro de 2021 e da equipe do Ministério da Saúde encaminhada para gerir a crise em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 564 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento dos processos de tomada de decisão acerca de testagem, vacinação, distribuição de insumos, protocolos de tratamento, treinamento da linha de frente e comunicação e da linha decisória do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 565 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo a composição da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis e a ata de todas as reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 566 de 2021 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministério da Relações Exteriores, todas as informações, correspondências e documentos encaminhados por aquela Pasta para outros ministérios, presidência da República, órgãos públicos, embaixadas ou representações de outros países, bem como os por ela recebidos, sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados ao combate da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 567 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas cópias da íntegra dos registros audiovisuais de reunião." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 568 de 2021** que: "Reconvocação do Ministro Queiroga à CPI" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 569 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora NATHÁLIA PASTERNAK, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 571 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 572 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Sr. Átila Iamarino." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 573 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLÁUDIO MAIEROVITCH, médico sanitário e ex-presidente Anvisa e da Fiocruz" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 574 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 575 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 576 de 2021** que: "Convite Cláudio Maierovitch" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 577 de 2021** que: "Convite Nathália Pasternak" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 578 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos von Doellinger, informações a respeito de estudo publicado pelo IPEA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 579 de 2021** que: "Requer convite ao Sr. Adriano Massuda, médico e professor da FGV." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 580 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 582 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 583 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 584 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que levaram a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e a alta mortalidade de trabalhadores de saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 585 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que contribuíram para o colapso da saúde pública em Manaus no enfrentamento à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 590 de 2021** que: "Requerimento de Convite Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 591 de 2021** que: "Requerimento de convite Representante Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 592 de 2021** que: "Requerimento convite Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 595 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Gonzalo Vecina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 596 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Drauzio Varella." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 597 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Pedro Hallal." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 598 de 2021** que: "Requerimento convite Sra. Márcia Castro." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 599 de 2021** que: "Requerimento convite Sra. Deisy Ventura." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 603 de 2021** que: "Requerimento de convite Sra. Gulnar Azevedo e Silva." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 604 de 2021** que: "Requerimento de convite Sr. César Victora." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 605 de 2021** que: "Requerimento de convite Sra. Maria Helena Machado." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 608 de 2021** que: "Requerimento de convite do Sr. José Gomes Temporão." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 609 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Paulo César Gomes Baraúna." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 616 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Paulo Barauna, Executive Business Director da White Martins." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 624 de 2021** que: "Convida Claudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de vacinas para prevenção da Covid-19" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 625 de 2021** que: "Convida Cristiana Maria Toscano, médica infectologista, representante da FIOCRUZ no Comitê de Acompanhamento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Técnico-Científico das Iniciativas Associadas a Vacinas para a Covid-19, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de de Vacinas para Prevenção da Covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 626 de 2021** que: "Convida Natália Pasternak Taschmer, bióloga, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de de Vacinas para Prevenção da Covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 627 de 2021** que: "Requer informações sobre os medicamentos cloroquina, hidroxiclороquina, azitromicina, ivermectina." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 629 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 630 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Conselho Federal de Medicina (CFM)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 631 de 2021** que: "Requerimento de Informações para a Wuxi Biologicals, subcontratada pela AstraZeneca-China." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 632 de 2021** que: "Requerimento de Informações para a SINOVAC." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 635 de 2021** que: "Requer à Prefeitura de Guajará-Mirim, o compartilhamento de informações sobre a situação das 4.653 doses de vacinas contra a Covid-19 que ficaram armazenadas fora da temperatura específica para a sua conservação." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 637 de 2021** que: "Requer a convocação de Arthur Weintraub, Ex-Assessor da Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 638 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Luana Araújo, ex-secretária de enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 640 de 2021** que: "Requer informações à Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 642 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Antônio Cássio Habice Prado, Médico e Prefeito de Porto Feliz/SP." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 643 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Luana Araújo, médica nomeada para o cargo de Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 644 de 2021** que: "Requer a convocação de Arthur Weintraub, Ex-Assessor Especial da Presidência da República." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 645 de 2021** que: "Requer às emissoras Globo, CNN, Record, Band, SBT, TV Cultura e TV Brasil, informações e imagens a respeito de aglomerações com a participação do presidente Jair Bolsonaro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 646 de 2021** que: "Requer Convocação do ex-governador Wilson Witzel." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 647 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 648 de 2021** que: "Requer informações e documentos ao consórcio internacional de vacinas Covax Facility." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 649 de 2021 que: "Requer documentação referente ao processo de elaboração da MP nº 1026 aos seguintes órgãos: 1. Ministério da Justiça e Segurança Pública; 2. Controladoria-Geral da União; 3. Advocacia-Geral da União; 4. Ministério da Economia; 5. Ministério da Saúde; 6. Casa Civil da Presidência da República." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 650 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do RJ." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 651 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Ibaneis Rocha, Governador do DF." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 652 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Mauro Carlesse, Governador do TO." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 654 de 2021** que: "Requer a convocação do Prefeito de Aracaju, Senhor Edvaldo Nogueira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 655 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador do Estado de SC, Sr. Carlos moisés e da Vice-Governadora, Sra. Daniela Reinehr." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 657 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador de RR, Sr. Antônio Oliverio Garcia de Almeida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 658 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador de RO, Sr. Marcos Rocha." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 659 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-governador do RJ, Sr. Wilson Witzel." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 660 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-prefeito de São Luís-MA, Sr. Edivaldo Holanda Júnior." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 661 de 2021** que: "Requer a convocação do prefeito de Rio Branco, Sr. Tião Bocalom." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 662 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-prefeito do Recife, Sr. Geraldo Júlio." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 663 de 2021** que: "Convocação - Governador do Pará" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 664 de 2021** que: "Convocação - Ex-prefeito de Macapá, Clécio Luis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 665 de 2021** que: "Convocação - Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Claudio." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 666 de 2021** que: "Convocação - Governador do Amapá" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 667 de 2021** que: "Convocação - Governador do Amazonas" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 668 de 2021** que: "Solicita documentação sobre o TRATECOV ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 669 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) para propagar informações inverídicas a respeito da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 670 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 671 de 2021** que: "Requer a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 672 de 2021** que: "Requer informações à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal sobre a operação Tendas de Ouro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 673 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde sobre a fabricação e a distribuição de medicamentos pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército (LQFEX) para uso no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 674 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde sobre a distribuição do 'kit covid'." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 675 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 565/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos quem contêm o registro das atas das reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 676 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 563/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto tenha relação com a crise da saúde do Amazonas, ocorrida em janeiro de 2021" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 677 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 562/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto seja aquisição e/ou a contratação de produtos ou serviços de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 678 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 561/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto seja aquisição e/ou a contratação da Coronavac do Instituto Butantan." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 679 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 560/2020, encaminhamento da documentação recebida pelo Butantan." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 680 de 2021** que: "Requer que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que realize fiscalização para avaliar a arquitetura do aplicativo TrateCov." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 681 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações que possibilitem concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 683 de 2021** que: "Requer a convocação do senhor Coronel Marcos José Rocha dos Santos, Governador do Estado de Rondônia, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 685 de 2021** que: "Requer sejam requisitadas, pelos gabinetes dos Excelentíssimos Srs. Drs. Ministro Francisco Falcão (STJ) e Og Fernandes, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 686 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre processos deste Ministério." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 687 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre pedidos recebidos por este Ministério solicitando produção de cloroquina e hidroxicloroquina no ano de 2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 144 - REQUERIMENTO Nº 702 de 2021** que: "Convocação do Governador do Piauí, Sr. Weelington Dias" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/26>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Eu vou convidar os Senadores da Comissão para que a gente possa se reunir na sala 7.

A reunião está suspensa, mas antes disso, Senador Humberto, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer uma manifestação aqui e acho que vou externar aqui o sentimento de outros Senadores.

O Senador Renan Calheiros, no seu Estado, foi destratado pelo Presidente da República, que lá compareceu, fez uma aglomeração, disseminou o coronavírus e atacou violentamente o Senador Renan Calheiros. Já teve a oportunidade de se referir a V. Exa., ao Senador Eduardo Braga, quase que fazendo ameaças de alterar a legislação da Zona Franca de Manaus por conta das posturas altivas e independentes que V. Exas. têm tido aqui.

Eu já fui vítima de duas colocações do Presidente da República via seu Twitter. Não que isso me preocupe. Lá em Pernambuco, receber qualquer tipo de agressão de Bolsonaro, na verdade, melhora o meu prestígio lá no Estado. Mas eu acho que não cabe a um Presidente da República, que deveria ter a devida compostura do cargo, que deveria respeitar a liturgia do cargo e a sua função, todo dia ficar tirando piadinha com os Senadores aqui. Eu acho que é se rebaixar demais, não é?

E hoje ele mais uma vez me atacou. Eu sei que ele está fazendo isso pelo meu trabalho aqui, eu sei que ele está fazendo isso porque ele está com medo do que esta CPI vai mostrar, mas também eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de registrar aqui o meu protesto, registrar aqui o meu espanto em ver alguém que exerce a função mais importante da República se baixar à condição de ficar fazendo galhofa contra Senadores, contra Parlamentares, contra pessoas outras.

Então, eu queria registrar isso aqui e dizer a ele que pode falar porque, para mim, é bom. Agora, é ruim para ele. É ruim para ele. Não há, no mundo, Presidente da República que aja de uma maneira tão vil quanto esse cidadão tem agido permanentemente.

Continuarei a trabalhar duramente aqui na CPI, o que talvez lhe dê muita raiva, mas aja como Presidente da República, tenha decência, saiba o papel que o Presidente da República tem que ter, pare de molecagem!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou suspender a reunião, e nós teremos uma reunião na sala 7.

Peço aos Senadores e Senadoras para que a gente possa se dirigir para lá e fazer uma reunião secreta da Comissão. Pode ser? Na sala 7 aqui.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 18 minutos e reaberta às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está reaberta a sessão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente, só uma questão de ordem, um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente, tenho um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - É só para informar: agora de manhã, uma operação da Polícia Federal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - ... aqui no Tribunal de Contas do DF relacionada à Operação Falso Negativo. Só estou comunicando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) - Sr. Presidente, com todo o respeito, nós não podemos permitir a utilização político-partidária...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não há nenhuma utilização política. V. Exa. sempre falou e eu sempre respeitei e nunca interferei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, não. V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Eu gostaria que V. Exa. permitisse que eu falasse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. não pode administrar audiência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com interesses paroquiais locais. Isso não é correto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Exa. está nervoso. Há alguma preocupação de V. Exa. com relação ao tema? Eu estou comunicando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... porque reincide todo dia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Exa. vai perceber que lá no final existe uma linha direta entre o Ministério da Saúde, o Governo do Distrito Federal.

Eu estou comunicando: a Polícia Federal fez uma operação hoje. Se V. Exa. me permitir, como Senador, poder manifestar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Eu pedi questão de ordem para falar um comunicado. Não é a V. Exa. Eu pedi ao Presidente. O Presidente me concedeu a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Esta CPI não pode derivar para isso. Esta CPI tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Ela vai chegar nisso, Sr. Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ela...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Não vai chegar do jeito que V. Exa. quer. Vai chegar para desvendar a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou dizendo isso. Nós temos um rumo definido. Ela não pode seguir a interesses paroquiais eleitorais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Exa. tem o direito de falar assim como eu. Sou Senador da República como V. Exa. Eu pedi ao Presidente, e ele me concedeu a palavra. Então, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então seja Senador da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - E é exatamente isso que estou fazendo. Acho que V. Exa. tem uma interpretação equivocada do que é ser Senador da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Você é que tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Exa. tem algum... Tem alguma dificuldade com V. Exa.? Presidente! Só por que o Governador é do seu partido? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Não é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Então, por favor, deixe eu comunicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa utilização partidária é demais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - V. Exa. a todo momento faz isso aí. A todo momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Não faço isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Eu participei de cinco CPIs, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu não sou candidato a nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Uai? V. Exa. está me lançando como candidato? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Então, por favor, Presidente, me garanta a palavra como Senador. Por favor, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Renan...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Me garanta a palavra. São dois minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, a gente tem que... O Senador Izalci pediu uma questão de ordem. Se alguém tiver que contrapô-lo, depois pode contrapô-lo. Mas a palavra está garantida, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

Eu estou só comunicando que hoje de manhã houve uma operação da Polícia Federal, e um dos motivos dessa operação é a Operação Falso Negativo, que está ligada aos recursos da saúde. Nós tivemos aqui a cúpula presa, foi solta, inclusive, com os argumentos de que os recursos eram federais, e houve essa operação. É só para comunicar aos membros da CPI que está tratando da CPI da Covid. Esses recursos eram destinados ao Covid. Inclusive, falso negativo matou muita gente porque era material de baixo nível e superfaturado. Muita gente foi enganada, iludida de que o teste era positivo ou negativo, e na prática era um teste que não tinha valor nenhum. Então, muita gente morreu por causa disso, Sr. Presidente. E eu não sei por que o Relator está preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, vamos lá. Está bom. Vamos deixar para lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, é só para comunicar a V. Exa. que, entre os requerimentos protocolados, acabamos também de protocolar o Requerimento 695, convocando a prestar depoimento nesta Comissão da República o Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os critérios, vedações são os mesmos que encaixam relação aos Governadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero pedir a V. Exa. a inclusão deste requerimento com os demais que vão ser apreciados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – A piada que o Senador Randolfe acabou de apresentar à CPI da Covid-19...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a mesma piada que é vedada pelo art. 147 do Regimento Interno da Casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a mesma piada do art. 2º da Constituição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vale para um, não vale para o outro, Sr. Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela não... Ela não encontra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa ensandecida de Jair Bolsonaro está deixando-o cego. Só é falar em Jair Bolsonaro que o Senador Marcos Rogério fica tenso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Começa a ficar... Começa a ficar com os nervos à flor da pele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ouvir o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A piada...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só não pode, Presidente, me destratar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é dessa forma. O Senador da República... Ninguém... O Senador tem o direito de apresentar o requerimento que for e esta Comissão analisar ou eu indeferir. Agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Marcos Rogério fica todo ouriçado toda vez que se fala no Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que ele está morando no Palácio da Alvorada já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está morando lá. Num quarto contínuo. Sei lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deve estar morando lá, junto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Diga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou me dirigindo ao Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Está dizendo para mim, me citou nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Essa piada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me citou nominalmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu respeito aqui nesta Comissão quem se dá ao respeito. O senhor nunca se deu ao respeito nesta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só se dar ao respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nunca! Mas o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tem alguém que desrespeita, que nunca se deu ao respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nesta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E olha que nós fizemos uma reunião para tentar chegar a um acordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não tem ninguém que desrespeita... Não tem ninguém! Porque... Não tem ninguém que perde mais o respeito nesta Comissão do que o senhor. Nenhum outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando Bezerra, toma cuidado, porque ele está querendo é o teu lugar – viu? Ele está querendo um ministério aí no Palácio, na Esplanada...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... está querendo o seu lugar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vou falar das suas práticas lá no Amapá, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse tipo de prática...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é acostumado com conchavo, com negociata lá em Rondônia é o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Quem é acostumado com negociata...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, pessoal, é o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é acostumado com negociata em Rondônia é o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Essa discussão só é boa para o Governo, que não quer CPI. Tenha calma!...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Pessoal, eu vou ter que cortar o som de vocês, porque senão isso aqui vira um debate que num... Esse debate não é bom para ninguém.

Por favor, Senador Randolfe, que sempre demonstrou um equilíbrio muito grande... Senador Marcos Rogério, quando se dirigir a um colega Senador ou a qualquer... Nada aqui é piada. Aqui nós estamos tratando de 450 mil vidas que já se foram, não tem piada aqui. Alguém é responsável ou corresponsável por isso. E é disso que nós estamos atrás, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que... Sem fazer nome, sem citar nome, parece que realmente estão se sentindo no Tribunal de Nuremberg. Parece que esse sentimento tomou conta da CPI. Muitos Senadores aqui foram criticados lá atrás, inclusive eu, por não ter assinado a CPI da Toga. E não o fiz – e fui criticado no meu Estado, no Brasil inteiro – não é porque concordo com o Supremo Tribunal Federal, não é porque acho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as decisões são todas dentro da Constituição, porque discordo de muitas delas, mas respeito a Constituição quando trata da separação de Poderes.

Esse requerimento vai em afronta total à separação dos Poderes. Apenas por esse aspecto, estou sustentando justamente a sua inconstitucionalidade, e fiz essa provocação em razão de ser algo absolutamente inaceitável, pra não dizer outra palavra pra não ser mal interpretado.

Então, só faço essa ponderação, porque acho que a CPI está seguindo o seu curso, nós vamos fazer hoje um avanço em relação ao segundo requerimento que foi aprovado e que estabelece o escopo de atuação da CPI, e não acho que seja adequado a gente descambar pra esse tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as vedações, que são de conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as vedações constitucionais, conforme art. 2º da Constituição e, do Regimento Interno do Senado, o art. 147, valem para Presidente da República e para Governadores de Estado. A regra em relação a isso é claríssima: do equilíbrio de Poderes, *ipsis litteris* – e vou ler, inclusive, o art. 147 do Regimento Interno.

A letra do Regimento Interno diz exatamente o seguinte:

Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

I - à Câmara dos Deputados;

II - às atribuições do Poder Judiciário;

III - aos Estados.

Mais adiante, a Constituição da República estabelece, no seu art. 1º, o princípio da autonomia federativa. Mais adiante, a Constituição da República estabelece o princípio da separação dos Poderes. No art. 50 da Constituição Federal, não permite a convocação, *ipsis litteris*, de Presidente da República, demais autoridades e também membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e Governadores.

Eu acredito que nós estamos abrindo um precedente. Se abrirmos um precedente, Sr. Presidente, que o seja para todos. É nesses termos que apresentamos este requerimento ao julgamento do senhor, ao julgamento dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, é apenas brevemente, pra contraditar essa situação e pra fazer um chamamento, digamos assim, à razão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu olho pra placa na frente do Senador Renan Calheiros e vejo que, de ontem pra hoje, são mais de 2 mil mortos. Esta CPI foi instalada com base e parâmetros bastante claros. Foi lida pelo Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e ela traz no seu corpo, como fato determinado, ação e omissão do Governo Federal, especialmente no caos de Manaus, e, no seu anexo, a apuração de eventual mau emprego de verbas federais em Estados e Municípios. Não é possível que só hoje, quando vamos votar requerimentos de convocações de Governadores e Prefeitos, alguém tenha lembrado que supostamente existe alguma vedação.

Então, é muito importante que a gente entenda – e não faço referência individual nenhuma – que a gente não pode usar aqui a política, nem como brincadeira, nem como piada, nem como jogo eleitoral, mas como mecanismo pra apresentar soluções, identificando os problemas que aconteceram e identificando como evitar que eles voltem a acontecer. Nós estamos discutindo aqui não é de hoje não, já tem bastante tempo; é muito claro o caminho que a gente está seguindo, então vamos tentar, da melhor forma possível, operacionalizar esta CPI pra que ela gere o resultado que é necessário para o Brasil, sem debates e sem truco. Isso aqui não é lugar pra jogo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Vamos pra votação.

O requerimento que V. Exa. deu não dá pra entrar nessa pauta; ele fica aí, depois a gente analisa. Primeiro ponto.

Segundo ponto: nós chegamos a um acordo em que nós teremos duas sessões, e aqui tem vários convidados que falam sobre, pró e contra, cloroquina.

Então, nós teremos duas sessões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Senador Girão, só um minutinho! Senador Girão, nós não... Senador Girão, a Dra. Mayra esteve aqui ontem e ela falou cem vezes em tratamento inicial. Eu não a ouvi falar uma vez em tratamento precoce.

O senhor concorda com a Dra. Mayra? Eu acho que ontem o senhor concordou. Então, vamos deixar para lá: tratamento inicial, precoce, cloroquina, o que for...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, por favor, então, o que nós acertamos – e V. Exa. estava participando – é que nós teremos duas sessões – correto? – para que nós possamos ouvir, nessas duas sessões: duas pessoas que apoiam o tratamento com cloroquina, ivermectina e outros remédios; e duas, cientistas, profissionais capacitados, que são contra. Então, serão quatro a favor e quatro contra. É isso tipo de procedimento. Foi isso que ficou acordado. Duas sessões, uma, duas. Isso foi consenso.

Então, em votação os requerimentos que convidam esses profissionais, cientistas: os que apoiam adotar esse tratamento e outros que apoiam não adotar. Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado. Então, os outros requerimentos de Covid serão sugestões dadas pelos Senadores sobre quem virá para cá para a sessão, porque nós vamos marcar o dia para a presença deles.

Requerimentos de informação. São vários requerimentos de informação que tem aqui. Nós estamos votando todos os pedidos de informação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os pedidos de informação.

Agora, convocações.

Nós temos aqui algumas convocações que eu pediria ao Relator...

Você tem aí, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Tem inúmeros de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Mas era...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Senador Alessandro, por favor!

O Senador Alessandro pode... Convocação de Governadores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan vai apresentar os números específicos dos requerimentos de convocações dos Governadores de Estados que receberam, de alguma forma, operações do Ministério Público Federal, Polícia Federal referentes a possível desvio de verbas para o combate à Covid. Dá um total de dez requerimentos, convocação dos Governadores, e o Senador Renan pode indicá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, só uma questão de ordem rapidamente. Só uma questão de ordem rapidamente. Nós temos diferentes requerimentos aí de convocação. Eu acho que nós temos de estabelecer um critério: aprovamos em bloco todos os requerimentos de convocação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É o encaminhamento que faço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não! Nós vamos aprovar, primeiro, Governadores. É isso que eu estou colocando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sim, mas tem outros igualmente importantes: o Sr. Eduardo Pazuello, o Sr. Marcelo Queiroga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, nós vamos colocar... Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, comecemos por esses e chegamos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos pelo acordo logo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas não tem acordo para convocar Marcelo Queiroga? Não tem acordo para convocar Eduardo Pazuello?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou querendo pegar primeiro e votar aquilo que nós acordamos lá. Aquilo em que há divergência depois a gente defende, porque a gente vai convocar, Senador.

Faz um favor para mim? Eu não tenho... Só tenho números aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está aqui. Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima. Tem dois requerimentos. Senador Marcos Rogério, Senador Alessandro Vieira, 178, 667.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador Helder Barbalho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Governador do Pará, Helder Barbalho: Senador Marcos Rogério, 202; Senador Alessandro Vieira, 663.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Registre o meu voto contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu registro o meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com voto contrário do Senador Humberto e do Senador Renan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - E com o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bem, nós fizemos um acordo, então...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Mas o acordo não previa nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É isso que eu estou dizendo, Presidente. Nós temos que enfrentar requerimentos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, eu quero entender que acordo é esse. A base do Governo vota a favor disso e votará contra a convocação de Marcelo Queiroga?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é a maior... Isso é o seguinte: isso é falta de respeito para comigo, que fiz um acordo com vocês, com V. Exa., Senador Humberto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós fizemos um acordo, Senador Humberto. V. Exa., agora, tem que cumprir o acordo aqui, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O acordo que nós fizemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, me desculpe, acordo é: se convoca todo mundo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não foi esse o acordo que foi feito não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora, os senhores... A base de apoio ao Governo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi esse o acordo! Não foi esse o acordo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A base de apoio ao Governo vai votar contra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O acordo não foi esse!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a convocação de Marcelo Queiroga, vai votar contra a convocação de Eduardo Pazuello e vai votar a favor de convocação dos Governadores?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não é acordo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, está claro aqui o movimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pode seguir! Siga, Sr. Presidente!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, parece que nós não acordamos nada, porque...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, a tentativa de convocar o Presidente da República aqui se revelou uma estratégia para não convocar Governadores, foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixe eu dizer uma coisa. Eu fico triste, porque é o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, essa provocação é inaceitável!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu tenho uma relação toda especial, um respeito muito grande pelo ex-Governador e Senador da República Jader Barbalho. Não é nenhuma alegria para mim fazer isso com o filho dele aqui, mas, agora, não dá para a gente fazer uma coisa ali, chegar aqui e o Senador dizer: "Não, o meu também é contra". Não façam isso comigo!

Governador Wilson Witzel, do Distrito Federal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aliás, ex-Governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro: Senador Randolf e Senador Alessandro.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Governador Cláudio Castro, em razão de comum acordo entre todos os Senadores, retiramos, porque ele não era Governador à época em que aconteceu. Caso haja algum fato novo, nós iremos convocá-lo. Por isso é que nós estamos retirando o nome do ex-Governador do Rio de Janeiro, aliás, do atual.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal: tem o pedido do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Governador de Tocantins, Governador Mauro Carlesse: Senador Alessandro Vieira.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, Senador Alessandro Vieira, 655. E ele também pede da Vice-Governadora, Daniela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só um esclarecimento: todos esses Governadores tiveram operação da Polícia Federal, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Governador do Estado de Roraima, Antonio Oliverio Garcia de Almeida, requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá, 666, do Senador Alessandro Vieira.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Governador do Estado de Rondônia, Marcos José Rocha dos Santos.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Os Prefeitos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente, faltou um Governador do acordo que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho... O acordo que nós fizemos de convocar o Governador do Piauí, já está no sistema o requerimento. Governador do Piauí.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixa eu concluir aqui, amigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá, mas não está nos Governadores ainda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já acabou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, eu queria fazer um pedido também para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Eu queria, Presidente Omar Aziz, demais colegas, primeiramente dizer do respeito que eu tenho à pessoa de cada um de vocês. Não tenho absolutamente nada contra. Temos divergências políticas, e isso é normal da vida política, e eu aprendo aqui com cada um de vocês, todos os dias, mas eu queria dizer que a demanda da sociedade hoje do País - eu procuro um pouco ouvir as pessoas, porque a gente vive aqui em Brasília, um trabalho focado, vive numa bolha; então, quando a gente vai para as bases, quando a gente vai para as nossas cidades, a gente percebe a inquietação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Questão de ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, é um pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas, pela ordem, qual é o...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu estou chegando, eu estou chegando lá.

De cada dez pessoas com quem falei no mercado de São Sebastião, por exemplo, lá em Fortaleza, nove comentaram sobre o Consórcio Nordeste. Então, inclusive no meu pedido, que hoje está sendo visto pela primeira vez nesta Comissão, depois de um mês de trabalho, agora é que estão olhando um pouco para a corrupção, assinado por 45 Senadores da República, eu relatei nesses pedidos operações de Governadores, operações de Prefeitos, que nós vamos analisar, e é aí que eu quero divergir dos colegas, respeitosamente, porque eu não concordei com o acordo de não olhar para Prefeitos. A demanda é clara: Estados e prefeituras. Se o critério é capital, tem que entrar capital.

Mas eu quero fazer um pedido, Sr. Presidente, é de um requerimento meu, que quero fazer pedido extrapauta: é para o Diretor-Geral do Consórcio Nordeste, Dr. Gabas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Para contraditar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... que está desde o início dessa gestão, que é uma gestão em que a gente precisa ir a fundo, porque foram comprados, só de uma compra, 300 respiradores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, Senador, o seu pedido está indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não precisa me explicar nada mais não. A sua questão de ordem está indeferida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas o senhor vai permitir que eu termine...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. V. Exa. não está querendo que eu convoque o Carlos Gabas extraoficial? Eu estou indeferindo o seu pedido.

Encerrou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - Tá. E o Governador da Bahia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - E o Governador da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... que é outro pedido que eu queria fazer, que é o atual Presidente do Consócio do Nordeste?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O atual Presidente é o do Piauí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. ouviu cem vezes que o atual Presidente....

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu tenho certeza de que o Governador Wellington vai explicar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... é o Governador Wellington, do Piauí, mas V. Exa. insiste em não, não, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É porque essa fraude, é porque essa fraude aconteceu na primeira legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor... Marcos Rogério, por favor; Fernando Bezerra, por favor, explique...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Senador Omar Aziz, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... para o Senador Eduardo Girão que... Vocês já explicaram cem vezes para ele quem é o Presidente do Consórcio do Nordeste.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Hoje é o Wellington Dias, mas quem... A fraude ocorreu na gestão do Governador Rui Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o senhor não pode... O senhor - me desculpe -, o senhor não pode afirmar que houve fraude. Não faça isso. O senhor tem que respeitar o Governador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas, Presidente, tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu reitero que é uma suspeita de fraude porque a operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu não chamo ninguém aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador Omar, Senador Omar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... que teve, que teve chefe da Casa Civil afastado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu queria o mesmo direito do Senador Eduardo Girão para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Primeiro, no Estado da Bahia, não houve intervenção da Polícia Federal. Quem agiu foi a Polícia Civil da Bahia, a mando do Governador Rui Costa, que demitiu o secretário de Governo, prendeu cinco dos meliantes que fizeram adulteração do edital de licitação... Esse pessoal foi preso. Não tem Polícia Federal, não tem recurso federal... O próprio Eduardo Girão sabe que o ato do Presidente se refere a recursos federais. Foram recursos do Estado. Essas pessoas foram presas. Infelizmente, o Ministério Público da Bahia pediu a liberdade de cinco meliantes, e o juiz deu. Mas agiu corretamente, e não teve intervenção da Polícia Federal. O primeiro critério aqui, se não me engano, foi o da Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas, Senador... Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O Senador Eduardo Girão está com obsessão pela Bahia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não. Absolutamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Presidente... Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Certamente o Governador Rui Costa passou a ser o homem fatal da vida dele. Só pode ser isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não. O que é isso? Longe disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, permita-me fazer apenas uma ponderação, no sentido de dizer que o acordo costurado por V. Exa. foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas está no STJ.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador, apenas, apenas para posicionar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só... Senador Marcos Rogério, está no STJ isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Girão, indeferi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A discussão de verba federal ou não... Não está definido isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - O Senador Girão, o Senador Girão apresentou requerimento, e eu também apresentei. Muitos aqui gostariam de convocar outros em razão dos fundamentos que apresentaram. Mas o acordo que fizemos foi em relação a procedimento, não foi em relação a pessoas. Não foi personalizado, foi sobre procedimento. O critério que nós utilizamos naquele momento foi onde houve operações da Polícia Federal.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por isso os que estão sendo... E onde houve recursos federais.

E até, Sr. Presidente, para colocar para a Comissão aqui, com relação a esta questão de convoca Governador ou não convoca, numa questão de ordem respondida, inclusive, pelo Senador Renan, à época, como Presidente do Senado Federal, ele disse o seguinte: "Quanto à questão de ordem apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente a parte do objeto do Requerimento nº [tal], [...] Sua Excelência [disse que], violaria o art. 146 do Regimento Interno [do Senado Federal] por buscar investigar matéria pertinente aos Estados, esclareço que, na medida em que projetos dessa natureza são financiados por operações de crédito aprovadas pelo Senado Federal, no exercício de sua competência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, tais matérias podem [sim] ser investigadas pelo Senado Federal. Nesse [mesmo] sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal".

E, aí, cita lá os fundamentos. É uma decisão da época da Presidência do Senador na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, investigar operação de crédito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o que nós ajustamos ali, apenas pra poder deixar claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tem nada a ver com isso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a quem está nos acompanhando, é que o critério foi onde aconteceram operações da Polícia Federal.

Esse requerimento que o Senador Girão apresentou eu também apresentei; mais pra frente, a par dos levantamentos que estamos fazendo, podemos enfrentar o requerimento e aprovar.

Mas o critério, estou apenas reforçando o entendimento que V. Exa. anunciou da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E eu queria aproveitar a oportunidade, já que eu, pelo menos, não fiz acordo com ninguém, tá? Eu não fiz acordo com ninguém, eu tenho uma posição contrária com relação a isso, no entanto me submeto à decisão da maioria; mas eu não fiz acordo. Eu quero guardar o crédito pra fazer um acordo mais adiante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, divida esse crédito comigo também, eu não estou em acordo com ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou em acordo nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu quero deixar claro também que eu também não estou nesse acordo, não.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o acordo, então?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, estamos juntos. Estamos juntos. Estamos juntos. Não há acordo nenhum aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o acordo em que você não está, Senador Renan?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Acordo em que nós não estamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nós não estamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Eu não estou, já coloquei aqui várias vezes e o Presidente pede-me gentilmente. Eu queria novamente colocar: eu não fiz acordo para convocar Governador, muito menos Prefeito, porque não é da competência do Senado Federal fazê-lo, unicamente por isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) - Presidente, vamos deliberar sobre o que nós acordamos lá na sala 7.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - É, vamos dar sequência por favor, Sr. Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Por favor, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - E os Prefeitos, Senador Omar Aziz? Como é que... Não vamos ouvir mesmo os Prefeitos de capitais?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olha, Senador Eduardo Girão, V. Exa. é um oportunista, e oportunista pequeno. V. Exa. estava lá, escutou o que nós acordamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não acordei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, vamos colocar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não fiz esse acordo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa... Desde o primeiro momento, toda a sociedade brasileira que tem inteligência sabe que V. Exa. está aqui com um único objetivo: é que a gente não investigue por que a gente não comprou vacina. E V. Exa., que não entende patavina de saúde, quer impor a cloroquina na cabeça da população. V. Exa., repito, é um oportunista, é oportunista, porque V. Exa. lá...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Calma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Calma, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós acordamos lá...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senador Omar, eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem, eu tenho... E a coisa que eu mais repeti lá: "O Senador Eduardo Girão depois vai querer tirar proveito disso". Falei ou não falei isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Proveito de quê? Proveito de quê, Senador Omar Aziz? Proveito de quê?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Senador Omar, o Relator está dizendo que não fez acordo, o Randolfe está dizendo que não fez acordo, do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós vamos colocar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu também não fiz acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... os Prefeitos também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos colocar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não fiz nenhuma agressão, não. Me leve no Conselho de Ética.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, vou fazer isso não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Me leve para o Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só queria dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Me leve para o Conselho de Ética.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... eu respeito o senhor, eu respeito o senhor. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não respeita ninguém, V. Exa. age sorrateiramente. V. Exa. não respeita ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está sendo pressionado pela população brasileira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está sendo pressionado pela população brasileira, que quer toda a verdade. O senhor só quer uma parte da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não quer verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Infelizmente. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa., volto a repetir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está nessa Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não me diga que é meu amigo, porque V. Exa. não é meu amigo, não. V. Exa. é sorrateiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu queria fazer uma coisa justa, independente. Eu não quero imunizar ninguém. Eu não quero imunizar ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Vamos votar os requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Vamos votar os requerimentos, depois a gente vê...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O dos Prefeitos... *(Pausa.)*

Não, o dos Prefeitos... *(Pausa.)*

Eu estou aqui atrás dos requerimentos de convocação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu lhe entreguei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você me entregou os números aqui, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu entreguei... Foi organizado pelos números...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os números...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - ... para facilitar para V. Exa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos... *(Pausa.)*

Existe o pedido de quatro Senadores - Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa, Senador Tasso Jereissati, Senador Randolfe Rodrigues - para reconvocar o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

Em votação.

Quem aprova permaneça como está.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, apenas... Essa reconvocação seria para que momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Todas que nós estamos fazendo aqui, essa agenda...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apenas faria uma ponderação – já tenho feito isso inclusive externamente: eu não vejo nenhum impeditivo para fazer a convocação de quem quer que seja, havendo fundamento, havendo razões para isso. A ponderação que faço é que nós estamos no meio da pandemia, nós vamos fazer todas as oitivas agora de Governadores, de secretários, de gestores... Que se fizesse... Poderíamos aprovar o requerimento, e que se deixasse a oitiva dele mais para o final, a par das informações que estão chegando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí quem vai pautar sou eu. Eu é que pauto. Eu pauto no momento correto. A agenda quem a faz sou eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nessa direção?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até o dia 17... Nós já temos até... Já está tudo agendado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., o.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os que aprovam permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovada a reconvocação do Ministro Marcelo Queiroga.

Reconvocação do ex-Ministro Eduardo Pazuello. Requerimento do Senador Humberto Costa, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Randolfe.

Os que aprovam, os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Ciro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Contrário também Luis Carlos Heinze aí, Sr. Presidente. Pazuello e Queiroga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que V. Exa. só vota na ausência do titular. Eu acho que só.... Aí, o titular já votou, eu acho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O titular é o Senador Ciro, eu acho. O Senador Luis Carlos Heinze é teu suplente, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. (Pausa.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É... Misturaram tudo. Tem Governador e, depois, tem uma pessoa que nada tem a ver com Governador. Misturaram tudo aqui. Era só fazer uma...

Arthur Weintraub. Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Weintraub? Tu não viu aquele vídeo, ele conversando com Eduardo Bolsonaro e dizendo: "Olha, teu pai disse: 'Olha, pega aí, vai dar uma olhada, dá uma estudada na cloroquina aí'". Tu não viu esse vídeo? Ele é organizador disso tudo. Ele, inclusive, tem um salário muito bom do Governo Federal e nos Estados Unidos agora. Por isso que ele está sendo convocado. É só pegar aquele vídeo, Senador Marcos Rogério, que V. Exa. vai ver como o cara trata um estudo tão sério para dar para as pessoas, como ele trata ali, falando com o Deputado Eduardo Bolsonaro. Ele diz... É literal. Vocês podem pegar o vídeo, por favor, e depois eu voto, só para mostrar, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não há necessidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, porque é o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, assim, só vou fazer uma ponderação – obviamente que vai ser submetido a voto, não é? A manifestação de opinião de quem quer que seja não deve ser motivo para convocação junto a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas essa ponderação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não é opinião, não, Marcos. Ele organiza o grupo. Não é opinião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocar a ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde Luana Araújo, 638, Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Interrupção do som.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não coloquei em votação ainda.

O Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o do Arthur Weintraub não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, foi a Luana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A Luana já, ele votou contra.

Com o voto contra do Senador Marcos Rogério e do Senador Ciro Nogueira.

Em votação, a convocação do Sr. Arthur Weintraub - Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Em votação, com os votos contrários...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Marcos Rogério, Ciro e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu não posso votar, mas eu não vou aceitar, primeiro, a sua colocação do Senador Girão.

E, quando o senhor fala na cloroquina, só para passar a V. Exa., a revista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas, Senador, o senhor está com um *delay* muito alto porque isso já faz meia hora atrás.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É... Não, isso aí já é matéria vencida.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Deixa só eu lhe passar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador. Não vou lhe dar a palavra, Senador. O senhor me desculpe, mas não vou lhe dar.

Esse *delay* foi demais para mim. Veja bem, eu falei com o Senador Eduardo Girão faz meia hora atrás. O senhor quer falar sobre isso agora?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é só o dele.

Eu vou concluir. Deixa eu concluir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu terminar a votação.

Eu estou em votação agora, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vote e me dê a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar os de V. Exa.

Eu estou votando agora requerimento. Depois que terminar a votação, o senhor fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 553, que convoca o Sr. Carlos Wizard Martins, do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

Esse aí é o Wizard, que passou um mês assessorando o Ministro Pazuello, dono da Wizard.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aprovado, com os votos contrários do Senador Jorginho e do Senador Marcos Rogério.

Você não quer aprender inglês, Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Um cursinho de inglês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não... Eu tenho que votar esse do Arthur Weintraub.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador Ciro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - O meu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Convocar o Sr. Paulo Baraúna, Diretor da White Martins. Requerimento do Senador Eduardo Girão, Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Braga.

O do Eduardo era um convite, mas a gente está propondo que seja convocação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimentos 124, 339, 438, 499, dos Senadores Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Sr. Airton... Convoca o Sr. Airton Antônio Soligo, ex-assessor especial no Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - É o Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Markinhos Show, do Ministério da Saúde - Sr. Marcos Eraldo Arnoud Marques. Requerimentos 238 e 486, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Humberto Costa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Quem é esse aí, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - É o marqueteiro de Pazuello.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Secretário de Comunicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Marqueteiro de Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Secretário de Comunicação do Ministro Pazuello.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Contra aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, pela ordem, rapidamente.

O Senador Tasso Jereissati está reivindicando o direito a votar também. Ele está no sistema remoto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Como está sendo simbólico, ninguém pediu nominal...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não; eu estou só repassando aqui a informação de S. Exa., que está se colocando à disposição para votar também.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Quando ele for contra, ele se manifesta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa... O Senador Tasso, se tiver o voto contrário, pode se manifestar através do *chat*. (*Pausa.*)

Eu estou falando aqui, estou vendo o Senador Tasso aqui, que está na coisa - um abraço.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento convocando Markinhos Show.

Requerimentos 328 e 540, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Humberto Costa. Convocam o Sr. Filipe G. Martins.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Quem é esse?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Filipe Martins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo a V. Exa. Porque aí se está entrando naquilo que ficou reverberando aqui o tempo todo, do chamado gabinete paralelo. Eu fiz o requerimento para convocação, convite ao Pastor Silas Malafaia, porque foi dito aqui que ele é alguém que o Presidente ouve muito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Para contraditar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Esta CPI falou muito sobre gabinete paralelo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se querem ouvir quem aconselha o Presidente, quem fala com o Presidente, quem dá opinião ao Presidente, então eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propos o nome do Pastor Silas Malafaia para que fosse convocado. O nome do Filipe está colocado para ser ouvido aqui nessa condição. E não foi dito aqui que ele é membro ou tenha influência ao ponto de ser chamado como um conselheiro do Presidente. Então, estou reiterando aqui o apelo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Para contraditar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... para que V. Exa. paute a convocação, o convite do Pastor Silas Malafaia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento. A solicitação de convocação do Sr. Filipe Martins se dá pela referência que foi feita ao nome dele pelo Ministro Pazuello. Referido pelo Pazuello... Desculpe, pelo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Isso, pelo Carlos Murillo, CEO da Pfizer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E, numa reunião informal, onde ocorreu uma negociação de vacina... A gente está falando de um contrato bilionário, em dólar; a gente está falando de vidas brasileiras. E essa negociação aconteceu e teve a presença desse senhor, a convite do Sr. Wajngarten.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Exato. É nessa condição que ele é convocado.

A referência ao Pastor Silas Malafaia, que merece todo o nosso respeito, se deu no contexto do filho do Presidente, nosso colega Flávio Bolsonaro, referindo-se aqui a ele como um conselheiro do pai. Não me parece que seja o melhor meio, mas, se ele tiver documentos, ele apresenta o requerimento.

V. Exa. apresenta o requerimento e vai a voto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu apresentei. Eu apresentei o requerimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - E vai a voto quando for pautado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou pedindo que ele seja pautado e vote. A presença do Pastor Silas Malafaia representa ouvir alguém que realmente conversa com o Presidente, dá conselhos ao Presidente. Se querem ouvir alguém que influencia o Presidente, o nome do Pastor Silas Malafaia está apresentado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar Aziz... Por gentileza, Presidente Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu queria fazer um apoio à solicitação, ao requerimento do Senador Marcos Rogério, porque ficou muito claro aqui, naquela reunião que foi tumultuada, como esta, infelizmente, em agressão aqui, inclusive entre colegas, que o Senador filho do Presidente da República, Flávio Bolsonaro, falou aqui, deu testemunho de que o Pastor Silas Malafaia falava diariamente com o Presidente. Então, eu acho que isso... A gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Não custa nada trazer para a gente ouvir. Ninguém tem... Qual é o medo que se tem de ouvir o que o Pastor Silas Malafaia vai falar se é uma pessoa que está aconselhando, segundo o filho do Presidente, que está lá, que sempre tem contato com o Presidente. Então, eu queria apoiar esse requerimento. Eu acho justo que a gente busque toda a verdade e não apenas uma parte da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. entrou com o requerimento hoje?
(Pausa.)

V. Exa. entrou com o requerimento hoje?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Já entrei na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana passada, não. Nós recebemos hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pastor Silas Malafaia, na semana passada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque falaram o tempo todo de gabinete paralelo. O nome foi dado e está sendo sugerido. Se quiserem votar a favor ou contra, votem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é uma forma clara...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos ver se ele é mesmo do gabinete paralelo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque pediram para convocar o Carlos Wizard. Pediram para convocar o Carlos Wizard, um empresário. Assim...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Carlos Wizard foi referido pelo Pazuello. O Pazuello disse convidou o Wizard para montar um gabinete de assessoramento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um voluntário que buscou ajudar, colaborar... E está sendo convocado à CPI. Eu estou apresentando o nome do Pastor Silas Malafaia, apresentei na semana passada. O requerimento foi apresentado. No mesmo dia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Podíamos chamar o Queiroz. Ele tem muita amizade também, conversa muito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apresente o requerimento, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está apresentado, Sr. Presidente, o requerimento do Pastor Silas Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Francisco Queiroz também?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. O Senador Humberto está dando uma sugestão de um requerimento que eu já quero subscrever junto com ele. A gente vota tudo junto depois.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É razoável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Requerimento 628, do dia 20, Sr. Presidente, o requerimento do Pastor Silas Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu falar uma coisa para V. Exa., Senador Marcos Rogério. Eu conheço pessoalmente, Senador, o Silas Malafaia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor, por favor. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, eu não vou colocar em votação o seu ofício, o seu requerimento de convidar o Pastor Silas Malafaia. Primeiro, é que eu tenho um respeito muito grande, eu o recebi na minha residência quando eu era Governador, tive o prazer de conversar com ele demoradamente na minha casa. É um líder espiritual muito forte no Brasil, e tenho certeza que o que Senador Flávio Bolsonaro falou aqui é que os conselhos que ele recebia eram conselhos espirituais para que o Presidente Bolsonaro tivesse força para enfrentar os problemas. Não creio, até pelo conhecimento que a gente tem do Pastor Silas Malafaia, que ele fizesse qualquer ingerência dentro do Governo. Não acredito nisso. Tenho um respeito enorme, e acho até, veja bem, um líder religioso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Da envergadura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da envergadura do Pastor Silas Malafaia dificilmente pediria para nomear A ou B num cargo, indicar alguém. Não é o papel que ele faz, nunca fez isso.

Então, em respeito à liderança espiritual e à liderança religiosa, eu estou indeferindo o seu pedido e não vou pautar isso porque sei que ele é uma pessoa que é seguida por muita gente, e muita gente acredita no Silas Malafaia pelo que ele transmite de amor, de carinho a Cristo, e isso nós respeitamos muito. Agora, não creio... E creio que a posição do Senador Flávio Bolsonaro... Se ele tivesse explicado, mais ou menos, o que o Pastor Silas Malafaia visse que o Presidente fez, alguma coisa em relação ao Covid, tenho certeza de que ele seria convidado para vir aqui – não convocado: convidado, até pelo respeito que temos por ele. Por isso é que eu indefiro o seu pedido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente!

Presidente, quero concordar com V. Exa. V. Exa. está tranquilo, está calmo agora. Vamos desenrolar o fio nessa tranquilidade... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é questão de estar tranquilo. Sabe por quê? Porque, para pegar aqui e dizer que eu não cumpro palavra, está difícil. Está difícil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador. Não é tranquilo, não. Sabe quando é que você fica intranquilo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Calma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É quando você faz um acordo, depois de passar uma hora lá, e chega aqui e as pessoas fazem diferente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos lá, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a primeira vez. A primeira vez foi na prisão do Fabio. A primeira vez foi na prisão do Fabio. Agora, a segunda vez. Está certo? E eu tento ser o mais democrático possível porque é meu papel ser democrático, mas também não posso chegar aqui, colocar em votação: "Não, eu não fiz esse acordo. Não fiz...". Como não?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As pessoas cumprem o acordo e não concordam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, esses requerimentos da convocação do Sr. Filipe Martins.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – "Contra".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Contra", Presidente! Registre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a sessão, e os outros requerimentos a gente vota na semana que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)